



Estado do Rio Grande do Sul

PEDRO SIMON

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1989

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Pedro Simon

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Sinval Guazzelli

CHEFE DA CASA CIVIL

Gilberto Mussi

CHEFE DA CASA MILITAR

Ten. Cel. Luiz Carlos Silveira

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Paulo Triches

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo Machado

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

José Sanfelice Neto

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Manuel André da Rocha

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Bernardo Olavo Gomes de Souza

SECRETÁRIO DA FAZENDA

José Ernesto Azzolin Pasquoito

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS

Assis Roberto Sanchotene de Souza

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Odacyr Klein

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Ruy Carlos Ostermann

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Waldir Walter

SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Joel Maia

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Antenor Ferrari

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gilberto Mosmann

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Adão Dornelles Faraco

SECRETÁRIO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Flor Édison da Silva Filho

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Alcides José Saldanha

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Maier Avruch

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

José Bachleri Duarte

SUMÁRIO

1	— APRESENTAÇÃO	IX
2	— ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO	1
	2.1 — EDUCAÇÃO CULTURA	
	2.1.1 — Secretaria da Educação (SE)	5
	2.1.2 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC).....	10
	2.1.3 — Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdo- tado no Rio Grande do Sul (FADERS).....	12
	2.1.4 — Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF).....	14
	2.1.5 — Fundação Piratini — Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE).....	18
	2.1.6 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)	21
	2.1.7 — Fundação Theatro São Pedro (FTSP)	22
	2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
	2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA)	25
	2.3 — SANEAMENTO	
	2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	35
	2.3.2 — Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líqui- dos (SITEL).....	37
	2.4 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO	
	2.4.1 — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC).....	41
	2.4.2 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS).....	45
	2.4.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL).....	48
	2.4.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)	50
	2.4.5 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT).....	53
	2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA	
	2.5.1 — Secretaria de Segurança Pública (SSP).....	59
	2.6 — JUSTIÇA	
	2.6.1 — Secretaria da Justiça (SJ)	65
	2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	
	2.7.1 — Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ).....	71
	2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO	
	2.8.1 — Procuradoria-Geral do Estado (PGE)	77

2.9	—	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
2.9.1	—	Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)	85
2.9.2	—	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)	92
2.9.3	—	Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)	95
2.9.4	—	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)	96
2.9.5	—	Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)	98
2.10	—	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.10.1	—	Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)	105
2.10.2	—	Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)	112
2.10.3	—	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)	113
2.10.4	—	Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)	117
2.10.5	—	Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL)	119
2.10.6	—	Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA)	120
2.10.7	—	Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA)	120
2.11	—	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
2.11.1	—	Gabinete do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência e Tecnologia (SEACT)	123
2.11.2	—	Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	126
2.11.3	—	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	132
2.12	—	TURISMO	
2.12.1	—	Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR)	137
2.13	—	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
2.13.1	—	Secretaria da Fazenda (SF)	141
2.14	—	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
2.14.1	—	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)	151
2.14.2	—	Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE/RS)	155
2.14.3	—	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS)	158
2.14.4	—	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)	160
2.14.5	—	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	163
2.15	—	ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	
2.15.1	—	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)	167
2.15.2	—	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	168
2.15.3	—	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)	170
2.15.4	—	Conselho Estadual de Mineração (CEM)	172
2.15.5	—	Companhia Riograndense de Mineração (CRM)	173
2.15.6	—	Comissão Estadual de Energia (CENERGS)	174
2.16	—	TRANSPORTES	
2.16.1	—	Secretaria dos Transportes (ST)	181
2.16.2	—	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	182

2.16.3	—	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)	183
2.16.4	—	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	184
2.16.5	—	Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	188
2.17	—	PLANEJAMENTO	
2.17.1	—	Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP)	193
2.17.2	—	Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE)	200
2.18	—	RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	
2.18.1	—	Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA)	207
2.18.2	—	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG).....	208
2.18.3	—	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	209
2.19	—	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	
2.19.1	—	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)	215
2.20	—	PROCESSAMENTO DE DADOS	
2.20.1	—	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).....	223
2.20.2	—	Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul.....	225
2.21	—	DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
2.21.1	—	Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SIDRUOP)	231
2.21.2	—	Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN).....	235
2.22	—	GABINETE DO GOVERNADOR	
2.22.1	—	Casa Civil	245
2.22.2	—	Casa Militar	246
2.22.3	—	Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC) ...	247
2.22.4	—	Conselho Estadual de Política Social	250
2.22.5	—	Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI)	252
3	—	TABELAS	255

1 — APRESENTAÇÃO

Of. GG/n.º /89

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1989.

Senhor Presidente:

Pela segunda vez tenho a honra de dirigir-me à Assembleia Legislativa para prestar contas das atividades do Poder Executivo. Trata-se do cumprimento de uma exigência da Constituição Estadual, nos marcos historicamente estabelecidos pela humanidade como características fundamentais da Democracia e da conseqüente divisão dos poderes como forma de organização do Estado. Esta circunstância faz com que a presente mensagem, além de atender a um preceito legal, adquira o caráter de um dever ético e político do governante.

Enfocar a questão desta maneira significa ver esta prestação de contas não como uma mera e insípida formalidade, dissociada da prática administrativa cotidiana, mas como um momento de síntese de tal prática. Assim como não existe recurso discursivo ou retórico capaz de apresentar à sociedade como democrático um governo despótico, não há forma de transformar, ainda que por um instante, uma administração inepta ou autoridades inidôneas em entidades ou homens dignos de respeito.

É na atividade prática dos indivíduos e nas contribuições que as diversas coletividades aportam ao patrimônio da humanidade que se pode encontrar o critério de verdade necessário à avaliação e ao reconhecimento de suas realizações. As mais brilhantes civilizações e os mais inspirados estadistas não adquiriram o reconhecimento e a projeção históricos porque tiveram a felicidade de atravessar longos períodos de desenvolvimento sem maiores percalços. Tampouco obtiveram sucesso recorrendo ao ostracismo, à amargura ou à agressividade. De um modo geral, as conquistas humanas foram alcançadas através da superação de situações penosas e angustiantes. Sabê-lo, contudo, não torna as dificuldades mais amenas.

A presente década tem sido turbulenta para os brasileiros e para outros povos em desenvolvimento. Recessão, endividamento, desemprego, destruição da natureza, atraso tecnológico, inflação e pobreza são alguns dos contornos de um quadro atribuível a muitas nações como a nossa. Em 1982, o Produto Interno Bruto do Brasil atingiu o valor, até então sem precedentes, de 272 bilhões de dólares (2,140 dólares per capita). Caiu dramaticamente no ano seguinte ao não superar os 206 bilhões de dólares (1.590 por habitante). A partir daí, iniciou uma lenta recuperação até alcançar os 325 bilhões de dólares em 1987. Mesmo esta cifra, porém, deve ser encarada com prudência, pois equivale, em dóla-

Ao Excelentíssimo Senhor
Dep. ALGIR LORENZON
DD Presidente da Assembleia Legislativa
N/C

res de 1985, a apenas 269 bilhões de dólares. Em 1988, conforme dados preliminares, a economia nacional permaneceu virtualmente estagnada, já que o crescimento do produto registrou uma expansão de apenas 0,04%, enquanto o crescimento demográfico foi de 2,3%. Isto significa um produto per capita de 2.247 dólares. Ao mesmo tempo, o desemprego voltou a aumentar passando de 2,86%, em dezembro de 1987, para 3,32%, em novembro de 1988.

Como é sabido, a inflação, com seus efeitos perversos sobre os setores mais vulneráveis da economia, atingiu, em dezembro de 1988, o nível anual sem precedentes de 933%. Para que a desvalorização da moeda alcançasse tais proporções, concorreram uma série de fatores de ordem nacional e internacional aos quais não cabe fazer maiores referências nesta mensagem. Antes, contudo, de encerrar esta alusão à conjuntura econômica nacional é importante destacar um elemento de ampla repercussão sobre a situação do Estado do Rio Grande do Sul e das suas relações com o Governo Federal: o endividamento externo.

Embora o desempenho da economia brasileira na área externa tenha sido relativamente favorável em 1988, especialmente em termos comerciais — até novembro a balança comercial registrou um superávit de 17,7 bilhões de dólares, decorrente de exportações de 30,9 bilhões de dólares e importações de 13,2 bilhões de dólares — e apesar de o país ter normalizado suas relações com a comunidade financeira internacional através do refinanciamento de compromissos vencidos e do pagamento de juros atrasados, não ocorreu o necessário desafogo dos constrangimentos e das pressões financeiras externas sobre a economia brasileira. Tal situação, por motivos que serão mencionados adiante, aliada à política econômica do Governo Federal, teve amplas e graves repercussões no âmbito regional.

O Brasil (e por conseguinte o Rio Grande do Sul), da mesma forma que as nações em desenvolvimento em geral, tem a necessidade vital de mobilizar todos os recursos possíveis a fim de investi-los de maneira a contribuir para o seu progresso econômico e para o bem-estar de sua população. Em princípio, isto implicaria numa intensa e lúcida utilização da poupança interna e um criterioso apelo ao crédito externo, o que significa importação de capitais, inclusive endividamento. A exemplo de outros países do Terceiro Mundo, porém, em 1988, o Brasil esteve na condição de exportador líquido de capitais devido sobretudo à amortização de parte da dívida externa. Esta, em 1987, atingira 121,2 bilhões de dólares dos quais 76,5 bilhões contratados junto a bancos comerciais estrangeiros. Conforme os dados preliminares do Banco Central, ao final de 1988, a dívida externa brasileira terá diminuído 5,1%, alcançando 114,9 bilhões de dólares, dos quais 104,4 bilhões de dólares correspondentes a débitos de longo prazo. Este modesto resultado não impediu que nos últimos anos o Brasil remetesse ao exterior, a títulos de juros, taxas e amortização, a quantia impressionante de mais de 50 bilhões de dólares. Tal situação, que tem sido comparada à de um enfermo que doa sangue ao invés de receber transfusões, não pode perdurar indefinidamente sob pena de desorganizar as economias nacionais, inviabilizar os regimes democráticos e lançar milhões de pessoas na miséria.

Nos próximos meses deverão ocorrer negociações internacionais com o objetivo de aliviar o peso do endividamento externo sobre as economias em desenvolvimento. Até agora, contudo, as iniciativas neste sentido envolvendo as nações e instituições credoras privadas foram de caráter paliativo. Para os brasileiros, as implicações políticas dos problemas econômicos são cada vez mais evidentes. Com dificuldade o país trata de administrar a crise econômica herdada do antigo regime e de simultaneamente concretizar a transição democrática. E tais dificuldades não serão superadas sem uma solução global para a questão da dívida externa que envolve dois aspectos importantes de negociação, ou seja,

no aspecto político, que se refere a estabelecer condições adequadas para o cumprimento dos compromissos, e, no aspecto técnico, que envolve a avaliação do valor total da dívida a ser feito em auditoria internacional.

Entre os estados brasileiros e a nação como um todo, a situação se diferencia apenas em termos de matizes, embora em algumas ocasiões o Governo Federal, na tentativa de equacionar o problema, tenha optado por medidas econômicas que tendem a agravar a situação regional. Este contexto, que comporta elementos econômicos, políticos e administrativos é particularmente vivo no que diz respeito ao Rio Grande do Sul e, aliado às condições em que se encontrava a economia do Estado à época em que teve início a atual administração, condicionou duramente a atuação do Poder Executivo.

Ao tomar posse, em março de 1987, o atual governo tinha em mãos um orçamento elaborado pela administração anterior prevendo um déficit operacional de 27% e a necessidade de contratação de crédito no montante de Cz\$ 14,0 bilhões para a sua cobertura. Naquele momento, a dívida pública do Estado, tanto da Administração Direta como da Indireta, no montante de Cz\$ 111,0 bilhões (equivalentes, na ocasião, a cerca de cinco bilhões de dólares) apresentava um perfil absolutamente desfavorável, pois 55% dela estava vencida ou venceria em 1987.

Os resultados dos esforços do atual governo são públicos, já que, além da política de transparência administrativa adotada, houve a devida prestação de contas ao Legislativo. Ainda assim, retoma-se alguns indicadores da situação vigente há dois anos a fim de que a atuação do Executivo, em 1988, possa ser avaliada não apenas nos estritos limites prescritos pelo dispositivo constitucional, mas na perspectiva mais ampla dos compromissos assumidos perante a coletividade por seus governantes antes mesmo de iniciada a presente gestão.

A atual administração enfrentou uma equação difícil, ou seja, inadimplência generalizada e descrédito completo das entidades estaduais junto a instituições financeiras. Tal conjuntura era agravada pelos efeitos da política econômica federal que reduziu drasticamente as transferências de recursos da União, afetando de forma arrasadora os programas de investimentos em infra-estrutura e nas áreas sociais. O porte deste desafio ultrapassava as condições vividas na fase inicial do atual governo. Mas considerando em conjunto o quinquênio 1983-1987, o exercício de 1988 e as projeções para este ano, conforme foi submetido ao Poder Legislativo através da Proposta Orçamentária para 1989, já transformada em lei, torna-se evidente a reversão, implementada em 1987 e consolidada em 1988, da tendência de agravamento da dívida pública estadual.

A análise dos dados relativos ao exercício de 1988 e sua comparação com os exercícios precedentes permitem distinguir com clareza as linhas de força que orientam a ação do atual governo. O declarado propósito de não gastar nenhum centavo em despesas operacionais além da arrecadação foi transformado em ação concreta. Através de uma ampla e difícil renegociação, parte da dívida pública do Estado vem sendo rolada, com prazos alongados e redução de seus custos; o sistema financeiro público estadual foi completamente saneado, transformando-se em efetivo agente do desenvolvimento regional. Em 1988, os demais débitos vencidos foram praticamente saldados. A credibilidade financeira do Estado foi assim plenamente recuperada.

A recuperação financeira do Estado não foi dificultada apenas pelo passivo acumulado no passado ou pelas limitações quanto à obtenção de recursos federais. Dois outros fatores importantíssimos exigiam a atenção do poder público. Por um lado, o excessivo peso dos gastos com pessoal não impedia que os salários do funcionalismo se encontra-

sem rebaixados, em termos reais, a níveis perturbadores. Por outro lado, a paulatina retração dos investimentos públicos ao longo dos últimos anos gerou uma alarmante deterioração da infra-estrutura do Estado, em especial quanto a transportes, energia e telecomunicações. A situação não apenas ameaçava inviabilizar financeiramente as maiores empresas estatais (CEEE e CRT), como prejudicava a atividade produtiva comprometendo as perspectivas de desenvolvimento regional ao influir negativamente nas opções de investimento tanto públicos quanto privados. Em outras palavras, o setor público ameaçava converter-se de alavanca do progresso do Rio Grande em seu lastro.

A situação do funcionalismo público era particularmente delicada. Degradados sistematicamente, os salários dos servidores estaduais necessitavam ser recuperados e com isto estava eticamente comprometida a administração. As condições financeiras herdadas, aspectos legais e de natureza corporativa não permitiam, contudo, atender plenamente às expectativas do quadro de pessoal. Nestas condições, as legítimas reivindicações do funcionalismo defrontaram-se, irremediavelmente, com as limitações financeiras do Estado e o peso de um número excessivo e mal distribuído de funcionários, deixando ao Executivo uma margem de manobra exígua. Neste espaço limitado, tratou-se de equacionar o problema com uma postura responsável e democrática, consciente de que transigir no curto prazo em sua determinação frente ao desafio implicaria necessariamente comprometer o futuro, não apenas do serviço público, mas do próprio Rio Grande.

Apesar de todas as adversidades, a situação crítica em que se encontravam as finanças estaduais em 1987 foi afastada. Além de renegociar a dívida da administração direta e de sanear o sistema financeiro estadual, o Poder Executivo pôde, a partir de meados daquele ano e durante 1988, conceder reajustes salariais ao funcionalismo superiores às taxas de inflação sem, no entanto, elevar a participação da despesa com pessoal na receita líquida própria do Estado. De forma inédita, em termos nacionais, o governo gaúcho fixou, para os vencimentos dos servidores, um limite máximo e um piso superior ao mínimo legal, assegurando ainda que os reajustes se processassem bimestralmente. Antecipando-se a medidas semelhantes por parte do Governo Federal, a Administração Direta tratou de reduzir o número total de funcionários ativos sem prejuízo do serviço público. De tal forma, o quadro de pessoal, que em março de 1987 totalizava 123.161 servidores, em dezembro de 1988 estava limitado a 115.256. A situação dos inativos revelou-se também preocupante. Ao mesmo tempo em que vem tratando de elevar a um nível condigno as pensões, o Executivo constata que a passagem à inatividade de uma significativa parcela do funcionalismo vem se tornando demasiadamente onerosa para o Setor Público exigindo a busca de uma solução que contemple tanto os direitos dos servidores quanto a capacidade financeira do Estado.

Conforme a primeira prestação de contas que submeti à Assembléia Legislativa, o serviço da dívida como parte da despesa total atingia, então, 29,6%. Em 1988, tal percentual foi reduzido a 18,2%, não apenas através da renegociação dos débitos em melhores condições, mas por meio de amortização de uma parcela expressiva: entre 31/12/1986 e 31/12/1988, dados ainda preliminares demonstram que o Estado reduziu o valor de sua dívida global de 4,8 bilhões de dólares para menos de 4,0 bilhões de dólares.

De sua parte, o conjunto das empresas estatais que, no início do atual governo estava em situação financeira extremamente grave, teve, já em 1987, o melhor desempenho operacional dos últimos cinco anos. Esta performance foi repetida em 1988, quando as maiores empresas, que representam mais de 90% do setor produtivo estatal, tornaram-se operacionalmente auto-suficientes e recuperaram sua capacidade de investimentos com recursos próprios.

O caso da Companhia Riograndense de Telecomunicações é particularmente expressivo. Após cinco exercícios consecutivos apresentando prejuízo, em 1988, a CRT voltou a obter resultado positivo, ao apurar um lucro de 44 milhões de cruzados novos, ao mesmo tempo em que passou a operar de acordo com os padrões mais eficientes das empresas brasileiras do setor. Além disso, a empresa reduziu sua dívida, de 392 milhões de dólares em março de 1987 para 147 milhões de dólares, em dezembro de 1988. E já ostenta indicadores muito próximos dos perseguidos pelo Sistema de Telecomunicações Brasileiro. No que se refere à taxa das despesas operacionais líquidas, que evidencia a participação relativa de consumo dos insumos na geração de cada cruzado de receita, segundo o STB o índice ideal é 45. A CRT, em março de 1987, tinha 104,9 como índice, fechando o ano de 88 com 47. No final de 89 deverá estar entre as empresas mais destacadas do país.

Entretanto, apesar dos esforços desenvolvidos em todos os níveis, não foi possível completar a recuperação financeira da administração indireta em duas áreas, precisamente aquelas que concentram, juntas, 48% do total da dívida do Estado, com um perfil extremamente perverso. Trata-se da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Empresa tradicional e respeitada nacionalmente por seus serviços, a CEEE era, em 1987, considerada virtualmente sem saída, dado o volume e o perfil de seu fantástico endividamento. Revitalizada operacionalmente desde então, conseguiu melhorar a relação entre funcionários e consumidores, que passou a 11.537/1,9 milhão, em dezembro de 1986, para 11.000/2,1 milhões em dezembro de 1988. Ao mesmo tempo, com um trabalho eficiente na área de transmissão e de distribuição, conseguiu reconquistar a confiança dos consumidores, eliminando um dos fatores que influenciavam negativamente as decisões relativas aos investimentos privados do Rio Grande. Desta maneira, a Companhia é hoje uma empresa operacionalmente eficiente, apresentando uma das mais elevadas taxas de geração de recursos próprios do setor elétrico nacional.

No entanto, pesa ainda sobre ela uma dívida esmagadora. A busca de uma solução definitiva para o endividamento da CEEE, que não passe pelas intransigentes e draconianas fórmulas apresentadas por setores do Governo Federal, foi uma das preocupações centrais do Executivo estadual durante 1988 e seguirá sendo em 1989, baseado não apenas na constatação da eficiência operacional da empresa, mas também no fato de que, ao contrário das administrações anteriores, vem pagando integralmente a energia adquirida à ELETROSUL e Itaipu. No entendimento do Governo do Estado, a negociação da dívida da CEEE precisará obter apoio do próprio Presidente da República, dentro dos seguintes parâmetros: capitalização da empresa via participação do Estado, da ELETROBRÁS e da comunidade que ela atenderá; reescalonamento da dívida externa com prazo e carência adequados.

A situação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul era igualmente grave. O Governo do Estado em momento algum de seus dois anos de gestão recorreu ao BRDE em busca de socorro para suas necessidades financeiras, ou seja, a atual administração não comprometeu um único tostão do BRDE. Ao contrário, o atual Governo amortizou parcialmente os débitos do Setor Público Estadual junto o BRDE, que totalizavam, ao final de 1988, cerca de 330 milhões de cruzados novos, mais de 90% já vencidos. Dada a impossibilidade de amortização total de tais débitos a curto prazo, o problema vinha sendo contornado normalmente através da colocação dos títulos prestigiosos do BRDE no mercado de capitais.

No final do ano passado, o Banco Central inesperadamente determinou a liquidação extrajudicial do PRODUBAN, o Banco do Estado de Alagoas. Pela primeira vez esta me-

dida extrema era adotada em relação a uma instituição pública. No passado, a mais drástica atitude tomada pela autoridade monetária junto a entidades financeiras públicas havia sido a intervenção. Como não poderia deixar de ser, a brusca alteração da política até então sustentada atingiu o mercado de capitais com extraordinária intensidade, abalando a credibilidade das instituições financeiras estaduais. O BRDE, entretanto, foi atingido mais duramente devido ao volume de títulos que carregava em sua carteira e a inúmeras informações desestabilizadoras com origem no centro do país.

A partir do episódio envolvendo o PRODUBAN, o BRDE passou a enfrentar problemas de liquidez, emergencialmente contornados através de uma linha de crédito especial destinada a auxiliar os bancos estaduais em caráter temporário. Através de todos os meios ao seu alcance, o Governo do Estado passou a buscar, junto à administração federal, uma solução definitiva que não implicasse no comprometimento das demais instituições do Sistema Financeiro Estadual ou da recuperação do setor público em seu conjunto. Em suas gestões, o Poder Executivo gaúcho tem insistido perante as autoridades econômicas nacionais na obtenção do refinanciamento da dívida do setor público no BRDE nos moldes dos votos 340 e 580 do Conselho Monetário Nacional.

No esforço despendido, o princípio que tem comandado a ação do Governo do Estado tem sido um só: o interesse público. Ao longo de negociações delicadas, o Executivo do Rio Grande do Sul tem agido com firmeza e ponderação, evitando a arrogância e a auto-suficiência, o que somente contribuiria para o agravamento da situação.

Uma vez saneadas as finanças da Administração Direta em 1987, e mesmo sem contar com fontes de financiamento do Governo Federal ou de organismos internacionais, foi possível ao atual governo retomar os investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura.

Enquanto naquele exercício a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, foi direcionada ao saneamento das empresas estatais e ao pagamento de fornecedores de equipamentos, empreiteiros de obras e serviços pendentes de regularização, em 1988, os investimentos readquiriram sua expressão real, refletindo-se na ampliação da malha rodoviária, do sistema de fornecimento de energia, dos serviços de telecomunicações, na produção mineral e fundamentalmente na recuperação da rede escolar, de hospitais, instalações penitenciárias, de saúde e de saneamento público.

Sem elevar o endividamento público, o Governo do Estado, em 1988, dedicou a investimentos 64 milhões de cruzados novos (o equivalente a mais de 14% de sua receita própria líquida) e, graças aos resultados obtidos no conjunto das contas públicas, estabeleceu, conforme a Lei Orçamentária para 1989, 250,8 milhões de cruzados novos, correspondentes a 17,2% da receita própria líquida prevista. De sua parte, a Administração Indireta investiu, em 1988, outros 20,7 milhões de cruzados novos, obtidos através da geração própria de receita.

As restrições impostas pelo Governo Federal à obtenção de financiamentos de longo prazo para investimentos e a suspensão das transferências federais que viabilizariam programas de caráter social, revela a urgência de solucionar os problemas do BRDE e da CEEE, concluindo o processo de saneamento da administração pública, a fim de liberar os recursos adicionais necessários para que o Governo atue mais intensamente no fomento do progresso econômico e social do Estado.

Revertendo uma tendência de longo prazo no resultado financeiro do Setor Público Estadual, o Poder Executivo pode informar à Assembléia Legislativa que, ao final de

1987, o Tesouro registrara um módico, mas expressivo superávit de 200 mil cruzados novos e vem, através desta mensagem, registrar que, em 1988, o resultado operacional apontou um superávit de 78 milhões de cruzados novos. No Rio Grande, portanto, o Setor Público esforça-se intensamente para deixar de ser um lastro para a sociedade convertendo-se num agente dinâmico do desenvolvimento e do bem-estar coletivos.

O resultado obtido na administração das finanças estaduais, por mais animador que seja, não deve ocultar, porém, uma grave realidade; por si mesma notória, aliás. A economia regional atravessa uma conjuntura desfavorável. Em 1987, já se esboçavam os reflexos da situação recessiva nacional na economia gaúcha. Todavia, foram atenuados, então, por um excepcional desempenho do setor agrícola, compensando a debilidade dos demais setores. Para 1988, estimativas preliminares indicam que o Produto Interno Bruto do Estado teve uma retração de 1,9%.

A comparação dos indicadores do Estado e do país, setor por setor, indica que, no Rio Grande do Sul, a recessão atingiu maiores proporções devido à ponderação que os setores agrícola e de serviços possuem na economia estadual (68,4% no Estado e 62,0% no Brasil).

Esta circunstância amplificou o resultado negativo da atividade rural, pois algumas lavouras importantes, severamente afetadas por problemas climáticos, fizeram com que a produção agrícola no Estado sofresse uma queda.

O setor industrial (excluindo-se serviços industriais de utilidade pública) teve, no Estado, uma performance menos recessiva que no conjunto do país. Tal desempenho deveu-se a significativa retração da demanda interna sem que fosse possível redirecionar a produção para o mercado internacional. Além disso, o comportamento industrial, no ano de 1988, esteve vinculado a uma temporária redução dos investimentos relacionada com a aceleração inflacionária, a expectativa quanto à nova Constituição federal, e outros fatores de ordem nacional.

O setor serviços, ao contrário do industrial, tem revelado, no Rio Grande do Sul, ao longo dos últimos anos, um desempenho sistematicamente inferior ao registrado nacionalmente. Ainda assim, o ligeiro resultado positivo alcançado em 1988 (0,3%), decorrente mais da retração registrada em 1987 que de uma expansão consistente, impediu que a queda do Produto Interno Bruto Estadual fosse ainda maior, dada a importância do setor na composição da renda global do Estado (55%). Paralelamente, o desempenho do setor serviços, aliado ao crescimento da economia informal, impediu que a retração apontada na indústria e na agricultura se refletisse num aumento das taxas de desemprego, como ocorreu em termos nacionais.

Não há a menor dúvida que, como membro da Federação, o Rio Grande do Sul e sua economia reproduzem, com algumas particularidades, as flutuações da conjuntura nacional. Isto fica evidente, por exemplo, no comportamento do setor industrial. Por outro lado, não fossem dificuldades de ordem climática, a agricultura teria apresentado um melhor resultado contribuindo direta e indiretamente para uma melhor performance global. A recuperação do Setor Público e de sua capacidade de intervenção como agente do desenvolvimento apenas nos próximos meses começará a gerar reflexos significativos.

Já passou o tempo em que se sustentava seriamente a tese de que Países e estados teriam uma "vocação" produtiva da qual não poderiam se afastar com sucesso. O Poder Executivo sabe que encontra o respaldo do Legislativo e da população do Estado quando

sustenta que a vocação do Rio Grande do Sul está em todos os setores; sua agricultura, sua indústria e suas atividades na área de serviços ocupam e poderão seguir ocupando uma posição de destaque no Brasil e conquistar uma projeção internacional.

A sociedade do Rio Grande do Sul entende que as dificuldades conjunturais deste país, por mais severas que sejam, não eliminam o que já se fez ou negam o que é possível fazer. A sociedade gaúcha rejeita a cômoda, mas equivocada inclinação de buscar nas crises nacionais um alibi para a inoperância estadual. Enfim, os gaúchos sabem, quase atavicamente, que os horizontes se renovam à medida em que se avança no caminho escolhido. A atual administração do Estado também sabe que, acima das divergências imediatas e corriqueiras, os demais poderes e a população como um todo compartilham a determinação de fazer com que o Rio Grande do Sul não apenas avance como avance o mais rápido possível ao encontro das sociedades desenvolvidas.

Uma série de fatores, de políticas econômicas nacionais desfavoráveis a uma posição geográfica periférica ao centro dinâmico do país, passando por administrações equivocadas e sem respaldo popular, fizeram com que o Rio Grande do Sul tivesse sua participação no produto nacional reduzida paulatinamente por muitos anos. Esta não é uma situação natural, imutável. Pelo contrário, pode e deve ser alterada. Vai ser alterada. Como já foi dito, ao longo dos últimos dois anos, o Poder Executivo esteve empenhado na recuperação e no reerguimento do setor público. Além do saneamento financeiro e da retomada dos investimentos sociais e em infra-estrutura, o Governo, agindo de forma intransigentemente democrática, legalista e austera, trata de descentralizar a administração tornando-a, ao mesmo tempo, mais eficiente e acessível, mais ágil e mais produtiva. Num atitude de respeito e confiante solidariedade, o Executivo aguarda a elaboração, por parte da Assembléia Legislativa, da nova Constituição Estadual ao longo deste ano, na certeza de que o resultado significará o estabelecimento do marco institucional de um novo período de prosperidade e bem-estar para o Rio Grande do Sul e para seu povo.

A agilização do setor público e um novo ordenamento institucional são cruciais para o progresso do Estado, mas, obviamente, insuficientes. É preciso estimular, garantir e participar das iniciativas visando ao desenvolvimento ou que para ele contribuam. O Rio Grande do Sul pode e deve aumentar sua produção agropecuária. Mas isso, por motivos naturais e econômicos, se dará mais pelo aumento da produtividade que pela incorporação de novas áreas de produção, o que significa recorrer intensivamente à tecnologia. O Rio Grande do Sul pode e deve expandir sua atividade manufatureira. As alterações no comércio internacional, as inovações quanto a matérias-primas, processos de produção, e o surgimento de uma ampla gama de produtos tecnologicamente revolucionários fazem com que antigas vantagens comparativas desapareçam vertiginosamente, criando novos espaços competitivos e estimulando os indivíduos e as coletividades com espírito empreendedor. O Setor Serviços do Estado precisa ampliar-se e modernizar-se para atender uma demanda maior e mais exigente. A pesquisa científica e tecnológica está sendo intensificada no Estado para que os setores produtivos aqui instalados não sofram de uma deficiência crônica e onerosa. A população carece e tem direito a um serviço público eficiente, no atendimento de seus anseios de uma vida mais digna, saudável e segura. As antigas e bizarras rivalidades com os países vizinhos estão dando lugar à cooperação, à fraterna utilização dos recursos comuns e ao rico intercâmbio das experiências singulares. É o que tem sido feito nos últimos anos através dos ministérios das relações exteriores dos governos centrais, e também, diretamente, no contato entre províncias, departamentos, e estados vizinhos.

O ano de 1989 será crucial para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Em termos nacionais, o penoso processo de redemocratização chega ao seu momento de maior expres-

são com as eleições presidenciais e, no Congresso, com elaboração da legislação ordinária que permitirá a total e soberana vigência da Constituição recém-promulgada. No âmbito regional, a redação da Constituição Estadual, seguramente um dos maiores momentos da política gaúcha estabelecerá as condições institucionais necessárias ao progresso e a convivência democrática no Rio Grande do Sul.

Grandes empreendimentos deverão ser consolidados, ou desencadeados, com o objetivo de assegurar uma base mais sólida para o desenvolvimento do Estado. É o caso da ampliação do Pólo Petroquímico de Triunfo, e do Gasoduto Argentina-Brasil. Apesar da atual crise nacional, o Rio Grande já desperta um maior interesse por parte dos investidores privados, afastando o espectro da desindustrialização e da decadência econômica.

A duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini, cujas obras estavam paralisadas desde 1983, foi retomada no ano passado. O aumento de sua produção e a ampliação da Central de Matérias-Primas da Copesul já trazem resultados favoráveis, pois permitiram que importantes grupos econômicos privados nacionais optassem por Triunfo como local para instalar suas plantas de MVC/PVC e de Cumeno-Fenol-Acetona. Tais unidades, cuja implantação deverá ter início no próximo ano, virtualmente consolidam o III Pólo Petroquímico, assegurando, através da atração de uma ampla gama de indústrias de terceira geração, o desenvolvimento do Estado neste importantíssimo setor da economia contemporânea.

A atual administração do Estado, com o objetivo de fomentar os investimentos no Rio Grande do Sul, não se limitou, em 1988, ao esforço de melhorar a infra-estrutura regional. Adotou uma postura mais agressiva enviando missões a outros estados e países, onde foram desenvolvidos contatos visando à implantação de novos empreendimentos, inclusive uma montadora de veículos em território gaúcho. Ao mesmo tempo, promoveram-se gestões junto a instituições financeiras internacionais com o objetivo de obter os recursos necessários à viabilização de projetos públicos nas áreas social e de serviços. Neste campo, foram particularmente produtivos os contatos com o Banco Mundial.

Num reflexo da confiança que o Estado desperta junto ao setor privado, a Junta Comercial do Rio Grande do Sul procedeu ao registro de mais de 39 mil constituições de firmas, o equivalente a mais de cem novas empresas por dia. Enquanto isso, o Fundo de Operação Empresa (Fundopem/RS), criado em abril último, alcança o sucesso esperado, pois deverá completar seu primeiro ano superando a marca de um bilhão de dólares em novos investimentos produtivos no Estado. A fim de assegurar que os investidores já estabelecidos ou interessados em se instalarem no Rio Grande encontrem o apoio tecnológico adequado e a mão-de-obra qualificada, realizaram-se importantes investimentos em educação e pesquisa, destacando-se a criação do Centro de Biotecnologia.

De sua parte, paralelamente a recuperação do setor público e retomando o seu papel como agente dinâmico, o Governo do Estado, intensificará a implementação de importantes programas nas áreas de agricultura e abastecimento e na melhoria da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações, setores que vêm merecendo atenção especial do Poder Executivo. Prova disso é que, no ano passado, realizaram-se obras de conservação e melhoria em 9.135 km de rodovias estaduais e executaram-se operações de terraplenagem envolvendo 1,8 milhões de m³ para a implantação de novas rodovias e pontes.

Uma parcela expressiva dos recursos destinados a investimentos vem sendo aplicados no atendimento de necessidades de caráter social, com prioridade para a construção e melhoria da rede escolar. Por meio da criação de novas escolas e da ampliação de estabeleci-

mentos de 1.º ou 2.º, que passaram a atender a ambos os níveis, foram instaladas centenas de novas séries beneficiando dezenas de milhares de alunos. Na área da saúde, a municipalização do atendimento, iniciada em dezembro de 1987, permitiu a agilização dos atendimentos que alcançaram, no ano passado um número superior a 2,5 milhões. Através da rede de unidades assistenciais próprias em número de 870 e dos postos do INAMPS, foi possível levar a assistência médica a todos os municípios do Estado.

É nestas condições — voltado para as perspectivas deste e dos próximos anos; determinado a enfrentar as dificuldades que com certeza surgirão; confiante na capacidade da administração para enfrentá-las com sucesso; e solidário com o Legislativo diante da nobre e árdua missão de elaborar a nova Constituição do Estado — que presto contas à Assembléia Legislativa dos atos do Poder Executivo durante o ano de 1988, que setorialmente e de forma resumida, estão arrolados a seguir.



Pedro Simon
Governador do Estado

FAZENDA:

Os principais indicadores econômicos — já conhecidos ou em fase conclusiva de cálculo — estão sinalizando que o sistema econômico nacional ruma para um processo recessivo crônico, tendo como destaque negativo desta acelerada marcha, em 1988, a inflação oficial recorde de 933%.

Integrado nesse contexto, como uma de suas partes, o Rio Grande do Sul foi alcançado pelos efeitos do declínio das atividades produtivas, que provocaram sensíveis dificuldades na gestão das finanças públicas e repercutiram negativamente nos saldos das principais contas da Administração Centralizada do Estado.

Com efeito, a receita realizada em 1988, excluídas as operações de crédito, foi da ordem de 527,8 bilhões de cruzados, apresentando um crescimento real de 16,0%, em relação a 1987, percentual obtido com base na média do Índice de Preços ao Consumidor, elaborado pelo IBGE. Todavia, se utilizarmos a média do Índice Geral de Preços, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, o crescimento será de apenas 0,9%.

Essa marca teve origem no comportamento das taxas reais de crescimento da arrecadação dos principais tributos estaduais: prevê-se que o IPVA e o ITBI decrescerão, respectivamente, em 20,4% e 11,0%, enquanto o ICM terá um crescimento de 2,2%. Deste modo o conjunto dos três impostos apresenta um acréscimo de 1,05% em relação ao exercício anterior, resultado que, mesmo discreto, contribuiu para a obtenção de superávit na execução orçamentária.

A gestão das finanças públicas foi orientada por esse firme propósito, adotando-se uma rígida política de racionalização e contenção da despesa programada para 1988, sem descuidar da manutenção da eficiência e da qualidade dos serviços essenciais prestados à comunidade sul-rio-grandense, bem como da realização dos investimentos indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Além disso, a Secretaria da Fazenda desenvolveu um elenco de atividades destinado a aumentar a receita tributária do Estado, destacando-se nele a intensificação do combate à sonegação, implementada na forma de "Programas Especiais de Fiscalização", a agilização da cobrança da Dívida Ativa, a revisão dos benefícios fiscais relativos ao ICM, a readequação de prazos de pagamento deste tributo, a reformulação da sistemática de cobrança do IPVA e a ativa participação nos trabalhos que envolviam matéria tributária na Assembléia Nacional Constituinte.

A adoção simultânea dessas medidas, bem como a obtenção de melhores prazos e menores encargos na rolagem da dívida pública, e do severo controle dos repasses às instituições que compõem a Administração Indireta, permitem antever que o Estado repetirá o desempenho do ano precedente, encerrando as contas do exercício de 1988 com um superávit da ordem de 78 bilhões de cruzados no orçamento operacional.

O resultado obtido, revertendo a tendência deficitária verificada ao longo do último decênio, decorreu da estratégia do saneamento das finanças do Estado, estabelecida desde o início da atual gestão, calcada nos seguintes pontos fundamentais:

- equilíbrio orçamentário, especialmente o operacional;
- retomada dos investimentos públicos com utilização de recursos próprios;
- renegociação da dívida pública com alongamento de prazos e redução de encargos;
- controle e recuperação das empresas estatais.

No campo da receita, cabe realçar o trabalho desenvolvido pela Fiscalização de Tributos Estaduais que lavrou, em 1988, nas 10.317 auditorias realizadas em estabelecimentos industriais, comerciais e produtores, 13.126 Autos de Lançamentos do imposto sonegado, em atraso e multas, totalizando Cz\$ 43,3 bilhões, valor que corresponde a 12% da receita total do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

A cobrança da Dívida Ativa foi também intensificada. A edição da Lei nº 8.524, de 21/01/88, possibilitou a formulação de propostas para liquidação de dívidas via dação de bens imóveis ao Estado, envolvendo um total de créditos correspondente a 2.889.104 OTEs, oportunizando aos contribuintes inadimplentes o resgate de seus débitos. De outro lado, a edição da Lei nº 8.527, de 21/01/88, excluiu a correção monetária referente ao período do Plano Cruzado dos créditos tributários possibilitando sensível incremento na arrecadação da Dívida Ativa do Estado.

Criaram-se Câmaras de Julgamento no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e alteraram-se as penalidades aplicáveis às infrações tributárias com a edição da Lei nº 8.694, de 15 de julho de 1988; imprimiu-se, assim, maior celeridade na apreciação dos processos de impugnação do crédito tributário e dificultou-se a interposição de recursos meramente protelatórios, fatores que, certamente, trarão positivos reflexos sobre a arrecadação tributária.

Por outro lado, o Governo do Estado dedicou especial atenção à política do gasto público. A realização das despesas de custeio e de investimentos seguiu compromisso previamente assumido e consignado no documento "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul", obedecendo aos princípios da racionalidade, da austeridade, da rigidez e, principalmente, da qualidade do gasto público.

Com isso, a credibilidade do Governo do Estado junto ao meio empresarial foi readquirida, tornando possível reorientar a política de compra, via comparação dos preços das licitações, com os vigorantes no mercado. Essa diretriz provocou a revogação de 131 licitações, em 1988, representando uma economia de 272.531 OTNs para o Estado.

Por decorrência da estratégia adotada, foi possível iniciar, em 1987, a realização de investimentos em infra-estrutura, concentrando-se a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, para o saneamento de empresas e/ou pagamento de fornecedores de equipamentos, obras e serviços, então pendentes de regularização.

Em 1988, intensificou-se o processo de investimentos, destinando-se 64 bilhões de cruzados para obras rodoviárias, energia elétrica, telecomunicações, mineração e, fundamentalmente, para a recuperação da rede escolar, hospitais, presídios e obras de saneamento básico.

Valendo-se das diretrizes expostas para alcançar suas prioridades no campo das fi-

nanças públicas, a atual Administração está consciente de que o esforço despendido nos dois primeiros anos de atividade foi amplamente recompensado, tendo inclusive o setor produtivo estatal alcançado elevado nível de auto-suficiência operacional, recuperando plenamente a capacidade de investir com recursos próprios e contribuindo ativamente para o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

EDUCAÇÃO:

A Secretaria da Educação, seguindo a política do atual governo, enfatiza a necessidade de se pensar a Educação hoje numa dimensão político-social, cujas necessidades nascem das bases de uma sociedade democrática, e para a qual devem convergir os esforços conjuntos de dirigentes, professores e técnicos engajados no desafio de "universalizar o acesso à escola, vencer o analfabetismo e proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade".

As ações programadas pela Secretaria da Educação têm-se voltado, basicamente, para uma abertura a novas tecnologias educacionais, passando pelo reordenamento do Sistema Estadual de Ensino, e atingindo também as inovações técnico-pedagógicas e administrativas indispensáveis a que a educação gaúcha avance, neste final de século, com a segurança, a competência e a qualificação a que o Estado tem legítimo direito.

Para 1988, foram definidas pela Secretaria algumas linhas de atuação que se traduzem, destacadamente, nos resultados a seguir mencionados.

As ações de treinamento, realizadas com a finalidade de propiciar a melhoria da qualificação e desempenho técnico-pedagógico e especializado do profissional do magistério efetivaram-se através de: realização de dez Cursos, atingindo a 1.135 beneficiários; realização de vinte e quatro Encontros, atingindo a 4.278 beneficiários; realização de um Fórum, atingindo a 2.450 beneficiários; promoção de seis Treinamentos, atingindo a 165 beneficiários; promoção de nove Seminários, atingindo a 276 beneficiários, num total de cinquenta eventos que abrangeram 8.304 treinandos.

No que respeita a ampliação da Oferta de Vagas foram criadas em 1988, ao nível do Ensino de 2º Grau, quatro escolas, e transformadas trinta e quatro, de escolas de 1º Grau, ou de 2º Grau em escolas de 1º e 2º Grau, totalizando trinta e oito escolas no exercício. Essas novas escolas propiciaram 2.280 vagas.

Ainda com relação à oferta de vagas para o Ensino de 2º Grau, merece menção o atendimento, pelo Estado, à totalidade dos novos municípios (em número de oitenta e oito) criados no Rio Grande do Sul. Os municípios que ainda não dispõem deste nível de ensino, em número de 34, serão dotados de cursos de 2º Grau, em 1989.

Ao nível do ensino estadual de 1º Grau verificou-se, até 27.12.88, a criação de quinze escolas, a criação e autorização de funcionamento de doze escolas, e a autorização de funcionamento de 126 escolas, totalizando 153 escolas no exercício.

Foram, também, instaladas 509 novas séries, estando prevista a instalação de mais 424 novas séries em 1989, beneficiando, respectivamente, 13.075 e 11.600 alunos.

Na área de Assistência ao Educando, além da oferta de vagas nas Escolas e Instituições Educacionais do Estado, a Secretaria da Educação, através do Departamento de Assistência ao Educando (DAE) adquiriu, em escolas da rede privada, as seguintes vagas pa-

ra alunos carentes excedentes: de um total de 102.449 vagas adquiridas em 1988, 24.246 destinaram-se ao Ensino Regular de 2º Grau, e 75.203 ao Ensino de 1º Grau, das quais 74.403 corresponderam ao Ensino Regular, e 800 ao Ensino Especial. Foram, ainda, concedidas vinte e uma bolsas de estudo relativas ao Ensino de 2º Grau.

No sentido de harmonizar finalidades e meios, a Programação 1988/91 realizada pela Superintendência de Suprimento às Unidades Escolares selecionou, como metas prioritárias:

- Restaurar, reformar e reconstruir prédios escolares de 1º e 2º Graus do Ensino Regular e Supletivo que se encontravam em precário estado de conservação;
- Ampliar e construir novos prédios escolares, em localidades de demanda escolar reprimida;
- Prover de equipamentos e materiais de consumo básico as Unidades Escolares de 1º e 2º Graus do Ensino Regular e Supletivo;
- Instituir, gradativamente, programas de avaliação e controle da rede física escolar, bem como do material e equipamentos disponíveis na rede estadual de ensino;
- Prestar apoio financeiro às Prefeituras Municipais para o desenvolvimento do Ensino Municipal de 1º Grau;
- Implantar um campo de unidade funcional, institucional e programática para a execução do Quadro de Pessoal por Escola.

Considerando o total de recursos aplicados pelo Departamento de Obras Escolares no período 1987/88, verifica-se o seguinte: no Município de Porto Alegre, foram destinados recursos no montante de Cz\$ 998.300.894,00, dos quais Cz\$ 976.328.734,00 são provenientes do Salário-Educação — Quota Estadual, e destinaram-se às Escolas Estaduais de 1º Grau, e de 1º e 2º Graus para Obras de construção (Cz\$ 206.679.866,00), reconstrução (Cz\$ 55.293.680,00), ampliação (Cz\$ 458.884.824,00), reforma (Cz\$ 246.437.803,00) e reparos (Cz\$ 9.032.561,00); os Cz\$ 21.972.160,00 restantes, originários do Tesouro do Estado, destinaram-se a reparos em Escolas Estaduais de 2º Grau.

No interior do Estado, o montante de recursos aplicados foi de Cz\$ 2.572.568.240,48, assim distribuídos: Cz\$ 2.552.227.948,48 provenientes do Salário-Educação e destinados às Escolas Estaduais de 1º Grau e de 1º e 2º Graus, incluindo as Escolas Agrícolas, para obras de construção (Cz\$ 762.432.008,00), reconstrução (Cz\$ 47.875.274,00), ampliação (Cz\$ 1.317.895.519,92), reforma (Cz\$ 343.043.265,56) e reparos (Cz\$ 80.981.881,00); e Cz\$ 20.340.292,00, com origem no Tesouro do Estado e destinados a reparos em Escolas Estaduais de 2º Grau, incluindo também Escolas Agrícolas.

Em termos físicos, esta aplicação de recursos correspondeu em Porto Alegre, a construção de 22 escolas, realização de reformas em 136 escolas e reparos em 37 escolas. No interior do Estado destinou-se a construção de 60 escolas, realização de reformas em 244 escolas e reparos em 393 escolas.

Foi ainda obtida uma suplementação de Cz\$ 2.384.000.000,00, por parte do Tesouro do Estado, em 1988, englobando 17 escolas (Cz\$ 361.699.015,53) em Porto Alegre e 139 escolas (Cz\$ 2.021.807.707,35) no Interior do Estado, a fim de atender a construções, reconstruções e ampliações em estabelecimentos de ensino de 1º Grau, e de 1º e 2º Graus.

No que respeita a Escolas Estaduais de 2º Grau, a suplementação foi aplicada em um estabelecimento em Porto Alegre (Cz\$ 25.293.861,77) e em cinco estabelecimentos no Interior do Estado (Cz\$ 99.754.933,20).

De acordo com o Parecer 1264/88, foram ainda obtidos recursos financeiros no valor de Cz\$ 1.508.000.000,00, empregados em reajustamentos envolvendo 110 escolas em Porto Alegre (Cz\$ 386.345.798,80) e 114 escolas no Interior do Estado (Cz\$ 306.663.518,00); em liberação de serviços, compreendendo nove escolas do Interior do Estado (Cz\$ 5.662.718,14), devendo o saldo ser aplicado em Obras e Instalações, e Serviços.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE:

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) desde março de 1987 tem se estruturado com o objetivo de integrar todos os setores que atuam na área da saúde no sentido de viabilizar a implantação de um Sistema Estadual de Saúde que atenda às necessidades da população.

Com a assinatura, em 15 de setembro de 1987, do convênio com a União implantando o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS) concretizou-se o processo de universalização e gratuidade da atenção, equidade no atendimento, integralidade das ações de saúde e da participação social.

A partir de dezembro/87 iniciou-se a municipalização da saúde que, junto com a criação dos Distritos Sanitários, irá permitir que as questões do processo saúde/doença sejam encaminhadas e resolvidas primeiramente a nível local e municipal.

A rede de unidades assistenciais próprias é composta por 870 Unidades Sanitárias da SSMA e noventa e oito Postos de Assistência Médica do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), cobrindo todos os municípios do Estado.

O processo de implantação do SUDS no Rio Grande do Sul se concretizou a partir da municipalização dos serviços de saúde, processo este iniciado no final de 1987 através da municipalização dos primeiros vinte e três municípios e, ao longo de 1988, de mais quarenta e cinco, totalizando sessenta e oito.

Em relação às políticas específicas, a SSMA executa as de atenção integral à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, do trabalhador, bucal e mental, realizando, no ano de 1988, 2.532.122 atendimentos médicos, 705.759 atendimentos odontológicos, 6.167.587 atendimentos básicos e 3.896 palestras consonantes com a proposta de trabalhos educativos.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do nível de saúde da população, buscando o controle e/ou redução de doenças transmissíveis, toxi-infecções e verminoses, o Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN) implantou 165 sistemas simplificados de abastecimento de água, noventa extensões de rede de água e vinte e uma extensões de rede de esgoto, com a co-participação das Prefeituras Municipais e das comunidades beneficiadas.

SANEAMENTO:

Atualmente, a população abastecida de água pela Companhia Riograndense de Sa-

neamento (CORSAN) corresponde a 4.183.000 habitantes, ou seja, 90,5% da população urbana das localidades onde a Empresa presta este serviço, e 60,9% da população urbana total do Estado.

No ano de 1988, o acréscimo da população abastecida foi de 158 mil habitantes, em decorrência da execução de obras em diversas frentes de trabalho, que resultaram na ampliação de aproximadamente 420 km de redes de distribuição, dos quais cerca de 370 km de empreendimentos da CORSAN e 50 km de loteamentos particulares diversos. Também, em função das obras executadas, houve um aumento efetivo de 210 litros/segundo na produção de água tratada, encontrando-se em execução ampliações de sistemas cujas capacidades serão aumentadas em mais 470 litros/segundo. Quanto à reservação, foi elevado o seu volume em 2.000m³, encontrando-se em andamento ampliações que, quando concluídas, adicionarão mais 2.450m³ à reservação existente.

Neste período, foram ainda perfurados 125 poços profundos, dos quais sessenta já estão sendo utilizados.

Os investimentos em obras de abastecimento de água, no ano de 1988, atingiram o montante de Cz\$ 4,571 bilhões, que tiveram as seguintes origens e valores: financiamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) — Cz\$ 3,655 bilhões; financiamentos obtidos junto ao Fundo de Água e Esgoto (FAE) — Cz\$ 74 milhões; recursos próprios — Cz\$ 560 milhões; aumento de capital — Cz\$ 282 milhões.

Quanto aos serviços de coleta de esgotos sanitários, no exercício em exame houve um acréscimo na população atendida pela CORSAN de 23 mil habitantes, chegando o atendimento total a 411 mil pessoas, ou seja, 30,2% da população urbana das localidades onde a Empresa oferece este serviço.

No ano de 1988, foi investido, em obras de esgoto, o montante de Cz\$ 70 milhões, com as seguintes origens e valores: financiamento obtido junto à CEF — Cz\$ 63 milhões; recursos próprios da CORSAN — Cz\$ 7 milhões.

TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA, E HABITAÇÃO:

Durante o ano de 1988, com base em suas atribuições e vinculadas aos Programas que lhe competem, a Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária — STASC desenvolveu, entre outras, as ações mencionadas a seguir:

— Programa de Apoio ao Trabalhador

Dentro do Projeto de Viabilização de Espaços Econômicos, e com a finalidade de concretizar a participação do Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária/Fundação Gaúcha do Trabalho) no Programa PRORENDA tipologia 2 — negociado entre o Governo do Brasil e da República Federal da Alemanha, através da "Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit (GTZ)" —, foi assinado o Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre os dois governos.

O PRORENDA visa à promoção de emprego e renda, bem como melhorias urbanas em cinco áreas selecionadas: Vilas Mato Sampaio/Fátima, Maria da Conceição, Campo da Tuca, Restinga Velha e Medianeira/Tronco, sendo que a população estimada das vilas a serem atingidas pelo projeto é de 53 mil pessoas.

As ações partem da mobilização das comunidades organizadas e da participação efetiva das mesmas no processo de planejamento, execução e controle, para que a população-alvo adquira condições de autogestão. A composição da equipe é interinstitucional e o valor da cooperação técnica é de DM 6,5 milhões, com igual contrapartida do Estado do Rio Grande do Sul.

Complementando a fase de planejamento, está sendo implementado o início da execução, com a complementação e treinamento da equipe técnica e preparação dos projetos executivos de cada uma das cinco áreas.

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) adotou, como proposta de ação para o ano de 1988, os Programas de Assistência Direta e Indireta à Criança e ao Adolescente, totalizando atendimento a 74.286 menores no Estado.

A Educação e o Trabalho permeiam tanto a Ação Direta quanto a Indireta. Entre as diretrizes da FEBEM se prioriza a garantia dos direitos, o acesso ao saber, o resgate da cidadania e o processo participativo.

Na Ação Direta o atendimento aos menores se concretiza nas Unidades de Recepção e Triagem, nas Unidades de Educação, Centros Abertos, Lares Substitutos e Centros de Preparação para o trabalho, totalizando atendimento a 21.319 menores, com custo de Cz\$ 2,6 bilhões no corrente ano.

A Ação de Triagem objetiva realizar a avaliação diagnóstica da situação do menor para os encaminhamentos adequados. Esta ação se caracteriza por intensa movimentação de menores, atendendo no presente ano a 2.604 menores. Através do auxílio financeiro foram atendidos mais 1.386 menores, no mesmo período, beneficiando a 3.753 famílias, buscando evitar internamentos, cuja situação se caracteriza por carência econômica.

A Ação Indireta caracteriza-se por toda e qualquer ação de iniciativa comunitária que tenha da FEBEM o apoio político, técnico e/ou financeiro.

O atendimento a menores se concretiza através de convênios com Entidades Sociais Particulares e Prefeituras Municipais, Colocação em Emprego e Projeto Bom Menino, abrangendo 52.967 crianças e adolescentes, com um custo de 895 milhões, no corrente ano.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) desenvolve suas atividades objetivando a execução do Programa de Habitação Popular e a administração dos financiamentos concedidos.

Suas realizações, em 1988, foram diretamente afetadas pelas Resoluções 1464 e 1469 do Banco Central que, com o propósito de limitar o endividamento público, suspendeu tanto o Contrato de Abertura de Crédito (para a produção de 44.892 unidades, em três anos), quanto o Convênio do Governo do Estado para o Programa de Lotes Urbanizados (para a implantação de 130 mil unidades, em quatro anos), ambos com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Assim, embora com os recursos da CEF limitados aos créditos já empenhados e a partir do decidido apoio do Governo do Estado, que passou a investir com seus próprios recursos, tornou-se possível a COHAB-RS desenvolver suas ações em 1988 através de alguns subprogramas, entre os quais merecem destaque:

— Recuperação e Implantação de Obras de Urbanização, Serviços e Equipamentos Públicos

Este Subprograma tem como objetivos a recuperação dos conjuntos habitacionais existentes, e o estímulo à participação comunitária, incentivando a co-responsabilidade e a necessidade de sua manutenção e conservação.

Entre as ações desenvolvidas destaca-se a conclusão dos trabalhos em dois grandes conjuntos — Feitoria, em São Leopoldo, e Rui Coelho Gonçalves, em Guaíba — beneficiando 6 mil famílias. Além disso, encontram-se em execução trabalhos em quatro outros conjuntos habitacionais (N2, N3 e N4 em Gravataí, e Cavalhada em Porto Alegre), que *beneficiarão 4.064 famílias.*

A população total abrangida é de 40 mil pessoas, sendo utilizados recursos provenientes do saldo de contrato da Caixa Econômica Federal (FINSOCIAL) e recursos da COHAB, no valor de Cz\$ 128,9 milhões, aproximadamente.

— Complementação de Redes de Infra-Estrutura

Objetiva este Subprograma recuperar os conjuntos habitacionais invadidos, para propiciar a solução dos problemas mais sérios, viabilizar a comercialização das unidades e o nível de retorno dos investimentos.

Foram iniciados e encontram-se em execução os seguintes trabalhos beneficiando 9.636 famílias: recuperação, limpeza geral da rede de esgoto cloacal e construção de ramais prediais de esgoto do Conjunto Rubem Berta, em Porto Alegre; e complementação das redes de infra-estrutura do Conjunto Guajuviras, em Canoas.

A população total abrangida é de 38.500 pessoas, tendo sido aplicados na execução do Subprograma recursos próprios da COHAB, no valor de cerca de Cz\$ 11,1 milhões.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública, através dos seus órgãos de execução, Polícia Civil e Brigada Militar, desenvolveu suas atividades sempre buscando a segurança do cidadão e a necessária ordem pública, de acordo com a legislação vigente e, ultimamente, já em consonância com as disposições da nova Constituição. Com mais nitidez se evidencia a nova política de segurança preconizada pelo atual Governo, imediatamente absorvida pelas estruturas organizacionais executoras, a qual considera a Segurança Pública “segurança para o povo e não contra ele”, afastando definitivamente a opção pela segurança do Estado em detrimento da segurança do cidadão.

Essa nova política de segurança exige o aprimoramento dos recursos humanos e equipamentos, notadamente numa época em que crescem os índices de criminalidade e se tipificam de diversas formas difíceis de serem contidas.

Para enfrentar tal desafio, em termos de recursos humanos, foi realizado o recrutamento de 1.090 homens para a Brigada Militar e serão recrutados mais 180 exclusivamente para a 2.^a Companhia de Charqueadas, recém-criada para atender àquele Município e ao complexo penitenciário que lá se encontra. Foi implantada uma Companhia Feminina criada anteriormente, e criada uma outra na Brigada Militar, que já estão visíveis na ruas. Na Polícia Civil, foram realizados concursos para 539 vagas.

Objetivando proporcionar à mulher um canal legal para que possa fazer valer seus direitos sem os possíveis constrangimentos advindos (quando vítima) ao ser atendida por policiais homens, foram criadas três Delegacias para a Mulher, em Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul. Também foram criados Postos Policiais para a Mulher, em Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria. Pretende-se, também, criar este tipo de atendimento nas demais cidades-pólo regionais.

Para aumentar a operacionalidade, foi inaugurada, na Polícia Civil, a Central de Comunicações para controlar todas as ocorrências policiais na Capital, com terminais nas dezesseis Delegacias de Polícia Distritais e em sete Delegacias Especializadas. Na Brigada Militar, foram incorporados aos seus serviços 170 equipamentos de comunicações de diversos tipos.

No atual governo houve um incremento de 709 viaturas, considerando as trinta e seis em processo de aquisição pela Polícia Civil, e as 289 doadas pelo Ministério da Justiça. Além destas, foram adquiridas, para o Corpo de Bombeiros, quatro caminhões Auto-Rápido Socorro (ARS) e três caminhões Autobomba Tanques (ABT).

Outro Programa em andamento na área de Segurança é a criação de "PATRULHAS ESCOLARES", com praças inativos, voluntários, para dar segurança específica a 242 escolas públicas estaduais da Capital, numa primeira fase e posteriormente, abrangendo todos os municípios do Estado.

Finalmente, como resultado do regime de co-participação "Estado, Prefeituras e Comunidades", estabelecido em convênios, foram concluídos cinco Delegacias de Polícia e oito Aquartelamentos em 1988, totalizando, no atual Governo, nove Delegacias de Policias e doze Aquartelamentos. Estão em andamento quarenta e duas Delegacias de Polícia e vinte e nove Aquartelamentos.

JUSTIÇA:

A Secretaria da Justiça tem como objetivos fundamentais o relacionamento com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, com os partidos políticos e com o corpo consular.

Estão a seu cargo, ainda, a Política Penitenciária do Estado, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), registro de Comércio, através da Junta Comercial, o arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul, através do Arquivo Público e a proteção da população e defesa do consumidor, através do Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON).

Através de convênios firmados com o Ministério da Justiça (Departamento Penitenciário Nacional), com contrapartida de recursos estaduais, foi possibilitada a recuperação do Instituto Psiquiátrico Forense, do Presídio Central, da Penitenciária Estadual de Charquedas, da Penitenciária Estadual do Jacuí e da Penitenciária Feminina, além de outras melhorias em diversos presídios do Interior, totalizando 7.625m² de obras novas e 25.993m² de obras de recuperação. Tais recursos corresponderam a 168.107,24 OTN's que, a preços de dezembro/88, totalizaram Cz\$ 805,3 milhões.

Está em construção, junto ao Complexo de Charquedas, uma Penitenciária de Se-

gurança Máxima com capacidade para 300 detentos, além do Instituto Penal Agroindustrial de Charqueadas, que terá capacidade para oitenta detentos.

Conjugando-se obras novas e ampliações, em execução e já concluídas, o total de vagas geradas no Sistema foi de 583, representando 90% do déficit, que é da ordem de 650 vagas. Saliente-se, no entanto, que num total de 33.618m² de construção, apenas 7.625m² (22,7%) referem-se a obras novas (novos presídios ou ampliações). O restante, (25,993m², ou 77,3%) trata-se de recuperação de prédios existentes.

Foram firmados convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) visando à implantação de microempresas geridas por egressos; com a Fundação Educar, para cursos de formação básica em 46 casas do Sistema, propiciando aprendizado a 580 presos, além dos cursos de 1º e 2º Graus; com a Santa Casa e Hospital Conceição, permitindo atendimento médico-cirúrgico.

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, procedeu, no exercício em foco, ao registro de 39.632 constituições de firmas, 9.083 extinções, 157 falências e 32 concordatas. Desenvolveu ainda entre as suas principais atividades: a instalação de duas microrregiões (Pelotas e Caxias do Sul) para os serviços de autenticação de livros mercantis, mediante convênios com as Prefeituras e as Associações Comerciais dos municípios beneficiados.

O Arquivo Público efetuou um levantamento do acervo documental em todas as Secretarias de Estado, verificando a quantidade, os métodos de guarda, o estado de conservação e o espaço físico utilizado.

Em janeiro, fevereiro e março, o PRODECON desenvolveu a Operação Litoral (Operação Arrastão), um trabalho integrado com outros órgãos de fiscalização como a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, DECON e Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

No programa de interiorização, foram desenvolvidas reuniões de trabalho em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Lajeado e Estrela.

Foi dada continuidade ao Projeto Educação do Consumidor nas Escolas de 1º e 2º Graus do Estado.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:

A administração direta da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), dentro dos objetivos que norteiam sua política de atuação e consoante os programas prioritários do Estado, desenvolveu em 1988 ações entre as quais podem destacar-se:

- Implementação do Plano de Reativação das Estações Experimentais, envolvendo: início das obras dos Centros de Transferências de Tecnologia, para abrigar trinta e cinco pessoas em alojamentos, refeitórios e salas de aula nas Estações de Caxias do Sul, Veranópolis e São Borja, com previsão de inauguração em julho de 1989; realização de obras de reformas nas Estações de Santa Maria, Júlio de Castilhos, São Borja, Uruguaiana, Tupanciretã. Foram também iniciadas as obras de construção da Cantina de Caxias do Sul, com capacidade produtiva de 100 mil litros/ano, com previsão de conclusão em fevereiro/89.
- Aquisição de bens, destinados às diversas Estações, salientando-se: quatro automomo-

trizes, doze tratores (diversos); quatro caminhões; seis camionetas utilitárias; treze automóveis; cinco aparelhos completos de irrigação, e inúmeros outros materiais permanentes destinados a trabalhos de pesquisa. Cabe ressaltar que os investimentos relativos ao Plano de Reativação das Estações Experimentais contemplavam a aplicação de um bilhão de cruzados, em valores de dezembro de 1988.

- Realização de Convênios pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento com Prefeituras da Grande Porto Alegre, no valor de Cz\$ 15 milhões, objetivando a melhoria dos mercados da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS). Foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1988, o Projeto Mercado Popular, no valor de Cz\$ 600 milhões, cuja implantação realizar-se-á em janeiro de 1988. É, ainda, de destacar a implantação da "Feira do Litoral", em janeiro de 1989.
- Criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais com o objetivo de proporcionar os pequenos produtores o acesso ao crédito através de uma sistemática de pagamento em produto, ou em equivalente ao produto. Através do mesmo foram alocados, no exercício, Cz\$ 90 milhões destinados a microbacias hidrográficas — basicamente em conservação do solo, — e ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI). Estes recursos destinaram-se a cerca de 120 projetos nos municípios de São José do Ouro e Vitor Graeff (microbacias) e a cinquenta projetos em diversos municípios do Estado (irrigação).

O Fundo atua também como equalizador — via BANRISUL — em cinquenta projetos PRONI destinados a diversos municípios, num montante de Cz\$ 50 milhões.

Para 1989 estão alocados Cz\$ 4,5 bilhões, cuja destinação está inserida nos programas a serem desenvolvidos pelo Fundo.

Como órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul, a EMATER/RS desenvolveu, no ano de 1988 ações entre as quais destacam-se:

- Na área de Agroindústria deu-se continuidade ao trabalho de assistência técnica às indústrias de laticínios, abatedouros, frigoríficos, de beneficiamento de vinho, mel, doces e armazenagem frigorífica. As ações abrangem desde a transferência de tecnologia até a elaboração de projetos técnico-econômico-financeiros e a assistência administrativa.
- No projeto Renovação Genética de Culturas de Baixa Renda — FINSOCIAL/Fundo Rotativo de Sementes, foram adquiridos, com recursos do FINSOCIAL, para distribuição a pequenos produtores assistidos, 8.910 quilos de arroz de sequeiro para 280 produtores, 12.306 quilos de sementes de feijão para 202 produtores, 17.440 quilos de sementes de milho para 203 produtores, e 13.100 quilos de sementes de batata-inglesa para setenta e um produtores.
- Os produtores assistidos, em sua grande maioria pequenos e médios, foram beneficiados com a assistência creditícia prestada pelos extencionistas da EMATER/RS. No ano agrícola 1987/88 foram contratadas 4.963 operações de Crédito Rural Orientado, no valor de Cz\$ 699,7 milhões. Com recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), repassados pelo BNDES, através do BADESUL, foram beneficiados 132 famílias assentadas, com recursos da ordem de Cz\$ 39,4 milhões.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS FINANCEIROS:

A Secretaria da Indústria e Comércio empenhou-se durante o ano em consolidar as metas de trabalho do atual Governo na área de apoio às atividades produtivas e viabilização de novos investimentos no Rio Grande do Sul. Colaborou, decisivamente, integrada com outros órgãos do governo, para o funcionamento efetivo do FUNDOPEM (Fundo Operação Empresa), para a garantia da consolidação do Pólo Petroquímico de Triunfo e nas negociações de protocolos comerciais com a Argentina, que possibilitarão a abertura de novas oportunidades para a economia gaúcha.

A criação de condições mais favoráveis para investimentos privados, no Rio Grande do Sul, motivou a Secretaria da Indústria e Comércio a ampliar o "SIC Porta Aberta — Balcão de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário", estendendo-o ao Interior para 27 municípios, com a meta de atingir a uma centena de cidades, durante 1989. Assim, mais empresários do interior terão acesso a informações sobre oportunidades de negócios dos mercados interno e externo.

Os dois bancos de desenvolvimento (BRDE e BADESUL), vinculados à SIC conseguiram elevar, em termos reais suas operações de financiamento. As demais empresas vinculadas à Secretaria (CEDIC, CORLAC, CRTUR, AGASA, VINOSUL, e FENUVA), em sua maioria tiveram melhoria no desempenho, em boa parte devido ao enxugamento administrativo e dinamização de atividades, com destaque para as três primeiras.

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BADESUL) tem por missão apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento das atividades econômicas e sociais no Rio Grande do Sul, com ênfase em ações criativas e inovadoras, que o identifiquem como a principal instituição de fomento no Estado.

Com relação ao desempenho operacional do BADESUL em 1988, são de destacar as ações descritas a seguir.

Foram contratados pelo Banco 7,2 milhões de OTN's, equivalentes a Cz\$ 34,5 bilhões, a preços de dezembro, distribuídos entre mais de duas mil operações. Este valor contratado significou um crescimento real de 3%, em relação ao valor dos projetos financiados em 1987.

As principais fontes de recursos foram os repasses provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), seguindo-se a Caixa Econômica Federal (CEF). A soma destas fontes significou 93,2% do valor total dos créditos contratados pela Instituição.

O Setor Secundário participou com aproximadamente 57% do valor total contratado em 1988, cabendo 28% ao Terciário, e 15% ao Primário.

No Setor Secundário destacaram-se as operações referentes à indústria de produtos alimentares, à indústria mecânica, à indústria química, e à indústria de calçados. No Setor Primário, destacou-se a agricultura, enquanto no Setor Terciário destacou-se o setor hoteleiro.

No período 1987/88, o BADESUL operou a implantação, entre outros, dos seguintes programas:

- Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), que apoia a execução de projetos de aproveitamento econômico das áreas de assentamento agrário no Rio Grande do Sul, tendo iniciado em 1987, quando foram beneficiados 1.076 pequenos agricultores recém assentados, no valor de 315.260 OTN's; em 1988, até novembro, foram beneficiados 774 agricultores, num montante de 407.500 OTN's;
 - Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul, que visa a oferecer crédito favorecido a pequenos produtores rurais, concedido de forma articulada com cooperativas, objetivando financiar a execução de investimentos na melhoria da propriedade e da sua produtividade. Este Programa teve início em 1988, atendendo aos seguintes municípios: Crissiumal, através da Cooperativa Cotrimaio, beneficiando 200 produtores, no valor de 67.611 OTN's; Campo Novo, através da Cooperativa Cotricampo, beneficiando 100 produtores, no valor de 38.235 OTN's; Frederico Westphalen, através da Cooperativa Cotrifred, beneficiando noventa produtores no valor de 47.117 OTN's; Sobradinho, através da Cooperativa Triticola Superense, beneficiando 200 produtores no valor de 98.564 OTN's; Planalto, através da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), beneficiando 120 produtores, no valor de 75.863 OTN's; Campinas do Sul, através da CORLAC, beneficiando 120 produtores, no valor de 50.595 OTN's;
 - Programa de Armazenagem de Milho, que oportunizou a construção de dois mil paióis, trinta armazéns comunitários e dez secadores comunitários, em sua primeira etapa, visando à redução da atual perda de safra do milho no Rio Grande do Sul, ocasionada pela falta de adequada armazenagem do produto;
 - Programa de Mecânica de Precisão, que corresponde a uma atuação estratégica do BADESUL de apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento no Estado, de tecnologia mecânica de precisão, tendo em vista o potencial de mercado e o valor agregado por este tipo de atividade, que exige elevados requisitos de qualidade dos recursos humanos, equipamentos e produtos. Este Programa iniciou em dezembro de 1987, quando se realizou um seminário sobre a Indústria Mecânica de Precisão, na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), com o patrocínio do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL);
- Programa de Condomínios Suinícolas, que objetiva a produção de suínos em condomínio, baseada na união de produtores para, em conjunto, executarem a etapa crítica da produção, que envolve a gestação, parição e criação de leitões, até os setenta dias de vida. Este Programa financia investimentos necessários à implantação do condomínio, tais como construção de maternidade e creche, construção da casa do tratador, equipamentos e instalações, aquisição de plantel, e capital de giro necessário à primeira produção, tendo sido iniciado em 1988, no município de Teutônia, através da Cooperativa R.A. Languirú, beneficiando cinquenta produtores, no valor de 25.500 OTN's;
- Programa da Indústria de Telecomunicações, que tem por objetivo fomentar, no Estado, o desenvolvimento de uma indústria de equipamentos para telecomunicações com expressão nacional, com base nas micro e pequenas empresas nascentes, e na capacidade tecnológica dos recursos humanos e da iniciativa privada gaúcha. Nesse sentido foram realizadas: reunião de integração do Banco com as empresas; reunião de integração da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) ao Programa; reunião de integração do GEICOM ao Programa; estudos de mercado para o setor sobre novas oportunidades de investimento no Rio Grande do Sul;

- Programa de Usinas de Lixo Urbano (USILURB), que tem por objetivo o financiamento à implantação, no Estado, de usinas de reciclagem e compostagem do lixo doméstico produzido nas principais cidades, com aproveitamento da mão-de-obra ocupada na catação, e visando a solucionar os problemas ambientais e sociais provocados pelos "lixões". Nesse sentido, foram aprovados pelo BADESUL os projetos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul, estando em análise os de Bagé e Gravataí, entre outros, observando-se que a contratação dos financiamentos encontra-se suspensa desde 1987, conforme determinação do Banco Central (Resolução 1469), tendo em vista os objetivos de controle do endividamento público.

Fundopem/RS

- Estima-se que ao completar o primeiro ano de funcionamento, em abril de 1989, o Fundo de Operação Empresa — FUNDOPEM/RS, terá superado US\$ 1 bilhão em novos investimentos produtivos no Rio Grande do Sul. De acordo com dados da Coordenadoria Adjunta da Central do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas — SEADAP, 83 empresas apresentaram projetos habilitando-se ao incentivo financeiro concedido pelo FUNDOPEM/RS, o que representa, investimentos novos da ordem de US\$ 310 milhões e a criação de quatro (4) mil novos empregos diretos.

Os setores industriais que requereram o incentivo do FUNDOPEM/RS foram: mecânica 17, produtos alimentares 17, metalúrgica 13, material elétrico/comunicações 8, produtos e materiais plásticos 5, madeira 4, química 4, borracha 2, couros, peles e similares 2, mobiliário 2, têxtil 2, bebidas 1, material de transporte 1, minerais não metálicos 1, papel de papelão 1 e vestuário, artesanatos de tecidos 1. Desse total foi aprovada a concessão de FUNDOPEM/RS para seis (6) empresas. Esse conjunto de empresas significa investimentos da ordem de US\$ 42 milhões.

Pólo Petroquímico

- Ampliação da Central de Matérias-Primas, com investimento de US\$ 33 milhões da COPESUL. A partir de janeiro/89, mais 60% de petroquímicos básicos.
- Mobilização da sociedade para consolidação do Pólo resultou na alteração do Plano Nacional de Petroquímica e destinação de plantas de Cumeno-Fenol-Acetona (Projeto Ipiranga/Rhodía) e de MVC/PVC (propostas dos grupos Votorantim, Isdrajite e Petropar/Solvay) para o Rio Grande do Sul.

Refinaria Alberto Pasqualini — Duplicação

- As obras interrompidas em 1983 foram retomadas com investimento de US\$ 45 milhões, permitindo elevação da produção de Nafta de 11.500 metros cúbicos para 29.500 metros cúbicos por dia, a fim de suprir 80% da demanda do Pólo Petroquímico.

Pólo Siderúrgico

- Durante o ano de 1988 foi providenciado o saneamento da Aços Finos Piratini, com aporte, pela Siderbrás, de US\$ 173 milhões, a fim de atingir a triplicação da produção (150 para 450 mil toneladas anuais), além disso, desenvolveram-se estudos para implantação de uma Usina de Aços Planos que produzirá, em sua fase final, 1 milhão de toneladas/ano, com investimento de US\$ 1,5 bilhão. Tais estudos já foram apresentados, no Japão, à Nippon Steel, para exame.

Negociações com entidades internacionais

- *Itália: Protocolo com o grupo GIÉ para exportação de carvão.*
- *França: Negociações com a empresa Alsthon-Atlântica para fornecimento de equipamento, já fabricado e armazenado em portos franceses, destinado à Usina Candiota III. Contatos com as empresas Peugeot e Renault para implantação de montadora de veículos.*
- *Formosa: Missão Industrial — constatou mercado promissor para produtos gaúchos (renda “per capita” de US\$ 6 mil e saldo superavitário na balança internacional de comércio de US\$ 17,8 bilhões). SIC deu início à “estratégia do oriente”.*
- *Japão: Viagem ao Japão teve como meta a indústria pesada: contatos para investimentos em usina de aços planos e montadora de veículos, entre outros. Enviados, posteriormente, dados sobre economia gaúcha e perfis de oportunidades de investimentos, para estudos.*
- *Alemanha: Projetos apresentados pela Delegação Brasileira na 7ª Reunião da Comissão Mista da Alemanha Oriental e do Brasil (junho/88, Berlim) despertaram interesse. Possibilidade imediata de fornecimento de máquinas e equipamentos, em especial portuários.*
- *Dinamarca: Empresa Mercantil Dinamarquesa manifestou interesse em comprar carvão gaúcho.*
- *URSS: Proposta para promoção de consórcio com a Argentina para conclusão de Candiota, construção do gasoduto e interesse por outros projetos já apresentados.*
- *China/Cuba: Convites ao Governo do Estado para visita aos dois países. Viagem à China já está sendo preparada.*
- *América Central e Caribe: Embaixadores de 13 países vieram ao Estado, em setembro/88, para intercâmbio de informações econômicas e culturais.*

Distritos Industriais

- *A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), que limitava sua atuação ao apoio em engenharia de projetos, passou a ser uma companhia de promoção de desenvolvimento.*
- *A CEDIC reativou o trabalho de venda, regularização e implantação de lotes industriais, realizando negócios com 62 empresas nos distritos industriais de Gravataí, Cachoeirinha, Rio Grande, Santa Maria e Bagé. Mais de 40 indústrias com investimentos novos representam aplicações de 10 milhões de OTNs e geração de mais de 3 mil empregos.*
- *A CEDIC também realiza levantamento sobre as disponibilidades de áreas industriais em diversos municípios, elaborando plano diretor e prestando consultoria técnica para as prefeituras.*

Metas para 1989:

- Atração de grandes investimentos para o distrito industrial de Rio Grande (2.500 hectares, uma parte dos quais reservados para pequenas e médias empresas), que estava praticamente abandonado antes do início do Governo, apesar de ter infra-estrutura completa.
- Prosseguimento das obras nos DIs de Santa Maria e Bagé.
- Entrega dos primeiros 50 lotes do DI de Alvorada — Viamão. Essencial para a Região Metropolitana, já que estão lotados os DIs de Cachoeirinha e Gravataí.
- Início da implantação do DI de Canoas — Guajuviras, com 558 hectares, dos quais 200 hectares reservados para proteção ambiental. Neste distrito, o último grande espaço para instalação ordenada de indústrias na Região Metropolitana, será dada prioridade aos ramos industriais dinâmicos, como biotecnologia, química fina, mecânica de precisão e novos materiais.
- Disposição dos empresários gaúchos em investir: levantamento realizado pela SIC revelou que, entre mil empresas dos setores mais representativos da economia gaúcha, um terço tem projetos de investimentos, em 89 que totalizam US\$ 2 bilhões. Outro levantamento da SIC sobre implantação de projetos mostra que já estão definidos investimentos para os próximos cinco anos no valor US\$ 4,4 bilhões, a maior parte com início previsto para 89 e 90.
- Empresários interessados em investimentos têm à disposição os perfis de oportunidade de investimentos (POIs). Neles estão os subsídios sobre mercado, local, insumos, preços e outros que indicam a viabilidade de determinado empreendimento. A CEDIC concluiu, em 1988, seis perfis: lanifício, industrialização de ovos, cervejaria, tecelagem e estamparia, criação e industrialização de coelhos, suco de maçã. Outros três estão em elaboração: suco de cítricos, rolamentos, calçados de segurança.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Proposta de transformar o Rio Grande do Sul em centro econômico, entre São Paulo e Buenos Aires, no processo de integração com a Argentina e o Uruguai, determinou uma série de ações do Governo do Estado, cuja coordenação esteve a cargo da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais.

Distrito Industrial Trinacional — em setembro de 87 foi assinado termo de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) que permitiu a realização de proposta técnica para a execução do Projeto.

Protocolo Regional — em conjunto com seis províncias do nordeste da Argentina, foi elaborado em 87, projeto de protocolo geral, visando a assegurar as demandas das regiões fronteiriças nos acordos firmados pelo Brasil e Argentina.

Fórum Sul — em dezembro de 87, juntamente com os Governos de Santa Catarina e Paraná, foi criado o Organismo Informal Fórum Sul, para impulsionar as propostas de integração com os países do prata, de caráter regional.

Ponte Binacional — projeto de construção de ponte internacional, ligando São Borja a Santo Tomé (Argentina), elaborado pelas empreiteiras Sultepa e CIDECO (firma consorciada da Argentina) foi entregue aos ministros dos transportes dos dois países e re-

cebeu apoio oficial dos ministros de obras públicas e transportes do Cone Sul, reunidos em Canela no mês de novembro de 88. Na ocasião foi firmado um protocolo, objetivando a construção.

A ponte permitirá o escoamento de produtos da Região Sul do Brasil pelo Oceano Pacífico, pois complementa a malha Rodo-Ferrovária existente entre o Porto de Rio Grande e o Porto de Antofagasta, no Chile. Essa ligação tornará mais próximos os mercados do Leste da Ásia e da Costa Leste dos Estados Unidos.

Gasoduto — em 30 de dezembro de 88 foi instalado o Grupo Executivo para implantação do gasoduto Brasil-Argentina, que definirá normas técnicas, para construção e operação e promoverá estudo visando a distribuição do Gás Canalizado.

Instituto Binacional de Ensino — em setembro de 88 foi criada comissão paritária (Governo do Estado, Universidade Federal de Santa Maria e Associação Santanense Pró-Ensino Superior) para elaboração e acompanhamento do projeto de implantação do Instituto Binacional de Ensino, Pesquisa e Divulgação.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

Tanto a função coordenadora, quanto a busca de definição de prioridades e de uma política regional em ciência e tecnologia, marcaram a atuação da SEACT no decorrer do ano de 1988.

Entre as principais ações desenvolvidas pela SEACT, são de destacar:

- Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia — Inaugurado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em abril de 1988, foi implantado através de convênios entre o Governo do Estado, o Ministério de Ciência e Tecnologia (por intermédio de seus organismos Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Radar de Meteorologia — O Radar Meteorológico, que está sendo implantado na Universidade Federal de Pelotas, tem suas obras civis em fase final de construção, devendo entrar em operação experimental em março de 1989, com a chegada de equipamentos importados dos Estados Unidos. Permitirá maior previsão de tempo e clima a curtíssimo prazo, informações fundamentais para a produção primária da Região Sul do Estado. Por gestões desta Secretaria, a FINEP ampliou o teto de financiamento do Projeto Radar, de Cz\$ 400 milhões, para Cz\$ 1 bilhão;
- Centro de Biotecnologia — Por iniciativa da SEACT, em convênio com a UFRGS e recursos da FINEP, foi construída a nova sede do Centro de Biotecnologia do Estado, inaugurada em agosto de 1988. As novas instalações estão localizadas num conjunto de prédios com 2.700m² de área, no Campus do Vale da UFRGS. Atendendo a uma das prioridades do Centro de Biotecnologia, qual seja a formação e qualificação de recursos humanos, a Secretaria, em convênio com a UFRGS e com recursos da FAPERGS, patrocinou de julho a dezembro de 1988 o 1º Curso de Biotecnologia Moderna, com participação de trinta alunos de vários Estados. Estão previstos para o primeiro semestre de 1989 cursos de Mestrado e Doutorado em Biologia Molecular e Celular;

- Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste — Na área da meteorologia foi inaugurada em junho deste ano a Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste, em Uruguaiana, implantada a partir de convênio do Governo do Estado, Instituto Nacional de Meteorologia e Associação dos Arrozeiros daquele Município. Esta Central, já em operação, vem prestando decisivo apoio à produção primária da região da fronteira, emitindo boletins de alerta sobre tempo e clima. Está sendo agilizada pela SEACT, a contratação de um meteorologista para desempenhar suas atividades nesta Central.

A CIENTEC vem realizando um grande esforço para consolidar o seu programa de Química Fina. Com recursos próprios e o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), encontra-se em fase de montagem uma planta multipropósito para pesquisas de processos, fundamentalmente, na área de intermediários de síntese, e um programa de treinamento que contempla vinte e uma bolsas para doutorado, mestrado, aperfeiçoamento e visita de consultores.

As atividades de P&D e Consultoria, no exercício de 1988, agruparam-se nos seguintes Programas: Energia, Agroindústria, Tecnologia Ambiental, Construção Civil. Em meados do 2º semestre foi criado e estabelecido o Programa Química Industrial (que inclui Química Fina) e mantido como emergente o Programa Biotecnologia.

Em relação ao reaparelhamento dos laboratórios dos departamentos da área técnica, considerando os recursos disponíveis para este tipo de investimento, foi adotada a política de não disseminar os recursos e sim concentrá-los em alguns dos laboratórios, de forma a alcançar, a médio prazo, as condições mínimas de funcionamento como laboratórios de referência, contemplando a realização de análises, testes e ensaios, dentro das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de outros órgãos normalizadores estrangeiros. Com base neste enfoque, as prioridades foram determinadas a partir de critérios como: importância do laboratório como apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento de acordo com as linhas de atuação dos Programas Internos, necessidade de atendimento a segmentos do setor produtivo do Estado, em áreas onde a CIENTEC tem atuação exclusiva ou de competência reconhecida e tradicional, efeito multiplicador interno — laboratórios básicos que atendam a demandas de diversos departamentos, etc.

Consoante essa política, foram efetuados, durante o corrente ano, investimentos basicamente concentrados nos laboratórios do Departamento de Biotecnologia, tendo em vista sua importância na realização do controle de qualidade da merenda escolar — convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — e por constituir-se em laboratório credenciado pelo DINAL para análise de produtos alimentícios em fase industrial de desenvolvimento e o conseqüente controle de qualidade quando em linha de produção. Investimentos significativos foram também efetuados nos laboratórios dos Departamentos de Engenharia de Edificações e de Engenharia de Materiais, considerando-se, nesses casos, a importância relativa de ambos no atendimento de demandas da indústria da Construção Civil. Nos Departamentos de Engenharia de Processo e de Química, foram realizados investimentos nos laboratórios de carvão e de análise instrumental, e criado o laboratório de reatores e cinética aplicada. Tais investimentos são destinados a melhorar a infra-estrutura da CIENTEC no apoio ao desenvolvimento de processos (Programas Energia e Química Industrial).

Foram iniciados, também, os investimentos no laboratório de eletroeletrônica, prin-

principalmente na aquisição de padrões para aferição de instrumentos elétricos e eletrônicos, atividades de atuação quase que exclusiva da CIENTEC no Estado.

Analisando-se os dados transcritos a seguir, relativos ao montante de investimentos no reaparelhamento dos laboratórios, considerados globalmente recursos próprios e advindos de convênios, pode-se concluir que a partir da recuperação financeira iniciada no ano de 1987, pode-se retomar e aumentar, significativamente, em relação ao ano de 1986, os investimentos nesta área. Os totais investidos, em OTN's, foram: em 1986, 30.047; em 1987, 12.870; e em 1988, 77.206.

Para uma análise do desempenho operacional da CIENTEC, apresenta-se alguns indicadores econômicos e financeiros do corrente ano.

Primeiramente, o registro do crescimento real de 29,69% da receita total no período de janeiro/outubro em relação ao mesmo período de 1987. Esse dado é mais significativo levando-se em conta a atual crise econômica que, como não poderia deixar de ser, reflete-se nas demandas de serviços prestados pela CIENTEC. Também é digna de nota a taxa de crescimento de 84,15% em relação ao período anterior da receita oriunda de Pesquisa e Desenvolvimento, tendo em vista as restrições orçamentárias dos órgãos de financiamento federal, como é o caso da FINEP. Do mesmo modo, vale a referência ao aumento expressivo da receita patrimonial que, na atualidade, responde por aproximadamente 30% da receita total. Ao mesmo tempo, registrou-se uma diminuição na participação dos recursos oriundos do Tesouro do Estado de 72%, em 1987, para 52%, em 1988.

Essa circunstância amplia sobremaneira a autonomia financeira da CIENTEC, possibilitando a formulação de uma política endógena de investimento.

A FAPERGS, para 1988 apresentou quatro objetivos fundamentais:

- preservar e ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico;
- apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas definidas como áreas prioritárias;
- criar mecanismos facilitadores para transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor produtivo;
- defender projetos e programas de interesse da pesquisa científica do Estado.

Conjuntamente, a FAPERGS, contando com o apoio decisivo da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, desenvolveu três projetos especiais:

- Bolsas de Iniciação Científica

Este projeto tem por objetivo criar condições para vincular de modo sistemático jovens estudantes das Universidades localizadas no Estado, a relevantes projetos de investigação nas mais diferentes áreas do conhecimento, sob a dimensão de pesquisadores de reconhecida capacidade.

- Pesquisas Tecnológicas Computacionais

Este projeto visa à intensificação da pesquisa na área tecnológica, e à preparação de recursos humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), de forma a contribuir no preenchimento das lacunas em empresas gaúchas. Para a sua concretização, a FAPERGS está repassando 22.120 OTN's à PUC-RS.

— Centro Integrado de Inovações e Desenvolvimento de Análises Laboratoriais em Ciências Agrárias (CIDAL-UFSM).

Este projeto visa a permitir a integração de diversos laboratórios existentes na Universidade Federal de Santa Maria. É um único que possibilitará a realização de análises laboratoriais que atualmente são realizadas em São Paulo. Para tanto, a FAPERGS está concedendo um auxílio no valor de Cz\$ 60 milhões.

Outro aspecto importante a ser salientado foi, também, a determinação de que os objetivos deveriam ser atendidos com recursos financeiros captados em outras fontes, o que de fato ocorreu. Assim, em 1988, a FAPERGS firmou cinco convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no montante de 261.076,09 OTN's, para apoiar projetos essenciais para o Rio Grande do Sul, como a Consolidação do Centro de Ecologia da UFRGS e a implantação do Centro Estadual de Pesquisa e Sensoriamento Remoto e Meteorológico.

Firmou, ainda, dois convênios com a Escola de Saúde Pública, recebendo Cz\$ 39 milhões para apoiar projetos de pesquisa de interesse da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES:

As atividades da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, durante o ano de 1988, desenvolveram-se basicamente sobre dois eixos: prosseguir com o processo de recuperação financeira e aprimoramento operacional das estatais do setor (as maiores do Estado) e retomar os investimentos nas respectivas áreas.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica é, hoje, uma empresa eficiente e que apresenta, em decorrência deste fato, uma das mais elevadas taxas de geração de recursos próprios do Setor Elétrico Nacional. Persiste, no entanto, a questão do elevado serviço da dívida da estatal, que absorve a maior parte dos recursos gerados. Em vista de tal circunstância, constituiu, em 1988, preocupação primordial da CEEE viabilizar um Plano Integrado de Reabilitação. Esse plano destinou-se a melhorar o perfil do débito a longo prazo — cerca de US\$ 700 milhões, vencíveis até o ano de 2007 — e reduzir substancialmente o de curto prazo, que pode passar dos atuais US\$ 1,1 bilhão para cerca de US\$ 400 milhões, reescalonáveis em médio e longo prazos.

Por sua vez, a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) empreendeu esforços para o saneamento econômico-financeiro da Empresa, com resultados altamente compensatórios, que se refletem numa redução da dívida, que no início da atual gestão era de US\$ 308 milhões, devendo situar-se ao final do presente exercício em não mais de US\$ 147 milhões. Paralelamente, não descuro a CRT das atribuições que lhe são próprias, tendo acrescentado 11.965 terminais telefônicos à sua planta instalada, além de outras realizações de expressão.

No que concerne à Companhia Riograndense de Mineração, cabe ressaltar o Projeto de Ampliação da Mina de Candiota, em Bagé, tendo em vista aumentar a capacidade de

produção de 800 mil/t ano de carvão para 2.800.000 t/ano, objetivando atender à demanda das fases A e B da Usina Presidente Médici e da indústria cimenteira. Realizaram-se, ademais, em 1988, os trabalhos de revisão do Projeto Básico da Mina do Leão II. Já no projeto da Mina do Iruí, para ficar apenas nesses três empreendimentos de vulto, procede-se no momento à regeneração da área anteriormente minerada, e à prospecção geológica para maior conhecimento da jazida.

TRANSPORTES:

Em 1988, a Secretaria dos Transportes consolidou a estratégia definida no início do Governo, qual seja, a participação efetiva na política de integração com os países do Cone Sul.

Outra ação desenvolvida pela Secretaria dos Transportes, foi o envolvimento dos órgãos federais do setor Transportes, visando a atrair maiores investimentos federais ao Estado, além de evitar uma dispersão na aplicação de recursos públicos. Exemplos concretos deste procedimento foram os nove trechos de estradas asfaltadas com recursos federais (conveniadas com o DAER).

Cabe destacar o envolvimento direto da Secretaria dos Transportes nos convênios de dois importantes ramais ferroviários do Estado, Candiota e Cachoeira do Sul.

A Secretaria dos Transportes, exitosa no ano anterior nos projetos de liberação de recursos para o Programa de Pavimentação de Estradas Vicinais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), habilitou-se no ano de 1988, a novo projeto e com proposta de financiamento de 2.875 km de estradas vicinais com pavimento de baixo custo.

Existe ainda, uma proposta de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, destinado a acessos pavimentados a novos municípios emancipados.

Finalmente, diante da necessidade do contínuo aperfeiçoamento dos sistemas modais que compõem a estrutura viária do Estado, a Secretaria dos Transportes organizou o "DEBATE ABERTO PARA UMA POLÍTICA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES", com a participação de seis comissões (rodoviária, ferroviária, hidroportuária, aeroviária, transporte coletivo e integração) onde recebeu a contribuição de usuários, operadores, entidades civis, pesquisadores e empresários.

Dentre as ações, da Secretaria dos Transportes desenvolvidas através de suas vinculadas, DAER, CINTEA, DEPRC e DAE, cabe destacar, no exercício de 1988:

- Conservação e melhoria de 9.135km de malha rodoviária estadual, dos quais 2.687 km pavimentados e 6.448 km com revestimento primário;
- Por administração direta foram executados cerca de 1.800.000m³ de terraplenagem para a implantação de 48km de estradas de rodagem e a construção de 296m lineares de pontes em concreto armado através de Unidade de Construção e Reparação;
- Execução de 759.000m de sinalização horizontal e 1.174m² de sinalização vertical, através da empresa responsável pela sinalização das rodovias estaduais;
- Sob regime de empreitada com coordenação e fiscalização do DAER foram realiza-

dos 3.130.000 m³ de terraplenagem, 163km de pavimentação asfáltica, 198 m de obras de arte especiais e dez unidades de intersecções e acessos.

Considerando o montante aplicado nas Estradas Vicinais, provenientes do BNDES (BBD-BNDES-BIRD-DNER) e o investido em Estradas Federais — oriundo de repasse de verbas do DNER, os recursos atingiram a 6.954,475 OTN's.

Encontram-se em fase de execução setenta e oito (78) trechos de terraplenagem e pavimentação, perfazendo uma extensão de 1.420,40km, dos quais vinte e seis trechos (530,10km) foram executados com recursos estaduais; quarenta e três trechos (590,50km) com recursos do BNDES e nove trechos (299,80km) com recursos federais.

Com relação ao desempenho do DEPRC são de destacar as ações voltadas para as Administrações Portuárias e as ações voltadas para as Administrações de Vias Navegáveis (Administração de Serviços Delegados e Administração de Vias Fluviais).

As Administrações dos portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande visando a melhoria operacional, dedicaram particular atenção ao programa de recuperação dos equipamentos e instalações.

A Administração de Serviços Delegados com vistas a manter a navegabilidade dos rios e canais executou dragagem num total de 590,3 mil m³.

A Administração de Vias Fluviais com vistas ao melhoramento das vias navegáveis executou dragagem num total de 425,1 mil m³ e realizou serviços de levantamento topohidrográfico executando 15,7 mil metros de picadas; 134,2 mil metros de levantamento angular e linear; 5,6 mil metros de nivelamento; 33,3 mil metros de demarcação; 233,4 mil metros de Sondagem batimétrica.

PLANEJAMENTO:

O ano de 1988 caracterizou-se como o período que marca a efetiva retomada do processo de Programação do Setor Público no Estado, envolvendo todos os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, sob a coordenação da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Desenvolveu-se no exercício, a elaboração das programações setoriais, a discussão e compatibilização das mesmas, e a utilização dos subsídios daí decorrentes na elaboração e discussão das Propostas Orçamentárias de cada órgão.

Graças também a estes subsídios foi possível à Secretaria de Coordenação e Planejamento assessorar, em 1988, a bancada gaúcha no Congresso Nacional, com vistas à formulação de emendas no Orçamento Geral da União-1989, visando a uma alocação de recursos federais mais compatível com o desenvolvimento sócio-econômico do País e do Estado.

Outra atividade-fim de que se ocupa a Secretaria de Coordenação e Planejamento é a exercida pelo Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO), que se destina exclusivamente a dar suporte financeiro à elaboração de planos e projetos para obras de infraestrutura urbana e bem-estar social nos centros urbanos do Interior do Estado e Região Metropolitana de Porto Alegre, voltando-se dessa forma para o cumprimento de um importante objetivo da política estadual. Pela característica de fundo rotativo dos recursos de que dispõe, o retorno dos mesmos, ano a ano, pode propiciar o atendimento a todas as

localidades do Estado. Existem, a nível estadual e federal, programas com os mesmos objetivos do FUNDURBANO, o que faz com que os recursos existentes funcionem como contrapartida um dos outros, sem superposição.

Em 1988, além do Programa de Infra-estrutura Urbana que compreende obras e serviços de calçamento, iluminação, água, esgoto, etc., o FUNDURBANO passou a contar com mais três, que são: Programa de Coordenação e Financiamento de Contrapartida para a Reciclagem e Aproveitamento Econômico do Lixo Urbano, Programa de Coordenação e Financiamento de Contrapartida para Planos de Drenagem e Saneamento Urbano, e o Programa de Construção de Centrais de Comercialização de Hortigranjeiros. Estes Programas dão nova dimensão ao Fundo, viabilizando a execução de programas de caráter estadual ao nível de municípios.

Dos programas novos, o que recebeu a mais volumosa aplicação de recursos foi o de Drenagem e Saneamento Urbano, voltado para o financiamento de pré-investimentos e onde o FUNDURBANO financia parte dos recursos necessários à elaboração dos projetos, visando a permitir a continuidade de negociações com organismos creditícios internacionais. Este Programa atingiu vinte e quatro municípios, com financiamentos que somaram Cz\$ 178.760.000,00.

Não menos importante foi a manutenção dos financiamentos para obras tais como calçamento, embueiramento, ginásios de esporte, obras de arte e outros. Estes financiamentos atingiram o valor de Cz\$ 907.745.312,00 com a movimentação de 241 contratos. No exercício de 1988 foram realizados investimentos totais da ordem de Cz\$ 1.249.103.312,00. Para o período 1989/91 está prevista a ampliação do raio de ação do FUNDURBANO, capacitando-o a atender a um número crescente de municípios e dispor de um volume de recursos que permitam ampliar valorativamente este atendimento.

A elaboração, análise, financiamento e implementação de projetos estão adquirindo, através da Central de Projetos criada pelo atual Governo do Estado, a necessária agilidade que permitirá concretizar em obras e empreendimentos as necessidades mais incisivas.

A atuação da Central de Projetos na assessoria às atividades industriais, agrícolas, de infra-estrutura e de atendimento aos organismos que se ocupam dos aspectos sociais, induziram, no ano de 1988, à realização de uma série de trabalhos, entre os quais merecem destaque:

- Elaboração do Projeto de Informatização do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul, com participação de Técnicos de CENTRAL DE PROJETOS (SCP), SUSEPE (SJ) e PROCÉRGS (SF).
- Assessoramento e elaboração de projetos nas áreas de dependentes químicos (CÉDEQUIM), idosos, deficientes auditivos, crianças e adolescentes de rua.
- Participação na elaboração do Projeto de Recuperação, Ampliação e Aparelhamento de Escolas Técnicas do Estado em conjunto com o Departamento de Ensino de 2º Grau da Secretaria da Educação.
- Participação na Elaboração de estudos visando à implementação do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES) envolvendo: Estudo sobre as Finanças Municipi-

país; Impacto da Reforma Tributária sobre Finanças Municipais e Estruturação dos Custos de Infra-estrutura.

- **Elaboração do Projeto “CHALÉT” em conjunto com a COHAB/RS, como alternativa habitacional de baixo custo para população de baixa renda.**
- **Acompanhamento de Projetos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Secretaria dos Transportes, especialmente no relativo ao Protocolo 14, que trata da implementação do Comércio Brasil/Argentina.**
- **Implementação do Projeto de Engenharia Final do Ramal Ferroviário Candiota-Bagé que propiciará o escoamento de cimento e carvão e agilização do abastecimento da termoeletrica da CEEE naquela região.**
- **Organização de plano de trabalho para elaboração do programa de conservação do solo do Estado do Rio Grande do Sul.**
- **Elaboração do Projeto de ampliação e modernização do Viveiro do Horto Florestal do município de Alegrete, visando a capacitá-lo para a produção de 1,2 milhão de mudas florestais/ano.**
- **Elaboração de projeto para recuperação de uma área (35ha) em processo de desertificação no município de Alegrete.**
- **Coordenação de um grupo de trabalho intersetorial formado por técnicos da COPE-SUL, BRDE, CEDIC, CIENTEC e UFRGS com o objetivo de avaliar a situação da indústria química fora do Estado e de propor diretrizes para o desenvolvimento deste setor no Rio Grande do Sul.**
- **Estudo das importações brasileiras de produtos da química fina, selecionando-se os produtos ou grupo de produtos com maiores possibilidades de serem produzidos no País.**
- **Avaliação Preliminar do Setor de Defensivos Agrícolas um dos principais produtos da química fina, estabelecendo-se as diretrizes para um estudo mais aprofundado sobre este ramo.**
- **Participação nos Trabalhos do Grupo de Química Fina na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.**
- **Acompanhamento de projetos petroquímicos em fase de decisão e implantação com o objetivo de recuperar e divulgar, de forma ágil, informações de interesse para expansão do setor petroquímico do Estado.**
- **Elaboração de análises setoriais com vistas a identificar campos de aplicação para produtos de origem petroquímica em substituição a componentes elaborados com produtos tradicionais.**
- **Acompanhamento de resultados das empresas em operação no Pólo Petroquímico (em termos de produção e mão-de-obra).**

- Identificação de tecnologias de ponta em indústrias de transformação petroquímica objetivando divulgar oportunidades de investimentos não conflitantes com o atual estágio do setor no Rio Grande do Sul.
- Estudo de viabilidade econômica para implantação de montadora de veículos de fibra de vidro — TAURA, Veículos e Motores LTDA.
- Organização do Cadastro de Projetos em desenvolvimento na Central de Projetos e outros Órgãos do Governo do Estado.

RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

A Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA) tem como atribuições a elaboração da política de pessoal, da política dos transportes e dos serviços gerais estaduais, supervisão da previdência e assistência social ao servidor público, serviços gráficos e desenvolvimento de recursos humanos. A partir de março de 1987, passou, também a seu cargo a organização administrativa da Administração Pública Estadual e do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS).

Cabe enfatizar o pioneirismo do Rio Grande do Sul na elaboração de um "Manual de Normas de Perícia Médica", bem como o baixo índice de absenteísmo conseguido no Estado — 2,39 em 1987, e 2,42 em 1988 —, considerado o mais baixo no I Simpósio Nacional Estadual e Municipal de Perícias Médicas.

Com a preocupação de promover socialmente o servidor foram efetivadas ações para a instalação de uma creche no Centro Administrativo com 680,39 m², destinada ao atendimento de crianças de zero a seis anos, filhos de servidores em exercício no Centro Administrativo, com capacidade de atendimento para cem crianças.

No exercício de 1988, a SERHMA ainda examinou, expediu e fez publicar 130.635 atos relativos à administração de pessoal, praticamente o dobro em relação ao exercício anterior.

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) procedeu à continuação do processo de reforma administrativa com a implementação do Plano de Informatização e o Sistema de Planejamento e Avaliação de Desempenho (SPAD) como forma de administração flexível por projeto.

A atividade de treinamento abrangeu 3.788 pessoas num total de 8.390 horas, compreendendo as áreas de Educação, Desenvolvimento Institucional e Gestão Pública.

Cabe destacar a formação da primeira turma com 29 participantes, do Curso de Gestão Pública da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS) que numa visão prospectiva procura profissionalizar, em alto nível, os gestores públicos.

A atividade de consultoria prestada pela FDRH, junto a órgãos públicos estaduais totalizaram, em 1988, 3.764 horas.

Com referência à área de pesquisa foram dispendidas 1.314 horas-pesquisa, voltadas principalmente para o Estudo de Políticas Públicas e a Avaliação da Situação das Administrações Municipais.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR:

O IPERGS está dando continuidade a um trabalho de reorganização administrativa iniciada em 1987, em que foram criados e reestruturados vários sistemas de controle com o objetivo de proporcionar qualidade, rapidez e facilidade de atendimento. Neste sentido, a partir de março de 1988, foi dado início ao processo de descentralização do teleprocessamento de dados, com a implantação de terminais e impressoras em seis Delegacias Regionais e inaugurados nove Postos de Serviço.

Em relação ao atendimento de seus beneficiários, na área de Assistência Médica, ampliou o número de profissionais de 5.367 médicos para 5.847; credenciou dois hospitais elevando este número para 589 e elevou o número de serviços complementares, passando de 700 para 764 estabelecimentos; foram ainda credenciados cinco pronto-socorros para atendimento de urgência, totalizando 126.

O atendimento farmacêutico que utilizava serviços próprios com dezesseis farmácias, passou a serviços conveniados com 527 farmácias, das quais 362 no interior do Estado e abrangendo, praticamente, todo o Rio Grande do Sul.

O órgão dispensou aos pensionistas uma particular atenção, com observância rigorosa do calendário de pagamentos e reajuste que, em particular às pensões de menor valor, foram até da ordem de 1.010,88%. Foram pagos em média 35 mil contracheques ao mês, representando um desembolso da ordem de Cz\$ 1.332.597.230,00, em valores atuais.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS:

A diversidade de atribuições da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, SIDRUOP impôs como condição para sua eficácia o estabelecimento de uma política de atuação com vistas a melhor utilização dos recursos disponíveis. Foram estabelecidas, então, prioridades de atuação dentre os programas e projetos de maior repercussão positiva na comunidade rio-grandense, salientando-se nos mesmos as ações mencionadas a seguir, relativas ao ano de 1988.

— Programa Estadual de Descentralização Regional

As etapas do trabalho envolveram a elaboração da: Proposta Final da Divisão Regional; primeira proposta concreta de Estrutura Organizacional do Programa em Porto Alegre e nas Regiões; documento "Relatório do Programa Estadual de Descentralização Regional"; material de divulgação do Programa; dos Instrumentos Jurídicos.

— Programa Estadual de Irrigação

Parcialmente financiado através de convênios com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), o Programa Estadual de Irrigação está a cargo da Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS).

Dentro desse Programa foram executados em 1988 — através de contratos firmados com empresas de consultoria — vinte e dois inventários hidrológicos abrangendo uma área aproximada de 13 milhões de hectares, onde são levantadas as características físicas e avaliadas as potencialidades de usos múltiplos dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Ijuí, Vacacaí, Pardo/Pardinho, Maquiné/Três Forquilhas, Taquari/Antas, Cai/Sinos, Santa Rosa, Comandaj, Piratinim, Capané, Tainhas,

Rolante, Camaquã, Sutil, Velhaco, Botucaraí, Guaporé, Amandaú/Santo Cristo, Icamaquã, Botui, Ibirapuitã e Toropi/Jaguari/Ibicuí-Mirim.

Estão em fase de elaboração 103 projetos básicos de engenharia, beneficiando aproximadamente 250 mil hectares de área irrigada para culturas diversas como milho, arroz, feijão, soja, hortigranjeiros e outros.

— Projeto Renovação da Rede Escolar

Com a implantação de um sistema de computação que permitirá o cadastramento de todos os prédios públicos do Estado e o conhecimento das condições desses prédios, tornou-se possível mudar o enfoque de Manutenção Corretiva, para o de Manutenção Preventiva de Prédios Escolares.

Nesse sentido, está sendo criado, em cada Residência de Obras da SIDRUOP, um setor (SAPE) dedicado exclusivamente ao atendimento da rede escolar, o que permitirá maior rapidez e intensificação dos trabalhos. A eficiência do método foi demonstrada pelo SAPE da 1ª Residência de Obras, criado em 1988, e que realizou 403 atendimentos a escolas do Estado, na Capital.

No exercício de 1988 foram realizadas, ao todo, 1.006 obras em escolas no Estado, 530 das quais localizadas em Porto Alegre.

— Projeto Nova Escola

No esforço de recuperação da rede escolar estadual, foram realizadas 274 obras, abrangendo 957 salas de aula, num total de 104.057 m², beneficiando 95.500 alunos de 1º Grau.

A concepção do Projeto apóia-se na utilização de um projeto modular, que permite o seu dimensionamento conforme as necessidades da localidade, bem como o emprego de materiais facilmente encontráveis na região.

— Programa de Apoio à Instalação de Novos Municípios

Com o objetivo de apoiar a instalação dos novos municípios criados no Estado, foram promovidos pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) os encontros Regionais nas seguintes cidades-pólo: Estrela, Santo Ângelo, Canela, Veranópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim e Frederico Westphalen.

Foram ainda realizados, em Porto Alegre, o Encontro para Prefeitos (05 a 06 de dezembro) e o Encontro de Vereadores (21 e 22 de dezembro).

A Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) implementou programas e projetos de caráter prioritário entre os quais merecem destaque:

— Programa de Mutirões Habitacionais através do qual estão sendo construídas 6.778 unidades habitacionais na Região Metropolitana com um investimento da ordem de 1.198.739 OTN's (hum milhão, cento e noventa e oito mil setecentos e trinta e nove OTN's);

- **PROHAP** — Programa instituído pela Caixa Econômica Federal possibilita a construção de habitações populares, através da iniciativa privada, cabendo à **METROPLAN** a função de planejamento, fiscalização e comercialização. Em 1988, foi realizado o estudo do anteprojeto de empreendimento em Novo Hamburgo e análise de viabilidade de áreas em Esteio, Gravataí e Viamão;
- Proposta de Política Financeira para Comercialização de Imóveis Ocupados em Conjuntos Habitacionais visando a minimizar o problema social resultante de ações de despejo contra aproximadamente 12.000 (doze mil) famílias que ocuparam imóveis em fase final de construção na Região Metropolitana;
- Projeto João de Barro, que se constitui em **ALTERNATIVA DE POLÍTICA HABITACIONAL PARA POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA**. Foram realizados segundo essa alternativa o **PROJETO DA VILA CAXAMBU**, em Alvorada, com 220 unidades habitacionais, já aprovado pela Caixa Econômica Federal, e iniciado o processo de comercialização de 347 unidades habitacionais em Sapucaia do Sul;
- Projeto de Transportes, visa ao gerenciamento e ao controle operacional do Transporte coletivo de passageiros da Região Metropolitana, bem como ao fornecimento de informações pertinentes do setor, ao usuário;
- **Informática**, foram desenvolvidos diversos projetos como: estimativa de população, emprego e matrículas escolares;
- Programa de Macro Drenagem, objetivando a preservação e controle dos recursos hídricos, levando-se em conta a evolução e transformações ocorridas. Os órgãos envolvidos no Programa são: DNOS, DMA, DNAEE, Prefeituras, CORSAN, DMAE, SEMAE e Secretaria de Coordenação e Planejamento, enquanto os recursos financeiros aplicados em 1988 totalizaram Cz\$ 69.230.500,00;
- Programa de Ação nas Vilas, visa a proporcionar à comunidade equipamentos comunitários e de infra-estrutura.

Em 1988, foram aplicados na RM de Porto Alegre, um total de
Cz\$ 1.071.828.156,07.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA SOCIAL:

No âmbito das ações desenvolvidas pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Política Social referentes ao ano de 1988 foram realizadas as atividades e estudos a seguir discriminados, relativamente à implementação do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

Com relação ao andamento das negociações com o Banco Mundial é de destacar, no exercício, entre outras, a seguinte atividade:

- Visita de Missão de Pré-Avaliação do Banco Mundial, entre os dias 20 e 28 de outubro e 03 e 04 de novembro, período durante o qual foi supervisionado e avaliado o Projeto PIMES, tendo havido audiências com o Governador do Estado, Secretário da Fazenda, Secretário Substituto de Coordenação e Planejamento, bem como reuniões de trabalho com técnicos estaduais e municipais.

Entre as ações realizadas no âmbito da implementação do PIMES, merecem destaque as seguintes:

- Contrato entre o Governo do Estado e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para repasse de 120 mil OTN's para obras de eletrificação no âmbito do Programa Integrado de Melhoria Social, das quais 70 mil OTN's correspondem a 1988, e 50 mil, a 1989;
- Contrato entre o Governo do Estado e a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), para repasse de 43.471 OTN's, com vistas à reurbanização da Vila Floresta, no Município de Sapucaia do Sul;
- Contrato entre o Governo do Estado (PIMES) e a COHAB, para reurbanização da Vila Santo Afonso, no Município de Novo Hamburgo, para repasse de 107.898 OTN's, sendo este valor repassado entre novembro de 1988 e outubro de 1989, de acordo com o cronograma estabelecido no respectivo Contrato firmado;
- Convênios entre o Governo do Estado e Prefeituras Municipais, a saber: Prefeitura Municipal de Pelotas, visando a implementar política habitacional integrada, para construção de um Banco de Material, com um valor repassado de 2.940,51 OTN's; Prefeitura Municipal de Restinga Seca, visando a implementar política habitacional e urbana integrada, para eletrificação em São Miguel do Centro com repasse no valor de Cz\$ 7.595.323,00; Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, para construção de 260 unidades habitacionais localizadas em vilas do referido município, no valor de Cz\$ 26 milhões; Prefeitura Municipal de Tapes, para implantação de infraestrutura urbana em loteamento na Estrada Municipal "TSPS 125", onde residem famílias de baixa renda, no valor de Cz\$ 15.425.506,00;
- Convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Município de Veranópolis, de acordo com os objetivos do PIMES, utilizando a tecnologia de construção modular desenvolvida pelo Laboratório de Habitação da UNICAMP, para execução de projeto-piloto e construção de quarenta casas, no total de Cz\$ 5.422.716,00.

Foram elaborados, no exercício, o Manual de Operações do PIMES (através de um Consultor), e o Guia de Projetos/Guia de Operações PIMES, pela equipe técnica da Secretaria Executiva.

Vale mencionar ainda, o Projeto-Piloto Habitação, em negociação com o Banco Mundial, envolvendo a contextualização geral do Rio Grande do Sul, cidades e áreas selecionadas, bem como a identificação de linhas de intervenção, custos, condições gerais de aplicação e retorno dos recursos financeiros, proponentes elegíveis, agentes intervenientes, diretrizes operacionais, instrumentos de monitoramento do projeto, impacto econômico, social e ambiental do projeto e riscos, elaborado por Consultor e equipe técnica do PIMES.

CONSELHO DE APOIO A AÇÕES COMUNITÁRIAS:

O Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC) foi criado pelo Decreto nº 32.540, de 7 de abril de 1987 e alterado pelo Decreto nº 32.619, de 16 de setembro de 1987, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, com o objetivo de complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Poder Público,

com vistas a obtenção do harmônico desenvolvimento dessa área, através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos de caráter público e/ou privado voltados para o menor, o idoso, e a comunidade carente, tendo em vista, também, os interesses maiores do Rio Grande do Sul.

As atividades-fim do CAAC são desenvolvidas pela Coordenadoria Técnica, onde estão inseridos os Núcleos de Assistência Social e Eventos, e que visa, de acordo com a política do Governo, a aparelhar a comunidade na busca de melhores condições para que a própria sociedade, devidamente organizada, gere seus próprios recursos, propiciando desta forma a mudança da realidade social.

Através do núcleo de Assistência Social foram beneficiadas, durante o ano de 1988, em torno de 600 entidades, da Capital e do Interior, com gêneros alimentícios, agasalhos, medicamentos, aparelhos corretivos e cadeiras de rodas, além de ser feito o encaminhamento e orientação individual a carentes. Foram, também, beneficiadas cerca de 155 entidades assistenciais com equipamentos permanentes tais como: máquinas de lavar e secar, "freezer", geladeiras, fogões, enceradeiras, ventiladores, liquidificadores, centrífugas, colchões, travesseiros, máquinas de escrever e calcular, e gravadores.

Os principais eventos realizados através do Núcleo de Eventos, em 1988, foram os seguintes: Campanha do Agasalho, cuja arrecadação girou em torno de 12 mil quilos entre agasalhos e calçados, além de cobertores; Semana da Criança, que distribuiu a quinze entidades alimentos, brinquedos, jogos infantis e material escolar; Semana do Idoso, que além de apoio a eventos específicos efetuou a distribuição de leite em pó; Natal da Criança/88 que distribuiu agasalhos, alimentos e brinquedos a cem entidades.

A Coordenadoria Técnica desenvolveu, também, além de suas atividades de rotina, os Eventos Especiais a seguir relatados:

- Programa de Suplementação Alimentar (PROGASA) — O PROGASA, pelo trabalho desenvolvido pela CAAC junto à sociedade rio-grandense, cadastrou como doadores de alimentos um considerável número de empresas, possibilitando a criação de um Centro de Distribuição de Alimentos permanente, permitindo uma ação assistencial contínua junto à comunidade carente. São doadores do PROGASA entre outras as seguintes empresas: COROA S/A — Indústrias Alimentares; MOINHOS GUARANY S. A.; S. A. MOINHOS SANTISTA; Sociedade Anônima Moinhos Riograndense (SAMRIG); OLVEBRA INDUSTRIAL S/A; Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); PRATIKA — Indústria de Produtos Alimentícios Instantâneos Ltda.; e ASCAR. Participaram eventualmente do PROGASA o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); Receita Federal; Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM); Fundação Lar Esperança, e outros;
- Programa de Alimentação (PROA) — O PROA foi criado através do Protocolo de Intenções firmado entre o CAAC e a Secretaria da Educação — enquanto representante no Estado da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o propósito de repassar a entidades assistenciais, em todo o Rio Grande do Sul, que atendam a crianças carentes na faixa etária de zero a quatorze anos, gêneros alimentícios provenientes da FAE. O PROA em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre é gerenciado pelo CAAC, tendo distribuído, no exercício de 1988, a 107 entidades assistenciais, 170 mil quilos de alimentos, beneficiando uma população em torno de 12 mil pessoas;
- Programa Ano Estadual do Adolescente — (AEA/88) — O ano de 1988 foi instituído

pelo Governo do Estado, através do Decreto nº 32.745, de 14 de janeiro de 1988, como o Ano Estadual do Adolescente, com o objetivo de proporcionar ao adolescente rio-grandense meios para identificar-se com os interesses fundamentais da sociedade, dimensionando a sua importância no contexto social e procurando alternativas para sua valorização e minimização de seus problemas. A operacionalização do programa AEA/88 constou de eventos, projetos e ações contínuas implantadas e/ou ativadas.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

O Conselho de Desenvolvimento Cultural, criado pelo atual governo, intensificou, em 1988, suas atividades de maneira significativa. Entre as iniciativas desenvolvidas ao longo do ano passado, cabe destacar:

- Núcleos Culturais: Implantação e apoio à criação de associações comunitárias nos municípios do interior visando à promoção de ações culturais. Até o final de 1988, 40 núcleos haviam sido implantados.
- *Reconstrução de Prédios que compõem o Patrimônio Histórico Estadual:* Durante o ano passado foram realizadas obras de recuperação estrutural e arquitetônica dos seguintes prédios: Casa de Cultura Mário Quintana, Biblioteca Pública do Estado, Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa, Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Museu Farroupilha.
- *Recuperação e reativação do Parque Bento Gonçalves;* situado no município de Cristal, o parque está sendo remodelado através da recuperação de suas instalações e da reorganização de sua estrutura administrativa, a fim de possibilitar sua utilização como local de lazer e de atividades culturais, entre as quais eventos relacionados com a comemoração, em 1989, do Bicentenário de Bento Gonçalves.
- *Edições de Autores Gaúchos:* Através do Instituto Estadual do Livro (IEL) durante o último ano tiveram prosseguimento os lançamentos dos livros e fascículos que integram as coleções Autores Gaúchos, Letras Riograndenses, Coleção Nova Literatura, Teatro: Textos e Roteiros, além dos seminários previstos no projeto Autor Presente.
- *Iniciativas na Área de Música:* Tiveram prosseguimento, em 1988, os projetos Música ao Meio-Dia, O Choro é Livre, Encontro de Compositores, Encontro Estadual de Orquestras Jovens, Seminário de Jovens Instrumentistas, Festival Internacional de Coros e Mostra de Música Popular Latino-Americana.
- *Projetos da Área de Artes Cênicas:* Em 1988, foram promovidas novas edições ou realizados pela primeira vez os seguintes eventos — Festival de Teatro de Canela, Festival Internacional de Teatro de Bonecos, Festival Gaúcho de Teatro Amador, Mostra Gaúcha de Teatro Infantil, Memória Viva, Dança Alegre Alegrete, Verão Dança, Artes Cênicas no Rio Grande do Sul.
- *Projetos na Área de Artes Plásticas:* Estão em fase de implantação os projetos Espaço Aberto — Galeria João Fahrion e Arte Sul — Hoje.
- *Publicações Periódicas:* No final de 1988 iniciou-se a publicação do suplemento cultural do Diário Oficial denominado "O Continente" e prosseguiu a edição do Informativo Cultural Trinta Dias de Cultura.

- **Projetos na Área de Cinema e Vídeo:** Em 1988 teve início o projeto de criação do Núcleo de Cinema de Animação e do Centro Técnico Cinematográfico. Realizou-se a segunda edição do Festival de Vídeo Independente — Fest Vídeo. Além disso, o Codec participou da organização de mais uma edição do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado.

- **Projeto Pé-no-Chão:** Em 1988 ocorreu o desenvolvimento do projeto que consiste na implantação de clubes de leitura e da realização de oficinas e da realização de espetáculos junto às populações de baixa renda nas vilas populares de Porto Alegre.

2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

2.1 – EDUCAÇÃO E CULTURA

2.1.1) — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

A Secretaria da Educação (SE) é o órgão do Governo do Estado, com atuação no Setor Social, incumbido de administrar o Sistema Estadual de Ensino, tendo por finalidade precípua executar a Política do Governo na área da Educação.

Dentro da sua política de atuação a Secretaria da Educação enfatiza a necessidade de se pensar a Educação hoje numa dimensão político-social, cujas necessidades nascem das bases de uma sociedade democrática, e para a qual devem convergir os esforços conjuntos de dirigentes, professores e técnicos engajados no desafio de “universalizar o acesso à escola, vencer o analfabetismo e proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade”.

Entende a Secretaria que, para democratizar a escola, é necessário:

- Dar igualdade de condições, e não somente igualdade de oportunidades;
- Adequá-la à sua clientela, em especial o seu currículo, para que essa, a partir dos valores da cultura da comunidade, tenha acesso ao saber universal sistematizado, dentro de uma proposta pedagógica;
- Transformar a sua estrutura e organização, rígida e autoritária, possibilitando uma gestão participativa e flexível, para atender às necessidades da clientela escolar e da comunidade;
- Desenvolver ações em níveis crescentes de qualidade, considerando o baixo índice de produtividade na escola pública;
- Propiciar a integração com a comunidade onde ela está inserida, para que desenvolva ações co-participativas visando a preservar e assegurar identidade cultural e apoio mútuo nas soluções de problemas comuns;
- Provê-la de recursos humanos, financeiros e materiais, dando-lhe o que é de seu legítimo direito, essencial para o cumprimento de seu papel social.

As ações programadas pela Secretaria da Educação têm-se voltado, basicamente, para uma abertura a novas tecnologias educacionais, passando pelo reordenamento do Sistema Estadual de Ensino, e atingindo também as inovações técnico-pedagógicas e administrativas indispensáveis a que a educação gaúcha avance, neste final de século, com a segurança, a competência e a qualificação a que o Estado tem legítimo direito.

Tendo como alvo maior o aluno, razão primeira da sua existência, foram definidas, pela Secretaria, para 1988, algumas linhas de atuação que se traduzem, destacadamente, nos resultados a seguir mencionados.

As ações de treinamento, realizadas com a finalidade de propiciar a melhoria da qualificação e desempenho técnico-pedagógico e especializado do profissional do magistério, efetivaram-se através de: realização de dez Cursos, atingindo a 1.135 beneficiários; realização de vinte e quatro Encontros, atingindo a 4.278 beneficiários; realização de um Fórum, atingindo a 2.450 beneficiários; promoção de seis Treinamentos, atingindo a 165 beneficiários; promoção de nove Seminários, atingindo a 276 beneficiários, num total de cinquenta eventos que abrangeram 8.304 treinandos.

São de destacar entre estes eventos:

- 1º Fórum de Alfabetização, de repercussão nacional;
- Projeto CEFAM — Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério compreendendo a implantação de dezesseis CEFAMs, sendo três deles em 1988;
- Encontro estadual “Educação e Currículo, um Desafio à Escola Pública Hoje”;
- Encontro “Educação de Adultos — uma Perspectiva para o Ensino Supletivo”.
- Programa Regional de Ação Integrada (PRAI), com o desenvolvimento de, aproximadamente, 260 projetos nas áreas de Alfabetização, Reconstrução Curricular, Ensino Noturno, Educação Especial, Saúde, Educação-Lazer, Educação-Comunidade.

Através da Unidade de Pesquisa, Supervisão e Orientação Educacionais (UPO), da Supervisão Técnica, a Secretaria da Educação vem desenvolvendo uma ação integrada para a revisão de currículos em todos os níveis de ensino afetos à sua área. Tal proposta, concebida como “Reconstrução Curricular” apresenta, na atual administração, uma característica dinâmico-operacional, voltada para uma efetiva redemocratização de toda a proposta curricular a qual, a partir da SE, deverá nascer na escola onde, na realidade, o processo educacional, em toda a sua pujança e significado, realmente acontece.

Foi traçada como meta para a UPO, a de promover a melhoria da qualidade do ensino via acompanhamento do processo de planejamento curricular em escolas de 1º e 2º Graus.

Neste sentido, merece destaque, em 1988, a realização de Encontros Seminários com as trinta e nove Delegacias de Educação, com vistas a: divulgação da iniciativa de Reconstrução de Propostas Curriculares; estabelecimentos de estratégias para a operacionalização de Reconstrução das Propostas Curriculares; sistematização de informações resultantes de experiências e estudos; impressão e divulgação de Propostas Curriculares para os profissionais de Educação, nas áreas de 1º e 2º Graus; análise e estudo de novas metodologias para o Ensino de 1º e 2º Graus (Alfabetização, Ensino Noturno, Reestruturação de Currículos); revitalização da ação dos especialistas (em orientação, inspeção, supervisão) na área da Educação, numa abordagem interdisciplinar, integrada e participativa, nos diferentes níveis do Sistema; promoção de Encontros Estaduais e Regionais nas DEs, para orientação das diretrizes sobre o Ensino Religioso; identificação de temas para construção de Unidades Fontes; reativação do setor de pesquisa para desenvolvimento de trabalhos nas áreas de currículo e ensino, e também projetos especiais, para os dois níveis de ensino do Sistema Educacional de Ensino; implantação de Laboratórios de Matemática e Estudos Sociais; elaboração de pesquisas na área da Mulher/Educação; levantamento de dados e sistematização dos mesmos sobre estudos na área de Educação no Estado do Rio Grande do Sul.

No que respeita à ampliação da Oferta de Vagas foram criadas em 1988, ao nível de Ensino de 2.º Grau, quatro escolas, e transformadas trinta e quatro, de escolas de 1.º Grau, em escolas de 1.º e 2.º Graus, totalizando trinta e oito escolas no exercício. Essas novas escolas propiciaram 2.280 vagas.

É de destacar que o Conselho Estadual de Educação (CEE), através do Parecer 1.292/88, manifestou-se favorável à transformação ou criação de novas escolas estaduais de 2.º Grau no exercício de 1989.

Ainda com relação à oferta de vagas para o Ensino de 2.º Grau, merece menção o atendimento, pelo Estado, à totalidade dos novos municípios (em número de oitenta e oito) criados no Rio Grande do Sul. Os municípios que ainda não dispõem deste nível de ensino, em número de trinta e quatro, serão dotados de cursos de 2.º Grau em 1989.

Ao nível do ensino estadual de 1.º Grau verificou-se, até 27.12.88, a criação de quinze escolas, a criação e autorização de funcionamento de doze escolas, e a autorização de funcionamento de 126 escolas, totalizando 153 escolas no exercício.

Foram, também, instaladas 509 novas séries, estando prevista a instalação de mais 424 novas séries em 1989, beneficiando, respectivamente, 13.075 e 11.600 alunos.

Salienta-se como uma constatação positiva a de que, das 933 novas séries do ensino de 1.º Grau instaladas e/ou previstas em 1988/89, 87% representam as chamadas séries finais deste grau de ensino, o que revela uma vantagem para a sua clientela, visto que o percurso e/ou a permanência do aluno na escola ficam assegurados em níveis mais significativos.

Com relação ao Ensino Supletivo, em termos de modalidades oferecidas, número de cursos e/ou Instituições, e matrícula total ofertada por curso, pode-se identificar a seguinte situação, em 1988:

- Programa de Alfabetização Funcional (PAF), compreendendo sete cursos, com uma matrícula total de 174 alunos;
- Programa de Educação Integrada (PEI), compreendendo trinta e seis cursos, com uma matrícula total de 1.506 alunos;
- Resolução n.º 137/78 — Curso Supletivo de 1.º Grau, com 115 cursos e uma matrícula total de 20.835 alunos;
- Resolução n.º 182/86 — Curso Supletivo de 2.º Grau, compreendendo vinte e quatro cursos, num total de 9.123 matrículas;
- Curso de Habilitação e Titulação de Docentes Leigos, num total de oito cursos e 779 matrículas;
- Curso Supletivo de Qualificação Profissional, num total de vinte e cinco cursos e 1.852 matrículas;

- Centros Rurais de Ensino Supletivo (CREs), num total de cinco Centros que oferecem 518 matrículas para Cursos de Suplência, 456 matrículas relativas a Cursos de Suprimento, e 409 matrículas relativas a Cursos de Qualificação;
- Centros de Estudos Supletivos (CES), num total de seis Centros, que oferecem 5.911 matrículas.

A partir de 1987 pode-se destacar a criação, ou recebimento de nova autorização para funcionamento, de sessenta e dois cursos de dependência administrativa estadual e quinze cursos de dependência administrativa privada, assim distribuídos: na área de Ensino Supletivo de Educação Geral, quinze cursos de 1º Grau (nove da rede estadual e seis da rede privada) e dezesseis cursos de 2º Grau (sete da rede estadual e nove da rede privada); na área de Qualificação Profissional, vinte e seis cursos da rede estadual; na área de Habilitação e Titulação de Docentes Leigos, nove cursos da rede estadual; na área dos Programas de Educação Integrada e de Educação Básica, onze cursos da rede estadual.

Na área de Assistência ao Educando, além da oferta de vagas nas Escolas e Instituições Educacionais do Estado, a Secretaria da Educação, através do Departamento de Assistência ao Educando (DAE) adquiriu, em escolas da rede privada, as seguintes vagas para alunos carentes excedentes: de um total de 102.449 vagas adquiridas em 1988, 24.246 destinaram-se ao Ensino Regular de 2º Grau, e 75.203 ao Ensino de 1º Grau, das quais 74.403 corresponderam ao Ensino Regular, e 800 ao Ensino Especial. Foram, ainda, concedidas vinte e uma bolsas de estudo relativas ao Ensino de 2º Grau.

Através dos dados acima, constata-se que, das vagas adquiridas pela Secretaria da Educação em 1988, 72,62% atendem à clientela carente do Ensino de 1º Grau Regular, o que é consentâneo com o que estabelece, como prioridade, a Carta Constitucional do País para este nível de ensino.

No que concerne ao Ensino Técnico-Agrícola, ao se analisar a situação das vinte Escolas Agrícolas do Rio Grande do Sul, foram constatados os seguintes pontos de estrangulamento: infra-estrutura bastante deficitária; insuficiência de recursos humanos qualificados, advindo daí egressos sem a devida formação técnica; insuficiência de dotação orçamentária; grade curricular mais voltada para preparar o aluno para o vestibular, do que para o exercício profissional de técnico; Quadro de Pessoal por Escola que não supre as necessidades reais da mesma.

Tendo em vista estas constatações, e objetivando fazer frente aos problemas detectados, foram realizadas, em 1988, as seguintes ações, vinculadas com as Escolas Agrícolas:

- Com relação à infra-estrutura: aquisição de equipamentos agrícolas, implementos, ferramentas, mobiliário, viatura, etc., no valor de Cz\$ 101,2 milhões; aquisição de livros técnicos para essas escolas, no valor de Cz\$ 1,1 milhão; liberação de recursos mensais para todas as Escolas Agrícolas do Estado, de 1º, de 1º e 2º Graus, de 2º Grau, para aquisição de gêneros alimentícios e outras rubricas para manutenção;
- Com relação aos recursos humanos: vêm sendo mantidos contatos com Instituições de Ensino Superior, visando à atualização e qualificação dos professores, através de cursos;
- Quanto aos recursos financeiros: foram liberados pela Secretaria da Fazenda, para a manutenção das Escolas Agrícolas, Cz\$ 170 milhões destinados a Material de Consumo, e Cz\$ 15 milhões para Outros Serviços e Encargos;

- Quanto à grade curricular: está sendo estudada uma nova proposta de currículo, com a participação dos diversos segmentos da comunidade, voltados para o Setor Primário da Economia — Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS), Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS), Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. (AGEF), AGPTEA, e outros;
- Quanto ao Quadro de Pessoal por Escola: está sendo estudado um Quadro Emergencial por Escola, visando a suprir as necessidades básicas para o início das aulas, em março de 1989.

Para o exercício de 1989, há uma previsão de manter em torno de cinco mil alunos internos, semi-internos e externos, nas Escolas Agrícolas.

No sentido de harmonizar finalidades e meios, a Programação 1988/91 realizada pela Supervisão de Suprimento às Unidades Escolares selecionou, como metas prioritárias:

- Restaurar, reformar e reconstruir prédios escolares de 1º e 2º Graus do Ensino Regular e Supletivo que se encontravam em precário estado de conservação;
- Ampliar e construir novos prédios escolares, em localidades de demanda escolar reprimida;
- Prover de equipamentos e materiais de consumo básico as Unidades Escolares de 1º e 2º Graus do Ensino Regular e Supletivo;
- Instituir, gradativamente, programas de avaliação e controle da rede física escolar, bem como do material e equipamentos disponíveis na rede estadual de ensino;
- Prestar apoio financeiro às Prefeituras Municipais para o desenvolvimento do Ensino Municipal de 1º Grau;
- Implantar um campo de unidade funcional, institucional e programática para a execução do Quadro de Pessoal por Escola.

Cabe destacar o volume de reparos, reformas, ampliações e reconstrução de prédios de 1º e 2º Graus que apresentavam péssimas condições de conservação, sendo parte delas motivo de interdição pelo Executivo Municipal no Município de Porto Alegre durante o período, e a criação de novos espaços que, embora pouco expressiva quantitativamente, absorveu grandes somas de recursos financeiros, constituindo-se em um investimento público de significativo retorno social.

No contexto global, a construção e conservação dos prédios escolares para funcionamento exclusivo de 2º Grau, não beneficiados com recursos do Salário Educação, sofreu maior carência porque são mantidas pelos recursos do Tesouro do Estado, escassos e mínimos para despesas de capital.

Considerando o total de recursos aplicados pelo Departamento de Obras Escolares no período 1987/88, verifica-se o seguinte: no Município de Porto Alegre, foram destina-

dos recursos no montante de Cz\$ 998.300.894,00, dos quais Cz\$ 976.328.734,00 são provenientes do Salário Educação — Quota Estadual, e destinaram-se às Escolas Estaduais de 1º Grau, e de 1º e 2º Graus para obras de construção (Cz\$ 206.679.866,00), reconstrução (Cz\$ 55.293.680,00), ampliação (Cz\$ 458.884.824,00), reforma (Cz\$ 246.437.803,00) e reparos (Cz\$ 9.032.561,00); os Cz\$ 21.972.160,00 restantes, originários do Tesouro do Estado, destinaram-se a reparos em Escolas Estaduais de 2º Grau.

No Interior do Estado, o montante de recursos aplicados foi de Cz\$ 2.572.568.240,48, assim distribuídos: Cz\$ 2.552.227.948,48 provenientes do Salário-Educação e destinados às Escolas Estaduais de 1º Grau e de 1º e 2º Graus, incluindo as Escolas Agrícolas, para obras de construção (Cz\$ 762.432.008,00), reconstrução (Cz\$ 47.875.274,00), ampliação (Cz\$ 1.317.895.519,92), reforma (Cz\$ 343.043.265,56) e reparos (Cz\$ 80.981.881,00); e Cz\$ 20.340.292,00, com origem no Tesouro do Estado e destinados a reparos em Escolas Estaduais de 2º Grau, incluindo também Escolas Agrícolas.

Em termos físicos, esta aplicação de recursos correspondeu à construção de 22 escolas, realização de reformas em 136 escolas e reparos em 37 escolas, em Porto Alegre; à construção de 60 escolas, realização de reformas em 244 escolas e reparos em 393 escolas, no Interior do Estado.

Foi ainda obtida uma suplementação de Cz\$ 2.384.000.000,00 por parte do Tesouro do Estado, em 1988, englobando 17 escolas (Cz\$ 361.699.015,53) em Porto Alegre e 139 escolas (Cz\$ 2.021.807.707,35) no Interior do Estado, a fim de atender a construções, reconstruções e ampliações em estabelecimentos de ensino de 1º Grau, e de 1º e 2º Graus.

No que respeita a Escolas Estaduais de 2º Grau, a suplementação foi aplicada em um estabelecimento em Porto Alegre (Cz\$ 25.293.861,77) e em cinco estabelecimentos no Interior do Estado (Cz\$ 99.754.933,20).

De acordo com o Parecer 1264/88, foram ainda obtidos recursos financeiros no valor de Cz\$ 1.508.000.000,00, empregados em reajustamentos envolvendo 110 escolas em Porto Alegre (Cz\$ 386.345.798,80) e 114 escolas no Interior do Estado (Cz\$ 306.663.518,00); em liberação de serviços, compreendendo nove escolas do Interior do Estado (Cz\$ 5.662.718,14), devendo o saldo ser aplicado em Obras e Instalações, e Serviços.

Contudo, a aplicação de recursos no campo educacional não se limita exclusivamente à construção, recuperação e reforma de prédios escolares. Com efeito, em 1988 as escolas públicas, depois de muitos anos, passaram a receber novos móveis, material didático, instalações diversas, e mesmo produtos de limpeza, além de maior quantidade e melhor qualidade na merenda escolar.

Por fim, a Administração Estadual buscou o atendimento de uma antiga aspiração do magistério: realocar os recursos humanos disponíveis às necessidades da comunidade escolar, por via do Quadro de Pessoal por Escola (QPE). A implementação definitiva do mesmo destacará exatamente o número de funcionários — professores e auxiliares necessários ao pleno e eficiente funcionamento das escolas públicas do Rio Grande do Sul.

2.1.2 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, com sede na cidade de Novo Hamburgo, está voltada essencialmente à formação de técnicos de nível de 2º

Grau, para o Setor Secundário da economia. Em 1988, esta Fundação procurou desenvolver suas ações em consonância com as diretrizes constantes da política governamental, sendo o aluno o centro primordial do processo educacional. O objetivo fundamental é assegurar ao estudante as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades técnicas e à formação integral de sua personalidade, para que seja agente de transformação na comunidade onde está inserido.

A Fundação, nas habilitações técnicas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, atendeu cerca de 1.200 alunos provenientes na sua maioria da Grande Porto Alegre, mas especialmente de municípios do Vale do Sinos e do Vale do Caí.

Em 1988 formaram-se, após estágio supervisionado, 201 técnicos em Química, Mecânica e Eletrotécnica, todos absorvidos pelo mercado de trabalho, onde a procura por técnicos é maior que a oferta.

A implementação do Curso Técnico em Eletrônica teve continuidade, sendo que em 1988 concluíram a 4.^a série cinquenta e sete alunos, que ingressaram no mercado de trabalho como estagiários, atendendo a uma aspiração do Parque Industrial da Região e do Estado.

A formação profissional, atividade-fim da Fundação, teve como meta prioritária a busca constante da melhoria de qualidade do ensino técnico-industrial, a qual foi efetivada através de reuniões pedagógicas, administrativas e de Conselhos de Classe.

A FETLSVC, apesar de todas as dificuldades ligadas à falta de recursos humanos e financeiros, preocupou-se em manter o seu padrão de ensino. Além das aulas teóricas e da carga horária significativa em laboratórios e oficinas, oportunizou e/ou implementou: convênio com empresas; o Programa de Bolsas de Trabalho, em convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)/Ministério da Educação; o Projeto Recriação, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), para atendimento de alunos de classes menos privilegiadas na área de recreação e alimentação; modernização de laboratórios com a aquisição de novos equipamentos; novos ambientes de estudo e trabalho, a partir da recuperação de pisos, paredes, corredores e do redimensionamento dos espaços; visitas a parques industriais do Rio Grande do Sul e São Paulo; participação de professores e alunos em simpósios, seminários, congressos e cursos, visando ao aprimoramento da formação profissional.

A Fundação assinou, ainda, convênio com o Ministério da Educação (MEC) no "Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico", com o objetivo de aumentar a área da Instituição, possibilitando assim adequação dos laboratórios de eletrônica e da área administrativa.

Foram efetivados vários subprojetos, visando à formação de valores culturais do aluno, como a Gincana de Aniversário, Festa Junina, Garota Liberato, Semana Farroupilha, amostra de teatro, festival de música, palestras técnicas, seminário de estagiários e outras promoções cívicas, esportivas e sociais.

Além de atuar na formação de recursos humanos, a Fundação dispõe de um Departamento de Pesquisa e Produção Industrial, que presta serviços a empresas do Estado na feitura de testes, análises de laboratório, desenhos, projetos industriais e usinagem de peças em geral. Este Departamento merece atenção especial em função da troca de experiências e de tecnologia entre a escola e a empresa.

Além de representar uma das fontes de receita da Fundação, propicia a alunos que atuam no setor uma experiência concreta nos processos de produção.

No exercício de 1988, a Fundação teve de resolver graves problemas de falta de recursos humanos para conseguir funcionar em condições adequadas. Visando a suprir algumas das deficiências nos recursos humanos existentes, foram realizadas Provas Seletivas para admissão de cinco novos servidores para áreas emergenciais de ensino (Curso de Eletrônica) e de administração (Contabilidade). Além disso, a Direção preocupou-se sobremaneira com a elaboração, encaminhamento e/ou execução de vários projetos como: Reestruturação do Ensino Técnico Industrial no Rio Grande do Sul; solicitação de Recursos ao MEC para Atualização de Equipamentos e Capacitação de Recursos Humanos; Cooperação Técnica Internacional com o Japão; Ampliação do Curso de Química na área de Polímeros; CEDATE/MEC — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico; Convênios com a FAE e LBA; Plano de Trabalho Anual, dentre outros.

2.1.3 — FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO NO RIO GRANDE DO SUL (FADERS)

A Fundação de atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS), instituída pela Lei Estadual nº 8.535, de 21 de janeiro de 1988, é fundação de direito privado, supervisionada pela Secretaria da Educação, nos termos do Decreto nº 32.517, de 15 de março de 1987.

Seu objetivo é prestar atendimento aos portadores de deficiências e aos superdotados e/ou talentosos, no campo da educação, saúde, reabilitação, profilaxia, trabalho, previdência e assistência social.

Apesar de enfrentar uma série de dificuldades, a Ação Supervisora na Educação Especial, exercida pela FADERS sob a responsabilidade de sua Área Técnica — tendo como objetivo acompanhar e coordenar o processo ensino-aprendizagem em todo o Estado do Rio Grande do Sul, através das Delegacias de Educação e Secretarias Municipais de Educação — procurou imprimir uma linha unificadora em termos de atendimento, a 238 classes especiais, às trinta e quatro Escolas Especiais de Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs), e a dez salas de recursos, através de trinta e quatro viagens de supervisão feitas no Estado, até 30 de setembro do corrente ano.

Quanto à reciclagem e preparação de recursos humanos — fatores essenciais para a melhoria da qualidade de atendimento —, foram realizados, no mesmo período, treinamentos, encontros, cursos de extensão universitária em convênio com universidades, co-promoção na IX Jornada de Professores de Deficientes auditivos (na cidade de Santa Maria), e na Jornada de Estudos com o Dr. Jean Bergés, promovido pelo Centro Lydia Coriat, de Porto Alegre. Houve também participação da FADERS em seminários, cursos, encontros e visitas em outros Estados da Federação, a saber:

- Participação no V Encontro Internacional do CPT, da área do superdotado, na cidade de São Paulo;
- Participação de um técnico da Fundação no Curso de Informática para Deficientes Auditivos promovido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em São Paulo;
- Visita de dois técnicos da FADERS à UNICAMP, em São Paulo;

- Visita ao Sítio Arco-Iris, em Araras (São Paulo), a fim de conhecer o atendimento prestado ao deficiente mental adulto e idoso;
- Participação no IX Curso de Formação de Educadores de Bem-Dotados, em Belo Horizonte;
- Participação de dois professores da FADERS no Curso de Formação de Professores na Área da Deficiência Auditiva, promovido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, de abril a dezembro de 1988;
- Participação em reunião para discussão da reformulação do PTA/88 (Convênio nº 092-SESPE/MEC/SE/FADERS), por convocação da Secretaria de Educação Especial (SESPE/MEC);
- Prestação de treinamento em Estimulação Precoce aos técnicos do Centro de Reabilitação Infantil da Secretaria da Saúde, de Natal (Rio Grande do Norte), por um técnico do Projeto de Estimulação Precoce da Equipe de Ação Complementar da FADERS, a convite do Governo daquele Estado;
- Estágio de dois técnicos da FADERS em Indianápolis (Estados Unidos), através de convênio entre a FADERS e instituição Companheiros das Américas — Região Sul.

Com relação ao atendimento clínico-terapêutico que a FADERS presta por meio de convênios firmados com clínicas particulares, foram beneficiados 132 clientes.

Relativamente ao internamento de deficientes abandonados ou em situação irregular, a FADERS repassa verba a cinco internatos (casas-lares), que atendem a deficientes mentais profundos, totalizando, aproximadamente, o número de oitenta. No que se refere à transferência de recursos da verba orçamentária da Fundação, foram atendidos 179 deficientes severos e profundos, dos quais 141 no Instituto Dom Bosco e trinta e oito no Instituto Cônego Paulo de Nadal, ambos localizados em Viamão.

No que se refere ao atendimento de superdotados, o Projeto de Identificação e Atendimento ao Superdotado e/ou Talentoso, desenvolvido pela FADERS, tem como objetivo identificar e oportunizar atendimento especial ao aluno superdotado de 1.º Grau e, ao mesmo tempo, sensibilizar a comunidade para valorização e aproveitamento de seu potencial como cidadão integrado na sociedade. Em relação a este Projeto, de janeiro a setembro de 1988 foi prestado atendimento a 27 crianças na faixa etária de sete a quatorze anos, estudantes de escolas públicas de Porto Alegre.

Os atendimentos dados à referida clientela envolveram diversos recursos da comunidade, como por exemplo, escolhinha de arte, clubes esportivos, além de convênios com entidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, através da criação de um Clube de Ciências. Tais atendimentos visaram, sempre, ao desenvolvimento das áreas de interesse, aptidões específicas e potencialidades dos alunos.

Para a prestação dos seus atendimentos, a FADERS possui quatro Centros de estrutura periférica e uma Escola de 1.º Grau Incompleto, que atende ao deficiente mental moderado, cujas atividades se encontram, no momento, em caráter imediato e emergencial, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação.

Em 1988, através desses Centros, a Fundação prestou atendimento especializado direto a 1.500 deficientes, nos setores da educação precoce, pré-escolar, escolar, avaliação,

tratamento, pré-profissionalização e profissionalização; prestou, também, atendimento indireto a, aproximadamente, 4 mil deficientes.

São de mencionar ainda, as atividades relacionadas com a Semana Nacional do Excepcional, de 21 a 28 de agosto, voltadas para a conscientização da comunidade em geral sobre a situação dos deficientes e superdotados. Numa promoção conjunta da FADERS com outros órgãos e entidades afins, escolas, APAE de Porto Alegre e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi desenvolvida uma programação diversificada, onde ressaltam a inauguração de escola especial, a Feira da Bondade, recreação para deficientes em instituições, noite musical, etc.

Além disso, destacaram-se dois painéis: "A Criança Deficiente na Sociedade Atual", numa promoção da FADERS, Edições Paulinas e Biblioteca Lucília Minssen; e "Estratégias para o Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado numa Perspectiva Social e Educacional", igualmente, promoção da FADERS e instituições congêneres.

Quanto à transferência de recursos a título de subvenções sociais e auxílios, a FADERS destinou para trinta e seis entidades, em 1988, o montante de Cz\$ 4,5 milhões, estando previsto para seu orçamento de 1989, o valor de Cz\$ 64,9 milhões.

2.1.4 — INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (IGTF)

O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) órgão do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), tem suas funções e atribuições perfeitamente disciplinadas em textos legais (Leis). Entre estas avultam, por significativas, a pesquisa sistemática e a divulgação dos fatos da cultura espontânea do Rio Grande do Sul, como tal entendido o folclore gaúcho através das contribuições culturais das variadas correntes étnicas da atual demografia gaúcha, privilegiando, evidentemente, os estratos luso-brasileiro, afro-gaúcho, teuto-rio-grandense e italo-gaúcho.

Por outro lado o IGTF tem como atribuição precípua o apoio permanente ao tradicionalismo gaúcho, sobretudo através do MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG), instituição particular que congrega as entidades tradicionalistas existentes no Estado.

De acordo com suas atribuições o IGTF elaborou e pôs em execução dois ambiciosos projetos, visando ao levantamento do folclore de vários municípios gaúchos. O primeiro abrange o município de Mostardas que está com o levantamento de campo completado. Os técnicos do IGTF estão elaborando o Relatório Final e a montagem da programação audio-visual. O segundo, abrangendo os municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Igrejinha e Ivoti, municípios de idêntica formação cultural, também teve completado o levantamento de campo, estando agora em fase de transcrição de textos, fitas e partituras musicais.

Ainda de acordo com suas atribuições, foram realizadas pelo IGTF, exposições de indumentárias gaúchas, especialmente as do Ciclo Farroupilha, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, com boa repercussão na imprensa nacional. Para a realização destas exposições o Instituto conseguiu por doação onze manequins, cada um deles avaliado em seis OTNs aproximadamente. Ao mesmo tempo e ao longo de todo o ano, realizou cursos e ministrou aulas e conferências em escolas e Centros de Tradições Gaúchas, tanto na Capital como no Interior do Estado.

Diariamente, na sede do órgão, foram atendidos visitantes e respondidas consultas pessoais ou telefônicas, a jornalistas, estudantes, professores e tradicionalistas, tanto de Porto Alegre e do Interior do Estado, quanto de outras cidades brasileiras e até mesmo do exterior.

Ao criar no Setor de Editoração a "coleção etnias", o IGTF objetivou homenagear o centenário da Abolição da Escravatura, publicando o primeiro livro do folclorista Carlos Galvão Krebs, intitulado "ESTUDOS DE BATUQUE", que se constitui em uma forma de devoção religiosa afro-gaúcha por excelência. Este livro, editado através da Lei Sarney com uma tiragem inicial de mil exemplares, foi lançado na XXXI FEIRA DO LIVRO com grande sucesso.

Na área de apoio ao tradicionalismo o IGTF se fez presente no XXXIV CONGRESSO TRADICIONALISTA, realizado em Veranópolis, na XXIV CONVENÇÃO TRADICIONALISTA realizada em Caxias do Sul, ao longo de toda a Semana Farroupilha, e no III FEGART, realizado em Farroupilha.

Ao longo de todo o ano apoiou a realização dos Festivais da Canção Gaúcha realizando gravações para os músicos em seu estúdio, recebendo inscrições em sua sede e enviando aos locais de realização dos Festivais sua equipe técnica, tendo apoiado inclusive através da divulgação dos materiais publicitários destes eventos, sendo um deles pelo menos, inteiramente organizado e realizado pelos técnicos do IGTF — O Recanto da Canção Gaúcha. Foram apoiados mais de cinquenta festivais em outras tantas cidades do Estado.

Ainda neste exercício, o IGTF viu coroado de êxito o Convênio que firmou com a Ordem dos Músicos do Brasil — Seção Rio Grande do Sul, constituindo integralmente, através do processo MTb/DRT/RS nº 24.400.011714/87, a Comissão Examinadora para músicos da categoria "PRÁTICO", concedendo autorização para o exercício da profissão a mais de duas centenas de músicos regionalistas gauchescos.

Como enlace adequado entre as funções e atribuições iminentemente culturais e aquelas funções mais voltadas ao tradicionalismo, o IGTF realizou a XII SEMANA ESTADUAL DO FOLCLORE, que contou em três momentos distintos com a presença do Governador do Estado, o qual, em atendimento à proposta do Instituto, condecorou com a Ordem Negrinho do Pastoreio os folcloristas LUIZ CARLOS BARBOSA LESSA e JOÃO D'ÁVILA PAIXÃO CORTES.

O ideário que anima o IGTF através de suas várias equipes pode ser perfeitamente apreendido na estreita vinculação do órgão com as demais instituições do CODEC, notadamente a Casa de Cultura Mário Quintana, Museu Antropológico, TV Educativa e Museu Júlio de Castilhos, todas atentas ao desempenho e à orientação da política cultural traçada pelo Governo do Estado.

Em linhas gerais, o programa que vem sendo desenvolvido pelo Instituto, a nível estadual consubstancia-se no mapeamento sistemático do folclore do Rio Grande do Sul, integrando harmonicamente as micro e macrorregiões do Estado.

A nível nacional, este programa de trabalho insere-se nas recomendações do Instituto Nacional de Folclore, visando ao levantamento do folclore como um todo.

Busca o IGTF, através das ações desenvolvidas por sua Diretoria Técnica e por intermédio de seus setores específicos, integrar-se — conforme a política do Conselho Esta-

dual de Desenvolvimento Cultural (CODEC) e determinação expressa do Governo estadual — com os vinte e seis órgãos do CODEC, em um primeiro momento. Posteriormente, esta integração deverá se estender a outros organismos do Estado, notadamente a Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR/RS) e, finalmente, a instituições particulares, como o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Foram propostos, como objetivos e metas a serem atingidos no período de 1988/91, os seguintes:

- Levantamento do Mapa do Folclore Gaúcho, envolvendo Mostardas e Vale do Rio dos Sinos (1988); Vale do Rio Cai (1989); Serra Ítaio-Gaúcha (1990); Fronteira Oeste (1991);
- Instalação de sede própria, em prédio chamado “Forte Apache”, conforme proposição do CODEC;
- Consolidação do patrimônio do Museu do Folclore;
- Edição de, pelo menos, dois livros, anualmente;
- Aquisição de equipamento eletrônico para setor de documentação.

Um detalhamento maior das ações relativas especificamente, ao exercício de 1988, dentro das várias linhas de atuação do IGTF, envolve as seguintes realizações:

— Setor de Pesquisa:

- Conclusão de três pesquisas, estando quatro pesquisas em andamento;
- Elaboração de 12.537 fichas, sendo 809 fichas de informantes, 6.768 fichas de “slides”, e 4.960 fichas de fotos;
- Participação em cinco Cursos, três Simpósios e dois Seminários;
- Participação em doze palestras, em Porto Alegre e quatorze palestras no Interior do Estado;
- Participação em onze entrevistas a órgãos de comunicação sobre o tema “Festas Populares”, sendo seis entrevistas através do rádio, e cinco através da televisão;
- Prestação de 583 atendimentos técnicos a pesquisadores (inclusive a Delegações Estrangeiras).

— Setor de Editoração:

- Impressão do livro ESTUDOS DE BATUQUE, de Carlos Galvão Krebs.

— Setor de Documentação:

- Prestação de atendimento na área de Documentação, envolvendo vinte e três gravações de fitas em K7, quinze gravações em vídeo e 497 fotografias (atendimento interno), e 232 gravações de fitas K7 para Festivais, 117 cópias de fitas K7 para festivais, seis gravações em vídeo, e quinze gravações em fitas K7, variadas (atendimento externo).

— **Setor de Folclore Aplicado:**

- Prestação de assessoria a trinta e cinco Festivais;
- Atendimento a 1.368 inscrições de músicos; a 1.338 consultas sobre Festivais de Música; a 277 consultas sobre Danças; a 220 consultas sobre Músicas; a 196 consultas (FÉ-GART); a 326 consultas diversas;
- Realização de quatro Projetos de Folclore Aplicado.

— **Área de Promoções e Comercialização:**

- Participação, a convite do Governo Francês, através de seu Departamento de Cultura da Guiana Francesa, no "Festival de Folclore", na Guiana, no mês de fevereiro, apresentando as músicas e danças do folclore gaúcho;
- Apoio à Festa Junina de Porto Alegre, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho;
- Promoção da Semana do Folclore em Porto Alegre, com apresentação de grupos de danças e músicas, na praça da Alfândega;
- Participação de programas em rádio e televisão, e da abertura da Semana, na SOGIPA, com a apresentação da culinária gaúcha;
- Participação na elaboração da programação da Semana Farroupilha, através do Diretor Administrativo do Instituto;
- Elaboração do Projeto, e Coordenação Geral do 1º Festival de Música Nativa de Porto Alegre "Recanto da Canção";
- Participação na EXPOINTER, representando o CODEC;
- Participação e coordenação do Festival de Pandorga, no Parque Marinha do Brasil;
- Realização de vinte e seis entrevistas e programações em rádios, três em TVs, e oito em revistas e jornais, dentro das promoções do Instituto.

— **Setor de Biblioteca e Hemeroteca:**

- Leitura, catalogação e arquivamento de 1.010 jornais de Porto Alegre, e de cinquenta e quatro jornais do Interior do Estado;
- Realização de 670 consultas bibliográficas em Porto Alegre, 150 consultas no Interior do Estado, e quinze consultas no Rio de Janeiro.

— **Setor de Museu:**

- Apresentação da "Mostra Didática de Indumentária do Ciclo Farroupilha", patrocinada pela BRASIL-EVENTOS, no RIO-CENTRO (Rio de Janeiro) no período de 15 a 25 de abril de 1988, atingindo aproximadamente 200 mil pessoas;
- Apresentação da "Mostra Didática de Indumentária no Ciclo Farroupilha", no Vestíbulo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no período de

22 a 26 de agosto de 1988, atingindo a um público de 1.500 pessoas, com a presença do Governador do Estado, Secretários, Deputados e outros;

- Apresentação da “Mostra Didática de Indumentária no Ciclo Farroupilha”, patrocinado pelo Colégio Farroupilha, em Porto Alegre, de 16 a 26 de setembro de 1988, atingindo aproximadamente 1.500 pessoas;
- Apresentação da “Mostra Didática da Indumentária no Ciclo Farroupilha”, patrocinado pela Fundação Cultural de Canoas, no período de 26 de setembro a 7 de outubro de 1988, atingindo aproximadamente 2 mil pessoas;
- Apresentação da “Mostra de Folclore Infanto-Juvenil”, patrocinada pelo Museu Júlio de Castilhos, no período de 4 a 20 de outubro de 1988;
- Atendimento ao público diário do Setor de Museu numa média de dez a quinze pessoas.

As ações desenvolvidas pelo IGTF em 1988 envolveram recursos da ordem de Cz\$ 86,7 milhões entre custeio (Cz\$ 86 milhões) e Investimentos (Cz\$ 710 mil).

2.1.5 — FUNDAÇÃO PIRATINI — RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA (FP-RTE)

A política imprimida às ações desenvolvidas na Fundação Piratini — Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE), em 1988, nas áreas administrativas, técnica e de programação teve, como meta prioritária, a reestruturação geral da emissora. Esta reestruturação atingiu áreas consideradas críticas. As finanças da emissora foram, basicamente, saneadas, e os departamentos sofreram modificações em nível organizacional, que possibilitaram a racionalização de tarefas, agilizando o fluxo de trabalho das diferentes áreas.

A TVE foi reequipada, possibilitando uma ampliação nos recursos de produção e obtendo um sensível aumento na área de cobertura do sinal do canal 7. A frota de veículos da emissora foi ampliada, repercutindo em benefícios diretos para as áreas de produção e telejornalismo.

A Rádio FM Cultura, em fase de montagem e implementação, caminha em ritmo acelerado, possibilitando que suas transmissões tenham início em fevereiro de 1989. Para tanto também foram realizadas obras civis para instalação da Rádio.

A Fundação Piratini, como emissora de TV Educativa conseguiu uma expressiva posição no contexto nacional, graças à qualidade de sua programação. Exporta para outros Estados a produção local, colocando o Rio Grande do Sul como o terceiro pólo produtor do País, através do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED). Foram iniciadas as operações e transmissões, via satélite, através da instalação de antena parabólica. Diversificou-se e ampliou-se a fonte geradora de programação, antes a TVE do Rio de Janeiro; hoje é recebida programação de diversos Estados e a produção local foi ampliada, atingindo novos segmentos de público.

A qualificação gradativa do produto final — a programação no ar — garante um número cada vez maior de telespectadores, traduzindo-se num índice de audiência significativo, levando a cultura através da programação local, nacional e internacional.

A TVE atinge, atualmente, 33% das pessoas que têm o Segundo Grau e 42% das pessoas que têm o Curso Superior, na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme o último relatório de pesquisa de audiência elaborado por "Estudos Marplan de TV" relativo a 1987.

A emissora remete diariamente matérias para o telejornal do Rio de Janeiro e São Paulo (quatro edições diárias) e para o Esporte — Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador — (duas edições diárias). Isso totaliza umas seis horas de programação enviadas para o resto do Brasil. Com a possibilidade dos programas Pandorga e Fandango entrarem a nível nacional, serão geradas mais três horas e meia. Está em projeto um programa infantil nacional, a ser coordenado pela TVE/RS. Além disso esta emissora está em negociação com TV Gazeta e TV Búzios, o que representaria a abrangência do País.

A realização da X Reunião do SINRED, no Rio Grande do Sul (janeiro/88) trouxe importantes conquistas na história das emissoras de rádio e televisão educativas e culturais do País, cabendo à TVE representar a Região Sul no Conselho Nacional de Programação do SINRED, selecionando e definindo conjuntamente com outros conselheiros a programação das TVs Educativas.

Este ano, a cabeça-de-rede das emissoras educativas — FUNTEVÊ Rio de Janeiro, ficou diretamente ligada, via decreto, à Casa Civil da Presidência da República, tornando, portanto, ainda mais importante a função do Conselho Nacional de Programação, no que se refere à opção de filosofia de programação e programas para as TVEs a nível nacional.

A seguir são apresentados alguns dos programas de produção local que chegam hoje a sessenta e três municípios do Interior do Estado, colocando a TVE/RS em segundo lugar, em cobertura, no Estado. São eles:

- **JORNAL DA TERRA** — programa semanal com vinte e cinco minutos de duração, que procura divulgar a cultura nativista através da música, literatura, artes, usos e costumes;
- **AGENDA** — programa diário (2.^a a 6.^a feira, com dez minutos de duração, sábado com vinte minutos), apresentando um roteiro cultural da cidade, fornecendo indicações de cinema, teatro e espetáculos;
- **CORPO E ALMA** — programa onde são entrevistados personagens num clima intimista, semanal, com uma hora de duração;
- **PANDORGA** — com trinta minutos de duração, este programa infantil é apresentado diariamente, e resulta de um cuidadoso trabalho de produção, que tem como objetivo maior mostrar a capacidade do ser humano em modificar seu contexto social. Esta possibilidade é apresentada através de contracenação de bonecos e atores. Trata-se de uma proposta para as crianças de hoje, sem imposição de uma visão moralista, evidenciando sempre a capacidade que o indivíduo tem de agir, para modificar o mundo e a história. Esta proposta de ação, visando à mudança, é colocada desde a criação de bonecos, que surgem a partir da transformação do material (sucata). Assim, também, o texto resulta de uma improvisação do roteiro básico que estabelece a história, os personagens, a cena e o objetivo de cada cena, com as respectivas falas;
- **ENCONTRO** — programa religioso local, diário, com dez segundos de duração, que busca apresentar mensagens de fé de diversos grupos religiosos, entre eles: luteranos, presbiterianos, metodistas, evangélicos, espíritas e judeus;
- **FAIXA DAS 13h** — a faixa das 13h é composta dos programas: Rumos da Educação, Encontro com a Cultura, Com Ciência e Debates Gaúchos. Educação, arte, cultura, ciência, saúde e meio ambiente são os temas abordados nesta faixa;
- **JORNAL DA TVE** — durante o ano de 1988, o espaço para o jornalismo teve a participação diária de comentaristas nas áreas de política, economia, literatura, teatro, música e vídeo. As eleições municipais tiveram especial cobertura, num trabalho con-

junto do telejornalismo e da produção, através dos programas locais, além de espaço para boletins especiais, apresentando enquetes, convidados, dados de prestação de serviços, etc.;

- **TVE ESPORTE** — procurou dar ênfase ao esporte amador, cobrindo também o esporte profissional, com programa diário, onde os principais eventos esportivos foram mostrados;
- **FANDANGO** — ampliando os horizontes do Galpão Nativo, o novo programa surgiu com o objetivo de levar ao telespectador valores perenes da personalidade do gaúcho, sua cultura e raízes. É um programa essencialmente musical, onde estão presentes a poesia, a dança, os "causos", enfim, mostra a cultura nativista gaúcha;
- **MENOR QUESTÃO MAIOR** — programa totalmente produzido pela TVE, que procura documentar a questão do menor, no Rio Grande do Sul. Feito através de entrevistas com técnicos, apresenta pesquisa de rua, enquetes, etc. O programa é realizado em convênio com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho;
- **PALCOS DA VIDA** — programa que apresenta espetáculos teatrais, musicais e dança, intercalando depoimentos de artistas e especialistas da área;
- **VT DE VANGUARDA** — destacou-se por ser um programa que oferece um espaço para a produção independente, com veiculação em nível nacional, através da rede do SINRED;
- **ENTREVISTA COLETIVA** — programa de entrevista, que se destacou pelos temas abordados e pela seleção de convidados, em função do momento político-social, da maior importância;
- **TELECULTURA** — projetos em convênio com a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), divulgando eventos culturais da cidade. Em duas edições diárias, das 8 às 12 horas e das 11 às 20 horas, apresenta uma média de quatro roteiros, por dia. De acordo com informações da CRT, o TELECOMUNICADA tem recebido uma média diária de 1.200 ligações.

Os espaços dentro dos programas ("breaks") e entre os programas (interprogramas) não são comercializados, sendo utilizados para chamar a programação no ar e para chamadas e vinhetas, divulgando espetáculos, cursos, encontros e atividades desenvolvidas por instituições públicas e privadas.

Além da produção já citada, durante o ano de 1988 a TVE/RS se dirigiu ao Interior, divulgando espetáculos culturais para todo o Estado, regionalizando, assim, sua programação.

A emissora mantém contato com o exterior, recebendo, periodicamente, programação dos Estados Unidos e Alemanha. Estão em andamento contatos com a França, Polônia e Portugal. Foi iniciada permuta de programação com Cuba, enviando os programas Menor Questão Maior, Pandorga, VT de Vanguarda, Fandango e Palcos da Vida. A TVE/RS será a única a exibir especiais cubanos e transmiti-los, via SINRED, para todas as emissoras educativas do País.

Foram celebrados convênios, contratos e protocolos de intenções com organismos públicos e privados, reduzindo custos operacionais fixos e evitando paralelismos na execução de projetos de interesse de instituições como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), VARIG, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), entre outros. A busca de outras alternativas de receitas não públicas fez com que fossem desenvolvidos projetos e convênios com inúmeras instituições, realizando trabalhos de ação conjunta com BADESUL, BRDE e JEC FUND (órgão do governo do Japão).

Na área de recursos humanos foram executados treinamentos do pessoal da emissora através da realização de cursos desenvolvidos em convênio com instituições como a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS/TV) e Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEAG/RS).

Foi realizado em 1988, Seminário Interno com todos os funcionários da TVE onde foram discutidas e avaliadas as propostas de trabalho a serem desenvolvidas.

Em convênio com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILMES) e Canadian International Development (CIDA), a TVE executou obras físicas para instalação do Núcleo de Cinema de Animação do Rio Grande do Sul, que em breve iniciará suas atividades.

Outra grande preocupação, em 1988, na área de pessoal, foi com a valorização da competência do servidor da TVE, procurando através de remanejamento interno colocar as pessoas certas nos lugares certos, buscando assim uma otimização do nível de desempenho dos recursos humanos da Emissora.

Uma ênfase especial foi dada à cobertura de eventos culturais e jornalísticos, buscando a realização de um trabalho comprometido com a qualidade, e em consonância com a política de desenvolvimento cultural imprimida pelo Governo do Estado.

2.1.6 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

No transcurso do exercício de 1988, a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, entidade instituída em forma autárquica, nos termos da Lei n.º 4.837, de 02 de dezembro de 1966, desenvolveu suas atividades dentro das finalidades para as quais foi criada, que envolvem: a manutenção de sua Orquestra Sinfônica com o respectivo Coral; a promoção de concertos destinados ao público, bem como à juventude em geral, tanto na Capital como no Interior do Estado; a apresentação de temporadas oficiais de concertos destinados aos contribuintes particulares, aos quais têm acesso, gratuitamente, os estudantes universitários; o favorecimento do aperfeiçoamento cultural da juventude escolar, através de concertos especiais, palestras e atividades correlatas.

Tem a Fundação como metas prioritárias: preencher as vagas existentes em seus organismos musicais (constituídos pela Escola de Música, Orquestra de Câmara e Orquestra Sinfônica) para, em melhores condições, cumprir com suas finalidades estatutárias; adquirir definitivamente a Sede Artística hoje instalada nas dependências do prédio n.º 925 da Av. Independência (Teatro da OSPA, ex-Teatro Leopoldina).

Entre as promoções que fazem parte das atividades da FOSPA, destacam-se os denominados Encontros Sinfônicos, os quais são divididos em duas séries: "Encontros Sinfônicos de Outono", e "Encontros Sinfônicos de Primavera".

A temporada oficial relativa a estas duas séries conta com o patrocínio de empresas particulares para muitos desses Encontros, tais como a "Série Solista PPH", os "Concertos Tintas Renner", os "Concertos FITESAS S/A", etc. Através destes patrocínios, a OSPA tem elevado a qualidade de seus concertos, já que se propicia a participação nos mesmos, de expressivos solistas nacionais e internacionais.

No decorrer de 1988 foram realizados vinte e quatro Encontros, que contaram com um público médio de mil pessoas por evento.

Foram também realizados doze concertos em diversas cidades do Interior do Estado, a saber: Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Gramado, Bento Gonçalves, Novo Hamburgo, Montenegro, Caxias do Sul e Esteio. Além disso, a Orquestra Sinfônica realizou três concertos fora do Estado, sendo dois em São Paulo, e um no Rio de Janeiro.

Destacam-se, ainda, entre os concertos realizados, sete concertos especiais e três concertos com a Orquestra de Cordas.

No que respeita a concertos em comunidades carentes, é de salientar o realizado na Igreja São José do Murialdo, em Porto Alegre.

Em convênio com a 1.ª Delegacia de Educação, a OSPA realiza os chamados “Encontros Sinfônicos para a Juventude — Série Escolar”, que incluem uma importante série de concertos didáticos destinados à juventude escolar em geral. Em 1988 foram realizados cinco concertos desse tipo, dentro do processo educativo desenvolvido pela Fundação.

Igualmente importantes são os “Concursos para Jovens Solistas”, que visam à descoberta de jovens instrumentistas de talento. Os candidatos classificados têm como prêmio a oportunidade de atuarem como “solistas” com a OSPA. No exercício de 1988 foi realizado um concerto desta categoria.

Entre as ações desenvolvidas pela Fundação são também de destacar aquelas relacionadas com a Escola de Música da OSPA, a qual se constitui na única instituição profissionalizante do Estado, voltada exclusivamente para a formação de instrumentistas e cantores com capacitação para atuarem em conjuntos sinfônicos. No momento, são ministrados na mesma, lições de violino, viola, contrabaixo, oboé, flauta, clarinete, fagote, harpa, trombone, trompa, trompete, percussão e canto, estudando, gratuitamente, cerca de cem alunos.

A Orquestra Sinfônica da FOSPA conta, atualmente, com diversos alunos egressos da Escola de Música.

2.1.7 — FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

No último mês de junho comemorou-se os 130 anos do Teatro São Pedro, e o quarto ano de reabertura, com mais um evento de grande repercussão e indiscutível qualidade: a Orquestra de Câmara Teatro São Pedro, tendo como solista o renomado harpista espanhol, Nicanor Zabaleta, destacando-se entre tantas atividades desenvolvidas nestes últimos anos.

A viabilização de todos os eventos no Teatro São Pedro, assim como sua manutenção, dependem de recursos do Governo Estadual, de percentuais sobre a renda de bilheteria, doações e colaborações da comunidade empresarial.

Merecem menção os projetos MÚSICA AO MEIO DIA e O CHORO É LIVRE, iniciativa da Fundação Teatro São Pedro e da Subsecretaria de Cultura, por ocasião da reabertura do Teatro, que vêm sendo mantidos com o apoio e promoção do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC), objetivando abrir espaço e incentivar grupos locais, proporcionando ao público espetáculos de bom nível, entrada franca e periodicidade regular. As noventa e duas apresentações dos dois projetos foram prestigiadas, somente neste ano, com a presença de 14.660 pessoas. Merece também citação o projeto BLUE JAZZ, patrocinado por empresa privada, iniciado em 20 de maio de 1988, realizando trinta edições e abrangendo um público de 10.200 ouvintes.

Paralelamente, o Teatro recebeu dez companhias teatrais de fora do Estado, e seis companhias locais, trazendo um público de 90.914 pessoas. Destacam-se alguns sucessos como: O FERREIRO E A MORTE (local), A FONTE (Projeto Missões), DONA DOIDA, UM INTERLÚDIO (com Fernanda Montenegro), O LOBO DE RAYBAN (com Raul Cortez e Christiane Torloni), e FRAGMENTOS DE UM DISCURSO AMOROSO (Companhia Estável de Repertório — Antônio Fagundes). O público infantil foi também agraciado com peças teatrais, totalizando trinta apresentações. Foram ainda apresentados quatorze concertos, dezoito recitais, quarenta e cinco “shows”, dezesseis espetáculos de dança, além de cursos, debates, lançamentos e exposições.

Concluindo, com aproximadamente 130 mil expectadores e mais de 390 eventos, encerra-se a temporada de 1988.

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), desde março de 1987 tem se estruturado com o objetivo de integrar todos os setores que atuam na área da saúde no sentido de viabilizar a implantação de um Sistema Estadual de Saúde que atenda às necessidades da população.

Com a assinatura, em 15 de setembro de 1987, do convênio com a União implantando o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS), concretizou-se o processo de universalização e gratuidade da atenção, equidade no atendimento, integralidade das ações de saúde e da participação social.

A partir de dezembro/87 iniciou-se a municipalização da saúde que, junto com a criação dos Distritos Sanitários, irá permitir que as questões do processo saúde/doença sejam encaminhadas e resolvidas primeiramente a nível local e municipal.

A política da SSMA tem sido orientada no sentido de priorizar o investimento no Setor Público, que nas últimas décadas tem sido descapitalizado e sucateado.

A unidade operacional básica do novo sistema, o Distrito Sanitário, contempla as ações básicas de cuidados às pessoas, ambientais, de vigilância sanitária, de controle das condições de trabalho e de vigilância epidemiológica. Esta unidade operacional deve oferecer qualidade, complexidade tecnológica necessária para seu nível, resolutividade, acesso fácil, referência e contra-referência, ações de saúde integrais do indivíduo e coletivas, e ações de proteção da saúde da população.

A rede de unidades assistenciais próprias é composta por 870 Unidades Sanitárias da SSMA e noventa e oito Postos de Assistência Médica do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), cobrindo todos os municípios do Estado.

O processo de implantação do SUDS no Rio Grande do Sul se concretizou a partir da municipalização dos serviços de saúde, processo este iniciado no final de 1987 através da municipalização dos primeiros vinte e três municípios e, ao longo de 1988, de mais quarenta e cinco, totalizando sessenta e oito.

Em relação às políticas específicas, a SSMA executa as de atenção integral à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, do trabalhador, bucal e mental, realizando, no ano de 1988, 2.532.122 atendimentos médicos, 705.759 atendimentos odontológicos, 6.167.587 atendimentos básicos e 3.896 palestras consonantes com a proposta de trabalhos educativos.

As principais atividades de ações básicas de saúde foram dirigidas para:

- Realizações do diagnóstico de saúde, principalmente em relação a programas novos como o Idoso e Trabalhador;
- Capacitação de recursos humanos institucionais, interinstitucionais e intersetoriais, de nível técnico e auxiliar, do Rio Grande do Sul, da Região Sul, do Uruguai e da Argentina, no âmbito do gerenciamento e operacional, através de cursos, seminários e encontros científicos. Assim, houve trabalhos conjuntos e cooperativos com Entidades de Classe, Sindicatos, Secretarias de Estado (Educação e Cultura, Trabalho, Ação Social e Comunitária), Secretarias Municipais, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs), Cruz Vermelha, Universidades e Ministérios do Brasil, Uruguai e Argentina, com a mobilização direta de aproximadamente 10 mil pessoas;
- Ampliação dos serviços através de implantação dos programas na rede da SSMA, nos municípios municipalizados, na rede escolar e nas Universidades, beneficiando 30% da população do Estado;
- Transformação das leis específicas e regulamentos, principalmente das creches, das clínicas para idosos e de legislação psiquiátrica;
- Atendimento, através do Programa de Suplementação Alimentar (PSA) a 168 municípios, beneficiando 89.102 mães, 258.591 crianças e 6.578 crianças desnutridas.

Com referência a Doenças Transmissíveis Agudas, através de seus programas de controle — cujo objetivo é reduzir o dano produzido pelas doenças transmissíveis na população utilizando uma vigilância epidemiológica eficaz e agilizando as ações de prevenção e controle de doenças que podem ocasionar surtos e epidemias — foi traçada como meta a implementação da Vigilância Epidemiológica, descentralizando o conhecimento em epidemiologia, levando inicialmente ao melhor desempenho das Delegacias Regionais de Saúde. Foram criados dezesseis Núcleos de Epidemiologia em 1988, e feita a coordenação das ações de controle de oito doenças transmissíveis agudas: Doenças Meningocócicas, Febre Tifóide, Raiva, Poliomielite, Tétano, Difteria, Sarampo e Malária.

A cobertura vacinal em menores de um ano no Estado até setembro de 1988 é de: SABIN — 81,8%; DPT — 80,9%; Anti-Sarampo — 79,3%. Aliada às atividades de vacinação de rotina, realiza-se duas vezes ao ano o Dia Nacional de Vacinação contra a Paralisia Infantil, tendo como meta a vacinação de todos os menores de cinco anos. No Rio Grande do Sul, em 1988, os percentuais atingidos foram de 98,9% e 99,5%, no 1.º e 2.º Dia Nacional de Vacinação, respectivamente.

Em relação à Dermatologia Sanitária as ações de controle são realizadas em três áreas prioritárias: Hanseníase, Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, e outras dermatoses de importância em Saúde Pública, que priorizam o controle da escabiose e pediculose no Rio Grande do Sul.

Em 1988 foram diagnosticados 132 casos novos de Hanseníase, e a proporção de atendidos em registro ativo foi de 75,2%.

No Rio Grande do Sul a AIDS manteve, como em todos os países do mundo, uma tendência de incidência crescente. O número de casos novos em 1988 foi de 126 casos, em 1987, de cinquenta e sete casos, e em 1986 foi de quarenta e dois casos.

O Programa de AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis realizou em 1988 cursos para profissionais de saúde, palestras e conferências na Capital e Interior do Estado.

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), desde março de 1987 tem se estruturado com o objetivo de integrar todos os setores que atuam na área da saúde no sentido de viabilizar a implantação de um Sistema Estadual de Saúde que atenda às necessidades da população.

Com a assinatura, em 15 de setembro de 1987, do convênio com a União implantando o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS), concretizou-se o processo de universalização e gratuidade da atenção, equidade no atendimento, integralidade das ações de saúde e da participação social.

A partir de dezembro/87 iniciou-se a municipalização da saúde que, junto com a criação dos Distritos Sanitários, irá permitir que as questões do processo saúde/doença sejam encaminhadas e resolvidas primeiramente a nível local e municipal.

A política da SSMA tem sido orientada no sentido de priorizar o investimento no Setor Público, que nas últimas décadas tem sido descapitalizado e sucateado.

A unidade operacional básica do novo sistema, o Distrito Sanitário, contempla as ações básicas de cuidados às pessoas, ambientais, de vigilância sanitária, de controle das condições de trabalho e de vigilância epidemiológica. Esta unidade operacional deve oferecer qualidade, complexidade tecnológica necessária para seu nível, resolutividade, acesso fácil, referência e contra-referência, ações de saúde integrais do indivíduo e coletivas, e ações de proteção da saúde da população.

A rede de unidades assistenciais próprias é composta por 870 Unidades Sanitárias da SSMA e noventa e oito Postos de Assistência Médica do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), cobrindo todos os municípios do Estado.

O processo de implantação do SUDS no Rio Grande do Sul se concretizou a partir da municipalização dos serviços de saúde, processo este iniciado no final de 1987 através da municipalização dos primeiros vinte e três municípios e, ao longo de 1988, de mais quarenta e cinco, totalizando sessenta e oito.

Em relação às políticas específicas, a SSMA executa as de atenção integral à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, do trabalhador, bucal e mental, realizando, no ano de 1988, 2.532.122 atendimentos médicos, 705.759 atendimentos odontológicos, 6.167.587 atendimentos básicos e 3.896 palestras consonantes com a proposta de trabalhos educativos.

As principais atividades de ações básicas de saúde foram dirigidas para:

- Realizações do diagnóstico de saúde, principalmente em relação a programas novos como o Idoso e Trabalhador;
- Capacitação de recursos humanos institucionais, interinstitucionais e intersetoriais, de nível técnico e auxiliar, do Rio Grande do Sul, da Região Sul, do Uruguai e da Argentina, no âmbito do gerenciamento e operacional, através de cursos, seminários e encontros científicos. Assim, houve trabalhos conjuntos e cooperativos com Entidades de Classe, Sindicatos, Secretarias de Estado (Educação e Cultura, Trabalho, Ação Social e Comunitária), Secretarias Municipais, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs), Cruz Vermelha, Universidades e Ministérios do Brasil, Uruguai e Argentina, com a mobilização direta de aproximadamente 10 mil pessoas;
- Ampliação dos serviços através de implantação dos programas na rede da SSMA, nos municípios municipalizados, na rede escolar e nas Universidades, beneficiando 30% da população do Estado;
- Transformação das leis específicas e regulamentos, principalmente das creches, das clínicas para idosos e de legislação psiquiátrica;
- Atendimento, através do Programa de Suplementação Alimentar (PSA) a 168 municípios, beneficiando 89.102 mães, 258.591 crianças e 6.578 crianças desnutridas.

Com referência a Doenças Transmissíveis Agudas, através de seus programas de controle — cujo objetivo é reduzir o dano produzido pelas doenças transmissíveis na população utilizando uma vigilância epidemiológica eficaz e agilizando as ações de prevenção e controle de doenças que podem ocasionar surtos e epidemias — foi traçada como meta a implementação da Vigilância Epidemiológica, descentralizando o conhecimento em epidemiologia, levando inicialmente ao melhor desempenho das Delegacias Regionais de Saúde. Foram criados dezesseis Núcleos de Epidemiologia em 1988, e feita a coordenação das ações de controle de oito doenças transmissíveis agudas: Doenças Meningocócicas, Febre Tifóide, Raiva, Poliomielite, Tétano, Difteria, Sarampo e Malária.

A cobertura vacinal em menores de um ano no Estado até setembro de 1988 é de: SABIN — 81,8%; DPT — 80,9%; Anti-Sarampo — 79,3%. Aliada às atividades de vacinação de rotina, realiza-se duas vezes ao ano o Dia Nacional de Vacinação contra a Paralisia Infantil, tendo como meta a vacinação de todos os menores de cinco anos. No Rio Grande do Sul, em 1988, os percentuais atingidos foram de 98,9% e 99,5%, no 1º e 2º Dia Nacional de Vacinação, respectivamente.

Em relação à Dermatologia Sanitária as ações de controle são realizadas em três áreas prioritárias: Hanseníase, Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, e outras dermatoses de importância em Saúde Pública, que priorizam o controle da escabiose e pediculose no Rio Grande do Sul.

Em 1988 foram diagnosticados 132 casos novos de Hanseníase, e a proporção de atendidos em registro ativo foi de 75,2%.

No Rio Grande do Sul a AIDS manteve, como em todos os países do mundo, uma tendência de incidência crescente. O número de casos novos em 1988 foi de 126 casos, em 1987, de cinquenta e sete casos, e em 1986 foi de quarenta e dois casos.

O Programa de AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis realizou em 1988 cursos para profissionais de saúde, palestras e conferências na Capital e Interior do Estado.

Como outras realizações, foram feitas a expansão do número de leitos hospitalares para AIDS (no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital Nossa Senhora da Conceição, Hospital São Lucas e Hospital Santa Casa), a implantação do Centro para Orientação e Apoio Sorológico em AIDS, e o lançamento do Material Educativo.

O Programa de Controle da Tuberculose oferece os meios básicos para diagnóstico e tratamento da tuberculose, bem como a prevenção através da rede de serviços, sendo que em 95% dos casos os atendimentos são feitos a nível ambulatorial.

Em 1988, além das atividades de treinamento e supervisão, o Programa de Controle da Tuberculose diagnosticou 4.039 novos casos da doença, obteve 3.339 curas (percentual de 82,66%) e realizou 20.782 exames na busca de sintomáticos respiratórios.

Na área de vigilância sanitária as atividades desenvolvidas são de investigação epidemiológica, vistorias, controle, supervisão, desinsetizações, desratizações, atendimento à demanda reclamante e vacinação anti-rábica, sendo vacinados 345.149 cães, no Estado. De acordo com o novo sistema foram feitos treinamentos e reuniões a nível municipal, junto à população e às Comissões Interinstitucionais Municipais de Saúde (CIMS) dos municípios-alvo.

A vigilância sanitária é exercida também nas áreas de hemoterapia, do comércio de drogas e medicamentos, dos estabelecimentos de saúde e do exercício profissional no campo da saúde, através da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional.

Visando a implementar o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados no Estado do Rio Grande do Sul, o Hemocentro tem como ações prioritárias a coleta, a coordenação de estocagem, o processamento e a distribuição de sangue e hemoderivados, zelando pela adequada utilização dos mesmos. Realiza todos os testes sorológicos de dezoito hospitais ou bancos de sangue filantrópicos no Rio Grande do Sul, como também presta atendimento total de banco de sangue aos hospitais da rede estadual. Com as campanhas de divulgação o número médio de doações/mês chegou a 66,6% de sua capacidade, representando um acréscimo de 3.000% em relação ao que vinha sendo produzido até 1986.

Dentro do plano de interiorização dos hemocentros estão sendo estruturados cursos técnicos para auxiliares, técnicos e médicos que se dedicam à área de hemoterapia.

Na área de produção de medicamentos o Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), durante o ano de 1988, recuperou e adquiriu os equipamentos considerados indispensáveis para melhorar o nível de qualidade do medicamento compatível com os padrões internacionais aceitos.

Com a Central de Medicamentos (CEME) foram realizados contratos na ordem de Cz\$ 200 milhões, que asseguram a participação do Governo do Estado a nível nacional.

Considerando a carência de mão-de-obra do LAFERGS foi firmado um contrato com a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, Ltda. (FECO-TRIGO), que cedeu oitenta funcionários. Como contrapartida, o LAFERGS fornece os medicamentos aos associados das Cooperativas.

A produção final deste ano foi de 50 milhões de unidades de medicamentos, que corresponde a 80% do programado no exercício de 1988.

A SSMA, em 1988, distribuiu medicamentos para a rede num total de 85,5 milhões de unidades, sendo que a programação para 1989 dentro do SUDS, para as Unidades Assistenciais Próprias (SSMA e INAMPS) é de 616,6 milhões de unidades.

A rede hospitalar da SSMA é composta por sete Hospitais assim distribuídos: Hospital Psiquiátrico São Pedro; Hospital Sanatório Partenon; Hospital Colônia Itapoã; Instituto de Cardiologia; Hospital de Alvorada; Hospital de Cachoeirinha; Hospital Alexandre Lisboa.

O total de internações em 1988 foi de 3.722.

Merece especial destaque, em relação ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, a contratação de equipe técnica especializada para a elaboração do Projeto de Recuperação de Integridade Física, Histórica e Funcional do prédio central, além de outras reformas e recuperação de parte da estrutura física.

No Hospital Sanatório Partenon foram iniciadas obras de reforma e adaptação de vários setores com a finalidade de transformá-lo em Hospital Geral.

Com relação ao Hospital Colônia Itapoã foram executadas reformas em quatro pavilhões visando à transferência de pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro objetivando, através da laborterapia, a recuperação desses doentes, psicossocialmente cronificados. O Hospital vem desenvolvendo também, desde 1987, tendo sido implementado em 1988, o Projeto Ecológico e Laborterápico de Produção e Pesquisa Agropecuária, que é estendido a pacientes aptos a desenvolverem atividades a ele relacionadas.

Nos Hospitais de Alvorada e Cachoeirinha, em 1988, foram iniciadas as atividades de internações nas clínicas médica, obstétrica e pediátrica, que já estão em pleno funcionamento. Cabe destacar que estes hospitais até 1986 funcionavam apenas em regime de ambulatório.

Em relação ao Instituto de Cardiologia realizaram-se obras visando à ampliação daquele nosocômio. No final de 1988 foram iniciadas obras no prédio antes ocupado pelo Departamento de Perícia Médica que foi cedido ao Instituto, visando a adaptá-lo para aumentar o número de leitos, destacando-se entre estas obras a criação do Ambulatório de Referência Especializado em Cardiologia.

O Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB), credenciado pelo Ministério da Saúde como Laboratório de Referência para a Região Sul e como Centro de Referência Nacional para a Avaliação de Resultados, procurou modernizar-se em termos tecnológicos, adquirindo novos equipamentos, treinando seu quadro de pessoal e reorientando seu trabalho de pesquisa e diagnóstico em saúde pública. Consolidou sua posição de laboratório produtor de vacina contra a raiva de uso humano, atendendo a um terço das necessidades nacionais, com a possibilidade de exportação do excedente para outros países da América Latina, produzindo 1,2 milhão de doses de vacina.

Deu-se ênfase à rede estadual de sessenta e três laboratórios públicos (regionais e locais), descentralizando os serviços.

O Serviço de Parasitoses Sistêmicas, no que se refere à hidatidose, é o único que realiza o diagnóstico a nível nacional, atendendo solicitações de diversos Estados.

Visando à proteção do meio ambiente, o Departamento do Meio Ambiente (DMA) vem desenvolvendo ações de controle de poluição e proteção ambiental engajadas a nível federal, estadual e municipal.

Está em andamento o processo de informatização, onde se pretende armazenar, recuperar e atualizar todas as informações coletadas referentes às fontes de poluição e à qualidade ambiental, além de realizar estudo de simulação dos impactos gerais de novas fontes ou de novas exigências de controle da poluição.

É de destacar a participação ativa do DMA no projeto de Gerenciamento Costeiro com prioridade ao litoral norte do Estado, visando à uniformização do País quanto ao mapeamento e documentação das informações litorâneas, a fim de elaborar-se o macrozoneamento da região para a manutenção da qualidade de seus recursos naturais e a preservação das peculiaridades culturais da região.

Foi firmado um convênio com GTZ da Alemanha Ocidental, para a cooperação técnica nos problemas ambientais da Região Metropolitana e do Município de Rio Grande, como também, para reciclar a capacitação técnica do Departamento permitindo-lhe melhorar sua atuação.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do nível de saúde da população, buscando o controle e/ou redução de doenças transmissíveis, toxiinfecções e verminoses, o Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN) implantou 165 sistemas simplificados de abastecimento de água, noventa extensões de rede de água e vinte e uma extensões de rede de esgoto, com a co-participação das Prefeituras Municipais e das comunidades beneficiadas.

Foi criada a Diretoria de Articulação com Prestadores de Serviços (DAPS), anteriormente pertencente ao INAMPS e cujas atribuições são as de manter o relacionamento com os prestadores privados através da realização de convênios, contratos e credenciamentos, bem como as funções de controle e avaliação dos mesmos.

É de fundamental importância o papel da Escola de Saúde Pública na consecução das transformações propostas, no sentido de um novo modelo de atenção à saúde, pois ela não se limita à instrumentação de profissionais pelo simples repasse de conhecimento e habilitação em técnicas. Sua função é atuar no nível cultural, induzindo à reflexão e ao exercício de crítica, encaminhando a mudança de postura do profissional que ensejará a efetiva transferência nas práticas.

A adequação à nova realidade no setor determinou a reformulação da estratégia de ação da Escola, a redefinição dos seus programas e a própria reorientação filosófica-conceitual.

Entre as atividades básicas realizadas está o diagnóstico da força de trabalho em saúde no Rio Grande do Sul. Este levantamento inclui órgãos federais e municipais, especialmente os integrantes do SUDS, e visa ao estudo de sua melhor redistribuição. Também no elenco está o levantamento cadastral de todas as pesquisas executadas na área de saúde e do meio ambiente no Rio Grande do Sul, bem como o cadastramento de docentes.

O rol de cursos e treinamentos totaliza setenta e um cursos diversos. As opções oferecidas vão desde o curso de Auxiliar de Enfermagem (supletivo) e Atendentes, até o Pós-Graduação em Saúde Pública.

Dentro do entendimento de que uma das funções da Escola é a de centro de produção e difusão de conhecimentos, foi dado apoio, juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), à realização de vinte e sete pesquisas na área de saúde e foi implementado o Programa de Informação Científica em Saúde. Este Programa, voltado especialmente para os profissionais do Interior divulga, através do Boletim Bibliográfico "Informações para a Saúde — RS", informações e referências que permitem solicitar cópias de textos científicos. No ano foram atendidas cerca de 400 solicitações, totalizando dois mil artigos requisitados.

Com o objetivo de implementar a produção, sistematização e divulgação de informações em saúde e meio ambiente, o Centro de Informação e Divulgação em Saúde (CIDS) foi transformado em Departamento de Informação e Divulgação em Saúde (DIDS) no final do ano de 1988, colaborando decisivamente no processo de transformação que ocorre com a implantação do SUDS no Estado.

Com o intuito de descentralizar a informação, processo a ser implantado efetivamente em 1989, o CIDS adquiriu trinta e três microcomputadores, que funcionarão como terminais inteligentes com acesso ao complexo central, que servirá como suporte para a criação de banco de dados locais, fundamentais para a implantação da Política de Informação a que se propõe a Secretaria.

O novo departamento, tendo já assumido as atividades na área da pesquisa de informação, que até então eram desempenhadas pela Assessoria de Planejamento e pela Escola de Saúde Pública, estrutura-se para pôr em prática as novas diretrizes pertinentes à coleta, tratamento, produção e distribuição de informações, bem como a articulação e orientação às pesquisas no campo da saúde e do meio ambiente.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) atuará no apoio operacional ao DIDS.

Em relação a recursos financeiros dispendidos pela SSMA em 1988, foram gastos Cz\$ 6,5 bilhões da fonte Tesouro do Estado, sendo que destes 60,32% corresponde a pessoal.

Foram aplicados através do Convênio SUDS/RS, Cz\$ 12 bilhões, sendo que destes 43,27% destinados à municipalização.

Os principais pontos de estrangulamentos, tanto internos quanto externos que dificultaram a consecução das metas previstas foram:

- A escassez de recursos humanos qualificados em funções e postos-chave para o bom desempenho técnico e gerencial, além da carência geral de pessoal de nível médio;
- A escassez e inadequação do espaço físico destinado às atividades centrais e centralizadas, bem como as dificuldades para descentralizar algumas delas;
- O baixo valor das diárias de viagem que se refletem negativamente nas atividades como supervisão, serviços de vigilância, pesquisas de campo, planejamento (diagnósticos regionais), abastecimento e treinamento de recursos humanos, além do processo de municipalização que exige reuniões com as comissões locais e visitas de avaliação e/ou apoio técnico;

- As dificuldades para a execução de vistorias cujos laudos técnicos são necessários para orientar a licitação de obras e serviços de manutenção e recuperação de prédios, instalações e equipamentos;
- A limitação dos recursos, dada a incompatibilidade entre o teto orçamentário e as necessidades em atenção à saúde;
- As dificuldades para suprir pessoal técnico e auxiliar em determinadas localidades (difícil acesso);
- As dificuldades em constituir equipes com a composição necessária para um desempenho de equipe, bem como a limitação dos serviços de apoio diagnóstico e outras condições para dar aos serviços a resolatividade desejada;
- A debilidade, assistemática e limitação do planejamento por falta de uma estrutura de planejamento-programação, inadequação do apoio informacional, e absoluta falta de recursos humanos; os serviços não dispõem das mínimas condições para o exercício sistematizado das atividades descentralizadas de planejamento e controle e a equipe central praticamente não existe, se comparada às necessidades mínimas para dar ao planejamento a condição de instrumento gerencial.

2.3 – SANEAMENTO

2.3.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A CORSAN tem a seu cargo a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de água potável e de esgotos sanitários no Estado, bem como quaisquer outras atividades inerentes ao saneamento básico.

As metas atuais estabelecidas para a Empresa consistem em abastecer com água a 92% da população urbana das localidades onde opera, e a de atender com serviços de esgotamento sanitário a 50% da população das cidades mais populosas, assim como a de preservar os mananciais aquíferos utilizados no abastecimento público.

Atualmente, a população abastecida de água pela CORSAN correspondente a 4.183.000 habitantes, ou seja, 90,5% da população urbana das localidades onde a Empresa presta este serviço, e 60,9% da população urbana total do Estado.

No ano de 1988, o acréscimo da população abastecida foi de 158 mil habitantes, em decorrência da execução de obras em diversas frentes de trabalho, que resultaram na ampliação de aproximadamente 420 km de redes de distribuição, dos quais, cerca de 370 km de empreendimentos da CORSAN e 50 km de loteamentos particulares diversos. Também, em função das obras executadas, houve um aumento efetivo de 210 litros/segundo na produção de água tratada, encontrando-se em execução ampliações de sistemas cujas capacidades serão aumentadas em mais 470 litros/segundo. Quanto à reservação, foi elevado o seu volume em 2.000m³, encontrando-se em andamento ampliações que, quando concluídas, adicionarão mais 2.450m³ à reservação existente.

Neste período, foram ainda perfurados 125 poços profundos, dos quais sessenta já estão sendo utilizados.

Foram, igualmente, concluídas as obras de implantação e incorporados à CORSAN os sistemas de Capão do Leão (Jardim América) e o de Capela de Santana.

Encontram-se em andamento as obras de implantação dos sistemas de Portão, Cotiporã, Morro Reuter, Mariante, Silveira Martins e Vila Ipê, devendo iniciar brevemente as obras de implantação dos sistemas de Tavares, Três Cachoeiras e Ivagaci. É previsto que todas estas localidades deverão contar com água potável já no ano de 1989.

No campo social, merece referência a execução do Programa de Prioridade Social (PPS), através do qual foram assentados 33 km de redes de distribuição, sendo que mais 210 km de redes já começaram a ser implantadas, estando toda a canalização adquirida. Para o ano de 1989 está programado, dentro deste Programa, a execução de mais 139 km de redes.

Os investimentos em obras de abastecimento de água, no ano de 1988, atingiram o montante de Cz\$ 4,571 bilhões, que tiveram as seguintes origens e valores: financiemen-

tos obtidos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) — Cz\$ 3,655 bilhões; financiamentos obtidos junto ao Fundo de Água e Esgoto (FAE) — Cz\$ 74 milhões; recursos próprios — Cz\$ 560 milhões; aumento de capital — Cz\$ 282 milhões.

Quanto aos serviços de coleta de esgotos sanitários, no exercício em exame houve um acréscimo na população atendida pela CORSAN de 23 mil habitantes, chegando o atendimento total a 411 mil pessoas, ou seja, 30,2% da população urbana das localidades onde a Empresa oferece este serviço.

Devido exclusivamente aos altos investimentos absorvidos por este tipo de obras e à limitação dos recursos postos à disposição deste setor, os resultados obtidos na implantação de coleta de esgotos têm sido bastante modestos, se comparados aos alcançados no que se refere ao abastecimento de água.

No ano de 1988, foi investido, em obras de esgoto, o montante de Cz\$ 70 milhões, com as seguintes origens e valores: financiamento obtido junto à CEF — Cz\$ 63 milhões; recursos próprios da CORSAN — Cz\$ 7 milhões.

Quanto ao Projeto Rio Guaíba, cuja finalidade é a de recuperar e preservar a qualidade de água do Rio Guaíba, conforme convênio existente entre o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), CORSAN e CEF, foram elaborados estudos sobre o tipo de tratamento a ser adotado, aguardando-se a definição sobre a sua localização. Nestes estudos foram aplicados Cz\$ 171 milhões no exercício, através de financiamento obtido junto à CEF.

A elaboração de projetos obteve desempenho destacado no período, devido ao fato de que a Empresa não dispunha de projetos atualizados e em condições de serem utilizados de imediato. Assim, foram concluídos estudos e projetos de implantação, ampliação e melhorias de abastecimento de água para sessenta e sete localidades de grande e médio portes, e sessenta e cinco localidades de pequeno porte, bem como estudos e projetos de coleta de esgotos sanitários para vinte e três localidades. Foram fiscalizados diversos projetos e obras referentes a sistemas de água e coleta de esgotos pertencentes a loteamentos e conjuntos habitacionais particulares que, após as obras concluídas, são incorporados ao patrimônio da CORSAN.

Quanto à execução do Programa de Desenvolvimento Operacional (PECOPE), continuam as atividades de rotina no que se refere à pesquisa e correção de vazamentos. Dentro do 2.º PECOPE, que se encontra em fase de desenvolvimento, já foram entregues cinquenta veículos destinados à operação, foram adquiridas peças e "kits" para recuperação de 31.500 hidrômetros, ferramentas e equipamentos para manutenção de rede, duas máquinas retroescavadeiras e noventa e oito unidades de radiocomunicação, das quais oitenta e sete foram instaladas nas viaturas da Companhia. O cadastramento operacional, já implantado e informatizado, se constitui em valioso instrumento para o acompanhamento da evolução dos indicadores operacionais dos Sistemas de Saneamento.

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foram treinados 711 funcionários, através de dezoito cursos ministrados pelo Centro de Treinamento da CORSAN, além de 271 funcionários que freqüentaram trinta e oito cursos externos, totalizando 982 treinandos, ou aproximadamente 19% do efetivo total da Empresa.

Visando à preservação dos mananciais de abastecimento de água para as populações urbanas, a CORSAN tem participado de diversas iniciativas destinadas à recuperação qualitativa de rios e à gestão de recursos hídricos.

Houve ações bem sucedidas junto a autoridades sanitárias e junto a fontes poluidoras para sanar problemas localizados, que afetam a pontos de captação. De outra parte, a CORSAN participou de atividades mais amplas, visando à recuperação de mananciais, já numa perspectiva de bacias hidrográficas, como no caso dos rios Passo Fundo, Vacacaí e Arroio Duro. Continuou o contato com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), visando a intensificar o manejo de microbacias hidrográficas, de interesse para o abastecimento público, com o combate à erosão, ao assoreamento, ao desmatamento e ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Além disso, a CORSAN tem participado ativamente das ações do Comitê de Gerenciamento, Preservação e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos (COMITESINOS), coordenando algumas atividades do mesmo e também tomando parte no processo de criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí. O relacionamento interinstitucional foi intensificado e ampliado, destacando-se os trabalhos conjuntos com o Departamento de Meio Ambiente (DMA), Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), CESB — Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), EMATER, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e o Conselho de Recursos Hídricos (CONRHIRGS). Prosseguiu o assessoramento a prefeituras no que tange à preservação de mananciais, particularmente no disciplinamento do uso do solo em bacias de contribuição a pontos de captação.

Deve-se ainda salientar que a atual gestão necessitou renegociar todas as dívidas encontradas, para, só então, ter o seu fluxo de investimentos liberado, o que somente foi possível concretizar em fins do ano de 1987. Após acertada a dívida com a CEF, a CORSAN assegurou junto a esse órgão financiador investimentos na ordem de 7 milhões de OTN's por ano, que representa o dobro da média dos anos anteriores. Dentro do plano de regionalização, que visa à interiorização das atividades gerenciais, foram implantadas as regionais de Santa Maria e Rio Grande.

Apesar de a CORSAN ser a única Empresa de Saneamento do Brasil que não abastece a capital, que é o alicerce de todas as empresas estaduais, a Empresa ocupa, atualmente, o 4º lugar entre as Empresas de Saneamento brasileiras.

2.3.2 — SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DOS EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)

O Sistema Integrado de Tratamento dos Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul (SITEL), vinculado através da Superintendência diretamente à Presidência da CORSAN, atua de forma a garantir a preservação dos recursos hídricos da região abrangida pelo delta dos rios Jacuí e Guaíba.

Desde o início de operação do SITEL, em novembro de 1982, buscou-se, através de tecnologia implantada, atender aos padrões ambientais requeridos pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), assim como aprimorar, através de programas de monitoramento, treinamento de pessoal e intercâmbio técnico com entidades congêneres, a pesquisa aplicada e o planejamento estratégico do Sistema.

Durante o ano de 1988, foram desenvolvidas destacadamente, as seguintes atividades de estudos e pesquisas, além das rotineiras: caracterização do solo e vegetação nas novas áreas de disposição final do efluente; alterações no solo e vegetação nas áreas atuais de disposição final; aplicação de lodo em culturas; integração e informatização dos procedimentos e controles técnico-operacionais; otimização do consumo de energia elétrica; mo-

monitoramento ecológico (fauna e flora) nas áreas de disposição final; monitoramento do lençol de água subterrânea nas áreas de disposição final de lodo e efluente; toxicidade de efluentes (bioensaios); ictiofauna nas Lagoas de Estabilização e análise de poluentes prioritários em efluentes.

Foram tratados ao longo de 1988 pelo SITEL 3.300.000m³ de efluentes orgânicos e 1.600.000m³ de efluentes inorgânicos, provenientes das indústrias do Pólo.

No mesmo período, o SITEL procedeu à disposição no solo de 4.800.000m³ de efluentes tratados, e 6.500m³ de lodo descartado do processo biológico.

O desempenho técnico operacional do SITEL em 1988, evidencia os elevados níveis de eficiência alcançados nos cinco anos de operação anteriores. Destacam-se por exemplo, remoções médias de 91% de Demanda Química de Oxigênio (DQO), 97% de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e 84% de Sólidos Suspensos Totais (SST), índices estes que superam inclusive as previsões iniciais de Projeto.

A política de incentivos à expansão industrial no Pólo Petroquímico tem viabilizado a implantação de diversas unidades de 2.^a Geração, como é o caso da Nitriflex (já em operação), Oxiteno (operação em 1990), MVP-PVC, Cumeno-Fenol-Acetona, e outras a médio prazo. O SITEL, estrategicamente, como parte integrante desse processo, está mobilizado no sentido de atender a essa expansão.

Encontram-se em implantação diversos investimentos objetivando a ampliação da capacidade operacional do SITEL, quer pela demanda industrial, quer pela implementação de novos programas de monitoramento técnico-operacional e conseqüente adequação da estrutura administrativo-financeira, destacando-se a obra de ampliação do Sistema de Disposição Final do Efluente Sobre o Solo, que amplia a capacidade atual em 100%.

Relativamente à capacidade instalada para processamento de resíduos líquidos nas unidades de tratamento Primário, Secundário e Terciário, exceto a disposição final sobre o solo, o SITEL dispõe de capacidade ociosa, a qual pode atender plenamente aos volumes de efluentes gerados pelas unidades industriais, cuja implantação encontra-se em análise ou já aprovada pela SDI.

2.4 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA, E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA (STASC)

A Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), organismo responsável pela política social do Governo do Estado, tem como objetivo maior a redução das desigualdades sociais. Com função normativa, gestora, articuladora e executora, tem sob sua responsabilidade as políticas públicas das áreas do Trabalho, Assistência Social e Habitação, atuando de forma planejada, descentralizada e participativa. Para tanto, a STASC norteia o seu trabalho pelas Diretrizes Gerais de Ação, consubstanciadas em três grandes pontos básicos:

- Participação na implantação de uma política social no Estado do Rio Grande do Sul, orientada para o exercício da cidadania. Isto se dá através do fortalecimento dos canais de comunicação com as comunidades, facilitando às camadas mais desfavorecidas da população, o acesso ao trabalho, à renda e aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte, segurança e outros). Desta forma, comprometida com a afirmação dos direitos do cidadão, dá a sua contribuição ao avanço democrático do País;
- Articulação dos organismos públicos e privados voltados para a área social, visando à coordenação de ações e à racionalização dos Recursos Humanos e Financeiros do Estado, buscando, assim, evitar a fragmentação e a superposição de ações e de recursos;
- Descentralização da política social a nível municipal, adequando os programas às necessidades de cada município. Desta forma, insere-se na tendência concretizada pela Assembléia Nacional Constituinte que promove a autonomia político-administrativa dos municípios.

Dirigindo os seus esforços para a melhoria da qualidade de vida das camadas mais carentes da população, urbana e rural, concretiza suas diretrizes em quatro grandes programas:

- Programa de Apoio ao Trabalhador, que tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente o trabalhador urbano e rural, implementando ações que garantam a melhoria dos níveis de emprego, ocupação, renda e ampliação dos espaços para defesa de seus interesses. Este apoio se dá através de cinco subprogramas: Promoção de Ocupação e Renda; Desenvolvimento do Artesanato; Manutenção do Serviço Público de Emprego; Formação Profissional; Relações do Trabalho;
- Programa de Atendimento às Comunidades, que objetiva apoiar as comunidades de baixa renda, tendo em vista a sua autopromoção, a criação de canais adequados de reivindicação, a efetiva participação social dos indivíduos na criação e controle de obras, bem como o atendimento de situações emergenciais dessa população, abran-

gendo dois subprogramas: Apoio às Ações de Promoção e Melhorias Sociais e Assistência Emergencial;

- Programa de Assistência Direta ao Menor, pelo qual a STASC, através de seu órgão vinculado — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) — tem o papel de atender diretamente às crianças e adolescentes carentes abandonados e infratores, tendo como linha fundamental a promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes;
- Programa de Habitação Popular, que tem por objetivo proporcionar melhores condições de habitabilidade às populações de baixa renda, promovendo o acesso à moradia, sendo esta entendida de forma integrada ao contexto urbano, com atendimento global das demandas de serviços e equipamentos. Para a implementação da política habitacional de caráter social, a STASC propõe três linhas básicas de atuação, que são complementares e prioritárias, cabendo à Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) o papel de agente implementador, através dos seguintes subprogramas:
 - Recuperação dos grandes conjuntos habitacionais existentes — Subprograma de Recuperação e Implantação de Obras e Urbanização, Serviços e Equipamentos Básicos; — Subprograma de Complementação de Redes de Infra-estrutura;
 - Melhoria de Assentamentos Espontâneos: — Subprograma de Melhoria dos Assentamentos Espontâneos;
 - Programação de Novos Empreendimentos: — Subprograma de Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação (FICAM); — Subprograma de Densificação dos Conjuntos Habitacionais — COHAB/RS; — Subprograma de Pequenos Conjuntos de Habitações e/ou Lotes Urbanizados; — Subprograma de Lotes Urbanizados (PROLURB).

Estes Programas são executados tanto pela STASC quanto pelo conjunto de suas vinculadas: Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT)/Sistema Nacional de Emprego (SINE), Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS).

Durante o ano de 1988, com base em suas atribuições e vinculadas aos Programas que lhe competem, a STASC desenvolveu as ações mencionadas a seguir:

— Programa de Apoio ao Trabalhador

Dentro do Projeto de Viabilização de Espaços Econômicos, e com a finalidade de concretizar a participação do Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária/Fundação Gaúcha do Trabalho) no Programa PRORENDA tipologia 2 — negociado entre o Governo do Brasil e da República Federal da Alemanha, através da “Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit (GTZ)” —, foi assinado o Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre os dois governos.

O PRORENDA visa à promoção de emprego e renda, bem como melhorias urbanas em cinco áreas selecionadas: Vila Mato Sampaio/Fátima, Maria da Conceição, Campo da Tuca, Restinga Velha e Medianeira/Tronco, sendo que a população estimada das vilas a serem atingidas pelo projeto é de 53 mil pessoas.

As ações partem da mobilização das comunidades organizadas e da participação efetiva das mesmas no processo de planejamento, execução e controle, para que a população-alvo adquira condições de autogestão. A composição da equipe é interinstitucional: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria de Planejamento Municipal, Fundação Metropolitana de Planejamento, Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Sistema Nacional de Emprego, Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul e Departamento do Meio Ambiente.

O valor da cooperação técnica é de DM 6,5 milhões, com igual contrapartida do Estado do Rio Grande do Sul.

Complementando a fase de planejamento, está sendo implementado o início da execução, com a complementação e treinamento da equipe técnica e preparação dos projetos executivos de cada uma das cinco áreas.

— Programa de Atendimento às Comunidades

Dentro desse Programa, a STASC concedeu auxílios a Prefeituras e entidades, classificadas da seguinte forma:

- Auxílios Assistenciais, destinados à compra de medicamentos, alimentos, vestuário, bem como à melhoria e ampliação das instalações físicas das entidades, etc; abrangem também, pessoas carentes, para a compra de cadeiras de rodas, óculos, aparelhos para surdez, etc.;
- Auxílios para a Implantação de Equipamento Social, voltados para a construção, reforma e equipamento de creches;
- Contribuição a sindicatos e/ou entidades intersindicais, visando à realização de seminários, cursos, debates e pesquisas sobre as relações do trabalho, direitos do trabalhador, sindicalismo, bem como outras atividades relacionadas;
- Auxílios para o Desenvolvimento Social nas localidades de Minifúndio (PRODAMI), os quais têm por finalidade o atendimento a pequenos produtores rurais, através da concessão de recursos para a compra de cereais, matrizes animais, insumos e equipamentos.

Para que as entidades possam habilitar-se ao recebimento de auxílios ou subvenções estaduais, é necessário que elas estejam devidamente cadastradas na STASC. Torna-se, assim, obrigatório o registro, sendo exclusivo para entidades civis sem fins lucrativos, não sendo, pois, concedido para entidades públicas.

Em 1988 foram registradas 362 Associações Comunitárias, 45 Entidades Beneficentes, 504 Entidades Educativas, 96 Sindicatos, 55 Clubes de Mães, 244 Outras Entidades (Culturais, Recreativas, Religiosas, etc.), tendo os auxílios concedidos, distribuídos nos Programas de Apoio ao Trabalhador e de Atendimento às Comunidades, atingindo um total aproximado de Cz\$ 44,9 milhões, e Cz\$ 118,1 milhões, respectivamente.

É de salientar, ainda, dentro do Programa de Atendimento às Comunidades, o Projeto Recriação, coordenado nacionalmente pela Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) e, no Estado, pela Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária e que visa a atender crianças e jovens de sete a dezesseis anos nas áreas de esporte, recreação,

atividades culturais, reforço escolar, orientação para o trabalho e complementação alimentar.

O Projeto vem atendendo, atualmente, 8.130 crianças e jovens nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Bento Gonçalves e Pelotas. Para o próximo ano, este número será ampliado para mais 9.500 crianças e jovens, já que dezoito novas prefeituras (Antônio Prado, Nova Prata, Barra do Ribeiro, Capão da Canoa, Tuparendi, Planalto, Horizontina, Rolante, Encantado, Santa Rosa, Bagé, Casca, Vera Cruz, Flores da Cunha, Novo Hamburgo, Três Passos, São Borja e São Leopoldo) assinaram convênio para o desenvolvimento do mesmo. O total de recursos é de Cz\$ 1,3 bilhão, aproximadamente, tendo sido aplicados, no ano de 1988, cerca de Cz\$ 219,9 milhões.

Deve ser mencionada a delegação à STASC, por parte do Governador do Estado, da responsabilidade de coordenação dos estudos para viabilização da proposta de criação do Conselho Estadual do Idoso (abril de 1988), o qual era coordenado até então pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia — Seção Rio Grande do Sul.

Em 23 de setembro foi assinado o Decreto de criação do Conselho Estadual do Idoso, sendo definida como finalidade do mesmo, a partir do Regimento Interno estabelecido e aprovado, a de “congregar entidades e serviços comunitários que tenham em seus objetivos o atendimento e/ou promoção de pessoas idosas” e ficando definida a seguinte estrutura:

- Conselho Pleno, presidido pelo Governador do Estado, podendo ser representado pelo Secretário do Trabalho, e constituído por representantes das seguintes instituições: Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, Secretaria Municipal de Educação/Fundação Educação Social e Comunitária, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-RS, Lions Clube, Rotary Clube, Conselho Estadual de Entidades Assistenciais, Associação Nacional de Gerontologia, Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul, além de três representantes de Grupos de Idosos, e três representantes de Grupos Religiosos;
- Secretaria Executiva, composta de Secretário Executivo, Secretário Executivo Adjunto, Coordenadores de Comissões e pessoal do Serviço de Apoio Administrativo;
- Comissões Operacionais, compostas por técnicos e representantes comunitários, e contando com um coordenador, vice-coordenador e secretário;
- Serviço de Apoio Administrativo, composto de secretário, datilógrafos e funcionários de apoio administrativo.

Em 03 de novembro realizou-se um Seminário objetivando ampliar a discussão da proposta do Conselho entre as instituições de Porto Alegre e Região Metropolitana, e a formação das comissões e definição de prazo para indicação dos representantes para o Conselho Pleno, o qual contou com a participação de cinquenta e seis Instituições e Grupos, perfazendo um total de 250 pessoas.

As comissões formadas a partir daí realizaram duas reuniões, cada, tendo como dinâmica a discussão de idéias e propostas de trabalho para 1989, realizando-se dezenove reuniões, ao todo, com uma freqüência de 213 pessoas.

Além das ações anteriormente descritas, são de destacar ainda, em 1988, a realização de seminários, encontros e fóruns pela STASC, entre os quais cabe mencionar:

- Realização de Fórum de Debates da STASC com Entidades Sindicais, com a participação do Secretário da Fazenda e representantes do movimento sindical, em março/88;
- Realização do Seminário Estadual sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, com a participação de quarenta e duas entidades sindicais, representantes de vinte e oito municípios do Rio Grande do Sul, em outubro/88;
- Realização do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Reunião do Conselho de Representantes da Associação Brasileira de COHABs (ABC) e Seminário sobre as Cooperativas Uruguaias de Habitação, em setembro/88.

2.4.2 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB-RS)

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), desenvolve suas atividades objetivando a execução do Programa de Habitação Popular e a administração dos financiamentos concedidos.

Para tanto a atual Administração passou a adotar um leque de opções diferenciadas que possibilitassem melhoria de assentamentos existentes, empreendimentos baseados no desenvolvimento progressivo, esquemas de construção e gestões comunitárias, e tecnologias de urbanização e tipologias alternativas.

Suas realizações, entretanto, foram diretamente afetadas pelas Resoluções 1.464 e 1.469 do Banco Central que, com o propósito de limitar o endividamento público, suspenderam tanto o Contrato de Abertura de Crédito (para a produção de 44.892 unidades, em três anos), quanto o Convênio do Governo do Estado para o Programa de Lotes Urbanizados (para a implantação de 130 mil unidades, em quatro anos), ambos com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Assim, embora com os recursos da CEF limitados aos créditos já empenhados e a partir do decidido apoio do Governo do Estado, que passou a investir com seus próprios recursos, tornou-se possível à COHAB-RS desenvolver suas ações em 1988 através dos seguintes Subprogramas:

- **Recuperação e Implantação de Obras de Urbanização, Serviços e Equipamentos Públicos**

Este Subprograma tem como objetivos a recuperação dos conjuntos habitacionais existentes, e o estímulo à participação comunitária, incentivando a co-responsabilidade e a necessidade de sua manutenção e conservação.

Entre as ações desenvolvidas destaca-se a conclusão dos trabalhos em dois grandes conjuntos — Feitoria, em São Leopoldo, e Rui Coelho Gonçalves, em Guaíba — beneficiando 6 mil famílias. Além disso, encontram-se em execução trabalhos em quatro outros conjuntos habitacionais (N2, N3, e N4 em Gravataí, e Cavahada em Porto Alegre), que beneficiarão 4.064 famílias.

A população total abrangida é de 40 mil pessoas, sendo utilizados recursos provenientes do saldo de contrato da Caixa Econômica Federal (FINSOCIAL) e recursos da COHAB, no valor de Cr\$ 128,9 milhões, aproximadamente.

— Complementação de Redes de Infra-Estrutura

Objetiva este Subprograma recuperar os conjuntos habitacionais invadidos, propiciando a solução dos problemas mais sérios e viabilizando a comercialização das unidades e o nível de retorno dos investimentos.

Foram iniciados e encontram-se em execução trabalhos de recuperação, limpeza geral da rede de esgoto cloacal e construção de ramais prediais de esgoto (no Conjunto Rubem Berta, em Porto Alegre), e complementação das redes de infra-estrutura (no Conjunto Guajuviras, em Canoas), beneficiando 9.636 famílias.

A população total abrangida é de 38.500 pessoas, tendo sido aplicados na execução do Subprograma recursos próprios da COHAB, no valor de cerca de Cz\$ 11,1 milhões.

— Melhoria de Assentamentos Espontâneos

O Subprograma tem como objetivo a recuperação e melhoria de assentamentos espontâneos, através da regularização jurídica e urbanística, desenvolvimento social e comunitário das populações residentes.

Após a definição, em conjunto com as comunidades, dos trabalhos a serem executados, e a partir da assinatura dos contratos, foram iniciadas as atividades nas Vilas Floresta (em Sapucaia do Sul), Santo Afonso (em Novo Hamburgo), Schever e Traesel (em Alecrim), que atenderão a cerca de 1.994 famílias.

A população total abrangida é de 8 mil pessoas, devendo ser aplicados no mesmo recursos orçamentários do Estado, através do Programa Integrado de Melhoria Social (PI-MES), e recursos próprios da COHAB.

— Lotes Urbanizados (PROLURB)

O Subprograma tem como objetivo a produção de lotes urbanizados providos de infra-estrutura básica, destinados à população com renda até três salários mínimos, através de um trabalho integrado entre as Prefeituras Municipais, com participação efetiva nos projetos, e a COHAB-RS, como prestadora de assessoramento técnico e na liberação dos recursos.

Como resultado da divulgação deste Subprograma junto aos municípios, foram acolhidos 125 projetos, advindos de noventa e nove municípios e totalizando 15.700 lotes. Destes, dezoito tiveram sua execução iniciada, abrangendo o mesmo número de municípios, num total de 1.972 unidades, bem como outros três já assinaram convênio para a execução de 1.100 unidades. Para isso foram aplicados recursos orçamentários do Estado no valor de Cz\$ 120,5 milhões, aproximadamente.

— Conjuntos de Habitação e/ou Lotes Urbanizados

Visa este Subprograma a produção de conjuntos de habitações com urbanização e/ou lotes com unidade sanitária ou muro hidráulico, destinados à população com renda até dez salários mínimos.

Com recursos provenientes de saldos de contratos com a Caixa Econômica Federal, bem como recursos próprios da COHAB, num valor de cerca de Cz\$ 90,1 milhões, foi dada continuidade à execução de conjuntos, tendo sido concluído um, com sessenta e oito

unidades, e parte (130) do outro, permanecendo em obras três conjuntos, com 588 unidades. Foi efetivada, ainda, a regularização/comercialização de 724 lotes urbanizados.

— **Financiamento da Construção, Ampliação ou Melhoria da Habitação (FICAM)**

O FICAM visa à construção ou melhoria de habitações isoladas, destinadas à população possuidora de terrenos urbanos, com renda até dez salários mínimos.

O Subprograma teve uma excepcional receptividade, atingindo um desenvolvimento bastante acelerado, que se baseou na descentralização do processo de análise dos projetos e elaboração dos contratos através dos Escritórios Regionais da COHAB-RS, até esgotarem-se os recursos da linha de crédito específico da Caixa Econômica Federal (Cz\$ 1,8 bilhão, aproximadamente).

Foram concedidos 1.495 financiamentos para a produção de habitações.

— **Densificação dos Conjuntos Habitacionais COHAB-RS**

Este Subprograma visa à produção de unidades habitacionais e/ou lotes urbanizados, através da utilização de áreas próprias remanescentes nos conjuntos existentes.

Os trabalhos desenvolvidos limitaram-se à identificação da disponibilidade de reservas técnicas a nível de conjuntos habitacionais, e ao início da execução de projetos.

Paralelamente às ações voltadas à produção, outras mais se desenvolveram no ano de 1988, dentro das características e peculiaridades da COHAB-RS, ressaltando-se as que seguem:

- **Campanha de Cobrança:** objetivando a redução dos elevados índices de inadimplência dos mutuários, através da renegociação das prestações atrasadas, mediante o parcelamento dos débitos, além do sistema de entrega de carnês e cobrança, que passaram a ser repassados ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL);
- **Negociação e Comercialização dos Conjuntos Invadidos:** permanecem as negociações com os ocupantes dos conjuntos invadidos, visando à comercialização das habitações. Como resultado concreto obteve-se a comercialização do Conjunto Rubem Berta, em Porto Alegre, com 3.712 unidades, bem como ultimam-se as tratativas para a comercialização do Conjunto Guajuviras, em Canoas;
- **Regularização de Conjuntos Habitacionais:** diante da existência de diversos loteamentos ainda pendentes de regularização, desenvolveram-se trabalhos que culminaram com a legalização de vinte e dois conjuntos, que totalizam 5.834 unidades, encontrando-se tramitando outros vinte e sete junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, tanto para registro dos loteamentos, quanto para averbações das benfeitorias;
- **Projeto "Chalet":** objetiva o planejamento, montagem e operação de um sistema integrado de produção de casas de madeira, como alternativa acessível em termos de custos, construção descentralizada, tecnologicamente confiável e culturalmente adequada. No ano em questão, desenvolveram-se estudos e tratativas, tanto internas quanto externas, inclusive junto ao IPT de São Paulo;
- **Negociações com Conjuntos-Problema:** visando a uma solução definitiva para os níveis crônicos de retorno das prestações dos conjuntos com problemas construti-

vos, desenvolveram-se reuniões com as Associações de Moradores de diversos conjuntos, no sentido de obter-se uma negociação compensatória razoável entre as partes envolvidas;

- Pesquisa Permanente de Demanda: objetivando o levantamento da real demanda por unidades habitacionais na faixa de atuação da COHAB-RS, de forma atualizada, foi desenvolvido um sistema instrumentalizado que possibilitasse seu acompanhamento permanente, valendo-se, para tanto, das Prefeituras Municipais ou Entidades representativas das comunidades, que vierem a firmar convênio com a COHAB-RS;
- Informatização: no sentido de modernizar o sistema de registro e controle dos financiamentos concedidos aos mutuários, que encontrava-se em obsolescência em razão do volume e complexidade, executa-se sua substituição por novo sistema de atualização "on-line", bem como desenvolve-se, paralelamente, a ampliação dos recursos de informática a nível local.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

A Fundação Sul-Rio-grandense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL), órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), tem a finalidade de "implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social, direta ou indiretamente destinada a indivíduos, grupos e populações socialmente carentes".

O Programa de Atendimento às Comunidades operacionalizado pela FUNDASUL orientou-se nas Diretrizes Gerais emanadas na Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), mais especificamente nas que dizem respeito à Área de Assistência Social. A atuação junto aos segmentos carentes da população norteou-se numa filosofia que preconizou pressupostos democráticos, valorizando a participação. O papel da Instituição foi o de facilitar espaços para que os setores populares com os quais trabalhou pudessem expressar suas vivências e necessidades, auxiliando-os no encaminhamento adequado das questões. Para tanto, colocou à disposição suas equipes de trabalho e o complexo de equipamentos que possui.

O Programa de Apoio às Comunidades teve abrangência em quarenta e nove municípios do Estado, servindo-se fundamentalmente da rede de cinquenta e dois Centros Sociais Urbanos (CSUS), administrados pela FUNDASUL. Essas unidades operativas, localizadas próximas dos aglomerados de pobreza, são dotadas de equipamentos que permitiram o desenvolvimento de atividades em várias áreas como saúde, trabalho, assistência, cultura, esporte e recreação. O apoio às comunidades também se viabilizou na medida em que outros órgãos e entidades foram articulados nas esferas municipal, estadual e federal, no sentido de multiplicar os recursos para melhor atender às demandas. Para executar a programação de 1988 foram utilizados recursos orçamentários da ordem de Cr\$ 994,8 milhões e mais Cr\$ 37,6 milhões oriundos da Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) e Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC).

Visando a fortalecer os grupos sócio-comunitários, receberam assessoramento várias associações de moradores, clubes de mães, jovens e outros grupos, os quais foram orientados nos mais diversos aspectos, indo desde a sua constituição jurídica até a mobilização para a ação comunitária. Como consequência da organização coletiva, cerca de 17 mil pessoas beneficiaram-se com as melhorias sociais conquistadas.

A atuação sistemática junto a 2.800 menores realizou-se nas modalidades de creche, grupos de pré-escola e infanto-juvenil que funcionaram nos CSUs. Através de abordagem individual e grupal, buscou-se favorecer o desenvolvimento da sociabilidade, da psicomotricidade, do potencial criativo, além de oferecer complementação alimentar e vestuário. Todo o trabalho com o menor foi direcionado no sentido de situá-lo no contexto das relações familiares e da comunidade.

Outra alternativa de atendimento ao menor da faixa de 9 a 16 anos aconteceu na Marcenaria da Vila Farrapos em Porto Alegre, onde oitenta crianças desenvolveram práticas para uma iniciação profissional, paralelamente a outros cuidados especiais.

Tendo em vista o Ano Estadual do Adolescente, decretado pelo Governo do Estado, a FUNDASUL integrou-se ao Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC), entidade coordenadora dessa iniciativa, promovendo seminários, ações educativas e recreativas, as quais tiveram o envolvimento de 4.300 adolescentes.

Outro segmento etário que mereceu especial atenção foi o constituído por pessoas idosas. Vários grupos organizados nos CSUs contaram com a participação de 2.114 pessoas, cujo objetivo principal foi a integração social e a formação de uma mentalidade de valorização da pessoa da terceira idade.

Atendendo a necessidades expressas pelas comunidades no que se refere a cursos na linha doméstica e semiprofissionalizante, a FUNDASUL integrou-se com órgãos que têm por finalidade a preparação de mão-de-obra, oportunizando a qualificação de 1.525 pessoas.

Com a intenção de favorecer o aumento direto e indireto da renda familiar, e de proporcionar melhoria no nível nutricional da população, estimulou-se algumas atividades produtivas e o cultivo de hortas domésticas e coletivas, atividades estas que beneficiaram 3.500 pessoas. A participação em eventos, como EXPOINTER e MULTIFEIRA oportunizou a divulgação e a comercialização dos trabalhos confeccionados pelos grupos de produção.

Sendo os CSUs equipamentos sociais providos de razoável infra-estrutura para a realização de eventos esportivos, recreativos e culturais, foi possível proporcionar à população mais carente formas de integração social e de resgate da cultura local e regional. Atividades desta natureza atraíram grande número de pessoas, chegando a reunir, no ano que passou, cerca de 180 mil crianças, jovens e adultos.

Sob a coordenação da STASC e FUNDASUL e a Companhia de Habitação do Estado (COHAB) deram continuidade ao trabalho social desenvolvido no Conjunto Habitacional Rubem Berta II, ocupado por aproximadamente 18 mil pessoas, antes da conclusão das obras. A intervenção junto a esta população visou, primordialmente, a organizar a comunidade com a estruturação de grupos representativos dos vinte e nove núcleos, associações de moradores e clubes de mães. Através destes, foi desencadeado todo o processo de ação coletiva para a consecução dos objetivos referentes à comercialização dos imóveis, à conquista de melhorias de infra-estrutura e à implantação de outros recursos sociais. Embora muito se tenha a fazer, a situação hoje é de que 98% dos moradores deixaram de ser ocupantes para serem mutuários da COHAB.

Outra iniciativa de apoio às comunidades é a concentração de esforços que as vinculadas da STASC, FUNDASUL e COHAB, conjuntamente com outras entidades públicas e comunitárias, vêm investindo para regularizar a situação de 851 famílias que vivem na

Vila Floresta, em Sapucaia do Sul. Esta teve sua origem num lento processo de ocupação espontânea iniciado em 1976, requerendo atualmente medidas urgentes que possam solucionar o impasse gerado por tal situação. O objetivo da intervenção é de proporcionar melhores condições de habitabilidade, mediante um processo participativo da população, na reurbanização da área com vistas a superar a marginalidade jurídica e a precariedade física em que vive.

Atuando também numa linha de prestação de serviços emergenciais, a FUNDASUL, através do Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI), atendeu cerca de 3.297 pessoas carentes que necessitaram de ajuda. Destas, 1.536 eram migrantes que se deslocaram em busca de melhores condições de vida na Capital. Forneceu 4.623 auxílios referentes à alimentação, passagens, pernoites, documentação e outros.

Do elenco das atividades que a FUNDASUL executou, foram destacadas aquelas que poderiam dar uma visão global de sua programação. Aconteceram outras, de igual importância, que também possibilitaram minimizar as dificuldades vivenciadas pelos segmentos carentes da população.

2.4.4 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) adotou, como proposta de ação para o ano de 1988, os Programas de Assistência Direta e Indireta à Criança e ao Adolescente, totalizando atendimento a 74.286 menores no Estado.

Entende-se como Ação Direta o atendimento a menores infratores abandonados, através de um trabalho integrado com o Juizado de Menores (JM) nas Unidades da Rede Própria da FEBEM. Já a Ação Indireta é o atendimento nas Comunidades, através de estímulo à implantação de recursos que atendam às crianças e adolescentes em seu lugar de origem, evitando a institucionalização.

A Educação e o Trabalho permeiam tanto a Ação Direta quanto a Indireta. Entre as diretrizes da FEBEM se prioriza a garantia dos direitos, o acesso ao saber, o resgate da cidadania e o processo participativo.

Na Ação Direta o atendimento aos menores se concretiza nas Unidades de Recepção e Triagem, nas Unidades de Educação, Centros Abertos, Lares Substitutos e Centros de Preparação para o Trabalho, totalizando atendimento a 21.319 menores, com custo de Cz\$ 2,6 bilhões no corrente ano.

A Ação de Triagem objetiva realizar a avaliação diagnóstica da situação do menor para os encaminhamentos adequados. Esta ação se caracteriza por intensa movimentação de menores, atendendo no presente ano a 2.604 menores. Através do auxílio financeiro foram atendidos mais 1.386 menores, no mesmo período, beneficiando a 3.753 famílias, buscando evitar internamentos, cuja situação se caracteriza por carência econômica.

Destaca-se ainda a realização de Seminários, objetivando racionalizar, integrar, agilizar e redimensionar o processo de encaminhamento de crianças e adolescentes sob a tutela da FEBEM. Estes encontros contaram com a participação de todos os funcionários das Unidades de Triagem, culminando em uma proposta de transformação. De 13 a 15 de dezembro desenvolveu-se o Seminário para Estudo do Atendimento Integrado do Menor, com a participação da FEBEM, Brigada Militar, Juizado de Menores e a Divisão para o Menor (DIPAME), oportunidade em que a FEBEM apresentou sua proposta de trabalho

conjunto. Como conclusão do Seminário houve consenso entre estes órgãos da necessidade de estabelecer uma nova sistemática de trabalho integrado que altere o atendimento ao menor no Estado.

As ações de Triagem são respaldadas através dos atendimentos nos Institutos de Educação, que durante o período atenderam a 1.375 menores em seis Institutos na Capital e dois Institutos no Interior do Estado.

Como objetivo de interiorizar e atender o menor mais próximo de sua Comunidade, este atendimento estende-se aos oito Centros Educacionais no Interior do Estado, abrangendo 459 menores.

Ainda como respaldo à Triagem, verificou-se o atendimento a 4.590 menores em Lares Substitutos, valorizando o vínculo familiar e, conseqüentemente, reduzindo o internamento.

Também compõem a Ação Direta dois Centros Abertos, sendo um na Vila Cruzeiro do Sul, destinado preferencialmente ao envolvimento da família e comunidade, e outro no Centro da Cidade, com atendimento ao menor de rua, totalizando 4.016 menores beneficiados.

Finalizando a Ação Direta, existem os dois Centros de Preparação para o Trabalho, que juntos atenderam a 2.633 menores, sendo estes oriundos tanto da Rede Própria da FEBEM como da Comunidade, objetivando uma prontidão para o trabalho.

A Ação Indireta caracteriza-se por toda e qualquer ação de iniciativa comunitária que tenha da FEBEM o apoio político, técnico e/ou financeiro.

O atendimento a menores se concretiza através de convênios com Entidades Sociais Particulares e Prefeituras Municipais, Colocação em Emprego e Projeto Bom Menino, abrangendo 52.967 crianças e adolescentes, com um custo de Cz\$ 895 milhões, no corrente ano.

A FEBEM possui convênios com Entidades da Região Metropolitana e quase totalidade dos municípios do Interior do Estado, abrangendo atendimento a 44.264 crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos, através de Centros de Bem-Estar do Menor (CEBEMs), Projetos Assistenciais de Menores (PAMs), Internatos, Semi-Internatos e Externatos.

A Fundação repassa um "per capita" para manutenção das mesmas e ainda dá um acompanhamento técnico, através das Gerências Regionais.

Neste atendimento, a FEBEM procura complementar a atuação da família e da escola, valendo-se dos recursos existentes na própria comunidade, envolvendo organismos oficiais e particulares e lideranças comunitárias, articulando esforços na execução de ações de cunho preventivo.

Estes recursos procuram complementar a atuação da família e da escola, promovendo atividades educativas, de higiene e saúde, de recreação e socialização, caracterizando-se pelo atendimento ao menor junto ao seu local de origem.

Destaca-se entre os convênios o atendimento aos menores considerados em situação de risco, a saber: Menor de Rua e Menor Infrator. Este trabalho se caracteriza por ativi-

dades de cunho preventivo, que são gerenciadas em suas comunidades de origem, com objetivo de não desvincular estes menores de seu contexto sócio-familiar.

Fazem parte ainda da Ação Indireta o Projeto Bom Menino e a Colocação em Emprego, que abrangeram 5.027 menores no corrente ano.

Estes atendimentos se caracterizam por colocação de menores de 14 a 18 anos no Mercado de Trabalho, sendo que o Projeto Bom Menino é de âmbito nacional e prevê uma experiência de aprendizado no local de trabalho, com a possibilidade de aproveitamento dentro da própria empresa.

Pode-se destacar nesta área a participação da FEBEM no Seminário Nacional sobre o Menor no Trabalho, realizado em maio de 1988, em Porto Alegre.

Na comemoração do Ano do Adolescente, verificou-se a participação de técnicos da Fundação num encontro promovido pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, onde foi debatido o tema: "O Adolescente e o Trabalho".

Visando a integrar a Proposta Global da FEBEM e garantir a realização de seus objetivos, foram desenvolvidas atividades internas e externas, com a participação de vários segmentos sociais, destacando-se:

- Realização de Encontros de Assessores, Coordenadores, Diretores e Assistentes de Direção das Instituições e Chefias de Núcleo, com o objetivo de operacionalizar a proposta de mudança no atendimento à criança e ao adolescente, através de um planejamento participativo e integrado;
- Participação no Encontro Nacional de Presidentes de FEBEMs, reunindo representantes de quatorze Estados, que debateram sobre propostas de atendimento ao menor no Brasil e sua problemática, bem como a relação Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM/FEBEM) no que diz respeito ao repasse de verbas, sua morosidade e orçamento previsto para o corrente ano;
- Proposta de Ação Conjunta Juizado de Menores/FEBEM, com o objetivo de modificar as formas de encaminhamento de menores às Triagens Masculina, Feminina e Infantil, bem como agilizar a tramitação de processos de menores e avaliações, evitando o emperramento burocrático. A integração culminou com a assinatura de um protocolo, onde o Juiz de Menores passa a despachar dentro das Instituições de Triagem com a participação da equipe técnica da FEBEM para elaboração dos Laudos Periciais;
- Participação no Projeto de Redução da Violência contra o Menor em encontros na sede da FUNABEM, com a presença de representantes da FEBEM, Secretaria da Segurança Pública (SSP), Brigada Militar (BM), Juizado de Menores (JM) e Divisão para o Menor (DIPAME);
- Participação no Seminário Estadual de Juizes, Curadores e Técnicos Menoristas, com objetivo de discutir a criminalidade do Menor. Os assuntos versaram sobre as medidas aplicáveis ao menor infrator, onde a intervenção foi colocada como último recurso;
- Encontro com o Juizado de Menores, Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS) e FEBEM, para, em conjunto, definir o encaminhamento da criança excepcional, tendo em vista que esta população passou à responsabilidade da FADERS;
- Integração com as Prefeituras Municipais através da municipalização do atendimento ao menor, onde cada segmento social participa com o trabalho de sua especificidade no atendimento a crianças e adolescentes no Estado.

Como concretização da descentralização do atendimento à Comunidade, pode ser citado o Projeto Vilarização, onde o Centro Infanto-Juvenil Zona Sul descentralizou seu atendimento, contando com mais três núcleos em vilas que compõem a Grande Cruzeiro do Sul.

2.4.5 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), através do Programa de Apoio ao Trabalhador, tem como objetivos: cooperar no estudo, no planejamento e na formação da mão-de-obra rio-grandense, bem como planejar sua harmônica distribuição na geração de emprego e no seu índice de aproveitamento; formar o trabalhador para liderança sindical pela cultura social; proporcionar assistência e orientação ao trabalhador, mormente no Setor Sindical e de Cooperativismo; incentivar o aumento da produtividade; desenvolver os estudos necessários ao maior aproveitamento dos recursos humanos das comunidades gaúchas; favorecer iniciativas de empresas comunitárias e incentivar o trabalhador artesanal; propagar os métodos de higiene e segurança do trabalho.

As ações realizadas pela FGT foram operacionalizadas através das Gerências Regionais, em número de vinte e nove Regionais Programáticas em municípios-pólo do Estado e que são as unidades de execução dos cursos e outras atividades que esta Entidade realiza, além de desempenharem as funções de representação da Fundação, bem como o contato com as entidades, implantação e acompanhamento das ações, e outras formas de apoio.

No decurso do ano de 1988, cumprindo sua programação, a FGT atuou em cinco Subprogramas: Formação Profissional; Promoção de Ocupação e Renda; Relações do Trabalho; Manutenção do Serviço Público de Emprego, Desenvolvimento do Artesanato.

— Subprograma de Formação Profissional

Este Subprograma objetiva a iniciação, qualificação e aperfeiçoamento da mão-de-obra nos setores tradicionais e no setor informal da economia. Dirige-se prioritariamente para os trabalhadores de baixa renda, através da realização de cursos e outros mecanismos.

As atividades de formação profissional são, na sua maior parte, realizadas através de recursos oriundos do Estado.

A FGT, através do Subprograma de Formação Profissional treinou, qualificou e especializou trabalhadores do meio urbano e rural promovendo cursos profissionalizantes, com vistas a seu ingresso no mercado de trabalho e melhor desempenho em suas atividades. Realizou treinamentos intensivos para trabalhadores dos setores Primário, Secundário e Terciário. No setor informal estão incluídos os cursos referentes ao setor doméstico e artesanal. Desta forma, foram atendidas 15.821 pessoas, através de 1.067 cursos, neste período.

Estas ações foram desenvolvidas de forma integrada com outras entidades das diversas comunidades e municípios onde a FGT atua, e contou com recursos da ordem de Cz\$ 10,2 milhões (recurso gasto até 15.12.88), provenientes do Estado.

— Subprograma de Promoção de Ocupação e Renda

Este Subprograma é desenvolvido através de três projetos, a saber: Prestadores de Serviços Temporários Autônomos; Projetos Produtivos Integrados, Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais.

Através do apoio a Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA), foram treinadas ou recicladas, cadastradas, orientadas, acompanhadas e qualificadas pessoas que já possuíam alguma experiência na execução de ocupações como diaristas autônomos (faxineiros, costureiros, eletricista, jardineiro, cozinheira "freezer", consertador de fogão). Com isso, a FGT procurou dar uma resposta a um segmento de trabalhadores desempregados do meio urbano.

No exercício de 1988 o PRESTA realizou 3.023 atividades envolvendo treinamento e serviços prestados à comunidade. Beneficiou, também, 2.632 pessoas proporcionando o aumento de sua renda.

Desde sua implantação, o PRESTA desligou sessenta e oito trabalhadores, constituindo-se, entre os principais fatores de desligamento, o ingresso de prestadores no mercado formal de trabalho, e a constituição de microempresa.

As ações dos Projetos Produtivos Integrados, vinculados à área de Ocupação e Renda, tem como propósito apoiar, com recursos financeiros e com assistência técnico-gerencial, o pequeno produtor urbano e rural, bem como promover as ações comunitárias no meio rural que venham proporcionar o engajamento da clientela no processo de crescimento social, econômico e cultural.

Estas ações foram realizadas através de três projetos distintos, a saber: Microunidades de Produção Urbana (MICRUPs Urbanas); Microunidades de Produção Rural (MICRUPs Rurais); Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR).

Através do Projeto MICRUPs Urbanas, a FGT prestou assistência técnica e financeira a trabalhadores de baixa renda das periferias urbanas, viabilizando, assim, como melhor alternativa de trabalho, a implantação de microunidades, tais como confecções, confeitarias, artesanato, refrigeração e outros, na área urbana.

No presente exercício foram implantadas quarenta e oito MICRUPs Urbanas, das quais trinta e oito estão localizadas na Grande Porto Alegre, e as restantes estão distribuídas nos municípios de Caxias do Sul, São Marcos, São Sebastião do Caí e Passo Fundo, sendo beneficiadas 224 pessoas, proporcionando aumento de renda e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

Através do projeto de Microunidades de Produção Rural são transferidos insumos e sementes, bem como é prestado assessoramento técnico-gerencial ao microprodutor de baixa renda, para implantação de pequenas lavouras de milho, trigo, horta comunitária, horticultura, pomar comunitário, favorecendo, assim, as condições de vida, através da comercialização do excedente.

Convém ainda destacar que, além das MICRUPs na área de agricultura foram implantadas outras, tais como: suinocultura, gado leiteiro, apicultura, cunicultura e estremeiras.

Os recursos financeiros foram repassados através de material de consumo para produção. O repasse desses recursos é realizado através de uma entidade interveniente que fará o controle e acompanhamento das atividades.

Neste exercício, foram implantadas 117 atividades, beneficiando 12.436 pessoas.

O Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR) destina-se à realização de ações comunitárias, contando com o apoio das próprias comunidades e ou-

tras entidades que atuam na área rural. O PRODECOR objetiva a formação de lideranças locais, envolvendo a população em campanhas, mutirões, reuniões, palestras e visitas domiciliares.

Em 1988 foram realizadas 356 ações, beneficiando 4.999 pessoas.

As ações realizadas nos Projetos Produtivos referentes aos três projetos: MICRUPs Rurais, MICRUPs Urbanas e PRODECOR totalizaram 421 ações para 17.659 pessoas atendidas contando com um recurso na ordem de Cz\$ 61,8 milhões (recurso gasto até 15.12.88), provenientes do Estado e de convênios para o desenvolvimento destas atividades.

— Subprograma Desenvolvimento do Artesanato

Este Subprograma visa a incentivar e promover o artesanato, apoiando os artesãos através do cadastramento, feiras, "show-room", apoio às Associações e outras atividades com vistas ao aumento da renda e, conseqüentemente, elevação do padrão de vida.

No exercício de 1988 foram realizadas sessenta e seis atividades, beneficiando 4.756 pessoas, comercializando através de feiras e exposições, bem como do incremento às vendas através da loja e Casa do Artesão, o montante de Cz\$ 7,1 milhões.

Para desenvolver estas atividades o Subprograma contou com recursos de Cz\$ 180,6 milhões provenientes do Estado.

— Subprograma Relações do Trabalho

A FGT sempre teve, entre seus objetivos, o de trabalhar para que os altos índices de acidentes de trabalho sejam reduzidos dentro de um percentual aceitável, sendo, neste sentido, pioneira na realização de cursos, palestras, encontros, seminários, segurança do trabalho.

Na área de prevenção de acidentes em geral, a FGT buscou conscientizar a população do Estado para prevenção de acidentes no trabalho e na comunidade. Para isto atuou junto a empregadores e trabalhadores dos meios urbanos e de empresas em geral. Nesta área desenvolveram-se, neste período, 150 atividades beneficiando 2.363 pessoas.

A FGT colaborou também com o desenvolvimento sindical, conscientizando e preparando lideranças através da execução de treinamentos, realizando seis atividades, beneficiando 135 trabalhadores.

Os recursos para a realização destas atividades são provenientes do próprio Subprograma, parcialmente autofinanciado, e de participação do Estado com os custos de pessoal e outros encargos. Os recursos financeiros gastos até 15 de dezembro de 1988 foram da ordem de Cz\$ 4,5 milhões, provenientes do Estado.

— Subprograma Manutenção do Serviço Público de Emprego (SINE)

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como objetivo facilitar a adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, fornecer informações sobre a situação do mercado de trabalho no Estado e prestar atendimento referente ao Sistema Seguro-Desemprego.

O SINE/RS, nesse período, procurou manter um sistema de informações sobre o mercado de trabalho e um serviço de intermediação de mão-de-obra no Estado, bem como desenvolver programas de promoção e geração de emprego e renda.

A intermediação do SINE/RS em 1988 apresentou os seguintes resultados: 106.066 vagas captadas, 210.981 pessoas inscritas, 108.251 pessoas encaminhadas, 48.838 pessoas colocadas, 67.716 atendimentos seguro-desemprego, e 35.521 emissões de carteiras de trabalho (dados referentes ao período de janeiro a novembro/88).

O Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) desde sua implantação cadastrou 24.538 trabalhadores, sendo que desses, 8.241 pessoas desempenharam tarefas temporárias, nos vários municípios onde está implantado o serviço.

O SINE contou com recursos da ordem de Cz\$ 109 milhões (recurso gasto até 15.12.88), provenientes de convênio com o Ministério do Trabalho, e Estado.

2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

A Secretaria da Segurança Pública, através dos seus órgãos de execução, Polícia Civil e Brigada Militar, desenvolveu suas atividades sempre buscando a segurança do cidadão e a necessária ordem pública, de acordo com a legislação vigente e, ultimamente, já em consonância com as disposições da nova Constituição. Com mais nitidez se evidencia a nova política de segurança preconizada pelo atual Governo, imediatamente absorvida pelas estruturas organizacionais executoras, a qual considera a Segurança Pública “segurança para o povo e não contra ele”, afastando definitivamente a opção pela segurança do Estado em detrimento da segurança do cidadão.

Essa nova política de segurança exige o aprimoramento dos recursos humanos e equipamentos, notadamente numa época em que crescem os índices de criminalidade e se tipificam de diversas formas, difíceis de serem contidas.

Para enfrentar tal desafio, em termos de recursos humanos, foi realizado o recrutamento de 1.090 homens para a Brigada Militar e serão recrutados mais 180 exclusivamente para a 2ª Companhia de Charqueadas, recém-criada para atender àquele Município e ao complexo penitenciário que lá se encontra. Foi implantada uma Companhia Feminina criada anteriormente, e criada uma outra na Brigada Militar, que já estão visíveis nas ruas.

Foi criado o “SERVIÇO DE ATENDIMENTO, PROFISSIONALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MENORES ADOLESCENTES” (SAPIMA), na Brigada Militar, para menores de 16 a 17 anos, já tendo sido recrutados dezessete adolescentes, com perspectiva para atender dois mil.

Foi criado o Instituto de Pesquisas da Brigada Militar, para estudar cientificamente os problemas de segurança do Estado.

Na Polícia Civil, foram realizados concursos para 539 vagas.

Objetivando proporcionar à mulher um canal legal para que possa fazer valer seus direitos sem os possíveis constrangimentos advindos (quando vítima) ao ser atendida por policiais homens, foram criadas três Delegacias para a Mulher, em Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul. Também foram criados Postos Policiais para a Mulher, em Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria, e pretende-se, ainda, criá-los nas demais cidades-pólo regionais.

Para aumentar a operacionalidade, foi inaugurada, na Polícia Civil, a Central de Comunicações para controlar todas as ocorrências policiais na Capital, com terminais nas dezesseis Delegacias de Polícia Distritais e em sete Delegacias Especializadas.

Na Brigada Militar, foram incorporados aos seus serviços 170 equipamentos de comunicações de diversos tipos.

No atual Governo houve um incremento de 709 viaturas, considerando as trinta e seis em processo de aquisição pela Polícia Civil, e as 289 doadas pelo Ministério da Justiça. Além destas, foram adquiridos, para o Corpo de Bombeiros, quatro caminhões Auto-Rápido Socorro (ARS) e três caminhões Autobomba Tanques (ABT).

Foram efetuadas operações especiais pela Polícia Civil e Brigada Militar, reduzindo-se significativamente os assaltos a bancos.

Estão sendo implantadas as "PATRULHAS ESCOLARES", com praças inativos, voluntários, para dar segurança específica a 242 escolas públicas estaduais da Capital, na primeira fase, e posteriormente, abrangendo todos os municípios do Estado.

Cumprir registrar, ainda, a continuidade das seguintes atividades especiais: na Polícia Civil, os Sistemas de Computação Eletrônica de Dados para cadastramento de veículos e infrações (VIN), motorista, furto de veículos, serviços de protocolo e material e informações policiais, com o apoio operacional de oito Núcleos de Processamento de Dados (NPDs), sendo dois na Região Metropolitana e seis no Interior; na Brigada Militar, os Subsistemas de Ocorrências e de Despachos de Patrulhas, do Sistema de Informações Operacionais e as operações denominadas: Golfinho, Papai Noel, Volta à Escola, Camarão (na Lagoa dos Patos em apoio à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SU-DEPE)), e "Blitz" no trânsito.

Paralelamente às melhorias operacionais ao nível estadual, foi assinado um Protocolo de Cooperação, pelos Governadores da Região Sul, estabelecendo para as respectivas Secretarias de Segurança Pública dos três Estados intercâmbio recíproco, operacional, técnico-científico e na área de informática.

Foi dada continuidade ao convênio existente entre a Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), objetivando o controle do pagamento de multas por infrações de trânsito cometidas em rodovias federais.

Convênio firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) viabilizou a entrega de 46 mil carteiras de identidade para pessoas carentes das vilas periféricas da Capital, de novembro de 1987 a novembro corrente, e já foi assinado Termo Aditivo que prevê a expedição de mais 50 mil.

O Governo tem estimulado a participação da Comunidade na Segurança através dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs), que vêm prestando grandes serviços no Interior e já começam a ser organizados na Capital. No Rio Grande do Sul há 167 destes Conselhos, representando 50% dos municípios gaúchos (incluindo os novos).

Na Secretaria da Segurança Pública, uma Central de CONSEPROs orienta, estimula e cadastra essas entidades, com o objetivo de envolver cada vez mais as comunidades nos problemas da Segurança.

Graças ao regime de co-participação "Estado, Prefeituras e Comunidades", estabelecido em convênios, foram concluídas cinco Delegacias de Polícia e oito Aquartelamentos em 1988, totalizando, no atual Governo, nove Delegacias de Polícia e doze Aquartelamentos. Estão em andamento quarenta e duas Delegacias de Polícia e vinte e quatro Aquartelamentos.

Foi concluído o novo Ginásio de Esportes da Academia de Polícia Militar, com auxílio do Ministério da Educação.

Além das obras conveniadas, estão em fase final de construção, na Brigada Militar, a nova sede do Centro de Suprimento de Intendência; os próprios residenciais da Rua Folha da Tarde, em Porto Alegre; reparos nas instalações elétricas e hidráulicas do Quartel do Comando-Geral; reforma do assoalho do 1.º Grupamento de Incêndio; construção do corpo da guarda do quartel do 15.º Batalhão de Polícia Militar, em Canoas; construção do prédio da Companhia PM Feminina, junto ao Quartel do 4.º Regimento de Polícia Montada, em Porto Alegre; e canalização de um riacho em terreno da Corporação, na Avenida Aparício Borges, em Porto Alegre.

Encontram-se em obras, com conclusão prevista para o início do próximo ano, as residências para policiais militares em Caxias do Sul e Santiago; reformas das instalações do Esquadrão de Guarda do Palácio Piratini, do Almojarifado do 4.º RPMon e do telhado do 5.º RPMon de Santiago.

2.6 — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça tem como objetivos fundamentais o relacionamento com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, com os partidos políticos e com o corpo consular.

Estão a seu cargo, ainda, a Política Penitenciária do Estado, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), o Registro de Comércio, através da Junta Comercial, o arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul, através do Arquivo Público, cuidando também da liberdade condicional dos indultos, e do serviço externo da população carcerária, através do Conselho Penitenciário, e da proteção da população e defesa do consumidor, através do Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON).

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) tem a seu cargo a execução da política penitenciária, objetivando a ressocialização do homem preso e oportunizando a sua volta à sociedade sem sofrer grandes traumas, dando ênfase à sua recuperação através do trabalho e da educação, dispensando-lhe um tratamento mais humano, e buscando, através de obras de construção e recuperação de presídios, proporcionar-lhe meios de desenvolver atividades produtivas.

Através de convênios firmados com o Ministério da Justiça (Departamento Penitenciário Nacional), juntamente com recursos estaduais, foi possibilitada a recuperação do Instituto Psiquiátrico Forense, do Presídio Central, da Penitenciária Estadual de Charqueadas, da Penitenciária Estadual do Jacuí e da Penitenciária Feminina, além de diversos presídios do Interior, totalizando 7.625m² de obras novas e 25.993m² de obras de recuperação. Tais recursos corresponderam a 168.107,24 OTN's que, a preços de dezembro/88, totalizaram Cz\$ 805,3 milhões.

Está em construção, junto ao Complexo de Charqueadas, uma Penitenciária de Segurança Máxima com capacidade para 300 detentos, além do Instituto Penal Agro-Industrial de Charqueadas, que terá capacidade para oitenta detentos.

Conjugando-se obras novas e ampliações, em execução e já concluídas, o total de vagas geradas no Sistema foi de 583, representando 90% do déficit, que é da ordem de 650 vagas. Saliente-se, no entanto, que num total de 33.618m² de construção, apenas 7.625m² (22,7%) referem-se a obras novas (novos presídios ou ampliações). O restante, 25.993m², ou 77,3%, trata-se de recuperação de prédios existentes.

Foi implantado um sistema de comunicação interligando as casas e os veículos de transporte de presos.

Tendo como objetivo a modernização dos serviços do Sistema Penitenciário, foram adquiridos veículos novos, máquinas de escrever e de calcular, além da preocupação de

melhoria na alimentação e alojamento dos presos, com a compra de fogões, “freezer”, beliches e colchões.

Através da Escola Penitenciária, procurando-se dar um melhor atendimento aos funcionários do Sistema, propiciaram-se cursos de ginástica e defesa pessoal, além dos cursos de aperfeiçoamento e treinamento sobre segurança penitenciária, auxiliar de enfermagem, médico em perícia e análise. Ainda, buscando uma melhora no ensino, foi implantado o Núcleo da Escola Nacional (Região Sul), bem como o primeiro curso de formação de docentes para a referida escola.

Foram firmados convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) visando à implantação de microempresas geridas por egressos; com a Fundação Educar, para cursos de formação básica em 46 casas do Sistema, propiciando aprendizado a 580 presos, além dos cursos de 1º e 2º Graus; com a Santa Casa e Hospital Conceição, permitindo atendimento médico-cirúrgico.

O Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 5.741, de 24 de dezembro de 1986, gerou receitas da ordem de Cz\$ 93,6 milhões, dos quais Cz\$ 11,6 milhões (12,4%) foram originados da exploração de atividades produtivas com a utilização do trabalho prisional. Estes recursos foram aplicados nas despesas de manutenção dos presídios e na aquisição de veículos para serem utilizados pelas casas prisionais. No exercício em curso, foram adquiridos um Trator AGRALE, dois Automóveis marca GOL, quatro FIAT e uma KOMBI.

Confrontando-se a capacidade dos estabelecimentos prisionais (5.382 vagas) com as respectivas lotações (6.032 apenados), chega-se a um déficit de 650 vagas, que corresponde a 12,1%.

Quanto ao trabalho prisional, ao findar o presente exercício, 43% dos apenados encontravam-se ocupados em atividades produtivas ou de manutenção dos presídios.

O Conselho Penitenciário do Estado tem, entre suas atribuições, a de verificar a conveniência e oportunidade da concessão de livramento condicional, indulto e graça, bem como a revogação do primeiro benefício. A partir deste ano, o Conselho passou a inspecionar os estabelecimentos e serviços penais, atendendo assim ao que estabelece a Lei de Execuções Penais, artigo 70, inciso II. No decorrer do exercício foram emitidos 1.500 pareceres relativos a benefícios apreciados, representando um incremento de 25% em relação ao exercício anterior. Foram ainda realizadas quinze visitas a presídios, o que não era feito em anos anteriores.

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul procedeu, no exercício em foco, ao registro de 39.632 constituições de firmas, 9.083 extinções, 157 falências e 32 concordatas. Desenvolveu ainda as seguintes atividades:

- Instalação de duas microrregiões (Pelotas e Caxias do Sul) para os serviços de autenticação de livros mercantis, mediante convênios com as Prefeituras e as Associações Comerciais dos municípios beneficiados; -
- Convênio com a união no valor de Cz\$ 15 milhões, para aquisição de uma unidade de disco Winchester 190 BM e um processador matemático de 64 “bits” e 16 Mhz;
- Serviços integrados com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e as Receitas Federal, Estadual e Municipal, através de troca de informações fiscais por ocasião do cancelamento, distrato ou extinção de sociedades e firmas;

- Participação na comissão nacional que elabora o anteprojeto de lei sobre registro de empresas, na pessoa de seu Secretário-Geral, representando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Arquivo Público, no desempenho de suas finalidades básicas de receber, guardar, conservar e proporcionar às partes interessadas a consulta aos documentos arquivados, atendeu a 16.293 pessoas, representando um incremento de 17% em relação ao ano anterior e 161% ao primeiro ano do último decênio, isto é, 1979. Foram reproduzidos 28.846 documentos, entregues ao público devidamente autenticados, gerando uma receita aos cofres do Estado de Cz\$ 1,7 milhão. Foram conferidos e arquivados 20.420 processos oriundos das Secretarias de Estado. Todas essas atividades experimentaram sensível aumento em relação ao ano anterior e ao primeiro da série.

Além dessas atividades, o Arquivo Público efetuou um levantamento do acervo documental em todas as Secretarias de Estado, verificando a quantidade, os métodos de guarda, o estado de conservação e o espaço físico utilizado. Na complementação desta atividade, foi elaborado um anteprojeto do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, com os objetivos de: assegurar a proteção e preservação da documentação arquivística; harmonizar as atividades de administração de documentos; facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público.

O Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON), com o objetivo de formular e executar a política estadual de melhoria da qualidade de vida da população e de defesa do consumidor, está implantado no Rio Grande do Sul, e mantém trabalhos recíprocos com outras entidades, inclusive federais, de objetivos afins.

A prestação de serviço à comunidade constitui-se, basicamente, em atendimentos personalizados na sede do Órgão, e contatos através de telefone. A assistência prestada versa sobre aluguéis, condomínios, mensalidades escolares, juros, consórcios, troca e devolução de mercadorias, prestação de serviços, audiências entre partes, etc.

Em janeiro, fevereiro e março, o PRODECON desenvolveu a Operação Litoral (Operação Arrastão), um trabalho integrado com outros órgãos de fiscalização como a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, DECON e Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

No programa de interiorização, foram desenvolvidas reuniões de trabalho em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Lajeado e Estrela.

Foi dada continuidade ao Projeto Educação do Consumidor nas Escolas de 1.º e 2.º Graus do Estado.

No decorrer do exercício de 1988, foram atendidas pessoalmente, no Órgão, 19.928 pessoas, sendo que o total de atendimentos por telefone foi da ordem de 23.707.

2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.7.1 — PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) tem sua administração superior exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Integram a Procuradoria-Geral de Justiça os quadros de Procuradores de Justiça, de Promotores de Justiça e de Pessoal Administrativo.

O Procurador-Geral de Justiça conta, como órgãos auxiliares, com a Assessoria Jurídica, a Procuradoria de Fundações e a Secretaria.

O Procurador-Geral de Justiça atuou, através da Assessoria Jurídica, em 1.470 Processos, que tramitaram junto ao Conselho da Magistratura, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal, tendo comparecido a todas as sessões do Pleno do Tribunal de Justiça.

Os Procuradores de Justiça apresentaram 5.599 pareceres junto ao Tribunal de Justiça e 4.498 perante o Tribunal de Alçada, atingindo a soma de 10.097 pareceres, bem como junto à Justiça Militar do Estado e Tribunal de Contas do Estado.

O Promotor-Secretário, no cumprimento de suas atribuições, supervisionou os serviços administrativos do Órgão exercendo, também, as funções de Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, que apreciou em trinta e oito sessões, 346 processos, versando matéria disciplinar, suspeição, estágio probatório, remoções, promoções e outros assuntos relacionados com o Ministério Público. Secretariou, ainda, o Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público, que apreciou processos sobre matéria de sua competência, em número de seis em onze sessões.

Destacam-se, ainda, as eleições e posse dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de um ano e Órgão Especial do Colégio de Procuradores, biênio 1988/90.

Com relação à Corregedoria-Geral do Ministério Público destacam-se entre as atividades relativas a 1988, a realização de Simpósios, Encontros, Cursos e Estágio sendo que, no período de 14 a 16 de abril realizou-se o Encontro Regional em Passo Fundo; em 27 de maio, Encontro Regional em Santa Cruz do Sul; nos dias 18 e 19 de maio, Estágio de Orientação e Revisão em Português; nos dias 20 e 21 de maio, Curso sobre o Tribunal do Júri; nos dias 18 e 19 de agosto foi realizado o Simpósio de Direito Eleitoral, em Porto Alegre, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público, de caráter obrigatório para os Promotores Eleitorais do Estado.

Ainda no âmbito da Corregedoria-Geral destaca-se: a realização de trinta Reuniões de Trabalho com os Promotores-Corregedores visando à elaboração da política administrativa do Órgão e para a avaliação periódica de sua execução; a participação em trinta e nove sessões do Conselho Superior do Ministério Público, nelas relatando trinta e dois processos; a participação em dez sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público, relatando um processo; a confecção de novo modelo de relatório anual das atividades do Ministério Público de 1.º Grau e de novo modelo do relatório bimestral de inquéritos policiais, objetivando a implantação da Informática nos serviços da Procuradoria-Geral de Justiça; a participação em quatro Reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público; a emissão de 171 pareceres sobre trabalhos realizados pelos Promotores de Justiça em estágio probatório; a emissão de sessenta e três pareceres em pedidos de nomeação de estagiários do Ministério Público; a realização de quarenta e cinco visitas de inspeção e correição em Promotorias de Justiça do Interior do Estado; a realização de 127 entrevistas individuais com Promotores de Justiça em Estágio Probatório, visando à explicitação dos conteúdos dos pareceres trimestrais e à orientação sobre o desempenho da atividade funcional na comarca; a realização de seis sindicâncias sobre a prática de falta funcional por parte de Promotores de Justiça; a realização de onze pré-sindicâncias para apurar possível prática de falta funcional por parte de Promotores de Justiça e a realização de dois inquéritos sobre a prática de infração penal (delitos culposos de trânsito), atribuída a membros do Ministério Público nos termos do artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 40/81.

Através do Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP), foram publicados um Informativo, três publicações de matéria jurídica de interesse do Ministério Público, bem como prestado atendimento a 176 solicitações de pesquisas jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas formuladas por membros do Ministério Público, elaborados quatro projetos de lei e três provimentos.

No setor de Concursos do Ministério Público destaca-se a abertura do XXXIII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público, para preenchimento de, aproximadamente, trinta e nove cargos de 1.ª entrância.

No âmbito do Ministério Público ocorreram sessenta e nove promoções, cinquenta e três remoções, setenta e três classificações, quatro exonerações, quarenta e duas nomeações, vinte e nove aposentadorias e um descenso.

O Quadro do Ministério Público é constituído de 324 cargos providos, sendo quarenta e cinco Procuradores de Justiça, um Quadro Especial referente ao Procurador-Geral de Justiça e um quadro Especial (cedido), sessenta e sete Promotores de Justiça de 4.ª entrância, sendo dois em Quadro Especial (cedidos), 110 Promotores de Justiça de 3.ª entrância, sendo que quatro em Quadro Especial (cedidos), cinquenta e seis Promotores de Justiça de 2.ª entrância, quarenta e cinco Promotores de Justiça de 1.ª entrância, sendo que um em Quadro Especial (cedido).

Conta o Ministério Público, ainda, com estágio não remunerado prestado por estudantes de Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais junto às Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, no total de oitenta e oito estagiários.

Relativamente aos projetos especiais, teve continuidade a publicação dos Fascículos de Ciências Penais, matéria de interesse do Ministério Público.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, buscando o aprimoramento dos Promotores de Justiça realizou "Curso sobre o Tribunal do Júri", em Passo Fundo, de cará-

ter obrigatório aos Promotores de Justiça que atuam perante o Tribunal do Júri naquela região do Estado, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais atendeu, no período, a 5.500 pessoas; registrou 716 ocorrências; autuou 705 expedientes; recebeu 238 pedidos de providências; participou de 435 audiências para oitiva de partes; expediu 1.183 intimações e tem 335 expedientes em andamento.

Na Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária, instalada em março de 1987, foram registradas 103 reclamações, dezoito inquéritos civis e vinte e quatro ações civis públicas, tendo sido atendidas 170 pessoas.

As atividades do Ministério Público de 1.^a instância, em matéria criminal, compreenderam o exame de 50.326 inquéritos e expedientes correlatos; o oferecimento de 26.692 denúncias; a promoção de 18.428 arquivamentos e 17.930 requerimentos diversos (diligências, pareceres e promoções). Foram formalizadas 2.362 requisições, 942 pedidos de prisão preventiva e 2.188 medidas diversas. A atividade específica nos processos de competência do Júri consubstanciou-se em 1.582 decisões, 294 recursos, e participação em 2.899 sessões de julgamento.

A Unidade de Administração, vinculada à Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça, executa atividades de apoio administrativo ao Órgão e ao Ministério Público, através dos Núcleos de Pessoal, de Finanças e Material, de Protocolo, Expedição e Arquivo e de atividades auxiliares.

O Quadro de Apoio Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, relativo a Pessoal Permanente, é constituído de noventa e sete cargos dos quais, atualmente, vinte e sete estão vagos.

No exercício de 1988 apresentou a seguinte movimentação: nomeados dez estagiários para o Ministério Público, quarenta e três Promotores de Justiça e quatro Cargos em Comissão; exonerados, a pedido, quatro estagiários do Ministério Público, um Procurador de Justiça, três Promotores de Justiça, um Datilógrafo, um Motorista e um Secretário de Diligências; retornaram oito a seus Órgãos de origem e cinco para a Procuradoria; aposentaram-se dezesseis Procuradores e quatorze Promotores.

Com relação aos estagiários do Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E/RS) — com dez vagas neste Órgão, o desempenho em 1988 foi o seguinte: janeiro — quatro estagiários; abril — seis estagiários; maio/junho/julho — nove estagiários; julho/agosto/setembro/outubro/novembro — dez estagiários; dezembro — nove estagiários.

O reaparelhamento administrativo do Ministério Público prosseguiu, no período, tanto no que diz respeito à substituição do material obsoleto, como na ampliação da capacidade instalada, tendo-se adquirido móveis, máquinas, livros técnicos e revistas para atualização da Biblioteca, e material para informática.

2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, no desempenho de suas atribuições constitucionais de assistência jurídica e defesa judicial do Estado, se fez presente em todos os acontecimentos que marcaram a administração pública do Rio Grande do Sul no ano de 1988: seja em Brasília, assessorando parlamentares gaúchos na elaboração da Constituição Federal; seja acompanhando passo a passo os trabalhos preparatórios à Constituinte Estadual, oferecendo subsídios aos Deputados, tanto na questão do Regimento Interno, como através do estudo dos temas de competência do Estado a serem disciplinados na Constituição Estadual; seja preparando os Vereadores para a tarefa de elaborar as Leis Orgânicas dos Municípios, e os Prefeitos para a de governarem sob a égide de uma nova ordem constitucional; seja prestando assistência jurídica aos novos Municípios, discutindo e explicando o novo sistema tributário, interpretando as normas constitucionais que disciplinam o serviço público e os servidores e orientando a administração pública estadual e municipal para a correta aplicação do direito, tendo em vista a necessidade de adaptação à nova ordem instaurada a 5 de outubro.

Os estudos e debates em torno da nova ordem constitucional, travados na PGE ao longo de todo o processo constituinte, culminaram com a promoção do Congresso “O Estado frente à nova Constituição”, de 23 a 25 de novembro de 1988, especialmente voltado aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, e que obteve amplo sucesso.

A PGE analisou, a pedido da Casa Civil do Gabinete do Governador, sob o aspecto da constitucionalidade, os projetos de lei de iniciativa parlamentar submetidos à apreciação da Assembléia Legislativa, em informação que muitas vezes orientou a elaboração das razões de veto do Poder Executivo; elaborou as informações em todos os mandados de segurança impetrados contra ato do Governador do Estado; pronunciou-se, como é de praxe e por exigência dos organismos financeiros internacionais, nos contratos de empréstimos internacionais celebrados pelo Estado ou com seu aval; assegurou a disciplina e a moralidade da administração, promovendo dezenas de processos administrativo-disciplinares, no desempenho de sua função corregedora do serviço público.

A PGE também patrocinou os interesses do poder público perante todas as instâncias e Tribunais; sustentou em juízo a validade dos programas do Governo do Estado, como o Quadro de Pessoal por Escola (QPE); defendeu o patrimônio estadual e a integridade do meio ambiente, agredidos pelo Projeto Praia do Guaíba; atendeu à saúde pública reabrindo hospitais fechados pelos proprietários e fornecendo orientação às autoridades sanitárias para a segura implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS); garantiu as receitas tributárias do Estado, opondo-se com êxito a centenas de ações de contribuintes que postulavam créditos decorrentes de diferença de alíquota interestadual e à ação da Prefeitura da Capital postulando correção monetária dos resíduos do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias (ICM); ajuizou milhares de execuções fis-

cais e obteve notáveis resultados na cobrança da dívida ativa, carreando expressivo ingresso de numerário e em bens móveis e imóveis adjudicados, sem desestabilizar a economia gaúcha.

No exercício de sua função consultiva, a Procuradoria-Geral do Estado elaborou mais de quatrocentos pareceres e mais de cem informações.

A Procuradoria de Pessoal foi a unidade operacional da Procuradoria-Geral do Estado que, com mais intensidade, sofreu os impactos da nova ordem constitucional, seja no setor de consultoria, seja no de procuradoria. Mesmo antes, mas sobretudo após 05 de outubro, foi a todo instante solicitada a, formal ou informalmente, dirimir dúvidas dos mais diversos setores da Administração Pública sobre a aplicação das novas regras acerca dos servidores. Por outro lado, teve que enfrentar em juízo os novos instrumentos criados pela Carta de 1988, a saber, o mandado de injunção, o "habeas-data" e o mandado de segurança coletivo.

A Procuradoria de Pessoal, por sua Equipe Trabalhista, ocupou-se predominantemente com as inúmeras ações relacionadas às situações dos servidores "desefetivados" em virtude da declaração da inconstitucionalidade das Leis nºs 7.974 e 7.975/83, o que representou enorme volume de trabalho, dada a necessidade de estudo caso a caso.

Pela novidade da matéria e pelo grande número de ações, o QPE também mobilizou os esforços desta Equipe, a qual ainda tem a seu cargo a defesa de entidades da Administração Indireta, sobretudo de Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público em Dissídios Coletivos e reclamationárias pertinentes à implantação de seus Quadros de Pessoal.

Na área da Equipe de Procuradoria Estatutária ingressaram 600 novas ações ao longo do ano de 1988, dentre as quais Mandados de Segurança relativos ao QPE e à alteração de nível dos professores; Mandado de Injunção de Servidores da Secretaria da Fazenda pleiteando a isonomia entre Auditores e Fiscais de Tributos; "Habeas-Data" de servidores da Secretaria da Administração para obter vista dos autos de processo administrativo contra eles, e numerosas ações em que servidores pedem correção monetária de pagamentos feitos na via administrativa.

A Equipe de Consultoria ampliou suas funções de assessoramento, prestando inclusive orientação informal aos órgãos estaduais, visando a agilizar os procedimentos burocráticos. Ordens de Serviço, Decreto e Projeto de Lei foram celebrados por esta Equipe para o exato cumprimento da declaração de inconstitucionalidade antes mencionada.

Os intensos trabalhos desenvolvidos pela Procuradoria Fiscal revelam que 1988 foi simultaneamente ano de semear e ano de colher.

O preparo da sementeira esteve especialmente ligado à criação e instalação das Varas Especializadas na Execução Fiscal da Fazenda Pública. Dotadas dos mais modernos recursos da tecnologia e organizadas segundo critérios que somente a especialização permite, as novas Varas da Fazenda Pública irão permitir a tão esperada agilização da execução fiscal, tão logo concluído o processo de redistribuição dos feitos que até então tramitavam pelas demais Varas da Fazenda Pública. Dos 5 mil processos de execução fiscal, em andamento na comarca de Porto Alegre até novembro de 1988, já eram processados perante a 5ª Vara da Fazenda Pública cerca de 600, e perante a 6ª Vara da Fazenda Pública, cerca de 650. A anistia da correção monetária do Plano Cruzado, concedida por lei aos devedores do Erário, na medida em que alterou os valores exigidos em todas as certidões

de dívida ativa anteriores a 1987, trouxe alguns empecilhos à execução fiscal, por quanto exigiu o cálculo manual de cada débito. Não obstante os dados de dezembro não sejam ainda disponíveis, estima-se uma arrecadação judicial em dinheiro, na comarca de Porto Alegre, de mais de Cz\$ 300 milhões. Aproveitando-se de favores legais, inúmeros contribuintes quitaram seus débitos em execução fiscal mediante dação de imóveis de valor superior a Cz\$ 1,5 bilhão. Outros bens móveis e imóveis foram ainda adjudicados ao Estado em leilões.

O setor de defesas fiscais foi extraordinariamente exigido e soube responder à altura da importância de sua missão. Mais de 500 novos feitos em matéria fiscal foram ajuizados contra o Estado, distribuídos entre ações ordinárias, ações cautelares, mandados de segurança, versando temas como retenção do Imposto de Renda na fonte sobre o 13º vencimento, crédito da diferença de alíquotas do ICM nas operações interestaduais, incidências do ICM no fornecimento de refeições e bebidas por bares e restaurantes, isenção de ICM na importação de matérias-primas, isenção de ICM na saída de mercadorias para outros Estados, isenção sobre a saída de concentrados, pagamento do ICM no desembaraço aduaneiro, crédito fiscal simbólico do ICM na importação de frutas frescas, base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (ISPVA), base de cálculo do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Nesse período e nessa matéria, foram proferidas 103 decisões favoráveis e onze decisões desfavoráveis ao Estado.

A Procuradoria do Domínio Público Estadual (PDPE) tem uma competência ampla e diversificada na medida em que lhe cabem todos os assuntos que não sejam matéria fiscal, de pessoal ou de município. Desta forma, a unidade se defronta constantemente com questões novas, sendo raro que um caso, judicial ou extrajudicial, seja idêntico a outro, o que exige um esforço permanente de estudo e pesquisa.

Questões envolvendo desapropriação, uso de patrimônio estadual, licitações, contratos administrativos, o reajuste de contratos celebrados na vigência do Plano Cruzado, o pagamento das dívidas públicas mediante precatório judicial, foram os temas mais discutidos, quer em pareceres, quer na arena judicial.

Na esfera judicial é de se destacar, tanto pela complexidade jurídica como pelo valor patrimonial discutido, as seguintes causas:

- A ação de retrocessão proposta pela Arrozeira Brasileira S/A sobre área de 500ha em Guaíba, em que a Procuradoria-Geral do Estado obteve a reintegração da posse, o que viabilizou o assentamento de colonos no local;
- Na ação indenizatória ajuizada por dezesseis empreiteiras contra o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), a Procuradoria-Geral do Estado firmou transação favorável ao Estado, após sentença, evitando prejuízos significativos;
- Na ação de indenização proposta pelo Banco Nacional S/A por certificados emitidos pelo Serviço de Classificação de Produtos Vegetais (CLAVESUL), a Procuradoria-Geral do Estado evitou a responsabilização do Estado em mais um escândalo do “arroz papel”;
- Em ação de usucapião de bens da Fundação Zoobotânica, a Procuradoria-Geral do Estado teve vitória de importante repercussão, por ter sido acolhida, no Tribunal de Justiça, a tese de publicização do bem por destinação, não obstante a personalidade de direito privado da Entidade;

- Na ação de cobrança proposta por LIMPALAR (Limpeza e Conservação de Prédios Ltda.), a Procuradoria-Geral do Estado obteve decisão inédita do Tribunal, negando pagamento de serviços que, embora prestados na Assembléia Legislativa durante um ano, não haviam sido contratados, demonstrada a má-fé da limpadora;
- Outra tese vencedora, em grau de recurso, foi a da impossibilidade da responsabilização do Estado por atos do Judiciário nas vendas judiciais, nas quais o juiz se baseia na boa-fé das partes em suas alegações.

A Comissão Estadual para Levantamento e Demarcação das Terras Públicas, vinculada à PDPE, concluiu o trabalho de atualização dos títulos de propriedades do Estado relativos a áreas não localizadas, tendo encaminhado os novos dados ao Departamento de Patrimônio para regularização dos seus assentamentos. Além disso, enviou à Secretaria da Agricultura documentação relativa a um total de 6.679,23 ha para vistoria.

A mesma unidade promove ainda a sindicância para apurar irregularidades na construção do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), já tendo chegado a conclusões parciais.

A Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, a par de sua atividade normal de atendimento às consultas de Prefeitos e Vereadores sobre todas as áreas de interesse dos Municípios, desenvolveu importante trabalho de apoio à formação dos administradores municipais através da promoção de inúmeros encontros e seminários. Assim, em colaboração com outras entidades voltadas ao Município, como a Comissão de Estudos Municipais da Assembléia Legislativa, a Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM), a Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS) e a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS), a Procuradoria dos Municípios organizou o Fórum de Debates "O Município e a Nova Constituição", que contou com a expressiva participação de 320 representantes de municípios; participou do "8º Congresso de Prefeitos do Rio Grande do Sul", em Caxias do Sul; realizou, em cumprimento ao Programa de Assistência Jurídica aos Novos Municípios, instituído pelo Decreto nº 26.384, de 25.03.88, um Encontro em Porto Alegre e outros nove Encontros Regionais; participou, em Uruguaiana, do "Encontro da Associação dos Municípios da Fronteira Oeste", do Encontro de Prefeitos, em dezembro, no auditório do CAERGS e, finalmente, do Encontro de Vereadores, na Assembléia Legislativa, às vésperas do Natal.

A Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios foi, durante o ano de 1988, incansável em sua peregrinação por todo o Estado, num notável esforço de divulgação do direito municipal.

A Procuradoria do Interior é integrada por dezenove Procuradorias Regionais, que cobrem todo o território gaúcho, à exceção da Capital. Nelas atuam cinquenta Procuradores do Estado, que desenvolveram com êxito suas múltiplas atribuições no período relatado, muito embora seja regra geral a inexistência de qualquer infra-estrutura material e de recursos humanos a apoiar sua atividade.

Além de atenderem a consultas sobre quaisquer matérias dos diversos órgãos públicos sediados no Interior do Estado, os Procuradores também tiveram participação ativa nos cursos de orientação aos novos Municípios. Na área judicial, merece destaque o assessoramento a entidades estaduais na prestação de informações em mandados de segurança; a defesa do Estado e de suas autarquias em centenas de reclamações trabalhistas; o patrocínio do interesse público nas ações de desapropriação do DAER, em que milhões de cruzados foram poupados aos cofres públicos e nos executivos fiscais, que permitiram

a arrecadação de Cz\$ 623.459.908,00, até novembro, tendo sido ajuizadas, durante o ano, 1.369 novas execuções.

A par dessas atividades, a Procuradoria do Interior supervisiona e coordena os serviços de assistência judiciária gratuita no Interior do Estado. Este serviço conta, atualmente, com 153 profissionais distribuídos em oitenta cidades, onde atenderam a 151.935 consultas, ajuizaram 14.225 ações e realizaram 11.621 audiências, totalizando 24.506 ações em andamento.

Integrada por três Comissões Permanentes e uma Especial de Processo Disciplinar, e ainda pela Equipe de Revisão, a Procuradoria de Processo Disciplinar conseguiu, em 1988, um incremento de 60% sobre 1987, no número de processos realizados.

A Procuradoria de Processo Disciplinar cumpriu tarefa de grande repercussão através da presidência da Comissão de Sindicância para apuração da entrada ilegal de armas no Presídio Central de Porto Alegre e dos fatos relacionados com a fuga dos presos, ocorrida em 29.12.87. Além das conclusões a que chegou sobre os fatos apurados, o trabalho da Comissão permitiu a efetiva agilização do Fundo Penitenciário, que veio a beneficiar todo o sistema penitenciário.

Além de presidir a Comissão de Sindicância do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) e de participar da Comissão Especial e Permanente presidida por membro do Ministério Público, destinada a apurar irregularidades na Administração Direta e Indireta que configurou, em tese, ilícito penal e que apurou irregularidades graves na CLAVESUL, a Procuradoria de Processo Disciplinar representa a Procuradoria-Geral do Estado no Conselho Superior de Polícia.

Dentre as atividades de rotina, essa Procuradoria realizou um esforço concentrado, a fim de ultimar o maior número possível de processos anteriores a 1987.

Para o Instituto de Informática Jurídica (IJ), o ano de 1988 representou um marco importante: pioneiro que foi nos estudos da informática aplicada ao direito, neste ano deu grandes passos na concretização de seus objetivos teóricos. Em primeiro lugar, através da implantação do Sistema de Pareceres, conforme contrato ajustado com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), com a finalidade de tornar os Pareceres da Procuradoria-Geral do Estado acessíveis a todos os Órgãos e Poderes através do uso de computador. Até o presente, foram elaborados 8 mil fichas e digitados dois mil pareceres.

Paralelamente, iniciou-se também a implantação do Sistema de Protocolo Integrado e se viabilizou o acesso ao programa da Secretaria da Segurança Pública de cadastro de veículos, com vista à garantia de execuções fiscais.

Encarregado das publicações da Procuradoria-Geral do Estado, o Instituto de Informática Jurídica lançou o n.º 46 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado, o Índice dos nºs 1 a 40 e o Ementário de Pareceres.

Em sua atividade de apoio ao trabalho dos Procuradores, o IJ realizou 228 pesquisas jurídicas e atendeu a 28.699 consultas pelo terminal de computador, relativas a processos em andamento na Justiça.

Finalmente, conforme já salientado, coube ao IJ dar continuidade ao Programa Estadual de Assessoramento Constituinte, tanto a nível federal como estadual, através da ativa participação nos trabalhos preparatórios à Assembléia Constituinte.

A Unidade de Assistência Judiciária, encarregada da assistência jurídica e judiciária gratuita aos necessitados, intensificou as atividades voltadas à melhoria da qualidade do serviço prestado, através do aperfeiçoamento profissional nas áreas de maior demanda. Promoveu, para tanto, os seguintes cursos para assistentes judiciários: curso da área de Processo Civil, de Direito Penal e Processo Penal, em Direito de Família e de Atualização em Linguagem Jurídica. Realizou também, juntamente com o SECOVI, o "1.º Encontro Estadual de Estudos Imobiliários — Locações e Condomínios".

Importante medida para ampliar e diversificar os recursos humanos do órgão foi a assinatura do Convênio com a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) para a utilização de estagiários, inclusive de Psicologia, e com o SAJU para atender de forma mais completa e eficaz à população carente no trato de seus interesses jurídicos.

Nessa mesma linha de atuação, a Unidade de Assistência Judiciária participou ativamente, junto à Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, do exame das questões sobre moradia e, em especial, do tema Inquilinato, tendo em vista o Projeto que tramita no Congresso Nacional.

Para dar atendimento à nova Constituição, que assegura a assistência de advogado no ato de lavratura de prisão em flagrante, foi instituído o Plantão Penal, o que significa que o serviço agora atende permanentemente, mesmo à noite e aos sábados, domingos e feriados.

Quanto ao atendimento prestado, os números são os seguintes: na área cível foram atendidas, em média, 5.400 pessoas por mês e acompanhadas 3.400 ações judiciais, durante o ano; a equipe penal tem 13.000 processos em andamento; foi prestado atendimento nas quatorze Varas Criminais, Vara do Júri, nas três de acidentes de trânsito, execuções criminais, Justiça Militar, Presídio Central, Penitenciária Estadual do Jacuí, Charqueadas e Feminina, Colônia Penal Agrícola, plantão para atendimento de "habeas", representação e aconselhamento legal sobre violência; na área metropolitana, a unidade atua em seis comarcas com uma média mensal de 10 mil pessoas atendidas e 9.942 processos judiciais, como também no Juizado das Pequenas Causas e junto à Santa Casa de Misericórdia.

2.9 — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.9.1 — SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)

A administração direta da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), dentro dos objetivos que norteiam sua política de atuação e consoante os programas prioritários do Estado, desenvolveu em 1988 as ações a seguir descritas.

Na área de Preservação e Controle dos Recursos Naturais a SAA atuou através da produção de 250 mil mudas, da coleta de 3.605 kg de sementes, da visita técnica a 108 produtores, da preservação de 37.662 ha de Parques Florestais e Reservas Biológicas, da conservação de 142 km de estradas e tropeiros, e da realização de 321 patrulhas de vigilância.

Na área de Fomento à Produção Florestal, foram produzidas 300.920 mudas, coletados 612 kg de sementes, reflorestados 98 ha em pequenos e médios estabelecimentos rurais, realizadas treze visitas técnicas e proferidas quarenta e sete palestras.

Em Conservação do Solo e Água foram realizados: locação de 2.403 km de terraços; controle de 249 voçorocas; locação de 391 canais escoadouros; melhoramento de 6.833 ha de pastagens; visita técnica a 2.289 agricultores; e realização de 275 palestras sobre conservação do solo.

A situação preocupante determinada pelo desmatamento abusivo levou à reivindicação da normatização da política florestal do Estado, tendo a Secretaria assumido a Coordenação do Programa Florestal do Rio Grande do Sul (PROFLOR), visando a atingir uma área de 20 mil ha/ano.

Através de Convênio firmado com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), a SAA procurou levar a mensagem de Educação Ambiental a professores municipais e estaduais em onze municípios pertencentes à Bacia do Rio Passo Fundo, onde foram realizados cursos.

Como destaque, pode ser ainda citada a coordenação e realização do VI Congresso Florestal Estadual em Nova Prata, do I Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e do III Congresso Estadual de Educação Ecológica em Ibirubá.

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento no Programa de Recursos Naturais Renováveis, especificamente na área de Conservação do Solo e Água, as metas a serem atingidas para o próximo ano indicam 2.400 km de locação de terraços, controle de 144 voçorocas, 720 locações de canais escoadouros, seleção e implantação de nove bacias hidrográficas, além da distribuição de 600 mil mudas florestais.

Na área de Prevenção e Controle, salienta-se a preservação de Unidades de Conservação em 37.620 ha e implantação de outras unidades em mais 1.700 ha. Na área de Fo-

mento à Produção Florestal, a produção de um milhão de mudas e ainda a manutenção da Bolsa de Sementes Florestais com movimentação de 1,2 toneladas de sementes.

A Produção Animal tem historicamente ocupado um lugar de destaque na economia gaúcha, não somente pela oferta de alimentos, mas também pelo fortalecimento econômico de um grande número de pequenos agricultores e sua conseqüente fixação ao meio rural.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento, desenvolve suas ações nesse sentido visando à promoção e desenvolvimento animal, defesa sanitária animal e melhoramento do padrão zootécnico dos rebanhos.

Na área de Promoção e Desenvolvimento Animal, especificamente quanto ao Serviço de Exposições e Feiras, foram realizados 328 eventos, assim distribuídos: setenta e cinco Exposições Agropecuárias; dezenove Expo-Feiras de Gado Leiteiro; vinte e nove Feiras de Terneiros de Outono; vinte e oito Feiras de Terneiros de Primavera; dezoito Feiras de Terneiros de Primavera; dezoito Feiras de Vaquilhonas; quinze Feiras de Bovinos Rústicos; doze Feiras de Ventres; vinte e uma Expo-Feiras de Ovinos de Verão; Quatro Feiras de Cordeiros; vinte e quatro Expo-Feiras de Equinos; dezoito Expo-Feiras de Suínos; quatro Expo-Feiras de Búfalos; e uma Feira de Caprinos.

No Parque Estadual de Exposições "Assis Brasil" (PEEAB), em Esteio, realizaram-se: Feira de Ovinos de Carne; V Expo-Feira Nacional de Ovinos de Ile de France; IV FENAMACO; X Expo-Feira de Búfalos; Expo-Feira de Cavalos Árabes; III Expo-Funcional de Ventres Crioulos; IX MULTIFEIRA; II Remate Rural da Cabanha Cerro Coroado; III Remate Raça e Função — Cavalo Crioulo; I Feira Nacional da Juventude; Expo-Feira Eliminatória do Freio de Ouro; VI Núcleo do Clube do Cavalo; Seminário sobre Novilho Jovem; e a realização da XI EXPOINTER, com um total de 7.279 animais inscritos, 4.872 animais comparecidos e 966 animais comercializados, e atingindo a um montante de Cz\$ 516.243.390,00.

Ainda no que se refere ao PEEAB, merecem destaque a construção de sanitários para expositores, a construção de oitenta e seis mangueiras de rústicos, a construção de caixa d'água de 240 mil litros, a reforma dos alojamentos destinados aos peões, a reforma do Comissariado Central, a substituição de oitenta metros lineares de tela, a pavimentação do Pavilhão de Gado Leiteiro, o enfardamento de 30 mil fardos de palha de trigo, a instalação da rede de água e luz na nova área de exposição, o aumento de rede hidráulica, o armazenamento de cem toneladas de serragem, e o plantio de vinte e quatro hectares de aveia e azevém. Foram ainda realizados no PEEAB cursos de atualização em Zootecnia e em Defesa Sanitária Animal.

Na área de Defesa Sanitária Animal, visando à sanidade dos rebanhos gaúchos, salientam-se: vacinação contra a Febre Aftosa, com a utilização de 12.755.363 doses; vacinação contra a Raiva dos Herbívoros, com a imunização de 56.727 animais; vacinação contra a Brucelose Bovina, com 529.710 terneiros vacinados; vacinação canina, com a aplicação de 156.726 doses; aplicação de 247.511 doses contra a Peste Suína Clássica; e a realização de 84.451 testes contra a Brucelose e Tuberculose, tanto suína como bovina. No combate à Sarna Ovina, houve um incremento de sessenta e três, para cento e um municípios abrangidos pela vigilância epidemiológica, de 1987 para 1988.

Quanto ao Serviço de Controle à Raiva Desmodina, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos, foram capturados 2.009 morcegos hematofagos, transmissores da raiva.

Cabe ressaltar a importância estadual e nacional da sanidade animal gaúcha, principalmente quanto à Febre Aftosa, já que o Rio Grande do Sul foi o único Estado brasileiro apto a exportar para a Comunidade Européia, face ao bom aspecto sanitário de seu rebanho e às técnicas adotadas no controle das enfermidades infecto-contagiosas.

O convênio firmado com o Ministério da Agricultura em 1988 para controle das Doenças dos Animais, com o financiamento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), correspondeu a um aporte aproximado de recursos de US\$ 8 milhões, a serem aplicados nos próximos quatro anos. O repasse de parte deste montante total (Cz\$ 103.140.000,00) foi liberado somente em novembro de 1988, ocasionando um retardamento no cumprimento dos objetivos e metas propostos para 1988.

A consecução das metas propostas para Defesa Sanitária Animal no período 1989/91 deverão, certamente, ser reestimadas face às reais possibilidades da complementação de recursos através do Convênio MA/BIRD citado, cuja implementação de fato se dará a partir de 1989.

Quanto ao Melhoramento dos Rebanhos pela Inseminação Artificial, destacam-se: produção de 148.615 doses de sêmen e distribuição de 109.928 doses; distribuição de 233.070 litros de nitrogênio líquido; realização de vinte e nove cursos para inseminadores e cinco palestras sobre inseminação. Cabe citar a existência de cinquenta e cinco circuitos de distribuição de sêmen, atingindo a 210 municípios do Estado.

No Melhoramento Zootécnico dos Rebanhos ressalta-se a ação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento através de inspeções, visitações técnicas a produtores, palestras, cursos e orientações prestadas, visando ao melhoramento animal, manejo, alimentação, comunicação social, participações em exposições e feiras, participações em Centros de Integração (CITE's), atuando especificamente em: bovinos de corte e leite, ovinos, caprinos, suínos, aves, coelhos, eqüinos, bubalinos, piscicultura, administração e economia rural, e apicultura.

Ainda na área de Produção Animal, mais especificamente quanto à Administração dos Recursos Pesqueiros e Desenvolvimento da Aquacultura, compete à Secretaria executar a política da Pesca no Rio Grande do Sul, podendo-se salientar nesse sentido: o prosseguimento do Convênio de Intercâmbio Técnico com a Província de Shiga-Japão, através do recebimento de três missões de visita daquela província; a edição de publicação sobre o efeito das bombas de arroz na fauna de peixes; a administração de duas Estações de Piscicultura em Terra de Areia e Viamão, onde são mantidos peixes (matrizes), são realizadas pesquisas, e são produzidos alevinos (carpa, tilápia e jundiá) e girinos para distribuição aos produtores rurais; a assistência técnica através de 407 palestras; a distribuição de publicação e utilização dos meios de comunicação; a manutenção de uma área denominada de Saco do Justino, em Rio Grande, para experiências e pesquisas científicas; a realização de três reuniões do Conselho Estadual da Pesca, o qual congrega vinte entidades do setor pesqueiro, versando sobre extensão pesqueira, efeitos de mineração do carvão sobre a pesca das lagoas do litoral norte, taxaço do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) sobre a comercialização do pescado, situação dos terminais pesqueiros de Rio Grande e Tramandaí, e poluição das águas interiores; o acompanhamento da pesca marítima e o levantamento da Bibliografia de Pesca no Rio Grande do Sul.

Como metas até 1991 no Programa de Desenvolvimento da Aquacultura, foram fixadas a ampliação da produção de alevinos para um patamar de 1.500.000 unidades, bem como o aumento da produção de girinos para 150 mil unidades, e a ampliação nas instalações das estações experimentais em tanques de viveiros da ordem de 1.200 m².

Na área de Planejamento Governamental, especificamente quanto a Geografia e Cartografia, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento desenvolveu intensa atividade dando prosseguimento aos trabalhos relativos à divisão territorial — cálculo de área e revisão dos limites dos oitenta e nove novos municípios do Estado — que deverão fazer parte dos novos mapas geo-políticos a serem elaborados. Foram, também, elaborados quarenta informativos de Acompanhamento Conjuntural, bem como o documento "Agricultura em Números", a ser impresso na Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG).

Quanto a área de Administração, cita-se a implantação do Sistema de Protocolo Integrado, para aperfeiçoamento e agilização dos processos em andamento. Visando ao aperfeiçoamento funcional, maior integração, reformulação e modernização administrativa, foi instituída a Comissão de Reestruturação e Modernização Administrativa, integrada ao Sistema Estadual de Reforma e Modernização Administrativa, que desenvolveu intenso trabalho de levantamento estrutural e organizacional.

O Programa de Produção Vegetal abrange as áreas de defesa, inspeção, fiscalização, e fomento à produção vegetal.

Na Defesa Sanitária Vegetal foi reativado o Controle ao Cancro Cítrico em onze municípios da região produtora do Estado, através da assinatura de um novo convênio com o Ministério da Agricultura, com a participação do Conselho Estadual de Citricultura, recentemente criado. Deu-se continuidade ao controle do serrador da Acácia-Negra e, também, foi iniciado o combate à vespa da madeira na região de Canela/Gramado, que se constituía em séria ameaça às plantações de "Pinus Taeda". Assim, as metas atingidas pela Defesa neste projeto foram: controle do Serrador em 8.027.500 pés de Acácia-Negra; realização de 1.880 inspeções de matas em sessenta e um municípios; emissão de 8.440 receitas agronômicas; realização de inspeções em 314 ha sobre ocorrência do Cancro Cítrico em dezessete viveiros.

Na área de Inspeção Vegetal vem sendo desenvolvido um trabalho de certificação de sementes, visando a melhorar a qualidade das sementes de batata, cebola, trigo, soja, arroz, cevada e triticales. Supletivamente, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento atua na inspeção de sementes olerícolas, uma vez que a coordenação do Programa é da Delegacia Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul. Em sementes e mudas, foram atingidas as seguintes metas: inspeção em 1.500 ha para a certificação de sementes; realização de 147 inspeções de unidades de beneficiamento e armazenamento de sementes; certificação de 6.500 toneladas de sementes de soja, trigo, arroz, triticales e cevada; distribuição de 3.600 mudas matrizes frutíferas, além da inspeção em 20 mil plantas matrizes; inspeção em 550 ha de batata-semente, além de inspeção e produção de oitenta e duas toneladas de semente certificada de cebola.

Na área de Enologia, a atuação da Secretaria da Agricultura se fez presente na fiscalização dos vinhos, derivados e outras bebidas alcoólicas, realizadas por delegação do Governo Federal (Ministério da Agricultura). Esta atividade é importante, uma vez que visa a preservar a genuidade, qualidade e controle das bebidas através do acompanhamento de todas as etapas de produção. Para tanto a Secretaria da Agricultura e Abastecimento conta com uma rede de seis laboratórios e três postos de análises enológicas nas principais regiões vitivinícolas do Estado. Foram realizadas 15.700 análises de controle, além de inspeção/fiscalização e desembaraço para a comercialização de 220 milhões de litros de vinhos e derivados.

No que se refere ao Fomento à Produção, atividade básica de apoio ao aumento da produção, é de ressaltar a recuperação do Centro de Treinamento e Mecanização da La-

voura, priorizando alguns projetos na Estação de Capela de Santana em mecanização agrícola, direcionando outros nas áreas de piscicultura, gado leiteiro, horticultura, apicultura, bem como reativando uma microdestilaria de álcool. Na Estação de Farroupilha foram intensificados e ampliados os trabalhos de implantação de coleção de plantas básicas de pereiras, ameixeiras e outras plantas em apoio ao programa de mudas com controle de qualidade. Assim, foram distribuídas 6.400 mudas de essências exóticas e nativas, foram distribuídos cem cultivares de mudas básicas de ameixeiras, além de serem realizados cinco cursos de mecanização da lavoura.

Através do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (FUNTERRA) foi iniciada a efetiva participação do Estado na busca das soluções para o problema da reforma agrária, com a liberação de Cz\$ 2,5 bilhões para compra de área destinada ao assentamento de 300 famílias.

Foram já adquiridos cerca de 2.578,74 ha, devendo ser atingido um total aproximado de 5.000 ha, através de um processo composto pela publicação de editais, vistorias das áreas, avaliação e aprovação final pelo colegiado que compõe o FUNTERRA, a saber: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria da Educação, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/RS) e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS).

Para o triênio 1988/91 pretende-se agilizar a Reforma Agrária no Estado, quer seja através da aquisição de mais áreas ou através da aquisição de áreas rurais e sua posterior transferência para o MIRAD, para que este realize os assentamentos agrários necessários. Está também prevista no Plano do FUNTERRA a aquisição das áreas para assentamento dos filhos dos colonos assentados.

Existem hoje no Estado, quatorze Projetos de Assentamentos Agrários, integrados por 710 famílias assentadas.

Através de assentamentos e reassentamentos e agricultores a SAA realizou, em 1988: a distribuição de cartas de anuências para agricultores; o fornecimento de alimentação a 1.242 famílias (Fazenda Anoni e Rincão do Ival) com recursos repassados pelo MIRAD; a liberação de três vacas holandesas para cada colono do Projeto Colônias Nova Esperança em Bagé, num total de 375 animais, além da participação na liberação de financiamentos dos Projetos de Assentamento do Estado junto à Comissão Estadual do Programa Especial de Reforma Agrária e nas decisões junto à Delegacia Regional do MIRAD.

Estuda-se para o triênio 1989/91 a montagem de Plano e Assistência Técnica aos Projetos de Assentamentos Agrários, estabelecimento de planos de pagamento dos lotes dos colonos assentados, assim como a organização e implantação do Sistema Associativista nos Projetos de assentamento do Estado, com a participação da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), visando a racionalizar o processo produtivo das colônias.

Na área de Legalização de Terras Públicas citou-se como principais realizações de 1988: o fornecimento de quarenta e duas certidões de títulos de propriedade; a outorga de

noventa e seis concessões de lotes; a realização de uma escritura pública; a realização de 259 pesquisas nas mapotecas e cadastros; a informação de 133 processos de usucapião ao MIRAD, e de 1.224 processos de usucapião à Procuradoria-Geral do Estado; a realização de retificações de dezenove títulos de propriedade expedidos. Foram ainda realizados trabalhos de topografia na Estação Experimental de Tupanciretã (578,34 ha), Estação Experimental de Encruzilhada do Sul (39,39 ha), Estação Experimental de Veranópolis (12,0 ha), Estação Experimental de Montenegro (355,10 ha), Estação Experimental de Santana do Livramento (553,12 ha), além da área adquirida pelo Estado em Júlio de Castilhos e as subdivisões na Estação Ecológica SAGRISA.

A Programação de Pesquisas para 1988 constou de 347 projetos pertencentes a vinte e dois Programas Nacionais, dos quais setenta e três tiveram a participação financeira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e 274 foram executados por conta do Estado e outras fontes financeiras. Esta programação representou um acréscimo de 56,3% em relação a 1987.

Na área de Pesquisas Agronômicas foram recomendadas três novas cultivares de feijão (EMPASC 201, CAPIXABA PRECOCE e RIO NEGRO) para a safra de 1988/89; foi lançada a cultivar de soja RS-5-ESMERALDA para o Rio Grande do Sul, e IPAGRO 21 para Santa Catarina; foi introduzida a cultivar de bananeira MYSORE, com alta resistência ao Mal-do-Paraná; foram lançadas duas novas variedades de trigo, (BR-32 e CEP 19-Jataí), bem como variedades de soja, milho, feijão, sorgo, girassol, colza e mandioca; foi produzida e multiplicada batata-semente livre de vírus, tendo sido produzidas 15 mil caixas de trinta quilos que foram distribuídas aos produtores.

Na área de Pesquisas Zootécnicas podem ser salientados: multiplicação de cinco cultivares de gramíneas perenes de inverno, lançadas pela Estação Experimental de Vacaria; alternativa de uma forrageira de alta produtividade; determinação da utilização do grão de capim arroz como substituto do milho em ração inicial e de crescimento para frangos de corte; introdução de misturas forrageiras de estação fria; implantação de sistemas integrados de lavoura e pecuária e difusão de reprodutores suínos da raça Duroc pelo programa de melhoramento.

Na área de Pesquisa de Saúde Animal, destacam-se: o convênio de cooperação técnico-financeira com o Centro Panamericano de Febre Aftosa; o desenvolvimento e produção estratégica de vacina anti-aftosa; a implantação do projeto de sanidade ovina com a colaboração do Conselho Britânico; o incremento das pesquisas na busca de vacina contra a tristeza parasitária bovina.

Devem-se destacar ainda no ano de 1988 a programação de integração técnico-financeira com diversas instituições de pesquisa e/ou financeiras, ou sejam: Convênio Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)/Secretaria da Agricultura e Abastecimento, objetivando o desenvolvimento da pesquisa agropecuária; Convênio Ministério da Agricultura/Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de análise de amostras, treinamentos de pessoal em análises de sementes, e supervisão em Laboratórios de Análise de Sementes; Convênio MIRCEN/Secretaria da Agricultura e Abastecimento, visando a pesquisar tecnologia de fixação biológica do Nitrogênio em leguminosas; Convênio Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE)/Secretaria da Agricultura e Abastecimento, relacionado com o projeto de detecção, monitoramento e alerta da geadas; Convênio Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), visando à recuperação ambiental da Bacia do Rio Passo Fundo; ação integrada com EMATER/RS, com vistas à difusão de reprodutores suínos; ação conjunta com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — Faculdade de Agronomia, no Programa de Avaliação

Alimentar e Rações Caseiras Balanceadas; Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Centro Panamericano de Febre Aftosa; e Convênio com a Agência Internacional de Energia Atômica, para implantação da técnica diagnóstica de ELISA.

Foi implementado o Plano de Reativação das Estações Experimentais, envolvendo: início às obras dos Centros de Transferências de Tecnologia, para abrigar trinta e cinco pessoas em alojamentos, refeitórios e salas de aula nas Estações de Caxias do Sul, Veranópolis e São Borja, com previsão de inauguração em julho de 1989; realização de obras de reformas nas Estações de Santa Maria, Júlio de Castilhos, São Borja, Uruguaiana, Tupanciretã. Foram também iniciadas as obras de construção da Cantina de Caxias do Sul, com capacidade produtiva de 100 mil litros/ano, com previsão de conclusão em fevereiro/89.

A área de Pesquisas, com uma estrutura física de quatro Institutos, vinte e duas Estações Experimentais, dois Subcentros, dezoito Laboratórios distribuídos no Estado, correspondendo à área de 10.376 ha, além dos projetos de pesquisa desenvolvidos, prestou serviços à comunidade agropecuária, entre os quais são de destacar: 21.049 determinações químicas de solo; 1.782 determinações químicas de adubos e calcáreo; 13.847 análises de sementes; 37.604 exames de patologia animal; 65 mil diagnósticos laboratoriais de patologia animal. Pode ser ainda citada a produção de 3.777.012 doses de vacinas e antígenos, a produção de 1.239.052 mudas de essências exóticas e nativas, e a produção de 30 mil garrafas de vinho.

Salienta-se também a cedência de dados de precipitação para a Defesa Civil durante as enchentes de setembro/88 e de dados de deficiência hídrica durante a seca de fevereiro, março, abril, junho, julho e agosto passado, à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.

Quanto à aquisição de bens em 1988, destinados às diversas Estações, salientam-se: quatro automotrizes, doze tratores (diversos), quatro caminhões, seis camionetas utilitárias, treze automóveis, cinco aparelhos completos de irrigação, e inúmeros outros materiais permanentes destinados a trabalhos de pesquisa. Cabe ressaltar que os investimentos relativos ao Plano de Reativação das Estações Experimentais contemplavam a aplicação de um bilhão de cruzados, em valores de dezembro de 1988.

Pelo desenvolvimento e coordenação do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS-PROFIR), cujo objetivo principal é incorporar ao sistema produtivo, mediante utilização de assistência técnica e linha de crédito dirigido, novas tecnologias (principalmente irrigação/drenagem) em áreas de várzeas, incluindo culturas tradicionalmente de sequeiro, foram abrangidos em 1988 cerca de 5.761 ha de área, e um total aproximado de 343 produtores beneficiados. Este desempenho é considerado o pior desde a implantação do PROVÁRZEAS no Rio Grande do Sul, devendo-se a baixa performance do Programa à inexistência de recursos destinados ao financiamento dos projetos, uma vez que o Banco Central do Brasil deixou de repassar recursos monetários aos Agentes Financeiros do Sistema.

A Coordenação do PROVÁRZEAS/RS supervisiona diversos agentes técnicos, com destaque à EMATER, Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), Empresas de Planejamento Agrícola e Cooperativas.

Destaca-se que este Programa está se integrando ao Programa Nacional Irrigação (PRONI), que se encontra a cargo da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SIDRUOP), cabendo ao PROVÁRZEAS/RS adequar a utilização de obras agrícolas executadas pelo PRONI.

Na atividade operacional direcionada ao estabelecimento de uma infra-estrutura rural, através de obras básicas para este setor podem ser citadas: a constituição de quatro barragens, movimentando 76.972 m³ de terra; a construção de 934 açudes e bebedouros; a construção de um canal de drenagem e irrigação; a sistematização de solo em seis propriedades; a construção de trinta vias de acesso; a terraplenagem para instalação de 131 agroindústrias; os terraceamentos mediante 840 horas/trator; a perfuração de 142 poços tubulares profundos. Deve-se salientar ainda que na construção dos poços foram beneficiados quarenta e nove municípios, e através das demais obras foram beneficiados cinquenta e oito municípios, no ano de 1988.

Com a finalidade de garantir à população mais carente uma alimentação adequada nutricionalmente, de preços acessíveis, em bom estado sanitário e em quantidades suficientes, e reduzir a intermediação com uma interligação mais direta com a área produtiva, a Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento realizou convênios com Prefeituras da Grande Porto Alegre, no valor de Cz\$ 15 milhões, com a finalidade de melhoria dos mercados da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS). Foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1988, o Projeto Mercado Popular, no valor de Cz\$ 600 milhões, cuja implantação realizar-se-á em janeiro de 1989. É, ainda, de destacar a implantação da "Feira do Litoral", em janeiro de 1988.

Com o objetivo de proporcionar aos pequenos produtores o acesso ao crédito através de uma sistemática de pagamento em produto, ou em equivalente ao produto, foi criado, em janeiro de 1988, o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais — RS. Através do mesmo foram alocados, no exercício, Cz\$ 90 milhões destinados a microbacias hidrográficas — basicamente em conservação do solo, — e ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI). Estes recursos destinaram-se a cerca de 120 projetos nos municípios de São José do Ouro e Vitor Graeff (microbacias) e a cinquenta projetos em diversos municípios do Estado (irrigação).

O Fundo atuou também como equalizador — via BANRISUL — em cinquenta projetos PRONI destinados a diversos municípios, num montante de Cz\$ 50 milhões.

Para 1989 estão alocados Cz\$ 4,5 bilhões, cuja destinação está inserida nos programas a serem desenvolvidos pelo Fundo.

2.9.2 — ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

Como órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul, a EMATER/RS desenvolveu, no ano de 1988, quatro grandes conjuntos de programas: Programas de Produção e Abastecimento; Programas de Proteção ao Meio Ambiente; Programas de Promoção Social; Programas de Apoio à Produção.

No ano de 1988, primeiro ano de vigência do Plano Setorial referente ao período 1988/91, o público beneficiário das ações educativas dos extensionistas da EMATER/RS constituiu-se de 126.062 produtores (principalmente pequenos), 112.701 donas-de-casa e 33.938 jovens.

Nesse esforço educativo global a EMATER/RS completou o ano de 1988 com uma força de trabalho composta de 826 técnicos de campo, distribuída em 204 escritórios mu-

nicipais. Foram inaugurados novos escritórios nos municípios de Boa Vista do Buricá, Estância Velha e Portão.

Além das ações dirigidas ao público externo, especialmente aos pequenos produtores, a EMATER/RS dedicou-se também ao aperfeiçoamento técnico de seus quadros funcionais e ao desenvolvimento organizacional, visando à maior eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao seu público-fim.

No conjunto de programas de Produção e Abastecimento, as ações dos extensionistas visaram a proporcionar aos produtores beneficiários, representados em 97,5% por pequenos e médios, um aumento de renda líquida de seus empreendimentos, com a consequente melhoria da qualidade de vida das famílias do meio rural.

Os produtores assistidos foram beneficiados com um diferencial positivo de produtividade, em relação aos não assistidos, que variou de 3% na bananicultura, de 13 a 48% nas grandes culturas (trigo, soja, mandioca, feijão, milho), até mais de 100% em cultivos especializados como tomate e morango.

Também na produção animal os produtores assistidos foram beneficiados com diferenças positivas de produtividade, significativas em relação aos não assistidos, que variaram desde acréscimos de 15% em produtividade de lã/cabeça/ano em ovinos, a mais de 83% em produção de leite/vaca/ano.

Além dos benefícios da maior produção e produtividade, os extensionistas da EMATER/RS dirigiram parte de suas ações à assistência aos produtores no sentido de orientá-los quanto ao destino adequado da produção e quanto ao abastecimento e comercialização, de modo a beneficiar tanto o produtor como o consumidor. No ano de 1988, cerca de 1.900 produtores feirantes assistidos comercializaram seus produtos diretamente aos consumidores, em 135 feiras do produtor, localizadas em 127 municípios do Estado, beneficiando a cerca de 10 mil novos trabalhadores rurais. Nas quatorze feiras que funcionaram durante o verão no litoral do Estado, 480 produtores feirantes assistidos comercializaram 5.557 toneladas de produtos hortigranjeiros, beneficiando a cerca de um milhão de consumidores com uma redução de cerca de 22% nos preços em relação aos preços de mercado; e os próprios produtores feirantes foram beneficiados com uma margem de cerca de 30% nos preços dos seus produtos acima da média dos preços pagos pelos intermediários.

Uma das principais preocupações dos extensionistas da EMATER/RS tem sido a preservação dos recursos naturais do meio ambiente. Nesse sentido, os extensionistas concentraram suas ações educativas visando à conservação e à recuperação dos recursos — solo e água — de forma integrada e abrangente, através da mobilização das comunidades, da concentração de esforços e de recursos e do manejo integrado solo-culturas. Todos estes esforços conjuntos de agricultores, líderes, autoridades, pesquisadores e extensionistas resultaram na execução de atividades conjuntas em noventa e oito microbacias hidrográficas, abrangendo uma área de 156.800 hectares, beneficiando cerca de 7.840 propriedades. Cabe ressaltar que no ano de 1988, os trabalhos de conservação e recuperação dos recursos naturais em microbacias hidrográficas contaram com o expressivo apoio dos governos estadual, federal e municipais, resultando na elaboração de um programa específico, para a execução do qual já foram destinados recursos que ajudarão as comunidades rurais em seus trabalhos de recuperação e conservação dos recursos naturais.

No que se refere ao reflorestamento, as ações educativas dos extensionistas concentraram-se no sentido da redução do déficit florestal, através da instalação de vivei-

ros florestais, na coordenação da distribuição de mudas, na conscientização de produtores, senhoras, jovens e escolares sobre a necessidade da reposição florestal e de sua preservação.

Na área de Defesa Sanitária Vegetal, cabe destacar o trabalho de orientação aos produtores de soja no que se refere à redução do uso de agrotóxicos por meio do uso do controle biológico da lagarta. As ações no Projeto Baculovírus foram desenvolvidas de forma integrada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Pesquisas Agropecuárias (IPAGRO), Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda. (FECOTRIGO) e Universidades, tendo, no ano agrícola 1987/88, a área tratada com "baculovírus" atingido 136.564 hectares por 6.929 produtores, representando uma economia de Cz\$ 200,6 milhões para os produtores que adotaram esta prática de controle biológico.

O desenvolvimento dos Programas de Promoção Social tem em vista a melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação, tidas como expressão da qualidade de vida, e também, como condição relevante no processo de desenvolvimento das comunidades rurais. As ações educativas tiveram como público preferencial as famílias de agricultores de baixa renda, podendo ser enumerados os seguintes resultados: produção de alimentos através de 17.592 hortas domésticas, 2.847 hortas escolares e 7.533 hortões e 14.870 pomares domésticos; consumo adequado de alimentos (21.480 famílias); industrialização caseira de alimentos (20.648 famílias) e armazenamento adequado de alimentos (17.687 famílias); melhoria da merenda escolar (59.603 alunos); melhoria no abastecimento de água (21.463 famílias); saneamento básico (14.509 famílias); saúde oral (67.719 alunos); prevenção de doenças (24.449 famílias); melhoria da habitação (5.496 famílias); e construção de instalação hidrossanitária (6.017 famílias).

Junto à Juventude Rural a EMATER/RS apoiou o trabalho de mobilização dos jovens rurais que vem sendo realizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDAJUR). Esta mobilização conjunta possibilitou a criação de Comissões Municipais de Jovens Rurais, de Comissões Microrregionais de Jovens Rurais e de uma Comissão Estadual de Jovens Rurais, proporcionando atividades educativas a 33.938 jovens reunidos em 723 grupos e clubes.

No conjunto de Programas de Apoio à Produção a EMATER/RS buscou o desenvolvimento e a melhoria da infra-estrutura de produção, especialmente dos alimentos básicos, com vistas à maior capacidade, eficiência e estabilidade do processo produtivo.

Cabe destacar as ações desenvolvidas pelos extensionistas no Programa de Irrigação e Drenagem, no sentido de possibilitar aos produtores, principalmente pequenos, a adoção da tecnologia de irrigação e drenagem, resultando em expressivos ganhos de produtividade. No ano de 1988, foram beneficiados cerca de 1.400 produtores com uma área de 6.600 hectares.

Para resolver um dos problemas básicos do público preferencial da EMATER/RS, que é o de escala, tanto a nível de produção, como na compra de insumos e na comercialização, os extensionistas desenvolveram ações de entrosamento e integração com instituições, associações de produtores e cooperativas do Estado. Neste particular, cabe ressaltar as ações práticas de integração realizadas pela EMATER/RS e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG). Em 1988 as ações dos extensionistas abrangeram 108 cooperativas com 70.060 associados, foram organizados cinquenta núcleos de cooperativas com 1.126 associados, nove novas Associações de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (APSATs). Atualmente encontram-se em funcionamento cinquenta e três APSAT's no Estado.

No ano de 1988, foi dada continuidade ao Programa de Apoio aos Assentamentos da Reforma Agrária, iniciado em agosto de 1987, com respaldo financeiro e assessoramento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Atuam nos núcleos de assentamentos três engenheiros agrônomos e oito técnicos agrícolas, contando ainda a equipe com uma extensionista social. São assistidos os núcleos localizados nos municípios de Ronda Alta, Sarandi, Tupanciretã, Santiago, Taquari, Cruz Alta e Guaíba.

Na área de Agroindústria deu-se continuidade ao trabalho de assistência técnica às indústrias de laticínios, abatedouros, frigoríficos, de beneficiamento de vinho, mel, doces e armazenagem frigorífica. As ações abrangem desde a transferência de tecnologia, até a elaboração de projetos técnico-econômico-financeiros e a assistência administrativa.

No Projeto Renovação Genética de Culturas de Baixa Renda — FINSOCIAL/Fundo Rotativo de Sementes, foram adquiridos, com recursos do FINSOCIAL, para distribuição a pequenos produtores assistidos, 8.910 quilos de arroz de sequeiro para 280 produtores, 12.306 quilos de sementes de feijão para 202 produtores, 17.440 quilos de sementes de milho para 203 produtores, e 13.100 quilos de sementes de batata-inglesa para setenta e um produtores.

Os produtores assistidos, em sua grande maioria pequenos e médios, foram beneficiados com a assistência creditícia prestada pelos extensionistas da EMATER/RS. No ano agrícola 1987/88 foram contratadas 4.963 operações de Crédito Rural Orientado no valor de Cz\$ 699,7 milhões. Com recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), repassados pelo BNDES, através do BADESUL, foram beneficiadas 132 famílias assentadas, com recursos da ordem de Cz\$ 39,4 milhões.

Ainda na área de Crédito Rural, os extensionistas da EMATER/RS têm sido solicitados a realizar levantamentos e perícias nas propriedades de agricultores prejudicadas por eventos climáticos, visando à sua cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). No ano agrícola 1987/88, os extensionistas realizaram cerca de 3.854 levantamentos e perícias nas culturas de inverno e de verão.

Por decreto do Governador do Estado, o Serviço de Classificação de Produtos Vegetais (CLAVESUL), foi incorporado à EMATER/RS, passando a constituir-se no Programa de Classificação de Produtos Vegetais (PROCLAVE). Este Programa possui trinta e quatro postos localizados em diversos municípios do Estado, e mais seis postos em localidades que fazem divisa com outros estados. Os técnicos do PROCLAVE realizaram a classificação de um total de 5,9 milhões de toneladas de grãos, para um total de cerca de 240 mil certificados emitidos, no ano de 1988.

2.9.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), empresa de economia mista do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, no exercício de 1988, completou 36 anos executando a política oficial do Governo do Estado na prestação de serviços de Armazenagem, isto é, na guarda e preservação de grãos e produtos altamente perecíveis.

A CESA orientou seus objetivos no sentido de propiciar um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de armazenagem. Deste modo, além de proporcionar a perfeita regularização dos canais de comercialização, participou incontestavelmente no fortalecimento do Setor Primário do Estado.

Embora a CESA detenha menos de 10% da capacidade efetiva de armazenagem do Rio Grande do Sul, a importância de sua participação no setor armazenador destaca-se pela qualificação técnica das suas unidades. Movimentando significativo volume de produtos, a Companhia executa, indistintamente, e com caráter de simultaneidade, as funções de Armazenagem Coletora, Intermediária, Terminal e Estratégica, atendendo assim, complementarmente, à necessidade de armazenagem estadual.

A atividade-fim da CESA, que é a guarda e a preservação de grãos e produtos altamente perecíveis, é desenvolvida nas vinte e oito unidades armazenadoras da Companhia, localizadas no Interior do Estado, as quais responde, em conjunto, pelo desempenho técnico-operacional da Empresa. São ao todo 660 mil toneladas para grãos e 66 mil metros cúbicos para produtos frigorificáveis.

No intuito de preservar intacta e sustentar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia, foi desenvolvida uma ação integrada entre as unidades armazenadoras. Graças ao trabalho dedicado e qualificado desenvolvido pelas equipes técnicas, foi possível consolidar, ainda mais, a credibilidade que a Empresa desfruta junto aos seus quase 15 mil clientes.

Na Rede de vinte e seis silos e armazéns ingressaram, até 30 de novembro, 1,3 milhão de toneladas de grãos, tendo vários produtos contribuído para este resultado destacando-se entre eles, o trigo, o milho e a soja. Nas duas unidades frigoríficas, no mesmo período, ingressaram aproximadamente 70 mil toneladas de produtos passíveis de frigoconservação.

A movimentação física de produtos ocorrida reprisou o bom desempenho do exercício anterior, estando a Companhia operando praticamente à sua plena capacidade.

No exercício de 1988 foram investidos, com recursos próprios, aproximadamente Cz\$ 260 milhões em conservação e melhorias das unidades armazenadoras, reaparelhamento administrativo-operacional das mesmas e, conservação de hortos florestais.

Além de operar sua própria rede de silos, armazéns e frigoríficos, a CESA, no decorrer de 1988, participou significativamente do programa do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), mais especialmente na implantação de armazéns individuais (Paiol de Expurgo) e comunitários, ambos armazenagem a nível de propriedade.

Em agosto de 1988 foi encaminhado ao Governo do Estado e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Plano de Expansão e Modernização da Companhia, o qual contempla obras de conservação, melhorias, ampliação e implantação de novas unidades. O total dos investimentos programados é da ordem de 6,7 milhões de OTNs.

2.9.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB/RS)

Tendo como objetivos principais expor espécimens da fauna e flora, manter áreas verdes, realizar o inventário da natureza, situação e características qualitativas dos recursos naturais renováveis do Estado, assim como prestar serviços à comunidade através de atividades educativas, culturais, recreativas e de lazer, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul desenvolveu ações para atingir seus fins através do Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico.

O Parque Zoológico (PZ), que objetiva expor espécimens da fauna, manter áreas verdes e prestar serviços à comunidade, através de atividades educativas, culturais, recreativas e de lazer — recebeu, em 1988, uma visitação de 565.360 pessoas, produziu 239.521 kg de forrageiras e 29.500 hortigranjeiros para alimentação dos animais em cativeiro. Possibilitou vinte e dois estágios a estudantes, produziu 7.200 litros de leite e 2.350 kg de iogurte natural, 265 kg de mel, 3.619 ovos, 329 cobaias, 1.228 tilápias, 1.734 larvas de tenébrios, e zelou pela manutenção de 2.489 animais. Cabe destacar o nascimento de 235 animais, entre aves e mamíferos.

O Jardim Botânico (JB) recebeu nesse ano, 79.032 pessoas, produziu 39.324 mudas de espécies anuais e perenes, comercializou 21.469 mudas, atendeu a trinta e oito instituições nacionais e internacionais, com o envio de 575 amostras científicas de sementes coletadas em seu "arboretum", respondeu a 1.898 consultas de pesquisadores, técnicos, estudantes e comunidade em geral, publicou 10 mil "folders" educativos com o apoio cultural da Caixa Econômica Estadual.

A Fundação Zoobotânica realizou, ainda, 602 assessoramentos bibliográficos na área de recursos naturais, e 5.104 consultas em seu Núcleo de Biblioteca.

O Museu de Ciências Naturais (MCN) promoveu um movimento de conservação do acervo de coleções científicas de 150.532 lotes; atendeu a 912 pessoas da comunidade, estudantes e imprensa; ministrou 401 horas/aula, através de cursos, palestras, seminários; concluiu vinte e seis pesquisas científicas; desenvolveu projetos de interesse médico-social, como o controle de Tungíase no Brasil, a criação do Núcleo de Ofiologia de Porto Alegre (NOPA) (em fase de conclusão), o levantamento de Anfíbios e Répteis da Estação Ecológica do Taim. Com a implementação da Exposição Pública, a nível de comunidade estudantil e público em geral, recebeu 21.818 visitantes do Estado, País e exterior.

Coube ainda ao Museu de Ciências Naturais, a manutenção da exposição museológica de flora e fauna regional, e o registro de 7.969 espécies ocorrentes, pelo Banco de Dados do Ambiente Natural (BDA).

Para o desenvolvimento de suas ações de pesquisa e prestação de serviços, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul contou com recursos provenientes de diversas instituições públicas destacando-se convênios com Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, Marinha, Cultura, Desenvolvimento Urbano, Ciência e Tecnologia — através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) —, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e outros. Contou, também, com auxílios concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Dentro das metas de ampliação, o Museu de Ciências Naturais destaca: o Setor de Manejo de Fauna e expansão do Setor de Mastozoologia.

As atividades de pesquisa foram dirigidas aos estudos da fauna e flora, destacando-se o interesse da preservação ambiental, como o Estudo de Espécies de Aves de Valor Cínético, do Centro de Anilhamento do Estado do Rio Grande do Sul, e o atendimento ao Programa de Microbacias do Rio Grande do Sul, com o Levantamento Preliminar da Fauna, na Microbacia Piloto do Arroio Umbu.

Cabe ainda destacar a prestação de serviços à Companhia Petroquímica do Sul (COPEL), para execução de acompanhamento e avaliação da fauna e flora da Área de Preservação Ambiental da referida Companhia.

A Fundação Zoobotânica vem há vários anos contando com o mesmo efetivo para desenvolver suas atividades, as quais vêm se expandindo em ritmo acelerado, dentre seus órgãos operacionais — Museu de Ciências Naturais, Parque Zoológico e Jardim Botânico —, o que não ocorreu com os recursos humanos.

A FZB/RS utiliza, em quase todos os seus setores, tanto os funcionários disponíveis como também estagiários, que são encaminhados através de convênios com entidades, tais como: Federação Gaúcha de Caça e Tiro, CNPq, FAPERGS, PUC/RS, Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) — Programa Bom Menino, e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

O efetivo apresenta tendência à diminuição, existindo casos de empregados que se afastaram por motivo de aposentadoria ou estando em vias de aposentarem-se, sem que haja possibilidade de contratação de pessoal para substituí-los.

Esta carência de recursos humanos, por ser tão acentuada, enseja desvios e acúmulos de funções. Atualmente, o ponto de estrangulamento está localizado na falta de pessoal de apoio, a nível de 1º e 2º Graus, ocasionando prejuízo aos trabalhos executados pelos técnicos da FZB/RS, já que estes obrigam-se a executar tarefas de apoio.

2.9.5 — INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

O ano de 1988 foi um período de muitas realizações para o IRGA. Os Diretores Administrativo, Comercial e Industrial, e Técnico Agrícola assumiram suas funções nesta Instituição em 14 de abril.

Na parte administrativa havia uma lacuna muito grande em todos os setores da Autarquia, devido à grande falta de pessoal, em todos os níveis. Tal situação, em parte, foi resolvida com a contratação de estagiários. Pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), foram colocados vinte e um estagiários e, pelo Programa Bom Menino, da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), dezesseis estagiários.

A Companhia de Financiamento da Produção (CFP), pagou ao Instituto a armazenagem que devia (e estava atrasada) e a prestação de serviços do IRGA a essa Companhia, no ano de 1988, montou em cerca de Cz\$ 163 milhões.

Apesar de o IRGA não ter feito estoque regulador neste ano, vendeu o estoque da safra anterior, que havia formado para a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), o que resultou na comercialização de 23.661,14 toneladas de arroz beneficiado, e prestou serviços de armazenagem para o Governo Federal, que montaram em Cz\$ 194,8 milhões. A venda de arroz de propriedade do Instituto totalizou 4.480,80 toneladas.

O IRGA aumentou novamente o número de parceiros. Quatorze novos produtores já estão plantando na Unidade de Produção Agrícola (UPA), em Palmares do Sul, em regime de parceria agrícola. Esses arrendatários da UPA totalizam sessenta e sete agricultores e utilizam uma área de 1.660 hectares de lavoura de arroz, que é considerado lavoura de terceiros, ficando o IRGA com 87 hectares de lavoura.

Em 1988, a UPA beneficiou 160 mil sacos de arroz.

O Centro de Treinamento de Mão-de-Obra Rural (CTMOR) ministrou noventa e três cursos de Conservação de Tratores e Regulagem de Arados e Grades, Mecânica de

Motores Diesel, Aplicador de Defensivos Agrícola, Conservação e Regulagem de Semeadeiras/Adubadeiras, Nivelador de Taipas, Classificador de Arroz, Secador de Arroz, treinando 1.462 trabalhadores rurais.

O convênio entre o IRGA e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), chegou ao seu final, tendo retornado para o Estado oito engenheiros-agrônomo e um técnico agrícola. O IRGA lotou três desses engenheiros-agrônomo, e o técnico agrícola na Estação Experimental do Arroz, treinando-os em pesquisa; e os outros cinco engenheiros-agrônomo foram ocupar cargos de titulares em zonas de extensão (após treinamento), que estavam vagas, e que são: Formigueiro, Rosário do Sul, Bagé, Palmares do Sul, São Borja.

Das trinta e oito zonas do serviço de extensão, quatro ainda não têm titulares.

Do convênio firmado entre este Instituto e o Ministério de Irrigação, o IRGA cadastrou cerca de 11 mil irrigantes, em sua quase totalidade arroteiros. Esse cadastramento tem como objetivo a formação de uma base de dados que permita o conhecimento e o controle da evolução da agricultura irrigada no país; a compatibilização do uso da água na irrigação com os seus outros usos; a simplificação dos processos de outorga de autorizações e concessões; a difusão dos avanços da tecnologia entre os irrigantes; além de facilitar os trabalhos de pesquisa estatística e tecnológica.

O IRGA indenizou dois arroteiros que tiveram parte de suas lavouras atingidas pela queda de granizo, totalizando Cz\$ 3,9 milhões.

A Autarquia, na Barragem do Capané, em Cachoeira do Sul, firmou cinquenta e seis contratos para fornecimento de água, que irá irrigar 2.664 hectares. Foi renegociada a dívida dos usuários de água dessa Barragem, tendo sido feito parcelamento no pagamento das dívidas dos produtores.

No Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), foram realizados cinco projetos de irrigação e drenagem, abrangendo 598 hectares; realizados oito treinamentos em irrigação e drenagem; quatro projetos de barragens elaborados, para irrigarem 236 hectares.

Das atividades desenvolvidas pelas Zonas de Extensão são de destacar a elaboração de 194 anteprojetos de açudes, abrangendo uma área de 80.403 hectares; a reforma de 193 açudes, abrangendo 14.687,67 hectares; a execução de vinte e sete açudes novos, abrangendo uma área de 1.261,27 hectares; a realização de 161 projetos para instalação de recalque, para uma área de 25.305,5 hectares de irrigação; a realização de 285 explorações de açudes e de 1.001,986 metros de nivelamento de canais; o recebimento de 13.400 consultas nos escritórios das zonas; a realização de cinquenta e duas palestras e reuniões, com 1.493 participantes; a realização de 8.079 análises de sementes.

Na Estação Experimental do Arroz (EEA), localizada em Cachoeirinha, foram desenvolvidos vários ensaios na safra anterior (1987/88), sendo instalados para a próxima safra, outros ensaios fora da EEA: em Rosário do Sul, para calibração de análise de solo para arroz irrigado; ainda em Rosário do Sul, ensaio regional de cultivares e linhagens de arroz irrigado; em Dom Pedrito, Alegrete e Uruguaiana, foram instalados ensaios para verificação do espaçamento e densidade de semeadura em plantio direto e/ou cultivo mínimo. Na própria EEA, em Cachoeirinha, foram instalados ensaios para melhoramento genético de arroz irrigado: 7.200 linhas para verificação de material segregante; vinte e quatro genótipos de ensaios de rendimento; semeadura dos progenitores de hibridação controlada.

O laboratório de sementes recebeu 2.629 amostras de arroz e emitiu 1.904 resultados. Foram recebidas 1.481 amostras de solos e realizadas 10.670 determinações. O laboratório de qualidade procedeu a 4.371 amostras de temperatura de gelatinização.

Foram produzidas 6.238 sacas de semente certificada do arroz BR/IRGA/409; 5.030 sacas de semente certificada do arroz BR/IRGA/410; 5.884 sacas de semente certificada do arroz BR/IRGA/412; 4.650 sacas de semente certificada BR/IRGA/413; 259 sacas de semente certificada do arroz BR/IRGA/414.

Na reunião, ocorrida em julho último, da Comissão Estadual de Semente de Arroz, ficou estabelecida a tolerância, de ordem técnica, para as cultivares BR/IRGA/412, BR/IRGA/413, e a BR/IRGA/414. Nessa reunião também houve eleição para a presidência da CESARROZ, sendo reeleita a atual, permanecendo a presidência, portanto, a cargo do IRGA.

Realizou-se no período de 24, 25 e 26 de junho último o 25.º Congresso de Economia Orizícola do Rio Grande do Sul, em Uruguaiana. Com 1.650 produtores participantes, que representaram quarenta e cinco municípios produtores, contou com a representação de dez entidades de classe — Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (FEARROZ), Sindicato da Indústria de Arroz de Cachoeira do Sul, Sindicato da Indústria de Arroz de Pelotas, além de cinco Associações de Arrozeiros — bem como contou com a participação de delegações do Uruguai e da Argentina. Das trinta e cinco proposições realizadas, e das cinco moções apresentadas, houve unanimidade na reivindicação de que seja aceito o custo de produção elaborado pelo IRGA, quando da fixação do preço mínimo, feita pelo Governo Federal. A exportação do arroz também foi amplamente debatida. Como, porém, o custo de produção é mais elevado que o preço oferecido no mercado internacional, a remessa de arroz para o exterior somente será possível através de subsídios do Governo Federal.

O IRGA assinou dois convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No primeiro, será avaliada a pesquisa, a assistência técnica e o serviço de extensão do IRGA, na última década. Esse trabalho deverá ser concluído em maio vindouro. O segundo convênio assinado com essa Empresa foi para o mapeamento do solo do novo Centro de Pesquisa de Arroz Irrigado (CPAI), localizado no município de Guaíba.

Está sendo realizado o planejamento das atividades do Departamento de Obras e Assistência Técnica (assistência técnica e pesquisa de arroz) para a informatização (computadorização).

No início do mês de agosto, dias 4 e 5, o Diretor Técnico, juntamente com engenheiro-agrônomo da Autarquia, participou da Primeira Reunião de Melhoristas, em Cali, na Colômbia, onde foram reunidos melhoristas brasileiros e pesquisadores do Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), para estabelecer mecanismos de intercâmbio de material genético e informação, identificar assuntos prioritários onde há carência de informação, e projetos de colaboração entre as Instituições Brasileiras e o CIAT:

Está sendo realizada uma revisão nas informações disponíveis e nos procedimentos metodológicos dos cálculos do Custo de Produção do Arroz Irrigado no Rio Grande do Sul. É a finalidade do IRGA enfrentar a problemática multifacetada da política agrícola no tocante à orizicultura. Portanto, os trabalhos que já estão sendo realizados objetivam,

além do custo, indicar sistematicamente áreas de ação, setores ou fatores que demandem estudos, negociações e providências dentro e fora da organização.

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos está realizando no IRGA dois projetos administrativos: um, referente à organização do quadro de pessoal, e outro, relativo ao redimensionamento de fluxos de atividades importantes para o trabalho na Autarquia.

2.10 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.10.1 — SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

A Secretaria da Indústria e Comércio tem como orientação a atuação política e promocional, na busca do desenvolvimento da industrialização e comercialização do Estado, utilizando-se dos meios institucionais e instrumentos de apoio criados para incentivar investimentos novos ou expansão dos já existentes (FUNDOPEM), detectar oportunidades e desenvolvê-las em nível de Rio Grande do Sul.

Com a integração de órgãos da iniciativa pública e privada em um só sistema, procura evitar a duplicidade de esforços dos mecanismos de atuação governamental. Decorre disto a racionalização e ordenamento das atividades voltadas para a promoção e desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Tem como Programas Prioritários ações concentradas nos setores Primário, Secundário e Terciário, implantação de indústrias, interiorização, comércio exterior e novos mercados, além da agilização do comércio interno. Acrescidos de promoção a ramos industriais dinâmicos e 3.ª geração petroquímica, a Secretaria da Indústria e Comércio investe com grande confiança na industrialização e comercialização do Estado do Rio Grande do Sul.

O Programa de Promoção Industrial do Estado do Rio Grande do Sul (PROIND/RS) constitui-se em um instrumento de mobilização empresarial e visa a promover o Estado como opção para a atração de novos investidores e empreendimentos. É um programa de união de esforços entre Governo e iniciativa privada, através do qual a SIC pesquisou 975 empresas, tendo obtido resposta de 340; destas 269 irão realizar investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões.

São setores industriais prioritários para investimentos: química (incluindo 2.ª e 3.ª geração petroquímica); segmentos de alta tecnologia (informática e automação industrial, mecânica de precisão, química fina, farmacêutica, biotecnologia, microeletrônica, eletrônica embarcada e novos materiais); Siderurgia e fundição; mecânica e material de transporte (com destaque à indústria automotiva); bens de consumo essenciais (eletrodomésticos, produtos alimentares, etc.); minerais não metálicos e extrativa mineral (material de construção e pedras preciosas).

São participantes do PROIND o Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), que se compõe de vinte e três organismos da Administração Estadual Direta e Indireta; "SIC Porta Aberta ao Empresário", Balcão de Atendimento e Acompanhamento que, funcionando desde setembro de 1987, tem prestado valiosas informações a empresários e entidades em geral sobre constituição de empresas, incentivos, linhas de crédito, etc.; entidades empresariais (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil

(ADVB), etc.; empresários do Estado e de outros Estados; Conselho de Desenvolvimento Econômico dos Municípios (CODEM), Grupo Técnico de Apoio e agentes promotores, de nível, na busca de investidores.

O PROIND tem como estratégia de ação a coleta e sistematização das informações sobre os setores industriais prioritários, a identificação de investidores potenciais e visitas pessoais aos grupos empresariais-meta. Tem, ainda, como instrumentos de apoio: Diretrizes de Ação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, material promocional sobre o Estado. Manual do Empresário e respectivamente Separatas, Perfis de Oportunidade de Investimentos (POIs), Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC) e estudos e informações setoriais.

O PROIND, no decorrer de 1988, alcançou as seguintes metas:

- O Balcão do Empresário realizou 825 atendimentos, dos quais 48% referiram-se a pequenas e médias empresas, 27% a grandes empresas e entidades e 14% a microempresas, tendo efetuado 57 acompanhamentos. Desses atendimentos 45% referiram-se a incentivos estaduais, especialmente Fundo Operação-Empresa (FUNDOPEM), e 10% à constituição de empresas;
- Foi elaborado o Manual do Empresário e respectivas Separatas, a saber: Separata 001 — Legislação do FUNDOPEM-RS; Separata 002 — Conversão da Dívida Externa; Separata 003 — A Importância Econômica do Rio Grande do Sul. Estas publicações constituem-se em material de apoio ao empresário que busca informações básicas no encaminhamento de suas questões ou problemas;
- Foi elaborado o Manual do Operador (volumes I e II), que é o principal material de suporte do Balcão, contendo as principais informações e procedimentos a serem adotados em resposta aos atendimentos (incentivos, constituição e organização de empresas, impostos, linhas creditícias, como exportar, etc.);
- Foram programados e realizados oito Seminários Técnicos do FUNDOPEM-RS, com abrangência regional, nos seguintes municípios: Porto Alegre, Caxias do Sul, Três Passos, Uruguaiana, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Novo Hamburgo;
- Foram programados e realizados quatorze Painéis Técnicos sobre o FUNDOPEM-RS nos seguintes municípios: Santa Cruz do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, Camaquã, Lajeado, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Bagé, Cachoeira do Sul, Ijuí e Santo Antônio da Patrulha.
- Foi realizado levantamento de dados para a elaboração da publicação "Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios do Rio Grande do Sul";
- Foi programado e realizado o Seminário de Desenvolvimento de Comunidades, em Charqueadas;
- Quanto à interiorização do Balcão, foram programados e realizados dois cursos de treinamentos para a implantação do Balcão de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário nos seguintes municípios: Agudo, Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves — Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Rio Grande do Sul (CEAG), Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Caxias do Sul (CEAG), Encantado, Erechim, Estrela, Itaqui, Lagoa Vermelha, Lajeado (CEAG), Nova Prata, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo (CEAG), Pelotas, Rio Grande, Santa

- Cruz do Sul (CEAG), Santa Maria (CEAG), Santiago, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Sarandi (CEAG), Três Passos e Vacaria (vinte e nove municípios);
- Foi realizada pesquisa sobre “Programas de Investimentos no RS”, abrangendo 975 empresas de vários setores, com o retorno de 340 questionários;
 - Foram programados e realizados o Seminário sobre a Conversão da Dívida Externa em Investimentos no Rio Grande do Sul (outubro) e o Seminário sobre a Nova Política Industrial Brasileira (novembro);
 - Foi implantado o Programa de Nacionalização e Relacionamento Comercial (Convênio 001), cujo objetivo é incrementar e diversificar a produção industrial do Estado, e que está sendo desenvolvido pela SIC em conjunto com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), de modo a ampliar a participação de produtos e empresas gaúchas no atendimento das necessidades operacionais de equipamentos, componentes e outros materiais utilizados pela ELETROSUL, inclusive aqueles adquiridos no exterior;
 - Foi implantado o Programa de Desenvolvimento de Empresas do Sul (PROSUL) anteriormente denominado de Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais de Materiais e Serviços e que visa a ampliar o nível de fornecimento de produtos, materiais e serviços por parte de empresas gaúchas às estatais ou grandes empresas da área privada sediadas no Rio Grande do Sul;
 - Foi realizado o acompanhamento de missões estrangeiras no Rio Grande do Sul, sendo duas procedentes do Japão e uma da Itália, bem como o atendimento de empresários nacionais e estrangeiros no encaminhamento de questões relativas a novos investimentos no Rio Grande do Sul (japoneses italianos, dinamarqueses, argentinos, alemães, holandeses, etc.);
 - Foi realizada a participação no Programa da Comunidade Econômica Européia, objetivando a promoção de “joint-ventures” entre empresas brasileiras e européias;
 - Foram elaborados painéis expositivos de produtos das principais indústrias do Rio Grande do Sul;
 - Foi elaborado o Programa de Recuperação de Empresas, cujo objetivo é procurar alternativas para a reativação de indústrias paralisadas ou em dificuldades momentâneas;
 - Foi realizado levantamento de dados e informações para a elaboração do “Manual RS”;
 - No que concerne ao FUNDOPEM, houve a participação na reformulação do Fundo, com vistas à operacionalização do mesmo, bem como à atuação efetiva no Grupo de Análise Técnica.
 - As atividades do SEADAP, no que se refere às funções relacionadas às análises de concessão de incentivos fiscais e financeiros (Decreto nº 32.666, de 27.10.87) estiveram assim distribuídas:
 - Quanto ao incentivo fiscal (dilação de prazo para pagamento do ICM) foram recebidas solicitações de sessenta e nove empresas, das quais sete foram beneficiadas, e sessenta e duas encontram-se em análise final;

- Quanto aos incentivos financeiros (aquisição de lotes em áreas industriais, a preços beneficiados), foram recebidas solicitações de quarenta e três empresas, das quais trinta e cinco foram beneficiadas, encontrando-se oito em análise final no Grupo de Análise Técnica-GATE.

A modernização do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM), elaborada pela SIC, com a colaboração da Secretaria da Fazenda, é fundamental para o desenvolvimento do Estado, tendo sido sancionada em 1987.

A Lei n.º 8.575, de 27.04.88, deu nova redação à lei que instituiu o Fundo, e os Decretos n.º 32.808, de 27.04.88, e n.º 32.855, de 03.06.88, regulamentaram a matéria, possibilitando sua plena utilização.

Os recursos do FUNDOPEM-RS objetivam, através de operações com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BADESUL) e com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL) apoiar, mediante incentivo financeiro, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

É a seguinte a situação das oitenta e três empresas que até o momento solicitaram tal benefício: seis empresas com o incentivo concedido pelo Governador; três empresas com o incentivo deferido pelo Conselho Diretor (ainda não homologados pelo Governador); treze empresas com o incentivo indeferido pelo Conselho Diretor; quinze empresas apreciadas pelo Conselho Diretor e/ou seu Presidente e que baixaram em diligência; duas empresas apreciadas pelo Coordenador Adjunto (enquadramento prévio) e diligenciadas; vinte e uma empresas em análise no GATE (em fase final de análise); três empresas a serem apreciadas pelo GATE (sem relator constituído); treze empresas sem enquadramento prévio e/ou técnico; sete empresas que terão o incentivo apreciado na próxima reunião do Conselho Diretor (meados de janeiro/89).

O Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC) tem como objetivo criar um sistema permanente de informações confiáveis, organizadas e sistematizadas, sendo composto por cinco projetos a saber:

- Compras Governamentais — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que visa a direcionar as compras governamentais para empresas localizadas no Estado. Para tanto, a SIC firma convênios com organismos públicos, no intuito de identificar fornecedores gaúchos para atender à demanda destas entidades por produtos estrangeiros e mesmo nacionais, estando em pleno funcionamento os convênios com a ELETROSUL, CEEE e PETROBRÁS;
- Indicador do Nível de Consumo, com a implantação de Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Porto Alegre, em convênio com o Ministério da Indústria e Comércio, abrangendo 300 empresas e objetivando determinar o indicador do nível de consumo;
- Projeto de Comércio Exterior, buscando a diversificação de mercados para Ramos Industriais, tendo sido realizadas as seguintes atividades:
 - montagem de um banco de dados, junto ao Centro de Processamento de Dados, com dados estatísticos relativas às exportações do Estado;

- obtenção de informações sobre as importações gaúchas, através da Superintendência Regional da Receita Federal;
- implantação de cadastro de exportadores do Rio Grande do Sul e respectivos produtos, completado com o registro de oportunidades comerciais (aproximadamente 1200) existentes no exterior para produtos gaúchos;
- inscrição em vinte e dois países, junto a órgãos que auxiliam as exportações de países em desenvolvimento, no sentido de obter o maior número possível de informações para produtos fabricados no Rio Grande do Sul;
- participação, em 1988, em diversos eventos envolvendo o intercâmbio do Rio Grande do Sul com o exterior, tais como: Seminário de Comércio Exterior, promovido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); IX Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEEX da Associação de Comércio do Brasil; Seminário de Fomento — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Exportações Gaúchas e a OCDE (FIERGS); Seminário sobre Intercâmbio Comercial com países da América Central e Caribe — Câmara de Comércio Brasil/Costa Rica — Encontro de Embaixadores; Jornada de Trabalho “Integração Latinoamericana e os Acordos Argentina-Brasil-Uruguai-UFRGS/Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI);
- estruturação do VII Seminário sobre Exportação do Rio Grande do Sul no qual a SIC, através do Departamento de Comércio Exterior (DCE), encarregou-se da identificação dos temas, indicação e convites a autoridades, palestrantes e debatedores;
- assinatura de Protocolo Geral de Intenções entre a SIC e o Ministério das Relações Exteriores, o qual já está em pleno funcionamento, gerando apreciável apoio aos empresários do Rio Grande do Sul, através do DCE/SIC;
- realização de entendimentos com a Divisão de Feiras e Turismo e a Comissão de Comércio com o Leste Europeu (COLESTE), do Itamaraty, para desenvolver trabalhos de divulgação e apoio em relação às Feiras de que o Brasil participa oficialmente no exterior; também com o Ministério da Indústria e Comércio, no mesmo sentido, quando há feiras de repercussão internacional que ocorrem no Brasil;
- concessão de apoio financeiro à participação de empresários gaúchos na VII FENIT, através do Clube Gaúcho da Moda;
- visita a várias exposições, feiras e eventos da mesma natureza, principalmente de produtos cuja exportação interessa promover, como introdução de novas mercadorias na pauta gaúcha, quer sob o aspecto de diversificação ou desconcentração de mercados, quer como ampliação das vendas ao exterior. Podem-se citar: VI MOVELSUL, FENAMACO, FENARROZ, FIMEC, EXPOINTER, MULTIFEIRA, onde se manteve estande permanente, com equipe de atendimento;
- divulgação à realização da II Eurolatina em Rotterdam, com empresários do Estado, reunião com representantes da municipalidade holandesa e com a EPI Consultoria e Planejamento, credenciada pelo Itamaraty para montar o pavilhão brasileiro na referida mostra;
- organização, com o Ministério da Indústria e Comércio, do “Encontro Empresarial” destinado à divulgação e orientação a empresários sobre a participação em feiras, ex-

posições e eventos semelhantes, com palestras efetuadas por representantes do Itamaraty, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (CEBRAE), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) e FUNCEX;

- realização de reuniões com os empresários dos setores de móveis de madeira, fundidos e forjados e da indústria da alimentação, em que foram analisados os Projetos de Ação elaborados pelo DCE;
 - integração com os países do Prata em que a SIC, através do DCE coordenou reuniões sobre a posição do Rio Grande do Sul nas negociações com a Argentina relativas ao Protocolo n.º 22, de que participaram a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/RS), Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI), Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Assembléia Legislativa e Secretaria da Fazenda, resultando daí documentos que foram levados ao Governo Federal;
 - participação nas reuniões que trataram a respeito da integração de fronteira, realizadas em Itaqui e Uruguaiana;
 - participação em reuniões que trataram do Protocolo n.º 14, referente à integração do sistema de transporte com a Argentina;
 - participação, no Rio de Janeiro, do Seminário sobre "A Integração Argentina-Brasil-Uruguai — Opções e Desafios para os seus Sistemas Agroindustriais e Alimentares", de 12 a 14.09.88, promovido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Cadastro Ativo da Produção Gaúcha: foi implantado centro de dados computadorizado composto de informações relativas a 25 mil empresas gaúchas de todos os ramos industriais contendo dados individuais por município com endereço e número de empregados por gênero industrial. Este centro de dados possui condições de localizar imediatamente empresas em todo o Estado por código informatizado;
- Balança Interestadual (em fase inicial).

O Programa de Interiorização e Desenvolvimento Econômico tem como objetivo a adoção de ações e medidas que venham facilitar e estimular o desenvolvimento econômico integrado no Interior do Rio Grande do Sul.

São projetos básicos desse Programa: a Extensão do Balcão Central de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário ao Interior do Estado; o estímulo e orientação à criação de Conselhos de Desenvolvimento Econômico Municipais; e a orientação para que os municípios elaborem seus Perfis Sócio-Econômicos, com vistas a bem informar potenciais investidores de fora da Região e do Estado.

Em 1988 foram implantados no Interior do Estado do Rio Grande do Sul vinte e nove Balcões do Empresário, em Convênio com suas respectivas Associações Comerciais e Industriais (ACIS), sendo dados continuamente aos mesmos assessoria e apoio, com vistas a bem orientar o empresariado e outros, sem duplicação de esforços. Também iniciou-se, através de treinamento a dois grupos, o trabalho de implantação destes Balcões. Está prevista para 1989 a implantação de mais setenta e um Balcões, em municípios já selecionados.

O estímulo à implantação de Conselhos de Desenvolvimento Municipais está sendo realizado em conjunto com as etapas de treinamento dos Balcões e sob forma de outros contatos com municípios do Interior. Para 1989 está sendo elaborado plano de ação mais integrado.

Com relação aos Perfis Sócio-Econômicos Municipais, através do treinamento dos Balcões, também foram informados os participantes sobre os aspectos básicos deste projeto, que deverá ter planos maiores para 1989.

O Programa de Áreas Industriais Municipais compreende a elaboração de estudos técnicos completos pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), com propostas de legislação e normas de ocupação para tais áreas, a pedido das Prefeituras Municipais.

Em 1988, foram realizados os seguintes estudos:

- Para a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul: parecer técnico sobre área industrial do Aeroporto e assessoramento técnico objetivando o desenvolvimento de nova área industrial;
- Para a Prefeitura Municipal de Canoas: análise locacional da gleba de propriedade do Estado, objetivando o desenvolvimento de um Distrito Industrial e Plano Diretor e Normas de Uso do Solo para o Distrito Industrial;
- Para a Prefeitura Municipal de Panambi: elaboração do documento proposta de intenção industrial na malha urbana de Panambi;
- Para a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul: análise locacional de uma gleba para desenvolvimento de um Plano Diretor — normas de Uso do Solo — Individuação do Loteamento para área industrial municipal;
- Para a Prefeitura Municipal de São Borja: parecer com relação à glebas destinadas à implantação de área industrial;
- Para a Prefeitura Municipal de Sobradinho: Plano Diretor e Normas de Uso do Solo, individuação do loteamento e projeto executivo da rua de acesso para a área industrial;
- Para a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires: parecer técnico sobre três glebas destinadas à implantação de uma área industrial.

O Programa de Distritos Industriais está tendo continuidade com a venda de lotes a preços favorecidos, com a implantação do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão, com a criação e implantação do Distrito Industrial de Canoas (Guajuviras — 500 ha), bem como com a implantação e complementação da infra-estrutura dos Distritos Industriais de Santa Maria, Gravataí, Cachoeirinha, Bagé, Rio Grande.

Em 1988, trinta e três empresas solicitaram áreas industriais para implantação, localização e realocação, e dez empresas assinaram contratos preliminares.

O Programa de Recuperação de Empresas visa a estudar e ajudar a reativação de complexos industriais semi ou totalmente paralisados, como SWIFT-ARMOUR, RIO-PEL, WALLIG, e outros de menor porte, em andamento. Foram realizados contatos

políticos e reuniões na busca de soluções políticas e econômicas, visando a encontrar soluções para os problemas enfrentados pelas empresas (promoção de cooperativas de funcionários, associação, "joint-ventures", etc.).

O Projeto Unidade de Elaboração de Projetos (UEP) tem como objetivo a elaboração de Perfis de Oportunidades de Investimentos (POIs) que se constituem em estudos técnico-econômicos de préviabilidade de empreendimentos, estando em funcionamento na Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), em convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL).

Em 1988, foram realizados os seguintes perfis de oportunidade de investimentos: criação e industrialização de coelhos — projeto básico; industrialização da maçã — estudo de mercado; calçados de segurança — investigação de mercado; rolamentos — investigação de mercado; e suco de laranja — projeto básico e estudo de mercado.

O Programa "Joint-ventures" e Conversão da Dívida Externa realizou, em 1988, as seguintes metas: no que diz respeito a "joint-ventures", foram efetuados contatos com diversas Câmaras de Comércio de países como a Itália, França, Alemanha, Japão, etc. com vistas a localizar empresas estrangeiras que tenham interesse em associação com empresas do Estado para capital e tecnologia; e no que concerne à conversão da dívida externa, foi realizado leilão da dívida externa e realizadas reuniões para viabilizar negociações entre empresas interessadas em investir.

O Programa de Apoio a Feiras, Seminários, Simpósios e Eventos Diversos teve a participação da Secretaria da Indústria e Comércio em diversos Seminários e Simpósios. A participação em feiras foi muito estimulada, estando a SIC presente nas principais realizadas no Estado: FENAMACO, GRAZIE ITÁLIA, FEISMA, FENARROZ, FIMEC, FENAC, MODA SUL, etc.

2.10.2 — AÇUCAR GAÚCHO S.A. (AGASA)

O funcionamento da Usina na safra de 1988/89 correspondeu a um período de safra de 125 dias, que se estendeu de 02.08.88 a 15.12.88, quando foram recebidos 22.541.020 quilogramas de cana, a totalidade dos quais foram destinados para a produção de açúcar. A produção de açúcar, correspondente a 116 dias de trabalho, foi de 1.500.100 quilogramas, com um rendimento industrial de 66,55kg/t., resultando em 30.002 sacos de 50 quilogramas.

A par da realização da safra de 1988/89, a AGASA incentivou os canavieiros com o financiamento de adubo, adubo esse adquirido com recursos próprios da Empresa e repassado ao canavieiro com o objetivo de aumentar o plantio de cana e manter a soqueira. Fica o canavieiro obrigado a pagar o valor correspondente à AGASA, sem juros e correção monetária, na ocasião da colheita, em quilogramas de açúcar. Foram financiados 254,1 ha, entre plantios novos e soqueiras.

A AGASA também efetuou a abertura de estradas de roça em toda a região canavieira e a manutenção e conservação das já existentes; forneceu mudas de cana, executando o preparo do solo com máquinas da Empresa, cobrando apenas o custo operacional; conseguiu junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) a anistia de financiamentos, beneficiando 295 contratos de empréstimos de canavieiros em débito.

A Empresa manteve assistência médica e ambulatorial aos fornecedores, através da Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul (ASFORCA).

No período de março a junho de 1988, foi efetuada a reforma e manutenção de rotina da Usina.

Quanto à situação financeira, a Empresa não contraiu empréstimos durante o exercício em nenhum estabelecimento bancário, tendo saldado todos os seus compromissos com os fornecedores nos respectivos vencimentos; os pagamentos para canavieiros e transportadores foram efetuados sempre no final de cada quinzena no seu vencimento, assim como o pagamento de funcionários foi realizado rigorosamente em dia.

As transações comerciais para o próximo ano prevêem que a AGASA fará a distribuição de açúcar no Estado. Atualmente já está comprando açúcar de São Paulo, empacotando e vendendo ao comércio em geral.

A AGASA conseguiu junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 28.09.88, um aumento considerável da sua cota de açúcar, passando para 100 mil sacas mensais.

É previsto, também, incentivar o plantio de cana através de pecuaristas da região, com o que, com a cana plantada existente, mais os futuros plantios de canavieiros, o plantio realizado em outros municípios e o plantio próprio da AGASA procurar-se-á diminuir a capacidade ociosa da Empresa.

2.10.3 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A CEDIC foi fundada em 12 de janeiro de 1973 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Sua forma de atuação é como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC).

Para atingir suas metas, a CEDIC faz uso de diversos instrumentos de promoção industrial, dentre eles a implementação dos Distritos Industriais implantados pelo Estado, o apoio técnico e assessoramento às Prefeituras Municipais e aos empresários e os Perfis de Oportunidades de Investimentos.

Durante 1988 os técnicos da CEDIC deram continuidade aos trabalhos que estavam sendo realizados nos seis Distritos Industriais administrados pela Companhia e que são: Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC); Distrito Industrial de Gravataí (DIG); Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG); Distrito Industrial de Santa Maria (DISM); Distrito Industrial de Bagé (DIB); e Distrito Industrial de Alvorada-Viamão (DIAV).

Como o DIC é um Distrito Industrial com dez anos de existência, as obras realizadas durante 1988 destinaram-se basicamente à manutenção e à complementação da infraestrutura existente, visando a suprir as poucas unidades de lotes ainda disponíveis. Para tanto executou-se, no período, a relocação de 400m de redes de energia elétrica em alta tensão e de telefonia, que abasteciam a Fundação de Ciências e Tecnologia (CIENTEC), visando a desobstruir quatro lotes industriais a serem negociados. Foi realizada também, conjuntamente com o Centro das Indústrias de Cachoeirinha, (CIC) a colocação de placas indicativas das ruas do Distrito Industrial.

Outra obra recentemente contratada é a pavimentação de 200m da Rua 5, com conclusão prevista para fevereiro de 1989, visando com isso a propiciar acesso e infraestrutura a três lotes industriais disponíveis e também à área de 5,7ha recentemente cedida

ao Serviço Social da Indústria (SESI) na modalidade de Contrato de Comodato para a implantação do Centro de Lazer para as indústrias do Município.

Durante o ano de 1988 muitas foram as celebrações de Escrituras com as empresas do DIC, atingindo assim o objetivo maior de colaborar com o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, sendo elas a Álcool Pereira Ltda., Brutt — Indústria Metalúrgica Ltda., IGEL S/A — Embalagens, Neuman's — Equipamentos de Teste Diesel Indústria e Comércio Ltda., INCOPEL — Indústria e Comércio de Peças Ltda., Laboratório Farmacêutico Flora da Índia Ltda., STAHL — Equipamentos Industriais Ltda., F & H — Indústria de Móveis e Esquadrias Ltda., Livraria do Globo S/A, ROBÓTICA — Indústria Eletrônica Ltda., Ítalo S. Raffo e Cia. Ltda., o que resulta em onze empresas que adquiriram lotes a preço beneficiado como forma de incentivo do Governo do Estado para suas implantações.

Foi também expressivo o número de interessados em lotes no DIC, sendo que destes celebrou-se Contrato Preliminar de reserva de área com cinco empresas, que são: MAXWELL — Metalurgia e Equipamentos Científicos Ltda., Indústria, Comércio de Suportes Eletro Ltda. (ICSEL), ISOLTEC — Máquinas e Equipamentos para Atmosfera Controlada Ltda., Industrial de Tubos Plásticos Ltda. e MAGSUL — Indústria e Comércio, Importação e Exportação Ltda. Tão logo as indústrias mencionadas apresentem a documentação constante no mencionado Contrato ter-se-á condições de enviá-las para análise do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), passando após para a fase de Escrituração com a empresa, concretizando-se a venda do lote.

Visando a atingir uma dimensão mais ampla, que beneficie também a área social de abrangência do DIC, além do comodato firmado com o SESI para o Centro de Lazer anteriormente mencionado foram assinados mais três Contratos de Comodato com o CIC, objetivando à implantação por aquele CIC de um Centro Administrativo do DIC, de uma unidade de escoteiros e também da ampliação da creche já existente.

Outro Distrito Industrial que requereu principalmente cuidados de manutenção foi o DIG, por já tratar-se de uma realidade.

Para tanto, foi contratado um trecho de 700m de rede de alta tensão em 22kv que suprirá parte do Eixo Secundário B e também as obras de terraplanagem, drenagem superficial e pavimentação de 150m da Rua de Acesso 1, visando a viabilizar o acesso a dois lotes industriais.

Neste período foi obtido o registro do loteamento do DIG junto ao Cartório de Registro de Imóveis do Município de Gravataí, viabilizando, desta maneira, a celebração de um total de seis Escrituras com as empresas DIGICON S/A — Controle Eletrônico para Mecânica, DOVA S/A, Companhia Sul Brasil de Cervejas, SEMAG — Equipamentos Agrícolas e Industriais Ltda., MOORE FORMULÁRIOS Ltda., Carlos Becker — Metalúrgica Industrial Ltda.

Durante 1988 a CEDIC firmou Contrato Preliminar de reserva de área com a empresa NOVOTEX — Têxteis e Coberturas Plásticas Ltda., para um lote de 7,45ha, onde esta empresa, que pertence ao Grupo Petropar, pretende montar uma fábrica de não-tecidos.

Para o DIRG os esforços canalizados tiveram vários horizontes, sendo alguns na complementação da infra-estrutura existente, mas principalmente no intuito de divulgar em um todo o Distrito Industrial e suas vantagens, atraindo assim novos empreendimen-

tos para a região ou mesmo para o Estado. Para tanto, utilizou-se dos dispositivos de divulgação disponíveis, obtendo-se retornos bastante significativos.

Outra preocupação foi o atendimento às empresas médias e pequenas que deu-se através da regularização do loteamento denominado de Setor 4 do DIRG, com módulos em torno de um hectare. Esta era uma solicitação do empresariado local que necessitava de um Sítio adequado para suas relocações, uma vez que estavam tendo problemas por estarem atuando inconvenientemente dentro da malha urbana da cidade. Para este loteamento foi recentemente assinado Contrato Preliminar de reserva de área com a empresa Plátano Engenharia Ltda..

Além deste, está sendo projetado um loteamento destinado às microempresas, outra solicitação local.

O DIRG possui um objetivo mais amplo do que os demais Distritos Industriais, uma vez que se destina também a abrigar a atividade retroportuária do Superporto de Rio Grande. Para tanto, a CEDIC firmou Contrato Preliminar de reserva de área com cinco empresas que pretendem relocalizar-se no Terminal Retroportuário Alfandegado (TRA) do DIRG, sendo elas a CODEL — Comissária de Despachos Ltda., TRANSGALA — Transportes Ltda., TRANSMODAL — Transportes, Despachos, Containerização e Agenciamentos Ltda., e a TRANSEICH — Assessoria e Transportes Ltda.

Outras empresas já se encontram em fase mais adiantada das negociações dos lotes, uma vez que obtiveram parecer favorável do SEADAP, sendo que assinaram escritura com a CEDIC no período, a WILSON, SONS S/A — Comércio, Indústria e Agência de Navegação, já operando no TRA, e a BRASCON — Companhia Brasileira de Transportes e Containerização.

Visando a suprir as necessidades de infra-estrutura para as empresas já com Contrato Preliminar assinado com a CEDIC, foram contratados 560m de rede de energia elétrica de alta tensão (13,8kv), na Via 1, bem como foi concluído o projeto de engenharia da Via Coletora de Tráfego do TRA.

Como o DIRG possui uma área aproximada de 2.500ha ainda não totalmente ocupada, no período firmou-se um Contrato de Comodato entre a CEDIC e a Brigada Militar (BM) para a utilização, pela BM, das áreas hoje ocupadas com finalidade industrial, em troca da guarda e manutenção das mesmas.

Para o DISM os objetivos foram orientados no sentido de suprir o referido Distrito de melhores condições, a fim de incentivar e atrair os investimentos particulares para aquele parque industrial.

Para tanto, encontram-se em fase conclusiva as obras de terraplanagem, drenagem superficial e revestimento dos eixos 1,3 e parte do eixo 5 do DISM, num total aproximado de 900m. Esta obra favorecerá mais quinze lotes industriais com infra-estrutura básica disponível.

No período concretizou-se a venda do lote industrial para a EDLANI — Distribuidora de Produtos Congelados Ltda. através da celebração da respectiva Escritura.

Visando ao resguardo da área do DISM, não utilizada nesta etapa com finalidade industrial, foi assinado um Contrato de Comodato com a Brigada Militar para policiamento da mesma.

No DIB está para ser inaugurado o Curtume CICADE, o qual demandará uma carga de energia elétrica acima da disponível no local, o que propiciou contatos junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) a fim de suprir as necessidades daquela empresa pioneira.

Como os Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí estão praticamente saturados, sendo poucas as unidades disponíveis à venda, a CEDIC está voltando-se ao DIAV, o qual necessita de infra-estrutura e regularização de loteamento para que possa ter seus lotes negociados.

Quanto à regularização do loteamento, conforme a Lei n. 6.766, recentemente apresentou-se ao Departamento do Meio Ambiente (DMA) da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) relatório sobre as condições do sítio onde será implantado o Distrito Industrial a fim de liberar o mesmo para esta implantação. Além desta aprovação, a CEDIC encontra-se em tratativas junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) e Prefeitura Municipal, para só após realizar o devido registro no Cartório de Alvorada, que viabilizará a negociação dos lotes com as quarenta empresas interessadas.

Além da regularização do loteamento a CEDIC está providenciando na infra-estrutura básica para suprir as necessidades das indústrias através da execução de uma rede de energia elétrica de alta tensão (22kv) na Rua 3 e em parte da Av. Principal (Passo dos Negros) pela CEEE em uma extensão de 2.600m, já concluída.

Com relação ao Sistema Viário foi lançado Edital para a execução de 1.800m da Via Principal, consistindo nas obras de terraplanagem e drenagem superficial do trecho em questão, que deverão ter início em janeiro de 1989.

Desta maneira ficará viabilizada a primeira etapa de implantação do DIAV, a qual comporta cinquenta e cinco lotes industriais com módulos médios de um hectare.

Além destes seis Distritos Industriais administrados pela CEDIC com o apoio do Governo do Estado, foi realizado também Plano Diretor para ocupação da área da Fazenda Guajuviras em Canoas, de propriedade do Estado, que já obteve aprovação por parte da Assembléia Legislativa do Estado para passar para a CEDIC a fim de suprir a Região Metropolitana, conjuntamente com o DIAV, de opções de localização industrial em substituição aos Distritos concluídos.

Com isso tem-se, de uma visão global, quarenta e três empresas em negociações para a venda de lotes nos Distritos Industriais, o que resulta em uma geração de 3 mil empregos diretos com investimentos de cerca de 10 milhões de OTNs.

Tratando-se a CEDIC de um organismo voltado ao fomento do desenvolvimento industrial do Estado, acredita-se que com estes resultados atingidos alcançou-se, também, seu objetivo maior, justificando plenamente a prática de Distritos Industriais como instrumentos para a realização das metas desejadas.

Outro veículo de promoção industrial do qual a CEDIC faz uso é o apoio técnico às Prefeituras Municipais para a concretização de suas próprias áreas industriais. Para tanto, a equipe da Companhia desenvolve atividades que vão desde a escolha de locais onde poderão ser implantadas as Áreas Industriais (AIs) municipais até o desenvolvimento dos Planos de Ocupação das respectivas áreas.

Em relação ao desenvolvimento da "Análise Técnica Locacional de Glebas" objetivando a implantação de Áreas Industriais, foram realizados estudos em cinco municípios que são: Canoas, Venâncio Aires, Agudo, Faxinal do Soturno, Panambi e Sobradinho.

Os trabalhos referentes a Plano Diretor e Normas de Uso do Solo foram desenvolvidos para as Áreas Industriais de Rosário do Sul, Casca, Sobradinho II, Canoas e Agudo.

Além destes, prestou-se também Consultoria Técnica às lideranças municipais, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial dos Municípios de Canoas, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e São Borja.

O último instrumento de promoção industrial do qual a CEDIC faz uso, consiste na elaboração dos Perfis de Oportunidades de Investimentos (POIs), onde se estuda, a partir de um produto determinado, sua viabilidade em relação à execução, mercado, local, insumos, etc.

Durante 1988 foram concluídos seis Perfis, relativos a Lanificio, Industrialização de Ovos, Cervejaria, Tecelagem e Estamparia, Criação e Industrialização de Coelhos, e Suco de Maçã.

Encontram-se em andamento Perfis referentes a Suco de Cítricos, Rolamentos, e Calçados de Segurança.

2.10.4 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

Tendo atingido, no ano de 1987, a recuperação administrativa e operacional como Empresa estruturada, reassumindo sua identidade histórica, no exercício de 1988, a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) procurou consolidar-se, pela recuperação econômico-financeira, seguindo as principais diretrizes propostas. Buscando atingir seus objetivos sociais, alcançou diversas metas na produção de leite e derivados, bem como quanto à incorporação de subsidiárias, implantação de microbacias, construções de postos de coleta, redução do quadro funcional e resultado operacional.

Considerando-se apenas o período de janeiro a novembro, houve um crescimento geral na captação de leite "in natura" na ordem de dois milhões de litros, o que foi obtido graças ao trabalho de fomento realizado junto aos pequenos produtores rurais, bem como o início de atividades de novas bacias leiteiras.

Da mesma forma, foi alcançada uma expansão equivalente na venda de leite pasteurizado à população consumidora, superior a dois milhões de litros, o que equivale a um incremento de 15,02%. Tais resultados também se fizeram sentir, em regra, na produção de derivados.

Em 02 de maio de 1988 foi concretizada a incorporação das quatro subsidiárias da CORLAC, de Erechim, Vacaria, Santa Maria e São Gabriel, sem maiores traumatismos.

A incorporação acarretou grandes vantagens para a CORLAC, a saber, entre outras: unificação de procedimentos administrativos, planejamento da produção, redução de custos, racionalização em geral, centralização de compras, finanças, e da contabilidade e fiscais.

Em parceria com as Prefeituras Municipais, Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA), Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram implantadas seis microbacias leiteiras nas regiões coloniais de Santa Rosa, Iraí e Erechim, com o incremento da produção leiteira do Estado do Rio Grande do Sul.

Igualmente foi atingida a meta de expansão da produção leiteira pelas construções, em parceria com as comunidades locais, de oito Postos de Coleta e Resfriamento de Leite, nos Municípios de Roque Gonzales, Alecrim, Três Passos, Miraguaí, Erval Seco, Planalto, Campinas do Sul e Paim Filho.

Por outro lado, em decorrência de medidas de racionalização industrial, obteve-se o enxugamento do quadro de pessoal. Isto somente foi possível pela desativação de Usinas de Pasteurização inviáveis economicamente e de Postos de Coleta de leite "in natura" improdutivos, como Torres e Bento Gonçalves, na primeira hipótese, e Capaçava do Sul na segunda, sendo que nesta última unidade, a atividade produtiva foi transferida para a comunidade local. Também se alcançou esse desiderato pela transferência do transporte de leite a granel para a atividade privada, autônomos e empresas.

Quanto aos resultados, em vista das severas medidas adotadas no controle geral da produção, aliadas às medidas de racionalização administrativa e às decorrentes das incorporações das empresas subsidiárias, a CORLAC apresentará ao fim do ano de 1988, resultado operacional positivo percentualmente superior ao obtido no exercício anterior, ou seja, de 6,96% para 10,63% sobre o faturamento líquido, o que no presente exercício representa um réditto de Cz\$ 1.404.199.701,00, acarretando a plena viabilização da Empresa durante esse Governo.

Para o exercício de 1989, mesmo diante das dificuldades gerais pré-anunciadas para o setor produtivo nacional, principalmente para o voltado à área da alimentação, espera-se que a CORLAC repita seus últimos desempenhos positivos de molde a justificar a permanência de seu controle sob o comando do Estado, pela realização de suas metas sociais.

Em continuidade aos programas até agora desenvolvidos, foram traçados objetivos a serem atingidos no próximo ano, no que se refere ao ponto de equilíbrio, ao faturamento, e à provisão de recursos.

Superada a grave crise financeira em que foi recebida a CORLAC no exercício de 1987, e reorganizada administrativa e industrialmente em 1988, é indispensável para sua plena viabilização que no ano de 1989 atinja um ponto de equilíbrio na captação de matéria-prima, leite "in natura", estabelecida numa média/dia/ano de 350 mil litros.

Mesmo diante da instabilidade econômica prevista para 1989, é esperado um faturamento líquido ao final do exercício da ordem de Cz\$ 120 bilhões, com uma margem bruta de 28% e uma lucratividade final de 10%. Esse faturamento é fruto de 50% da comercialização de leite pasteurizado, 40% de produtos lácteos, inclusive importados, e 10% remanescente da revenda de mercadorias ao produtor de leite, pelo sistema de dação em pagamento.

Dotar a CORLAC de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos é condição inafastável para se prosseguir num bom desempenho de suas funções, ou seja, de nor-

teadora do fomento à produção de leite no Estado, bem como, de reguladora do abastecimento, com leite e derivados, do mercado da Grande Porto Alegre e cidades do Interior.

Para atingir os objetivos propostos, é imprescindível que se executem as metas a seguir definidas, necessárias para implementar e viabilizar a CORLAC em todas as suas áreas distintas de eficácia: Primária, Industrial, Administrativa/Financeira e Marketing/Comercial.

Tais metas compreendem: desativação de usinas de pasteurização de leite inviáveis; cedência temporária de postos de coleta de leite, por comodato, para as comunidades locais; implantação de quatro novas microbacias leiteiras (Liberato Salzano, Erval Grande, Viadutos e Nova Palma), bem como a construção de postos de coleta e resfriamento de leite, com recursos da FLBA, FUNDEC, SEAC e BNDES; realocação da CORLAC, iniciando-se o programa de transferência da Usina de Porto Alegre, descentralizando, numa primeira etapa, a seção do ensacamento do leite.

Está sendo estudado e será desenvolvido um leite alternativo (animal X vegetal), com preço diferenciado, isto é, com um custo 20% inferior ao leite tipo "C".

Isto porque, prevê-se que nos próximos dois anos faltará leite no mundo. Não há estoques estratégicos na Europa e nem nos Estados Unidos. Há alguma reserva na Nova Zelândia. O Brasil sofrerá grandes dificuldades no abastecimento, uma vez que é um país tradicionalmente importador de leite durante o período de entressafra.

Finalmente, será instalado e posto em funcionamento o Centro de Treinamento Leiteiro, na Estação Experimental Zootécnica de Montenegro, onde serão implantados, entre outros, os seguintes projetos: Genética de Bovinocultura de Leite; Criação da Terneira; Manejo da Produção de Leite; Premunicação e Comercialização de Vaquilhonas; Escola de Laticínios.

2.10.5 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A. (VINOSUL)

A CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL, estabelecida na Rua Dr. Montauray, 951 — sobreloja, em Caxias do Sul, é uma sociedade anônima de economia mista e capital autorizado, criada pela Lei nº 6.441 de 11 de novembro de 1972, do Estado do Rio Grande do Sul, e constituída em 22 de fevereiro de 1973, conforme Ata arquivada na M.M. Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob nº 338.139, em 13 de março de 1973.

A VINOSUL tem como objetivos exercer atividades reguladoras e orientadoras no setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através de pesquisa, experimentação, promoção de outras atividades e serviços relacionados direta ou indiretamente com suas finalidades, delas decorrentes, ou cuja execução interesse ao desenvolvimento do setor. Exerce também atividades de concentração de mosto de uva e outras frutas. Pode, ainda, adquirir excedentes de uva, vinhos e outros derivados de uva, atendendo ao objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento de preços. Atua, também, como órgão auxiliar do Estado, na formulação e execução da política estadual da vitivinicultura.

A VINOSUL, em 1988, procedeu à dessulfitação e concentração de 6.685.962 litros de mosto de uva, para o setor vitivinícola da região, bem como realizou a armazenagem de 2.740.000 litros de vinho, para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), referente às safras de 1986 e 1988. Também foram armazenados 660 mil quilogramas de

borra (resíduo de vinho) para a empresa Veronese e Cia. Ltda. Foram, ainda, vinificados 2.174.067 quilogramas de uvas para a CFP, como excedente do produto na safra de 1988.

Em 1988 foi dado prosseguimento aos estudos que objetivam a transferência do controle acionário da VINOSUL às prefeituras da região vitivinicultora.

2.10.6 — PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA)

Em 27 de janeiro de 1988, foi promulgada pela Assembléia Legislativa a Lei nº 8.538, que autoriza a transferência do patrimônio da PROGASA para sociedade cooperativa de mesmos fins e na mesma região. Até a presente data, tal transferência não se viabilizou devido ao elevado grau de endividamento e à falta de uma proposta por parte da cooperativa que possibilite a liquidação dos débitos da PROGASA junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), e com o próprio Governo do Estado.

2.10.7 — FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS S.A. (FENUVA)

Em 1988, houve uma preocupação permanente da FENUVA em preparar a XVIII edição da Festa Nacional da Uva, que acontecerá em fevereiro/março de 1989, tendo, neste sentido, sido adotadas diversas providências. Foram iniciadas reformas de estrutura da Festa da Uva, com a construção de baterias de sanitários, revisão das instalações elétricas, troca do sistema de iluminação do parque, revisão, jateamento e pintura interna das estruturas de sustentação, construção de dois restaurantes e respectiva infraestrutura, revisão e restauração das casas da Réplica, assim como o planejamento geral de funcionamento dos parques de estacionamento, todas as providências objetivando dotar o evento das melhores condições de funcionamento.

Foi, ainda, realizada a escolha do cartaz oficial, em concurso público, tendo sido acertado o patrocínio da primeira edição de 40 mil cartazes, já distribuídos em todo o Brasil no decorrer do ano, inclusive na Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV/São Paulo). Foi desencadeada campanha de venda de espaços para a Festa da Uva 1989, bem como acertados patrocínios para a divulgação da mesma, com patrocinadores diversos.

No decorrer do ano, foram realizados eventos no Parque de Exposições: Grazie Itália, Rodeio Crioulo Nacional, e outras festas menores. Também foram acertados esquemas para a implantação de calendários de atividades da Festa, no decorrer de 1989: Rodeio Campo dos Bugres, Exposição de Gado, Festa do Carreteiro, Festival do Queijo e do Vinho, Festival do Chope e outras atividades, visando à ocupação sistemática do Parque.

A FENUVA está empenhada na implantação, junto à comunidade caxiense, de uma nova visão da Festa da Uva, com vistas ao seu crescimento, crédito e amplitude das atividades.

2.11 — CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.11.1 — GABINETE DO SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEACT)

Tanto a função coordenadora, quanto a busca de definição de prioridades e de uma política regional em ciência e tecnologia, marcaram a atuação do SEACT no decorrer do ano de 1988.

A função aparentemente mais urgente, de coordenação do sistema de ciência e tecnologia implicou na constituição de diferentes formas de inserção e de relações institucionais, desenvolvidas tanto junto à esfera mais próxima ao Governo Estadual (institutos de pesquisa vinculados às Secretarias de Estado, como Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPAGRO), Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), etc. quanto junto à área da pesquisa (Universidades Federais e Privadas). Finalmente, num contexto mais diversificado e complexo, o relacionamento institucional foi ampliado também junto à esfera produtiva, grande usuário dos resultados obtidos em ciência e tecnologia.

Evidentemente que o processo de inserção de uma instância que vise à coordenação de tão complexo e diversificado sistema exige um longo período de legitimação político-institucional. De qualquer forma, nestes dezoito meses de atuação, o SEACT tem assumido uma série de atividades relevantes para o desenvolvimento rio-grandense, especialmente no que se refere à integração de grupos de pesquisa de instituições e esferas diferentes através da formulação de programas comuns de ação, à promoção de reuniões e seminários sobre a questão ciência e tecnologia, bem como no que diz respeito à coordenação de ações junto às agências financiadoras, no sentido de obter recursos para iniciativas de caráter científico e tecnológico.

Deve-se destacar, finalmente, que além das ações institucionais, este Gabinete ocupou espaços na política nacional de ciência e tecnologia, tendo seu titular sido eleito o primeiro Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia.

Entre as principais ações desenvolvidas pelo SEACT, são de destacar:

- Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia — Inaugurado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em abril de 1988, foi implantado através de convênios entre o Governo do Estado, o Ministério de Ciência e Tecnologia (por intermédio de seus organismos Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Raídar de Meteorologia — o Radar Meteorológico, que está sendo implantado na Universidade Federal de Pelotas, tem suas obras civis em fase final de construção, de-

vendo entrar em operação experimental em março de 1989, com a chegada de equipamentos importados dos Estados Unidos. Permitirá maior previsão de tempo e clima a curtíssimo prazo, informações fundamentais para a produção primária da Região Sul do Estado, na operação do Super Porto de Rio Grande, etc.. Por gestões deste Gabinete, a FINEP ampliou o teto de financiamento do Projeto Radar de Cz\$ 400 milhões, para Cz\$ 1 bilhão;

- **Centro de Biotecnologia** — Por iniciativa do SEACT, em convênio com a UFRGS e recursos da FINEP, foi construída a nova sede do Centro de Biotecnologia do Estado, inaugurada em agosto de 1988. As novas instalações estão localizadas num conjunto de prédios com 2.700m² de área, no Campus do Vale da UFRGS. Atendendo a uma das prioridades do Centro de Biotecnologia, qual seja a formação e qualificação de recursos humanos, o Gabinete, em convênio com a UFRGS e com recursos da FAPERGS, patrocinou de julho a dezembro de 1988 o 1º Curso de Biotecnologia Moderna, com participação de trinta alunos de vários Estados. Estão previstos para o primeiro semestre de 1989 cursos de Mestrado e Doutorado em Biologia Molecular e Celular.
- **Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste** — Na área da meteorologia foi inaugurada em junho deste ano a Central de Alerta Agrometeorológico da Fronteira Oeste, em Uruguaiana, implantada a partir de convênio do Governo do Estado, Instituto Nacional de Meteorologia e Associação dos Arrozeiros daquele Município. Esta Central, já em operação, vem prestando decisivo apoio à produção primária da região da fronteira, emitindo boletins de alerta sobre tempo e clima. Está sendo agilizada pelo SEACT a contratação de um meteorologista para desempenhar suas atividades nesta Central;
- **Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul** — Vinculada ao SEACT desde agosto de 1988, por força do Decreto Estadual nº 32.934, de 12/08/88, tem por objetivo maior o de disciplinar o processo de informatização pelo qual estão passando os diversos órgãos da Administração Estadual. Desde sua implantação a maior preocupação está voltada para a aplicação dos recursos do Estado destinados à Informática, bem como metodologia, filosofia de atuação e política de aquisições. É de competência da Comissão deliberar sobre consultas para aquisição e, principalmente locação de recursos para a área de informática. No ano de 1988 teve alterada a composição de seu Plenário, elaborado e aprovado seu Regimento Interno, bem como disciplinado o Sistema de Alçada, formalizado através de Comissão Delegada, incumbida juntamente com a Secretaria Executiva, de agilizar as atividades não estratégicas;
- **Divulgação Científica** — Durante o ano de 1988 o SEACT incrementou de modo significativo a divulgação das ações do Governo Estadual no que tange à área de ciência e tecnologia. Em agosto de 1988 foi criado e lançado o primeiro número do Boletim "Ciência e Tecnologia", editado pelo Gabinete. O Boletim, de circulação mensal, além de divulgar as ações e decisões do Gabinete, FAPERGS e CIENTEC, divulga os eventos de toda a comunidade científica gaúcha. O gabinete também colaborou decisivamente na continuidade da publicação dos catálogos da FAPERGS sobre a produção intelectual gaúcha em ciência e tecnologia. O último volume, lançado em dezembro/88 e abrangendo a área de informática, foi implantado totalmente em computador, com uso da linguagem MICRO-CDS/ISIS, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), licenciada gratuitamente através de acordo firmado com o SEACT. Além da linguagem MICRO-CDS/ISIS o referido catálogo da FAPERGS adotou também o padrão

FORMATO IBICT, do Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia constituindo-se no primeiro Sistema Estadual de Informações com C&T a seguir tal padrão;

- Debates, Seminários, Encontros — Juntamente com a FAPERGS e CIENTEC, o SEACT realizou em 1988 diversos debates, seminários e encontros sobre os mais variados temas da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Entre os eventos mais importantes promovidos, destacam-se: dois Encontros Estaduais sobre Pesquisa e Meio Ambiente, realizados em junho e agosto/88; o Seminário sobre Biotecnologia Vegetal, promovido em agosto/88; o Seminário sobre Microbiologia Agrícola e Ambiental, em setembro/88, em conjunto com a Faculdade de Agronomia da UFRGS; e o Seminário sobre Ciência e Tecnologia, em novembro/88, em conjunto com a Agência Regional Sul do CNPq. O Gabinete, com a participação de convidados da Secretaria de Coordenação e Planejamento, Secretaria da Indústria e Comércio, bem como Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), promoveu também debates sobre a nova Política Industrial implantada no País, dos quais participaram importantes segmentos do setor industrial gaúcho;
- Convênio de Cooperação Técnico-Científica — Celebrado entre o Estado, CNPq e UFRGS, visando ao desenvolvimento de Programa de Apoio para formação de recursos humanos de alto nível na área de Biotecnologia;
- Convênio entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Estado, visando à regionalização de programas de ciência e tecnologia;
- Convênio entre o Estado e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, visando ao desenvolvimento de PROGRAMA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, para utilização de acervos técnicos e serviços de informações existentes;
- Convênio entre o Estado e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, visando ao desenvolvimento de programas na área de ciência e tecnologia, objetivando o desenvolvimento regional, o intercâmbio de informações e a colaboração em estudos e projetos de mútuo interesse;
- Convênio entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, firmado por interveniência do SEACT, visando ao desenvolvimento de PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES;
- Protocolo de Cooperação, firmado entre o Estado e a Universidade Federal de Santa Maria, visando ao desenvolvimento das atividades do CENTRO INTEGRADO DE INOVAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CIDAL);
- Convênio e Protocolo de Cooperação, firmado entre o Estado, com participação do SEACT, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), visando ao desenvolvimento de programa de pesquisa e formação de recursos humanos fundamentais à modernização do setor produtivo do Estado, nas áreas de engenharia, "software" e "hardware", computação gráfica e automação.

Além dessas, estão em processo de tramitação as seguintes ações:

- Protocolo a ser firmado entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visando à cooperação técnica, científica e tecnológica, intercâmbio de informações, colaboração em estudos e elaboração de programas e projetos comuns;
- Protocolo a ser firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), visando à conjugação de esforços para a elaboração, execução de projetos de planejamento e pesquisas em sensoriamento remoto, desenvolvidos para a Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Convênio a ser celebrado entre os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, visando ao fornecimento do processo de projeto e produção de sistema construtivo em madeira, para desenvolvimento do "Projeto Chalet" pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), tendo em vista Protocolo de Cooperação Científico-Tecnológica firmado em 1987;
- Convênio de Cooperação para realização de atividades de pesquisa científica, a ser celebrado entre o CNPq, o Estado e a UFRGS, com vistas à importação de equipamentos para o Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia;
- Convênio a ser celebrado entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Estado, visando à constituição de um Núcleo de Mecânica de Precisão.

2.11.2 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

Mal-concluída a instalação de sua estrutura industrial, a economia brasileira já se defronta com o desafio de enfrentar as grandes transformações que vêm ocorrendo no padrão de acumulação mundial. Apoiada na larga utilização da microeletrônica e na introdução de novos materiais, a emergente divisão internacional do trabalho, certamente, irá deixar pouco espaço para as economias que tiverem na mão-de-obra barata e na abundância de matéria-prima a variável privilegiada de sua competitividade.

Esse contexto coloca para os Institutos de Pesquisa, como a CIENTEC, um duplo compromisso.

De um lado, a necessidade de aperfeiçoar e incrementar as linhas de atuação destinadas a atender às demandas oriundas da especificidade regional. Esse é o caso, por exemplo, dos programas voltados às atividades do setor agroindustrial, do pólo petroquímico e do complexo carboenergético e seus desdobramentos ambientais. E, quanto a esse aspecto, deve-se ter presente que o caráter regional dessas demandas não significa a possibilidade de soluções que tenham um alcance circunscrito às fronteiras estaduais. Ao contrário, trata-se de, a partir de estímulos com forte conotação local, se oferecer respostas com padrão de excelência, no mínimo, nacional.

Por outro lado, é vital que o Rio Grande do Sul não fique à margem dos desenvolvimentos que se processam na fronteira do conhecimento técnico-científico e que foram selecionados como prioritários pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Com esse propósito, a CIENTEC vem realizando um grande esforço para consolidar o seu programa de Química Fina. Com recursos próprios e o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), encontra-se em fase de montagem uma planta multipropósito para pesquisas de processos, fundamentalmente, na área de intermediários de síntese, e um programa de treinamento que contempla vinte e uma bolsas para doutorado, mestrado, aperfeiçoamento e visita de consultores.

Também na área de biotecnologia tem-se procurado igual capacitação, sendo que, na atualidade, dois técnicos da CIENTEC encontram-se na Inglaterra fazendo doutoramento na Universidade de Manchester. Ainda dentro desse mesmo espírito, cabe mencionar a elaboração do projeto para a montagem de um laboratório de testes e ensaios com o propósito de dar suporte técnico ao desenvolvimento do dinâmico segmento industrial da eletrônica embarcada.

Consciente de que qualquer possibilidade de sucesso em C&T alicerça-se na capacitação profissional, a CIENTEC vem dedicando especial atenção a seu programa de Recursos Humanos. Tendo superado, com a implantação do Plano de Cargos e Salários em 1987, a evasão sistemática que vinha ocorrendo em seu quadro técnico, procura-se no momento recompor o quadro de pessoal a níveis compatíveis com as necessidades institucionais. Neste sentido, estão sendo incorporados dezoito técnicos e quarenta e sete auxiliares-técnicos, selecionados através de Provas Seletivas de Caráter Público.

Ao mesmo tempo, ao longo de 1988, 255 servidores receberam treinamento de longa ou curta duração, perfazendo um total de 302 pessoas treinadas nesses últimos dois anos.

A par disso, cuida-se para que através da melhoria de equipamentos laboratoriais e da modernização de suas atividades, onde só este ano foram investidos cerca de Cz\$ 30 milhões em informatização, a CIENTEC alcance maior produtividade e eficiência em seu trabalho.

O resultado dessa política administrativa consubstancia-se em 1988 no andamento de quinze projetos de pesquisa, dezessete de consultorias, a emissão de 7.200 laudos e a divulgação de trabalhos e teses elaboradas por seu corpo técnico, num total de sete publicações.

As atividades de P&D e Consultoria, no exercício de 1988, agruparam-se nos seguintes Programas: Energia, Agroindústria, Tecnologia Ambiental, Construção Civil. Em meados do 2º semestre foi criado e estabelecido o Programa Química Industrial (que inclui Química Fina) e mantido como emergente o Programa Biotecnologia.

Uma análise crítica, no início do exercício, dos Projetos de P&D (em andamento e/ou em negociação), quer seja com financiamento externo ou com recursos próprios, possibilitou o posicionamento da instituição. Desta forma, com recursos próprios, deu-se continuidade aos projetos AGLOTEC (Programa Construção Civil) — Desenvolvimento de Processo para Produção de Aglomerante Hidráulico; DESSULFURAÇÃO (Programa Energia) — Dessulfuração de Gás de Carvão; INTERLAB (Programa Agroindústria) — Análises Químicas Interlaboratoriais em Alimentos Diversos; e iniciou-se: ESCOLA (Programa Construção Civil) — Projeto de uma Escola Modular com o emprego de Elementos Pré-moldados de Argamassa Armada; LABORATÓRIO DE REATORES (Programa Química Industrial) — Instalação de Laboratórios de Reatores de Bancada; CINZACAR (Programa Construção Civil) — Estudo da Utilização de Cinzas de Carvão; ENCHARCAMENTO (Programa Agroindústria) — Determinação de Parâmetros de Encharcamento na Parboilização de Arroz; RECUPER — Recuperação da Capacidade Laboratorial nos Departamentos da CIENTEC.

No tocante a projetos de P&D com financiamento externo, diversos deles foram continuados, tais como os Projetos RAIO X — Manutenção de Espectrômetro de Raio X; PILAR (Programa Energia) — Estabelecimento de Critérios para Dimensionamento de Pilares em Minas Subterrâneas; CIGÁS (Programa Energia) — Desenvolvimento de Processo para Geração de Gás de Carvão; NSI/MA II — Difusão da Informação Tecnológica no Setor de Maquinaria Agrícola; CONSERG V (Programa Energia) — Conservação de Energia na Indústria; ACETILENO II (Programa Química Industrial) — Desenvolvimento de Negro de Acetileno.

Na área de Consultoria destacam-se os projetos FAE (Programa Agroindústria) — Monitoramento da Qualidade da Merenda Escolar; DESEMPENHO (Programa Energia) — Diagnóstico da Eficiência de Equipamentos de Combustão de Carvão Mineral; ELETROCAN (Programa Energia) — Amostragem, Beneficiamento e Caracterização do Carvão de Candiota; COPELMI (Programa Energia) — Aplicação de Técnicas Desenvolvidas pelo Projeto Pilar; CRMRIMA (Programa Tecnologia Ambiental) — Relatório de Impacto Ambiental para a Unidade Mineira de São Vicente Norte — CRM; PETRORIMA (Programa Tecnologia Ambiental) — Relatório de Impacto Ambiental da Ampliação da REFAP/PETROBRÁS; RIMA-CEEE (Programa Tecnologia Ambiental) — Relatório de Impacto Ambiental da Termoelétrica Presidente Médici II — CEEE.

Para a execução dos projetos de P&D e Consultoria foram comprometidos recursos equivalentes a 540.025 OTNs, ressaltando-se que diversos projetos já tinham sido contratados em exercícios anteriores e terão continuidade após 1988.

Ao longo de 1988 foram firmados Convênios, Contratos e Termos de Cooperação Técnica com várias instituições. Primeiramente, com o Gabinete do Secretário Extraordinário de Ciência e Tecnologia e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul, visando à conjugação de esforços com vistas ao desenvolvimento de um Programa de Informações Técnicas, oportunizando a utilização de acervos técnicos e serviços de informações existentes por profissionais filiados ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA, CIENTEC) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Com a Fundação Attila Taborda/Faculdades Unidas de Bagé estabeleceu-se um Termo de Cooperação recíproca nos setores de ensino e pesquisa.

A CIENTEC firmou também contrato com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para a prestação de serviços especializados pela UFRGS, através do Centro de Ecologia do Instituto de Biociências, à CIENTEC, na execução parcial do Estudo do Impacto Ambiental do Projeto CRMRIMA, ou seja, o levantamento faunístico e florístico da área em estudo.

O Contrato firmado com a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência (FUNDATEC) pactua a prestação de consultoria técnica especializada, por parte da FUNDATEC, no que concerne aos estudos de impacto ambiental e elaboração dos respectivos relatórios, relativamente aos Projetos PETRORIMA e CRMRIMA e para o atendimento dos objetivos fixados no Convênio CIENTEC/FUNBA (Faculdades Unidas de Bagé).

A CIENTEC prestará assessoria técnica à Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), na execução de estudos geotécnicos e sondagens na área destinada ao Projeto João de Barro — Município de Gravataí.

Várias são as demandas que se encontram em negociação, tais como as com a Companhia Petroquímica do Sul (COPEL) — Estudos de alternativas de uso do carvão mineral como insumo energético e matéria-prima no Pólo Petroquímico do Sul; as Centrais Hidroelétricas do São Francisco (CHESF) — Estudo para projeto de gaseificadores industriais de leito fluidizado para biomassa florestal visando à geração termoeletrica com ciclo combinado; a Fundação Banco do Brasil — Projeto CONFORTO: adaptação a microcomputadores de "Software" para avaliação de desempenho térmico de edificações; a QUIMITEC/SULINOX — Projeto DIFENILA — Desenvolvimento de Processos; a COPEL — Projeto DCPD — Estimativa de parâmetros de reação para posterior desenvolvimento de processos; a OXITENO S.A. — Projeto HIDRÓLISE DE ALCENOS — Desenvolvimento de Processos e Analítico; a Indústria Petroquímica do Sul e Laboratório Leivas Leite — Projeto FURANOQUÍMICA — Estudo prospectivo para posterior desenvolvimento de processo para furfural e álcoois derivados; a CEEE-RIMA de planejamento — Estudo do trinômio energia (carvão) × desenvolvimento × meio ambiente; a FUnBA — Estudos de recuperação de áreas mineradas em Candiota, e com o COMITÊ SINOS — Participação explícita no Conselho Diretor dos Sinos.

Foram apresentados ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) um total de doze projetos em cinco editais, em 1988.

Durante o ano de 1987 foram desativadas algumas áreas de atuação (extensometria elétrica, metrologia dimensional, laboratório de engenharia agrícola, laboratório de análises biológicas e biotério, estudos para alimentos em planta-piloto, espectrometria de Raios X, sondagens geotécnicas e laboratório de cerâmica) e reduzida a realização de serviços em outras (espectrometria de absorção atômica, laboratório de via úmida inorgânica, amostragem de emissões gasosas em chaminés industriais, laboratório de amostragem de gases por cromatografia e laboratório de carvão), tendo em vista a evasão de técnicos e auxiliares até então ocorrida.

É de salientar que a CIENITEC vem procurando, via modernização dos laboratórios, suprir a deficiência de pessoal com automação de ensaios de forma a manter satisfeita a demanda ocasionada pelos diversos setores industriais do Estado, bem como a de empresas públicas estaduais e federais. O número de solicitações ao longo do ano, por segmento, é de 50, de empresas públicas; 722, de empresas privadas e 111 de pessoas físicas.

Com a admissão do pessoal aprovado no concurso, a ser efetivada no início do próximo ano, poderão ser restabelecidas as ofertas de serviço nas áreas desativadas e reduzidas, cuja demanda foi canalizada para outros laboratórios.

A par dessa situação, e considerando, ainda, um incremento da atividade interna de projetos de pesquisa e desenvolvimento, que diminui a disponibilidade de mão-de-obra para atuação na área de análises, testes e ensaios, foram expedidos durante o corrente ano cerca de 7.200 laudos (relatórios, certificados, pareceres e cartas explicativas), número este que representa um pequeno acréscimo em relação ao ano anterior. Cabe salientar que a meta prevista na programação de atividades para o período 1988/91 era de 8 mil laudos técnicos.

Cumprir referir, também, a colaboração que foi prestada, de forma gratuita, através da realização de serviços a diversos órgãos do Governo Estadual (Instituto de Criminalística — Secretaria de Segurança Pública, Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPAGRO), Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Fundação

Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) — Mutirões Habitacionais, etc.), ao Governo Federal e alguns agricultores sem recursos, provenientes do Interior do Estado, com problemas de contaminação por resíduos de defensivos agrícolas.

Em relação ao reaparelhamento dos laboratórios dos departamentos da área técnica, considerando os recursos disponíveis para este tipo de investimento, foi adotada a política de não disseminar os recursos e sim concentrá-los em alguns dos laboratórios, de forma a alcançar, a médio prazo, as condições mínimas de funcionamento como laboratórios de referência, contemplando a realização de análises, testes e ensaios, dentro das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de outros órgãos normalizadores estrangeiros. Com base neste enfoque, as prioridades foram determinadas a partir de critérios como: importância do laboratório como apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento de acordo com as linhas de atuação dos Programas Internos, necessidade de atendimento a segmentos do setor produtivo do Estado, em áreas onde a CIENTEC tem atuação exclusiva ou de competência reconhecida e tradicional, efeito multiplicador interno — laboratórios básicos que atendam a demandas de diversos departamentos, etc.

Consoante essa política, foram efetuados, durante o corrente ano, investimentos basicamente concentrados nos laboratórios do Departamento de Biotecnologia, tendo em vista sua importância na realização do controle de qualidade da merenda escolar — convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — e por constituir-se em laboratório credenciado pelo DINAL para análise de produtos alimentícios em fase industrial de desenvolvimento e o conseqüente controle de qualidade quando em linha de produção. Investimentos significativos foram também efetuados nos laboratórios dos Departamentos de Engenharia de Edificações e de Engenharia de Materiais, considerando-se, nesses casos, a importância relativa de ambos no atendimento de demandas da indústria da Construção Civil. Nos Departamentos de Engenharia de Processo e de Química foram feitos investimentos nos laboratórios de carvão e de análise instrumental, e criado o laboratório de reatores e cinética aplicada. Tais investimentos são destinados a melhorar a infra-estrutura da CIENTEC no apoio ao desenvolvimento de processos (Programas Energia e Química Industrial).

Foram iniciados, também, os incentivos no laboratório de eletroeletrônica, principalmente na aquisição de padrões para aferição de instrumentos elétricos e eletrônicos, atividades de atuação quase que exclusiva da CIENTEC no Estado.

Analisando-se os dados transcritos a seguir, relativos ao montante de investimentos no reaparelhamento dos laboratórios, considerados globalmente recursos próprios e advindos de convênios, pode-se concluir que a partir da recuperação financeira iniciada no ano de 1987, pode-se retomar e aumentar, significativamente, em relação ao ano de 1986, os investimentos nesta área. Os totais investidos, em OTNs, foram: em 1986, 30.047; em 1987, 12.870; e em 1988, 77.206.

A CIENTEC no ano de 1988 efetuou, como parte de sua política de modernização, a compra de microcomputadores para as áreas administrativa e técnica, bem como realizou cursos de operacionalização e programação.

Para a implantação do Plano Diretor de Informática na CIENTEC, e em particular na área administrativa, esta Fundação está sendo assessorada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Ao longo de 1988 foram adquiridos nove microcomputadores da linha PC, e montadas duas estações gráficas para CAD (COMPUTER AIDED DESIGN), no valor de 11.802 OTNs.

A frota da CIENTEC foi praticamente recomposta durante o ano de 1988, tanto nos aspectos de reforma geral como de substituição por veículos novos. Foram adquiridos três, totalizando uma frota de dezesseis.

Dentre as ações administrativas, destaca-se a entrega, pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), do relatório "A Estrutura da Fundação de Ciência e Tecnologia — uma Proposta Incremental" resultante de intensa problematização de questões funcionais e administrativas da CIENTEC. Após o seu debate interno, esse documento servirá como subsídio para a formulação do Programa de Treinamento Gerencial a ser desenvolvido de forma institucional em 1989. Quanto a recursos humanos, apesar da implantação do Plano de Cargos e Salários de 1987, que reduziu a níveis normais a saída de técnicos qualificados da CIENTEC, ainda persiste uma evasão preocupante no quadro de pessoal auxiliar, tendo em vista a dificuldade de contratação de novos servidores. A esse problema adiciona-se a carência de pessoal acumulada em anos anteriores.

Para contornar essa situação, têm sido tomadas medidas de caráter tanto emergencial quanto estrutural.

No que se refere ao primeiro aspecto, tem-se contratado pessoal temporário pelo prazo específico do desenvolvimento de projetos. No que tange às medidas estruturais, a CIENTEC realizou em 1988 Provas Seletivas de Caráter Público para a admissão de dezoito técnicos e quarenta e sete auxiliares-técnicos.

Na área de segurança do trabalho, pelas próprias características das atividades laboratoriais de análises, testes e ensaios, bem como a operação de plantas de bancada em projetos de P&D, tomou-se a iniciativa de, em 1987, criar um setor dedicado à prevenção de acidentes do trabalho.

Com o apoio da FUNDACENTRO e da CIMOR/Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA), procedeu-se à identificação das áreas insalubres e/ou perigosas, adotando as medidas preconizadas para a melhoria das condições de trabalho.

O Setor de Segurança, atuando com a CIPA/CIENTEC, passou a atender às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e manter atualizados os estoques de equipamentos de proteção individual.

Dentro dos esforços da atual administração, uma das metas que está sendo plenamente atingida é a que trata do aperfeiçoamento do corpo funcional.

A CIENTEC, por ser um centro de pesquisa, procurou se aprimorar tanto nas áreas de apoio, através de cursos de curta duração, como no pessoal do corpo técnico, através de cursos de curta e longa duração e incentivos à participação em eventos que permitissem a troca de conhecimento dentro de sua área de excelência, tanto no Estado como fora do Rio Grande do Sul.

É de salientar o plano de treinamento efetuado na área de operação e programação de microcomputadores, onde foram treinados cinquenta e cinco servidores, num investimento de 1.096 horas.

O número de participantes da CIENTEC em eventos fora do Estado, tais como cursos, congressos, estágios, reuniões, etc. foi de sessenta e quatro.

A participação da CIENTEC em eventos no Estado do Rio Grande do Sul com recursos próprios, foi de 191.

Essas participações em eventos totalizaram o montante de 24.815 OTNs.

Ao longo do ano de 1988, a CIENTEC fez-se representar e participou ativamente em vários comitês, conselhos, institutos e comissões técnicas, notadamente na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A atuação da CIENTEC nesses órgãos de representação demonstram sua crescente inserção nas definições de políticas setoriais, bem como seu reconhecimento como instituição executora de atividades de P&D.

Para uma análise do desempenho operacional da CIENTEC, apresenta-se alguns indicadores econômicos e financeiros do corrente ano.

Primeiramente, o registro do crescimento real de 29,69% da receita total no período de janeiro/outubro em relação ao mesmo período de 1987. Esse dado é mais significativo levando-se em conta a atual crise econômica que, como não poderia deixar de ser, refletiu-se nas demandas de serviços prestados pela CIENTEC. Também é digna de nota a taxa de crescimento de 84,15% em relação ao período anterior da receita oriunda de Pesquisa e Desenvolvimento, tendo em vista as restrições orçamentárias dos órgãos de financiamento federal, como é o caso da FINEP. Do mesmo modo, vale a referência ao aumento expressivo da receita patrimonial que, na atualidade, responde por aproximadamente 30% da receita total. Ao mesmo tempo, registrou-se uma diminuição na participação dos recursos oriundos do Tesouro do Estado de 72%, em 1987, para 52%, em 1988.

Essa circunstância amplia sobremaneira a autonomia financeira da CIENTEC, possibilitando a formulação de uma política endógena de investimento.

2.11.3 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A transformação da Ciência e Tecnologia em fator estruturalmente decisivo do desenvolvimento econômico e social contemporâneo implicou, de um lado, a superação dos padrões tradicionais de realização das atividades de investimento e, de outro, a crescente responsabilidade do Estado neste campo.

Assim, o Estado deixou de ser um coadjuvante importante para transformar-se em um dos principais atores, junto com a iniciativa privada. Pois, embora os financiamentos ocasionais, obtidos de convênios com entidades nacionais ou mesmo internacionais, tenham grande importância quando se destinam a fins bem identificados e são administrados com acerto, é o financiamento regular e contínuo pelo Estado, que permite formular uma política de desenvolvimento de forma sistêmica.

No Rio Grande do Sul, neste ano de 1988, estas breves colocações iniciais se fizeram reais. A implantação do Gabinete Extraordinário para Assuntos de Ciência e Tecnologia, representando a materialização da prioridade política para Ciência e Tecnologia, definida pelo Governo Estadual, possibilitou à FAPERGS passar da situação de uma fundação

praticamente sem recursos e de atuação marginal no sistema, para a de uma instituição consolidada definitiva e irreversivelmente como principal órgão de apoio à pesquisa científica realizada no Rio Grande do Sul.

Tendo presente este dinâmico ambiente de reformulação e definição de novas atividades, a FAPERGS, para 1988 apresentou quatro objetivos fundamentais:

- Preservar e ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas definidas como áreas prioritárias;
- Criar mecanismos facilitadores para transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor produtivo;
- Defender projetos e programas de interesse da pesquisa científica do Estado.

O principal é o que visa a preservar e ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico, denominado "Fomento Convencional", no qual a Fundação, por determinação do Conselho Superior, concentrou todos os recursos provenientes do Governo do Estado.

Através deste a FAPERGS concedeu auxílios para a realização de projetos de pesquisa; para custeio de contratação de especialista e/ou pesquisadores visitantes; para publicação e divulgação de trabalhos científicos e para organização, realização ou participação em reuniões científicas, congressos, simpósios ou cursos.

Neste ano a Fundação passou de uma média histórica de 180 processos, para 1.042 processos.

Conjuntamente, a FAPERGS, contando com o apoio decisivo do Gabinete do Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência e Tecnologia, desenvolveu três projetos especiais:

— Bolsas de Iniciação Científica

Este projeto tem por objetivo criar condições para vincular de modo sistemático jovens estudantes das Universidades localizadas no Estado, a relevantes projetos de investigação nas mais diferentes áreas do conhecimento, sob a dimensão de pesquisadores de reconhecida capacidade. Os recursos financeiros para o projeto foram obtidos junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), que doou à FAPERGS 16 mil OTNs neste ano e, para 1989, doará 30 mil OTNs. Dentro do proposto, a Fundação atendeu, em 1988, a 330 bolsistas.

— Pesquisas Tecnológicas Computacionais

Este projeto visa à intensificação da pesquisa na área tecnológica, e à preparação de recursos humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), de forma a contribuir no preenchimento das lacunas em empresas gaúchas. Para a sua concretização, a FAPERGS está repassando 22.120 OTNs à PUC-RS.

— Centro Integrado de Inovações e Desenvolvimento de Análises Laboratoriais em Ciências Agrárias (CIDAL-UFSM).

Este projeto visa a permitir a integração de diversos laboratórios existentes na Universidade Federal de Santa Maria. É um único que possibilitará a realização de análises

laboratoriais que atualmente são realizadas em São Paulo. Para tanto, a FAPERGS está concedendo um auxílio no valor de Cz\$ 60 milhões.

Outro aspecto importante a ser salientado foi, também, a determinação de que os objetivos deveriam ser atendidos com recursos financeiros captados em outras fontes, o que de fato ocorreu. Assim, em 1988, a FAPERGS firmou cinco convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no montante de 261.076,09 OTNs, para apoiar projetos essenciais para o Rio Grande do Sul, com a Consolidação do Centro de Ecologia da UFRGS e a implantação do Centro Estadual de Pesquisa e Sensoriamento Remoto e Meteorológico.

Firmou, ainda, dois convênios com a Escola de Saúde Pública, recebendo Cz\$ 39 milhões para apoiar projetos de pesquisa de interesse da Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente.

Por outro lado, é atribuição estatutária da FAPERGS promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Rio Grande do Sul e no Brasil, bem como manter cadastros das pesquisas sob seu amparo e das demais no Estado, que deverá ser divulgado periodicamente.

Para tanto a Fundação tem um departamento denominado Departamento de Informática que vem desenvolvendo este trabalho. Neste ano foi elaborado um projeto objetivando a implementação do Sistema de Informação da Fundação através da implantação de um sistema coordenado de coleta, utilizando recursos automáticos para armazenamento e disseminação dessas informações.

Este projeto está em execução, já tendo como primeiro produto o cadastro da área de Informática contendo entidades, pesquisadores, produção intelectual e acadêmica. A proposta é fazer-se um conjunto de cadastros que formará a série denominada Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul.

Também este projeto do Sistema de Informação foi encaminhado para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), solicitando apoio financeiro, a fundo perdido, no montante de 138.326,17 OTNs, para a aquisição de um equipamento de maior porte, bem como para possibilitar a integração com todas as Universidades localizadas no Estado. Este projeto já se encontra em análise.

Por fim, quanto ao aspecto organizacional a Fundação não sofreu alterações.

2.12 — TURISMO

2.12.1 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

A CRTUR desenvolve suas finalidades principais mediante a prestação de serviços especializados e realiza estudos, programas e projetos que visam à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa tendentes a fomentar o turismo estadual e as atividades correlatas no território do Estado.

Durante o ano de 1988 o Governo Estadual resolveu concentrar na CRTUR toda a formulação da política turística estadual, mantendo estrita relação com a Secretaria da Indústria e Comércio à qual a CRTUR está vinculada.

Ao desenvolver suas ações relativamente ao ano de 1988, a CRTUR deu ênfase especial à preocupação com os recursos humanos, no que concerne à conscientização turística em geral por parte da comunidade, e também ao aperfeiçoamento e qualificação do pessoal técnico que trata diretamente com o turista.

São de destacar, neste particular, a realização de um curso de conscientização turística para a Brigada Militar, e a realização de Cursos de Atualização para Guias de Turismo em diversos municípios do Estado.

Na área de informação e recepção turística foram atendidos 27.106 turistas brasileiros e 43.209 turistas estrangeiros, considerando que houve uma distribuição de material informativo e promocional num número aproximado de 80 mil exemplares. Foram atendidos trinta e um eventos turísticos, significativos para o Estado, através de "trailer" e recepção.

Buscando a integração dos táxis urbanos no desenvolvimento dos pólos receptores, implantou-se o Projeto TÁXI-TURISMO nos municípios de Porto Alegre, Gramado, Caxias do Sul e Nova Petrópolis, que propicia ao turista um serviço de táxi adequado, mediante a melhoria das condições de conforto, segurança e atendimento por parte dos motoristas.

Quanto ao Programa O TURISMO E O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, que objetiva propiciar condições e facilidades para as viagens de portadores de deficiências físicas, foi realizada a identificação do perfil sócio-econômico dos deficientes físicos residentes no Rio Grande do Sul, bem como a divulgação dos empreendimentos turísticos que possuam facilidades para atender a esta demanda e, ainda, a conscientização da comunidade para a realização de adaptações necessárias à facilitação do acesso.

No Programa O TURISMO E O IDOSO buscou-se incentivar, através do Projeto CLUBE DA MAIOR IDADE, a integração de idosos em programas de lazer e turismo, a preços reduzidos, especialmente dirigidos à população de mais de cinquenta anos, incen-

tivando o espírito associativo e a formação de grupos, estimulando e facilitando atividades sociais, culturais, de turismo e de lazer.

Compete à CRTUR a administração, manutenção e conservação dos parques e campings do Caracol, no Município de Canela, da Vindima, no Município de Flores da Cunha, da Guarita e Itapeva em Torres, e do Espetáculo de Som e Luz, no Município de Santo Ângelo.

Em seu objetivo principal, a CRTUR busca promover toda a potencialidade turística estadual, seja de ordem natural, cultural, sócio-econômica. Para tanto, realiza campanhas publicitárias compostas de todos os elementos desde folhetos, cartazes, etc., para o fomento do setor. Participou de eventos nacionais e internacionais com o intuito de apoiar a iniciativa privada na comercialização turística e captação de eventos para o Estado, destacando que o Rio Grande do Sul sediará em 1990 o XVIII CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS (ABAV).

A CRTUR, também, mantém através de Convênio Técnico com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), uma delegação estadual que visa ao controle de qualidade do produto turístico, e à uniformização equilibrada da qualidade do produto e controle das empresas que atuam no mercado. Neste sentido, foram orientados 6.079 agentes de viagens e empresários da indústria hoteleira; foram efetuados 165 controles de qualidade nos meios de hospedagem; foi realizada vistoria em 310 agências de turismo; foi feita a classificação em oito hotéis e quarenta e seis agências de viagem e turismo, e, ainda, em sete transportadoras de turismo.

O Rio Grande do Sul oferece anualmente um elenco de eventos, que vêm sendo apoiados e divulgados pela Secretaria da Indústria e Comércio através da CRTUR, pela já consagrada peça promocional que é o Calendário de Eventos, com uma tiragem de 16 mil exemplares que são distribuídos em âmbito estadual, nacional e internacional, buscando uma ampliação do mercado e a integração cultural.

A CRTUR, visando a uma maior integração com o Setor Público e Privado, participou de reuniões semanais no Conselho Municipal de Turismo do Município de Porto Alegre, e promoveu encontros mensais denominados CONVERSANDO SOBRE TURISMO com todos os segmentos ligados ao setor turístico, obtendo excelentes resultados.

Em consonância com a programação estabelecida, foram promovidas JORNADAS DE FAMILIARIZAÇÃO a agentes de viagens e jornalistas de fora do Estado e também do Uruguai, para uma maior divulgação e comercialização do Rio Grande do Sul.

Buscando o desenvolvimento turístico municipal e atendendo a determinação do Decreto nº 32.037, de 22 de outubro de 1985, que dispõe sobre a Classificação de Municípios de Interesse Turístico, a CRTUR se propõe a dar assessoria técnica aos interessados em elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal, salientando que os municípios constituem a base geradora da atividade turística.

A CRTUR, em 1988, coordenou a Pesquisa da Demanda Turística — Turismo Emissivo e Receptivo Internacional nos municípios de Porto Alegre, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar e Uruguaiana, buscando o perfil do turista rio-grandense.

Implantou-se em 1988 Albergues da Juventude nas cidades de Canela, Santana do Livramento, Nova Petrópolis, Torres, Atlântida que, somados aos já existentes em Porto Alegre e Capão da Canoa, elevam a capacidade para 500 leitos.

2.13 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

2.13.1 -- SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

Em 1988, a economia brasileira não obteve o nível de desempenho alcançado em 1987, exceto em relação à performance do segmento exportador que, além de superar as previsões mais otimistas, contribuiu para frear, ao menos em parte, a perversa expectativa de convivência, a curto prazo, com um quadro econômico profundamente recessivo.

Mesmo assim, a acentuada queda no ritmo das atividades geradoras de bens e serviços destinados ao mercado interno, acompanhada pelo substancial crescimento da taxa de inflação, evidenciou que 1988 seguiu a trilha dos anos anteriores, nele se agravando ainda mais a forte crise que assola a economia do país desde o início da atual década.

De fato, os principais indicadores econômicos — já conhecidos ou em fase conclusiva de cálculo — estão sinalizando que o sistema econômico nacional rumará para um processo recessivo crônico, tendo como destaque negativo desta acelerada marcha, em 1988, a inflação oficial recorde de 933%.

O crescimento do produto interno bruto deverá situar-se em torno do índice de 0,20%, ou seja, 36,5 vezes menos do que seria necessário para absorver a mão-de-obra que, apenas neste ano, ocorreu ao mercado de trabalho.

O setor industrial deverá ter um crescimento negativo aproximado de 2,5%, cabendo à indústria de transformação (mecânica, metalúrgica, material de transporte, material elétrico, papel e papelão, química, vestuário, bebidas, etc...), um declínio ainda maior, de 3%, a nível nacional.

Também a agricultura não repetiu o comportamento do ano anterior, devendo atingir, no conjunto de suas atividades, um crescimento real por volta de tão-somente 3%.

O setor de prestação de serviços, considerado em sua amplitude, está igualmente acusando um desempenho medíocre: crescerá apenas 1,7% em 1988. As causas que contribuíram para o insatisfatório comportamento do setor terciário já são bem conhecidas: os salários perdem poder aquisitivo em menor tempo, o crédito sofre severas limitações, os juros são constantemente elevados, os preços sobem desordenadamente e o nível de desemprego só não é significativo graças ao desempenho, já referido, do setor de exportação.

Integrado nesse contexto, como uma de suas partes, o Rio Grande do Sul foi alcançado pelos efeitos do declínio das atividades produtivas, que provocaram sensíveis dificuldades na gestão das finanças públicas e repercutiram negativamente nos saldos das principais contas da Administração Centralizada do Estado.

Com efeito, a receita realizada em 1988, excluídas as operações de crédito, foi da ordem de Cz\$ 527,8 bilhões, apresentando um crescimento real de 16,0%, em relação a

1987, percentual obtido com base na média do índice de Preços ao Consumidor, elaborado pelo IBGE.

Todavia, se utilizarmos a média do Índice Geral de Preços, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, o crescimento será de apenas 0,9%.

Essa marca teve origem no comportamento das taxas reais de crescimento da arrecadação dos principais tributos estaduais: prevê-se que o IPVA e o ITBI decrescerão, respectivamente, em 20,4% e 11,0%, enquanto o ICM terá um crescimento de 2,2%.

Deste modo o conjunto dos três impostos apresenta um acréscimo de 1,05%, em relação ao exercício anterior, resultado que, mesmo discreto, contribuiu para a obtenção de superávit na execução orçamentária.

A gestão das finanças públicas foi orientada por esse firme propósito, adotando-se uma rígida política de racionalização e contenção da despesa programada para 1988, sem descuidar da manutenção da eficiência e da qualidade dos serviços essenciais prestados à comunidade sul-rio-grandense, bem como da realização dos investimentos indispensáveis ao desenvolvimento socio-econômico do Estado.

Além disso, a Secretaria da Fazenda desenvolveu um elenco de atividades destinado a aumentar a receita tributária do Estado, destacando-se nele a intensificação do combate à sonegação, implementada na forma de "Programas Especiais de Fiscalização", a agilização da cobrança da Dívida Ativa, a revisão dos benefícios fiscais relativos ao ICM, a readequação de prazos de pagamento deste tributo, a reformulação da sistemática de cobrança do IPVA e a ativa participação nos trabalhos que envolviam matéria tributária na Assembléia Nacional Constituinte.

A adoção simultânea dessas medidas, bem como a obtenção de melhores prazos e menores encargos na rolagem da dívida pública e do severo controle dos repasses às instituições que compõem a Administração Indireta, permitem antever que o Estado repetirá o desempenho do ano precedente, encerrando as contas do exercício de 1988 com um superávit da ordem de Cz\$ 78 bilhões no orçamento operacional.

O resultado obtido, revertendo a tendência deficitária verificada ao longo do último decênio, decorreu da estratégia do saneamento das finanças do Estado, estabelecida desde o início da atual gestão, calcada nos seguintes pontos fundamentais:

- Equilíbrio orçamentário, especialmente o operacional;
- Retomada dos investimentos públicos com utilização de recursos próprios;
- Renegociação da dívida pública com alongamento de prazos e redução de encargos;
- Controle e recuperação das empresas estatais.

Para alcançar o equilíbrio orçamentário, o Governo transformou em ação concreta o declarado propósito de não gastar em despesas operacionais nenhum centavo além do que é capaz de arrecadar, buscou novas fontes de receita, eliminou gastos supérfluos e, especialmente, não agravou a posição da dívida pública de curto prazo com a contratação de empréstimos por antecipação de receita, pois os excessivos encargos que esta operação envolve, vinham se constituindo, em passado recente, na causa maior das dificuldades financeiras do Tesouro do Estado.

No campo da receita, cabe realçar o trabalho desenvolvido pela Fiscalização de Tributos Estaduais que lavrou, em 1988, nas 10.317 auditorias realizadas em estabelecimentos industriais, comerciais e produtores, 13.126 Autos de Lançamentos de imposto sonegado, em atraso e multas, totalizando Cz\$ 43,3 bilhões, valor que corresponde a 12% da receita total do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

A cobrança da Dívida Ativa foi também intensificada. A edição da Lei nº 8.524, de 21/01/88, possibilitou a formulação de propostas para liquidação de dívidas via dação de bens imóveis ao Estado, envolvendo um total de crédito correspondente a 2.889.104 OTEs, oportunizando aos contribuintes inadimplentes o resgate de seus débitos. De outro lado, a edição da Lei nº 8.527, de 21/01/88, excluiu a correção monetária referente ao período do Plano Cruzado dos créditos tributários possibilitando sensível incremento na arrecadação da Dívida Ativa do Estado.

Criaram-se Câmaras de Julgamento no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e alteraram-se as penalidades aplicáveis às infrações tributárias com a edição da Lei nº 8.694, de 15 de julho de 1988; imprimiu-se, assim maior celeridade na apreciação dos processos de impugnação do crédito tributário e dificultou-se a interposição de recursos meramente protelatórios, fatores que, certamente, trarão positivos reflexos sobre a arrecadação tributária.

De igual modo, a criação de duas Varas de Execução Fiscal, junto ao Foro de Porto Alegre, deverá acelerar o julgamento dos processos judiciais de cobrança de crédito tributário, incrementando a receita do Estado.

Outro significativo fato ocorrido no exercício, consistiu na modificação adotada na sistemática de recolhimento do ICM relativa ao trigo, há muito pleiteada pelo Rio Grande do Sul junto ao Governo Federal. Conquista marcante da atual Administração, essa medida foi extremamente positiva para a receita tributária, gerando o ingresso efetivo, aos cofres do Estado, de Cz\$ 5,04 bilhões e de Cz\$ 1,26 bilhão para os municípios sul-riograndenses nos meses de abril, maio e junho de 1988. Em dezembro de 1988, este repasse alcançou Cz\$ 8,98 bilhões, cabendo 20% dessa cifra aos municípios.

Ainda no plano da ampliação da receita, o Governo valeu-se do ICM para alcançar tributação mais justa, reduzindo o prazo médio de recolhimento deste tributo nos setores da economia com maior capacidade contributiva. Em contrapartida, contemplou determinadas categorias de contribuintes, já estabelecidos ou que vierem a se estabelecer no Estado, com:

- Prazo de pagamento mais favoráveis para o ramo de gêneros alimentícios;
- Dilação do prazo do ICM para setores da economia em dificuldades conjunturais ou circunstanciais;
- Prazos especiais para pagamento do ICM, como forma de incentivar novos investimentos de relevante interesse público para o Estado.

Ademais, para atender justa aspiração da comunidade de contribuintes e revigorar os princípios tributários da simplicidade e da justiça fiscal, o IPVA também sofreu modificações em 1988. Com efeito, em anos anteriores, o sistema de cobrança deste tributo provocou generalizada insatisfação, tanto pela forma burocratizada de pagamento, quanto pelos elevados valores cobrados pelo Fisco Estadual.

A reformulação teve começo com a própria denominação, que passou de Imposto sobre a Propriedade de Veículos (ISPV), para Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Além dessa providência inicial, outras foram implementadas, destacando-se:

- A simplificação da tabela de cálculo do imposto a pagar, mantida a distinção entre carros movidos a álcool e a gasolina;
- A fixação de base de cálculo do imposto em valores nominais, sem reajustes necessários pela OTE/RS, possibilitando o conhecimento prévio do imposto a pagar;
- A tributação com base na potência do motor foi substituída pela baseada no preço do veículo, que melhor revela a capacidade contributiva do sujeito passivo;
- A isenção do imposto para veículos fabricados há 15 anos ou mais, se nacionais, ou há 25 anos ou mais, se estrangeiros, e para veículos de uso específico de deficientes físicos ou paraplégicos.

Por outro lado, o Governo do Estado dedicou especial atenção à política do gasto público. A realização das despesas de custeio e de investimentos seguiu compromisso previamente assumido e consignado no documento "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul", obedecendo aos princípios da racionalidade, da austeridade, da rigidez e, principalmente, da qualidade do gasto público.

Em função dessa política, desde a assunção desse Governo não houve contratação de funcionários, o número de cargos de confiança foi sensivelmente reduzido, as licitações passaram a ser severamente controladas e muitas revogadas, gastos supérfluos foram sumariamente cortados e uma rigorosa fiscalização foi exercida sobre o repasse de recursos às entidades da Administração Indireta.

Dessa forma, gastando exclusivamente o essencial para a manutenção da administração pública, a Secretaria da Fazenda conseguiu reduzir, no primeiro ano de governo, o prazo médio de pagamento dos fornecedores de bens e serviços ao Estado de 120 para 30 dias, contados a partir da fase da liquidação da despesa. E no exercício de 1988, a conta Fornecedores teve programação quinzenal, isto é as despesas empenhadas e liquidadas numa quinzena foram pagas na quinzena seguinte.

Com isso, a credibilidade do Governo do Estado junto ao meio empresarial foi readquirida, tornando possível reorientar a política de compra, via comparação dos preços das licitações com os vigentes no mercado. Essa diretriz provocou a revogação de 131 licitações, em 1988, representando uma economia de 272.531 OTNs para o Estado.

Ainda no campo da despesa, importa relevar outra prioridade alcançada nesta gestão: a normalização das transferências compulsórias aos municípios. Com efeito, ao assumir o Governo do Estado, a atual Administração deparou-se com atrasos de até 6 meses nos repasses dos resíduos do ICM e das parcelas do ITBI e do IPVA pertencentes aos municípios. Apesar da asfixia financeira então arrostada, a Secretaria da Fazenda desenvolveu enormes esforços para regularizar a situação, atingindo esse objetivo ainda em 1987.

No exercício de 1988, rigorosamente em dia, foram transferidos para os municípios os seguintes valores: ICM — Cz\$ 58,3 bilhões; ITBI — Cz\$ 3,3 bilhões; IPVA — Cz\$ 3,0 bilhões; POEM/PRADEM — Cz\$ 0,5 bilhão; OUTRO — Cz\$ 0,2 bilhão.

Assim, com as finanças do Estado saneadas no primeiro ano de governo, os investimentos públicos nas áreas sociais e de infra-estrutura pareciam estar em condições de plena retomada.

Entretanto, inúmeras medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de zerar o déficit público excluíram os Estados e Municípios das linhas setoriais de financiamento de longo prazo e custos suportáveis, destinados à habitação e ao saneamento básico, inviabilizando, também o financiamento dos investimentos de infra-estrutura.

Presente tais dificuldades, adquiria caráter estratégico o contingenciamento de um mínimo de poupança orçamentária, suficiente para realizar investimentos inadiáveis, passíveis de execução com recursos próprios.

Com efeito, além, da referência à busca incessante do equilíbrio no orçamento operacional, com a exclusão de qualquer acréscimo no endividamento estadual, cabe breve comentário sobre a significativa expansão da poupança orçamentária operacional, geradora de recursos próprios destinados à cobertura dos investimentos sociais e dos encargos mínimos necessários à rolagem da dívida pública.

O quadro a seguir demonstra, de forma inequívoca, a nova realidade das finanças públicas e o papel relevante do Governo do Estado, que deixa de ser um "peso morto" na economia e passa à condição de agente dinâmico, indutor de desenvolvimento econômico. Os indicadores apresentados demonstram com fidelidade as alterações de rumo imprimidas à execução orçamentária e à própria ação governamental.

ANO	Poupança Operacional (%)	Investimentos com Recursos Próprios (%)	Reserva p/Cobertura do Serviço da Dívida (%)
1983	2,2	2,2	— 22,2
1984	2,5	2,5	— 20,3
1985	5,4	5,4	— 12,0
1986	5,1	5,1	— 8,9
1987	19,0	18,6	0,4
1988*	18,0	13,3	4,7
1989**	21,4	17,2	4,2

OBS.: Percentuais calculados em relação à receita própria líquida.

Poupança Operacional — receita própria líquida menos despesa operacional, exceto investimentos.

* Orçamento reestimado para 1988.

** Proposta Orçamentária para 1989.

Como se pode constatar, considerado o período dos últimos cinco anos encerrados (1983/1987) e dos dois exercícios projetados (1988/1989), torna-se palpável a reversão, materializada já em 1987, da tendência ao agravamento da dívida pública estadual.

Observa-se, a partir de então, um singular incremento na poupança operacional, com a retomada dos investimentos públicos fundada em substancial parcela de receitas próprias.

Ademais, foi eliminado o processo de endividamento com recursos de curto prazo, embora o Governo possa e deva recorrer a linhas setoriais de crédito adequadas, quanto a prazo e encargos, para o custeio dos investimentos de grande envergadura, quando tais financiamentos se tornarem disponíveis.

Por decorrência da estratégia adotada, foi possível iniciar, em 1987, a realização de investimentos em infra-estrutura, concentrando-se a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, para o saneamento de empresas e/ou pagamento de fornecedores de equipamentos, obras e serviços, então pendentes de regularização.

Em 1988, intensificou-se o processo de investimentos, destinando-se Cz\$ 64 bilhões para obras rodoviárias, energia elétrica, telecomunicações, mineração e, fundamentalmente, para a recuperação da rede escolar, hospitais, presídios e obras do saneamento básico.

Para explicar o nível de investimentos alcançado neste exercício com recursos próprios, torna-se necessária uma breve incursão aos primeiros dias do Governo, lembrando a situação então vigente no plano da dívida pública estadual; o passivo do Grupo Econômico Estatal era, naquela ocasião, Cz\$ 110 bilhões, com 55% desse valor já vencido ou por vencer próprio exercício de 1987.

A situação generalizada de inadimplência inviabilizava qualquer pretensão do Estado na busca de linhas de crédito subsidiadas junto ao BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Como primeira iniciativa para solucionar o problema, foi realizada a renegociação dos compromissos vencidos e vincendos a curto prazo, com a alteração do perfil da dívida estadual de curto para médio e longo prazos.

Por outro lado, os créditos do BANRISUL junto ao erário estadual foram repassados para o Banco do Brasil, todas as operações de antecipação de receitas herdadas da administração anterior foram saldadas, ao mesmo tempo em que eram suspensas novas contratações de empréstimos de curto prazo.

Além disso, obteve-se autorização do Congresso Nacional para a rolagem dos títulos a vencer em 1987, via nova emissão de OTEs. Nessa rolagem da dívida global, envolvendo não só a renegociação com bancos oficiais, como também com instituições financeiras privadas, foram alcançados os primeiros resultados positivos, que deram margem, inclusive, a substancial redução das taxas médias de juros. Assim, através de ampla renegociação, a dívida pública do Estado vem sendo paulatinamente rolada, com prazos alongados e custos reduzidos.

Com a adoção dessa estratégia para administrar a dívida pública tornou-se possível obter muitas vantagens, salientando-se dentre elas a eliminação da pressão sobre o erário, resultante do excesso de endividamento a curto prazo, a redução dos encargos que nela incidiam e, especialmente, o desafogo do Sistema Financeiro Estadual.

De fato, com o saneamento das finanças, o BANRISUL deixou de ser um mero instrumento creditício do Tesouro do Estado, passando a gozar de plena autonomia como banco comercial e podendo assumir uma política capaz de torná-lo efetivo agente financeiro do desenvolvimento regional.

Outra alternativa utilizada intensivamente pelo Governo do Estado, em 1988, foi a de concentrar seus recursos no Fundo de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública, uma conta da Secretaria da Fazenda operada pela Distribuidora de Títulos de Valores do Estado do Rio Grande do Sul. Para esse Fundo foram drenadas todas as disponibilidades do Tesouro e das empresas estatais.

Essa prática garantiu a proteção dos recursos arrecadados, até sua destinação, dos perniciosos efeitos da corrosão inflacionária, que chegou a alcançar 1% ao dia em certos meses do ano. Assim, o Fundo de Liquidez passou a ser o receptor de eventuais sobras diárias de arrecadação e financiador das necessidades de caixa do Governo do Estado, racionalizando o fluxo e regulando as diferentes curvas relativas a períodos de ingressos e períodos de desembolsos mensais.

As ações desenvolvidas pelo Governo, entretanto, não se fixaram exclusivamente na Administração Direta e no saneamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. Pelo contrário, agindo com a convicção de que é possível integrar todas as entidades da Administração Indireta na mesma filosofia de governo e numa só política econômico-financeira, coordenando suas atividades com o objetivo de romper a desarticulação, o descontrole e as postulações corporativas, a atual Administração alcançou importantes êxitos nessa área.

A situação de extrema dificuldade financeira que o Governo constatou no âmbito da Administração Indireta, ao início desta gestão, vem sendo gradativamente revertida. A mudança desse quadro exigiu a criação, na Secretaria da Fazenda, de um sistema gerencial de acompanhamento e controle do número de funcionários, fluxo de caixa, investimentos, endividamento, custeio e política salarial de cada uma e de todo o conjunto destas entidades.

Deve ser referido, por fim, o esforço do Governo no sentido de implementar a reestruturação de algumas empresas, objetivando imprimir maior racionalidade à Administração Indireta e limitar o número de entidades às que forem absolutamente essenciais e prioritárias. Nesse sentido várias medidas foram tomadas, tais como:

- O Serviço de Classificação de Produtos Vegetais (CLAVESUL) foi absorvido pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sendo o primeiro órgão extinto;
- A Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA) de São José do Norte, está sendo transferida para uma cooperativa de produtores de cebola da região;
- A Açúcar Gaúcho (AGASA), igualmente, encontra-se em fase de ser transferida para uma cooperativa de produtores de Santo Antonio da Patrulha;
- A Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimento S.A. (FENUVA) terá seu controle acionário alienado para o município de Caxias do Sul;
- A Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL) está sendo objeto de transferência, passando seu controle acionário às prefeituras da região vitivinícola do Estado;
- A Armazéns Gerais e Entrepostos Aduaneiros de Uruguaiana S.A. (AGEUSA) encontra-se em processo de liquidação;
- A Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) reassumiu sua identidade histórica, com a função primordial de fomentar a produção leiteira e regular o abastecimento de leite e derivados. Para alcançar esse objetivo, as subsidiárias de Erexim, Santa Maria, Vacaria e São Gabriel foram transformadas em filiais. Além disso, foram desativadas as usinas de Bento Gonçalves, Taquara e efetuada a fusão dos postos de Tapes e Camaquã;

- O Banrisul Processamento de Dados LTDA. (PROCESSUL) está incorporado ao BANRISUL;
- A Banrisul Armazéns Gerais S.A. (BAGERGS), encontra-se em fase de incorporação à Companhia de Silos e Armazéns. (CESA)

Valendo-se das diretrizes expostas para alcançar suas prioridades no campo das finanças públicas a atual Administração está consciente de que o esforço despendido nos dois primeiros anos de atividade foi amplamente recompensado, especialmente porque o setor produtivo estatal alcançou elevado nível de auto-suficiência operacional, recuperou plenamente a capacidade de investir com recursos próprios e contribuiu ativamente para o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

2.14 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.14.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)

O ano de 1988 pode ser encarado como o período de consolidação do processo de saneamento financeiro do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Após enfrentar profunda crise econômico-financeira nos primeiros anos desta década, cujos reflexos negativos em termos de imagem institucional estenderam-se por longo tempo, o BANRISUL iniciou, em 1987, trajetória de recuperação em todos os níveis de suas operações, apresentando atualmente uma sólida situação patrimonial e de resultados.

Foi adotada como prioridade administrativa a desconcentração das operações ativas com o Setor Público, o que tem permitido alocar recursos de forma crescente ao financiamento da atividade produtiva privada. Foi readquirida, assim, a credibilidade do Banco como instrumento de crédito oficial do Estado, reassumindo este o papel histórico de agente do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

A política operacional adotada pelo BANRISUL voltou-se basicamente para três pontos: o redirecionamento do crédito do Setor Público para o Setor Privado; a intermediação da dívida mobiliária; a integração operacional do Sistema BANRISUL.

Com relação ao primeiro ponto, e em consonância com a prioridade de liberar o BANRISUL do financiamento da dívida do Estado foi obtida, no final de 1987, autorização para transferência dos débitos do Tesouro Nacional para o Banco do Brasil, com base em voto do Conselho Monetário Nacional e aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

Em 30.12.87 o Banco do Brasil assumiu Cz\$ 12,4 bilhões de créditos do BANRISUL junto ao Estado, pagos em seis parcelas mensais, a partir de março de 1988, sendo a última parcela recebida no mês de agosto.

O êxito na transferência da dívida estadual permitiu ao BANRISUL implementar sua estratégia de crescimento voltado ao financiamento do Setor Privado, em decorrência do que os empréstimos concedidos ao mesmo experimentaram significativo crescimento, tanto nominal como real.

O crédito foi direcionado principalmente às atividades ligadas ao mercado externo e à agropecuária, onde se concentraram as maiores demandas.

Com relação à intermediação da dívida mobiliária, o BANRISUL desenvolveu esforço no sentido de aumentar a captação no Mercado Aberto, ao mesmo tempo em que passou a atuar agressivamente na administração dos fundos de Curto Prazo e Renda Fixa.

Acompanhou, assim, através desse tipo de ação, as tendências do mercado, que impuseram ao Sistema Financeiro a tarefa de intermediar o financiamento da dívida pública mobiliária, tendo como resultados, incrementos consideráveis, tanto na Carteira de Mercado Aberto, como na captação dos fundos de Renda Fixa e de Curto Prazo.

Como parte de sua política operacional, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua administração, estabeleceu ainda como objetivo, a integração das empresas que compõem o Sistema Financeiro BANRISUL.

Nesse sentido, procedeu à instituição do Caixa Único, e à Unificação das mesas de captação e das áreas de aplicação do Banco, da Corretora e da Financeira, integrando, operacional e financeiramente, todas as instituições. Além disso, o BANRISUL vem também trabalhando na integração dos quadros de pessoal, através da incorporação dos funcionários das subsidiárias aos quadros do Banco. Todas essas mudanças objetivaram a racionalização operacional, o aumento da produtividade e a implantação do "Banco Múltiplo".

Nos aspectos vinculados à política de modernização do BANRISUL, destacam-se as ações voltadas para a expansão e reforma de agências, bem como para as áreas de informática e automação.

Para atender às necessidades de modernização e expansão das agências e de mantê-las em nível adequado ao crescimento dos serviços foram destinados, dentro do programa de investimentos para 1988, cerca de 1,2 milhão de OTNs para essa finalidade.

Estão sendo realizadas reformas em quarenta agências, muitas em fase de conclusão, além da implantação de cinco centralizadoras de dados, e igual número de Centrais de Serviços de Agências.

O edifício-sede da Direção-Geral está recebendo reformas para melhorar as instalações de diversos departamentos e da BANRISUL Processamento de Dados. Foram, ainda, substituídas as Centrais Telefônicas de vinte e duas agências.

Para a área de Informática e Automação de agências, foram dotados recursos no montante de 1,1 milhão de OTNs. Os investimentos realizados no Centro de Processamento de Dados de Porto Alegre visam a ampliar sua capacidade de processamento e armazenamento de dados e impressão de relatórios. Foram instalados um computador IBM 4381-MG 24, com dois processadores de 64MB de memória central, oito unidades de fitas IBM 3480, e duas impressoras eletrônicas Xerox 3790.

Nos órgãos da Direção-Geral foram instalados, para uso dos funcionários, quinze impressoras, setenta terminais de consulta e vinte microcomputadores.

A automação para consulta direta de clientes a conta corrente foi aumentada pela instalação de trinta e quatro terminais de cliente (TC's) em mais vinte e quatro agências totalizando 148 agências dotadas desse serviço.

Foram ampliadas, ainda, as Centrais de Resposta Audível dos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, e instaladas Centrais semelhantes em Santo Ângelo e Passo Fundo, além da implantação da Central de Acesso aos computadores do BANRISUL diretamente pelos microcomputadores de clientes.

A automação de agências ganhou novo impulso com a instalação de microcomputadores nas agências de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande e Curitiba.

Também na área de Comunicação foram investidos recursos para aumentar a capacidade de transmissão e recepção de dados.

A política mercadológica adotada pelo BANRISUL objetivou adequar o Banco às condições mais competitivas do mercado, em todos os níveis de atuação, recebendo atenção especial nesse sentido os aspectos relacionados aos pontos de venda (rede de agências), à administração regionalizada dos mercados, e à política de produtos e serviços do Banco.

No que respeita à rede de agências contava o BANRISUL, em dezembro de 1987, com 295 agências em operação, incluindo a de Nova York. No corrente ano foi concedida autorização para a instalação de agências pioneiras nos novos municípios de Pantano Grande e Nova Hartz, bem como para o remanejamento da agência de Manaus (Amazonas) para Porto Alegre, na Rua da Praia.

Até junho último, a rede BANRISUL contava com 297 agência.

Com a criação de novas Regiões Operativas no início de 1988, redimensionando territorialmente as Regiões Operativas no Estado do Rio Grande do Sul, objetivou-se basicamente:

- Obter maior racionalidade nos roteiros a serem percorridos pelos titulares das Regiões Operativas, tendo como escopo a agilização gerencial e economia de tempo e gastos com transporte;
- Agregar, na mesma Região Operativa, agências possuidoras de aspectos sócio-econômicos semelhantes;
- Ampliar a ação gerencial dos titulares das Regiões Operativas, visando à maior competitividade na área mercadológica.

Com as modificações introduzidas pela criação de três novas regionais, o sistema passou a contar com vinte e uma Regiões Operativas, dezoito das quais no Rio Grande do Sul.

Com relação a produtos e serviços oferecidos, e objetivando manter o Banco alinhado com a evolução dos produtos e serviços bancários, bem como aumentar o leque de opções propiciadas aos clientes, foram desenvolvidos estudos para a implantação de diversos produtos, com destaque para o convênio com o AMERICAN EXPRESS CARD, que marcou a entrada do BANRISUL no segmento de cartões de crédito.

Foi implantada a SUPER CONTA, sistema altamente seletivo de crédito em conta corrente, exclusivamente para pessoas físicas, com o objetivo de atrair e/ou fixar clientes de alto poder aquisitivo.

O lançamento da CONTA REMUNERADA BANRISUL dotou o Banco de um instrumento mercadológico largamente difundido na concorrência. Por ele são remunerados, principalmente, os recursos financeiros dos pequenos poupadores pessoas físicas, constituindo-se em poderoso instrumento de captação e fixação de clientes.

Passou também o BANRISUL a atuar, já no primeiro semestre, no mercado de ouro, através da criação e lançamento do MERCADO OURO BANRISUL, cujo objetivo foi propiciar aos clientes pessoas físicas e jurídicas mais uma opção de investimento.

Foi colocada, ainda, à disposição das empresas de médio e grande porte e pessoas físicas, o BANMICRO, sistema de acesso às informações dos clientes, diretamente da empresa ou residência, através de linhas telefônicas entre microcomputadores e o Centro de Processamento de Dados do Banco. Desse modo, poderão ser acessados os sistemas de Conta Corrente, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Ações BANRISUL e Carteira de Letras.

Cumprindo sua função social, o BANRISUL presta apoio financeiro e promocional a congressos, feiras, exposições, etc., promovidos no Estado, quer pela iniciativa do Poder Público ou do Setor Privado. Dentre os eventos que contam com a sua participação, destacam-se a Exposição Internacional de Animais (EXPOINTER, onde toda a Campanha promocional cabe ao BANRISUL). Participa ainda o Banco da feira assistencial ARCA, Campanha do Agasalho e Operação Golfinho da Brigada Militar.

Também as festas populares, rodeios e festivais de música de maior expressão contam com a presença e o apoio do BANRISUL, assim como as atividades de lazer e até atividades escolares.

Na área de Recursos Humanos foram realizadas inovações relevantes para a Instituição. A política adotada nesse sentido encaminhou-se para o estímulo ao corpo funcional e ao melhoramento das condições de trabalho, visando, em última instância, a obter os ganhos de produtividade necessários.

Finalmente, é de destacar o papel desempenhado pelo BANRISUL — como agente financeiro oficial do Estado — no suporte à implantação de programas do Governo Estadual, e através de sua participação em diversos conselhos de desenvolvimento específicos.

Neste sentido, o Banco participa como membro do Conselho do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM), através de seu Diretor-Presidente, e mantém profissionais de seus quadros atuando nos Grupos de Análises Técnicas (GATE), na avaliação técnica de projetos.

Indiretamente, o BANRISUL colabora com o FUNDOPEM através da orientação aos empresários quanto aos procedimentos necessários ao encaminhamento de projetos de implantação/expansão industrial para obtenção dos benefícios do Fundo.

O BANRISUL concede apoio financeiro ao Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC), de acordo com a Ordem de Serviço n.º 20/87.91, de 10.10.87.

Utilizando os incentivos fiscais previstos pela Lei n.º 7.505/86 (Lei Sarney), concedidos aos investimentos realizados na atividade cultural, foram destinados recursos da ordem de Cz\$ 120 milhões a vários projetos culturais geridos pelo CODEC, com destaque para a construção da “Casa de Cultura Mário Quintana”.

Na área da Educação, foram destinados recursos equivalentes a 200 bolsas de estudo no valor de 80 OTNs cada uma, dentro do “Programa Extraordinário de Formação de Jovens Pesquisadores”, instituído pelo Governo do Estado através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Este Programa visa a incentivar projetos relevantes de investigação científica nos mais diversos campos do co-

nhecimento, por meio da distribuição anual de 500 bolsas de iniciação científica a jovens estudantes.

Foram ainda distribuídos 500 mil cadernos escolares alusivos ao transcurso dos sessenta anos do BANRISUL, comemorados em setembro do corrente.

2.14.2 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL (CEE/RS)

A Caixa Econômica Estadual entra em seu 28º ano de atuação no mercado financeiro, ostentando a invejável posição de detentora de 2.024.458 contas ativas, significando que um em cada quatro gaúchos opta pela Autarquia Estatal de crédito, para a guarda e aplicação de sua poupança.

Com 165 unidades operacionais, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário, a Caixa totaliza depósitos de Cz\$ 251,2 bilhões (novembro/88) contra Cz\$ 34,8 bilhões em dezembro de 1987.

Procurando ampliar o leque de opções a seus clientes, a Instituição criou um novo produto mercadológico, em setembro passado — a conta corrente remunerada —, cujo saldo atingiu, em novembro do corrente, o montante de Cz\$ 9,25 bilhões.

Esse novo produto mercadológico, que possibilitou evitar uma evasão significativa do volume de depósitos à vista, trouxe também ganhos à Instituição e foi muito bem acolhido pelos clientes, que passaram a contar com uma excelente alternativa para aplicação de suas economias.

A Carteira de Depósitos de Correção Monetária, em novembro de 1988 atingiu a expressiva cifra de Cz\$ 246,6 bilhões contra Cz\$ 32,09 bilhões em dezembro de 1987.

A Carteira de Depósitos com Correção Monetária (Depósitos de Poupança Livre + Depósitos a Prazo Fixo), apresentou um crescimento real de 6,48% (novembro/88) em relação à posição de dezembro de 1987.

No que tange à busca incessante do aumento na participação do Mercado, no período dezembro/87-novembro/88 a Autarquia obteve 57.738 contas novas.

O saldo do número de contas correntes ativas, no período aludido acima, teve um crescimento de 14,04%, porquanto, o saldo de novembro de 1988 é de 2.024.458 contas, contra 1.775.174, em dezembro de 1987.

O saldo da Carteira de Depósitos à Vista (Populares + S. Limite + Judiciais + Conta Remunerada), em novembro de 1988 apresenta um somatório no valor de Cz\$ 11,5 bilhões contra os Cz\$ 2,3 bilhões de dezembro de 1987, apresentando um crescimento nominal de 400%, que somado aos valores captados no "OVER", no montante de Cz\$ 12,1 bilhões, traduziria um crescimento nominal de 754%, e real de 18%.

O saldo da Carteira de Depósitos do Governo, em novembro de 1988, totaliza o valor de Cz\$ 2,2 bilhões contra os Cz\$ 400 milhões de dezembro de 1987 apresentando um crescimento nominal de 450%.

O saldo da Carteira Geral de Empréstimos, de dezembro de 1987 a novembro de 1988, elevou-se de Cz\$ 24,27 bilhões para Cz\$ 179,91 bilhões.

O saldo das aplicações pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), de dezembro de 1987 a novembro de 1988, elevou-se de Cz\$ 22,37 bilhões para Cz\$ 170,74 bilhões.

Os empréstimos pessoais, no mesmo período, passaram de Cz\$ 1,35 bilhão para Cz\$ 6,60 bilhões.

A Autarquia, como área de apoio ao Governo Estadual no aspecto social, concedeu até novembro de 1988, 3.640 financiamentos a pequenos e médios produtores rurais, e o saldo da carteira elevou-se de Cz\$ 540 milhões para Cz\$ 2,55 bilhões.

Ainda como elemento de apoio ao Governo Estadual no aspecto social, a Autarquia, até novembro de 1988, concedeu quarenta e sete empréstimos de infra-estrutura aos municípios gaúchos através de seus representantes. O saldo da carteira de Governos, no período de dezembro de 1987 a novembro de 1988, elevou-se de Cz\$ 2,91 milhões, para Cz\$ 7,87 milhões.

O saldo das aplicações de Adiantamento a Depositantes, que em dezembro de 1987 era de Cz\$ 184,06 milhões, em novembro de 1988 é de Cz\$ 98,60 milhões.

O saldo do Crédito em Liquidação, no período de dezembro de 1987 a novembro de 1988, apresentou um decréscimo real de 31,78%, porquanto, o saldo que em dezembro de 1987 era de Cz\$ 713,8 milhões, em dezembro de 1988, passou para Cz\$ 3,51 bilhões.

No que concerne à evolução da despesa de Pessoal, no período compreendido entre dezembro/87-novembro/88 a Autarquia teve um dispêndio de Cz\$ 5,4 bilhões, para os seus 4.950 funcionários (número médio de funcionários utilizados no período).

A folha de pagamento no período dezembro/87-novembro/88 apresentou um crescimento nominal de 593,8% para uma inflação (IPC-IBGE) de 702,6%; portanto, houve um crescimento real negativo de 13,56%, já que o valor em dezembro de 1987, que era de Cz\$ 140 milhões, em novembro de 1988 passou para Cz\$ 1,0 bilhão.

O quadro de funcionários no período dezembro/87-novembro/88 sofreu uma diminuição de setenta e seis funcionários, motivada por aposentadorias e desligamentos do quadro funcional — de 5.006 em dezembro de 1987, passou para 4.930, e se forem deduzidos os 321 já inativos, identifica-se uma força de trabalho de 4.609 funcionários em novembro de 1988.

No que se refere à admissão de pessoal, a superior Administração da Autarquia, obedecendo à política de austeridade proposta pelo Governo do Estado, somente admitiu até novembro de 1988, 489 estagiários.

No exercício de 1988, a fim de debelar dificuldades financeiras de seus funcionários, a Superior Administração, com a aquiescência do Secretário da Fazenda concedeu a 4.838 funcionários o Auxílio Rancho a partir de 15 de outubro de 1988, cujo valor inicial foi de Cz\$ 25 mil, corrigidos mensalmente pelo IPC-IBGE.

No que tange a treinamento de pessoal, o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal (CETAP) realizou quarenta e nove eventos, com uma carga horária total de 1.738 horas de aprendizado, dos quais participaram 1.182 funcionários.

O comportamento das Receitas e Despesas no primeiro semestre de 1988 atingiu, respectivamente, Cz\$ 80,28 bilhões e Cz\$ 79,53 bilhões.

No segundo semestre (novembro/88), o comportamento das Receitas e Despesas atingiu respectivamente, Cz\$ 258,92 bilhões e Cz\$ 254,58 bilhões, proporcionando um resultado positivo (até novembro de 1988) de Cz\$ 4,34 bilhões.

No que tange à abertura de agências, no exercício de 1988, dentro das metas propostas a Instituição inaugurou a Agência de Gravataí e a Loja de Poupança volta do Guerino.

Uma das metas da atual Diretoria foi procurar junto ao Governo do Estado, capitalizar a Autarquia, revertendo um quadro que mostra que no período compreendido entre 1960 e 1987, do aporte total de recursos financeiros aos integrantes do Sistema, a Instituição recebeu apenas 1,25%, representado por 138.677,12 OTN's.

A relação permanente/patrimônio líquido evidencia a necessidade de capitalização para um melhor desempenho das atividades operacionais da Instituição, na ordem de Cz\$ 15 bilhões.

O patrimônio líquido, que em dezembro de 1987 era de Cz\$ 500 milhões, em junho de 1988 foi de Cz\$ 960 milhões, e em novembro de 1988 é de Cz\$ 1,35 bilhão.

O permanente, que em dezembro de 1987 era de Cz\$ 2,5 bilhões, em junho de 1988 foi de Cz\$ 6,2 bilhões, e em novembro de 1988 é de Cz\$ 13,28 bilhões.

Objetivando servir a seus mais legítimos anseios, não falhou a Instituição à sua mais cara e relevante vocação; a de renovar a cada instante o compromisso com o desenvolvimento econômico e o bem-estar social da coletividade gaúcha, colocando à disposição do povo rio-grandense os seus 4.930 funcionários e suas 165 agências e postos de serviços.

No exercício de 1988 (até novembro), no que tange à "Prestação de Serviços", a Instituição atendeu a um número médio mensal de 1.729.242 clientes, para 19.021.658 operações de Tesouraria.

No exercício de 1988 (até novembro) as operações de depósitos e retiradas atingiram o expressivo número de 81.825.581, resultando uma média mensal de 7.438.689 autenticações.

Igualmente a Autarquia efetuou o recebimento de 1.514.170 guias de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), neste particular, cooperando com o Governo Estadual na arrecadação da Receita, e com a parte (cliente e não cliente) com a prestação de serviço gratuito.

Outrossim, na linha de prestação de serviço gratuito e cooperando com o Governo Estadual a Autarquia, através de sua rede de agências, efetuou a cobrança de tarifas das co-irmãs estaduais, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) e Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), totalizando 1.062.160 contas.

Nesse mesmo exercício, até novembro, além da prestação de serviço gratuito, com o pagamento de 1.817.200 contracheques das Folhas de Pagamentos do Tesouro do Estado, a Autarquia cooperou financeiramente, possibilitando que se compatibilizassem as datas do calendário financeiro com as do efetivo pagamento ao funcionalismo.

Na prestação de serviços ao Setor Privado, às entidades civis beneficentes, filantrópicas, clubes e sociedades esportivas, e pessoas jurídicas de direito privado, cujo volume

atingiu a expressiva cifra de 8.943.000 operações de tesouraria, caracterizou-se o cunho social da Instituição, pois mesmo não sendo gratuitas, as tarifas tabeladas pelo Banco Central foram inexpressivas.

Na busca da valorização de seu serviço, observa-se que a Instituição tem se valido da Informática como ferramenta de "marketing", e desde a implantação do "Plano Diretor", em 1983, tem procurado evoluir, quer na expansão da rede de terminais para emissão de extratos instantâneos, quer na automação de agências, num nível tecnológico que se equipara aos mais avançados do Brasil.

Após a implantação do "Sistema Caixa Eletrônica Estadual", que consiste na automação e interligação de agências automatizadas, permitindo ao cliente operar em qualquer uma delas, através de cartão magnético, desenvolvem-se estudos na área de O&M para expansão do Sistema, durante o exercício de 1989, também para o Interior do Estado.

2.14.3 — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (DIVERGS)

A DIVERGS integra o Sistema Financeiro Estadual, tendo como funções específicas: promover a colocação dos papéis da dívida pública estadual no mercado financeiro; regular as taxas de deságio praticadas nos leilões de títulos emitidos pelo Estado do Rio Grande do Sul; assegurar liquidez aos referidos títulos, reduzindo tanto quanto possível os custos de financiamento da dívida mobiliária.

Para bem exercer tais funções e considerando a possibilidade de vir a ser adotado, no âmbito da política monetária do Governo Federal, um estreitamento de liquidez, a DIVERGS tem buscado a redução dos riscos mediante o incessante emprego de estratégias de desconcentração seletiva, seja no tocante aos clientes da Empresa, seja no relativo às operações executadas.

Ainda sob o aspecto operacional, deve ser destacada a celebração de importante convênio com a Caixa Econômica Estadual, que passou a proceder como agente captadora nas aplicações de curto prazo ("overnight"), canalizando os recursos assim obtidos para a DIVERGS, que lastreia as transações com títulos estaduais (OTE's).

Sob a égide do mesmo convênio, aquela autarquia creditícia lançou as contas remuneradas igualmente repassando os recursos assim captados para a DIVERGS; nesse caso, o lastro utilizado constituiu-se de títulos de renda fixa (CDBs), emitidos pelas instituições financeiras estaduais e carregados pela Empresa.

Tais políticas e estratégias implementadas pela atual Administração, caracterizam a coerência dos procedimentos operacionais adotados em 1988, tanto em termos da economia nacional (visando à redução dos sérios riscos de liquidez monetária), como ao nível específico dos negócios da Empresa (traduzido no acordo firmado com a Caixa Econômica Estadual), tudo com reflexos altamente benéficos para a posição da DIVERGS no mercado financeiro.

Importa salientar que o montante de OTE's carregado pela Instituição cresceu, em termos reais, durante o exercício de 1988, à taxa de 3%, elevando-se de 112 para 115 milhões de módulos, em cifras aproximadas.

Tal acréscimo demonstra o empenho do Governo do Estado no saneamento das finanças públicas, com evolução positiva no perfil da dívida. Para tanto muito contribui a maior integração das programações financeiras da Secretaria da Fazenda e da DIVERGS, viabilizando aporte adicional de recursos disponíveis e dando lugar à execução de uma política de correção de rentabilidade dos papéis (OTE's). Nessas condições, passou a DIVERGS a atuar na plenitude de seus meios, como ativo coadjuvante no processo de saneamento financeiro do Estado.

Com o ajuste do fluxo mantido com a Fazenda Pública, cai o custo das OTE's em carteira, sem prejuízo dos resultados auferidos pelos cofres estaduais.

Noutra ordem de consideração, cabe relatar que foram introduzidas diversas modificações na estrutura organizacional da Empresa, com destaque para a extinção do Departamento Financeiro e das unidades que o formavam, atribuindo-se nova e ampliada configuração ao Departamento Administrativo.

Cabe referir, por importante, que durante o exercício de 1988 foi criado o Departamento de Controle Operacional, inteiramente voltado para a execução de tarefas fundamentais da Empresa, quais sejam: o controle permanente das taxas praticadas e do preço unitário dos papéis; o acompanhamento assíduo da distribuição de lastros das operações em relação ao estoque disponível; a realização de controles de custódia; o contínuo envolvimento com atividades da Mesa de Operações, sendo de iniciativa do Departamento recém instituído propor medidas destinadas à otimização do desempenho operacional da DIVERGS.

O Departamento de Processamento de Dados foi substituído pelo novo Departamento de Sistemas e Métodos, cujas unidades respondem pelas áreas de análise de sistemas, O&M e produção.

Na linha desses ajustes, criou-se comissão incumbida de efetivar estudos para a implantação, em curto prazo, de sistemática de avaliação e desempenho, visando à valorização do quadro de pessoal da Empresa.

Instituiu-se programa permanente de treinamento de recursos humanos mediante a realização de cursos específicos adotados para as diferentes áreas da organização; e, no setor administrativo implantou-se, no marco da racionalização das atividades da DIVERGS, um sistema de microfilmagem, com sensível redução de custos no processo de informações devidas aos clientes.

Realizaram-se em 1988 dois seminários no âmbito da Entidade: o primeiro, envolvendo os Gerentes, teve como objetivo específico a identificação de novas funções por departamento e/ou o aperfeiçoamento das funções já executadas; e o segundo, com a assistência técnica da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), teve por alvo promover a integração da Empresa mediante a troca de informações e experiências entre as chefias e os assessores, sendo suscitados problemas e apresentadas soluções alternativas para subsidiar a reestruturação organizacional da Instituição.

Alguns avanços significativos foram obtidos na área da Informática, com a incorporação de novas técnicas ("softwares" aplicativos), o que se tornou possível graças ao aperfeiçoamento verificado em termos de "hardware", resultante da aquisição de microcomputadores e de equipamento de última geração modelo ED-690.

De outra parte, o Departamento Técnico foi reforçado, tanto sob o aspecto material, com o deslocamento de microcomputador para sua área de atuação, como no tocante aos recursos humanos, com o remanejamento de pessoal especializado.

2.14.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BADESUL)

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BADESUL) tem por missão apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento das atividades econômicas e sociais no Rio Grande do Sul, com ênfase em ações criativas e inovadoras, que o identifique como a principal instituição de fomento no Estado.

Dentro de sua Política de Operações e de Planejamento, destacam-se as seguintes linhas de atuação:

- Micro, Pequenas e Médias Empresas: linha tradicional de ação do Banco, essencialmente identificada com as próprias características da estrutura empresarial gaúcha;
- Desenvolvimento Tecnológico: resulta da importância que o Governo do Estado e o BADESUL atribuem à tecnologia, como condição básica para o desenvolvimento industrial e para a inserção competitiva dos produtos gaúchos nos mercados nacional e internacional;
- Desenvolvimento industrial: envolve o compromisso e a expansão do Setor Secundário instalado no Rio Grande do Sul, tendo em vista a geração de emprego e renda na economia urbana, o aproveitamento de insumos locais e a elevação do valor agregado da economia gaúcha;
- Interiorização: compreende a identificação de projetos e oportunidades que induziriam à execução de investimentos localizados fora da Região Metropolitana de Porto Alegre, principalmente em pólos industriais no Interior do Estado e em regiões econômica e socialmente deprimidas;
- Desenvolvimento Rural: envolve o apoio a empreendimentos agropecuários concebidos sob visão empresarial e de longo prazo da atividade rural, apoio ao pequeno produtor, visando a melhorar a sua produtividade e as suas condições econômicas, ao lado do crédito para a própria implantação de novos pequenos agricultores, assentados sob a égide da política da reforma agrária;
- Desenvolvimento Social: busca a viabilização de fluxo de recursos financeiros federais para a execução de investimentos sociais no Rio Grande do Sul.

A Política Administrativa e Financeira do BADESUL visa, basicamente: ao equilíbrio financeiro do Banco, de forma a manter a sua solidez, com o objetivo de preservar a confiança da comunidade e do mercado na Instituição que, antes mesmo de sua missão de desenvolvimento, jamais poderá esquecer a sua condição de banco; à maximização da eficiência administrativa e de gestão, através do uso do planejamento estratégico como instrumento gerencial e da informatização gradual e contínua das atividades-meio e atividades-fim.

Com relação ao desempenho operacional do BADESUL em 1988, são de destacar as ações descritas a seguir.

Foram contratados pelo Banco 7,2 milhões de OTNs, equivalentes a Cz\$ 34,5 bilhões, a preços de dezembro, distribuídos entre mais de duas mil operações. Este valor contratado significou um crescimento real de 3%, em relação ao valor dos projetos financiados em 1987.

As principais fontes de recursos foram os repasses provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), seguindo-se a Caixa Econômica Federal (CEF), observando-se que a soma destas fontes significou 93,2% do valor total dos créditos contratados pela Instituição.

O Setor Secundário participou com aproximadamente 57% do valor total contratado em 1988, cabendo 28% ao Terciário, e 15% ao Primário.

No Setor Secundário destacaram-se as operações referentes à indústria de produtos alimentares, à indústria mecânica, à indústria química, e à indústria de calçados. No Setor Primário, destacou-se a agricultura, enquanto no Setor Terciário destacou-se o setor hoteleiro.

A microrregião de Porto Alegre recebeu 28% do total de recursos contratados, enquanto o Interior do Estado recebeu os restantes 72%, destacando-se a participação das microrregiões de Santa Rosa, Encosta da Serra, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul e Missões.

O BADESUL caracteriza-se por duas amplas forças de atuação operacional: a primeira, através do apoio à demanda espontânea de empresas com projetos de investimentos, principalmente pequenas e médias; a segunda, consistindo na identificação, e mesmo na indução sistematizada de novos investimentos, através de atividades programadas e de estudos setoriais.

No período de 1987/88, o BADESUL operou a implantação dos seguintes programas:

- Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), que apóia a execução de projetos de aproveitamento econômico das áreas de assentamento agrário no Rio Grande do Sul, tendo iniciado em 1987, quando foram beneficiados 1.076 pequenos agricultores recém-assentados, no valor de 315.260 OTNs; em 1988, até novembro, foram beneficiados 774 agricultores, num montante de 407.500 OTNs;
- Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul, que visa a oferecer crédito favorecido a pequenos produtores rurais, concedido de forma articulada com cooperativas, objetivando financiar a execução de investimentos na melhoria da propriedade e da sua produtividade. Este Programa teve início em 1988, atendendo aos seguintes municípios: Crissiumal, através da Cooperativa Cotrimaio, beneficiando 200 produtores, no valor de 67.611 OTNs; Campo Novo, através da Cooperativa Cotricampo, beneficiando 100 produtores, no valor de 38.235 OTNs; Frederico Westphalen, através da Cooperativa Cotrifred, beneficiando noventa produtores no valor de 47.117 OTNs; Sobradinho, através da Cooperativa Triticola Superense, beneficiando 200 produtores no valor de 98.564 OTNs; Planalto, através da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), beneficiando 120 produtores, no valor de 75.863 OTNs; Campinas do Sul, através da CORLAC, beneficiando 120 produtores, no valor de 50.595 OTNs;

- Programa de Armazenagem de Milho, que oportunizou a construção de dois mil paióis, trinta armazéns comunitários e dez secadores comunitários, em sua primeira etapa, visando à redução da atual perda de safra do milho no Rio Grande do Sul, ocasionada pela falta de adequada armazenagem do produto;
- Programa de Mecânica de Precisão, que corresponde a uma atuação estratégica do BADESUL de apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento, no Estado, de tecnologia mecânica de precisão, tendo em vista o potencial de mercado e o valor agregado por este tipo de atividade, que exige elevados requisitos de qualidade dos recursos humanos, equipamentos e produtos. Este Programa iniciou em dezembro de 1987, quando se realizou um seminário sobre a Indústria Mecânica de Precisão, na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), com o patrocínio do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL);
- Programa de Condomínios Suinícolas, que objetiva a produção de suínos em condomínio, baseada na união de produtores para, em conjunto, executarem a etapa crítica da produção, que envolve a gestação, parição e criação de leitões, até os setenta dias de vida. Este Programa financia investimentos necessários à implantação do condomínio, tais como construção da maternidade e creche, construção da casa do tratador, equipamentos e instalações, aquisição de plantel, e capital de giro necessário à primeira produção, tendo sido iniciado em 1988, no Município de Teutônia, através da Cooperativa R.A. Languiru, beneficiando cinquenta produtores, no valor de 25.500 OTNs;
- Programa de Investimentos Sociais, que tem por objetivo viabilizar a canalização de recursos federais a fundo perdido, para a execução de investimentos de cunho social no Rio Grande do Sul, tendo sido iniciado em 1988, beneficiando: a Associação de Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul (ACEBERGS), para a qual foram destinadas 64 mil OTNs, para investimentos físicos e assistência técnica a trinta e oito creches mantidas pela Associação; o Hospital Parque Belém, para o qual foram destinadas cerca de 45 mil OTNs, para fins de implantação de Centro de Treinamento de Dependentes Químicos; o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul, para cujas obras de modernização e reforma foram destinadas 84 mil OTNs;
- Programa da Indústria de Telecomunicações, que tem por objetivo fomentar, no Estado, o desenvolvimento de uma indústria de equipamentos para telecomunicações com expressão nacional, com base nas micro e pequenas empresas nascentes, e na capacidade tecnológica dos recursos humanos e da iniciativa privada gaúcha. Nesse sentido foram realizados: reunião de integração do Banco com as empresas; reunião de integração da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) ao Programa; reunião de integração do GEICOM ao Programa; estudos de mercado para o setor sobre novas oportunidades de investimento no Rio Grande do Sul;
- Programa de Usinas de Lixo Urbano (USILURB), que tem por objetivo o financiamento à implantação, no Estado, de usinas de reciclagem e compostagem do lixo doméstico produzido nas principais cidades, com aproveitamento da mão-de-obra ocupada na catação, e visando a solucionar os problemas ambientais e sociais provocados pelos "lixões". Neste sentido, foram aprovados pelo BADESUL os projetos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul, estando em análise os de Bagé e Gravataí, entre outros, observando-se que a contratação dos financiamentos encontra-se suspensa desde 1987, conforme determinação do Banco Central (Resolução 1.469), tendo em vista os objetivos de controle do endividamento público;

- Programa de Apoio ao Turismo, o qual tem por objetivo ampliar e modernizar a rede hoteleira do Rio Grande do Sul, dotando o Estado com a infra-estrutura de hospedagem necessária para o desenvolvimento de atividades, não apenas turísticas, mas econômicas em geral. Em 1987 foram apoiados quatro empreendimentos, no valor de 26,6 mil OTNs, enquanto em 1988 foram apoiados vinte e um projetos, no montante de 1,1 milhão de OTNs.

Quanto aos estudos realizados, ou ainda em elaboração pelo BADESUL, no período de 1987/88, estes são os seguintes:

- Indústria de Informática no Rio Grande do Sul, que visa a atualizar o conhecimento setorial do BADESUL em relação à situação econômico-financeira da indústria de informática no Estado, e a recomendar medidas que orientem a atuação do Banco quanto ao desenvolvimento futuro do setor;
- Indústria de Curtumes do Rio Grande do Sul, que visa a identificar a problemática setorial e as suas necessidades de investimentos e de crédito, principalmente no que se refere ao tratamento de efluentes líquidos e à modernização das indústrias curtidoras do Estado;
- Indústria de Conservas, que visa a realizar um diagnóstico preliminar sobre os problemas enfrentados pelo setor de conservas, os quais têm levado as empresas a atingirem elevado grau de endividamento e sensíveis dificuldades de liquidez;
- Pedras Preciosas, que visa a identificar as características e as oportunidades que favoreçam o desenvolvimento econômico do setor, bem como estabelecer recomendações que orientem a atuação do BADESUL e do setor público, em relação ao financiamento de projetos industriais de pedras preciosas e semipreciosas.

2.14.5 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

A programação do desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através do apoio financeiro, técnico e institucional a empreendimentos privados e públicos, visando ao crescimento harmônico e integrado das atividades produtivas, continuou sendo o principal papel do BRDE no ano de 1988.

A ação financiadora do BRDE, em consonância com as prioridades governamentais, continuou, em 1988, priorizando o Setor Privado e apoiando projetos de grande impacto na economia, concomitantemente às operações de apoio à infra-estrutura junto ao Setor Público e operações com pequenas e médias empresas.

O BRDE buscou mudar gradativamente as operações individualizadas para operações calcadas em programas, no bojo de uma iniciativa maior, igualmente implementada, de reestruturação administrativa, onde conseguiu alcançar posição mais atuante no processo de desenvolvimento do Estado, fruto da maior racionalidade operacional da Agência de Porto Alegre.

Não obstante esse progresso interno, no âmbito externo o BRDE conviveu com uma conjuntura econômica em 1988 caracterizada, como de resto toda a década de oitenta, por grande instabilidade na economia brasileira.

Contudo, as dificuldades vividas pela economia neste ano não se refletiram, em grande medida, no desempenho do BRDE, que mais uma vez, apesar do quadro adverso da economia, superou a realização de contratações junto ao Setor Privado do ano anterior.

A Agência de Porto Alegre contratou 14 milhões de OTNs em 1988, sendo 13,4 milhões de OTNs junto ao Setor Privado e 0,6 milhão de OTNs junto ao Setor Público.

Setorialmente, a Agência destinou 3,6 milhões de OTNs ao Setor Primário (26%) — destacando-se como agentes as cooperativas e produtores rurais —, contratou 8,5 milhões de OTNs ao Setor Secundário (62%), e os 1,8 milhão de OTNs restantes (12%) se destinaram ao Setor Terciário.

O apoio financeiro concedido pelo BRDE junto ao Setor Privado apresentou um excelente desempenho, uma vez que os 13,4 milhões de OTNs mencionados, foram 25% superiores, em termos reais, à alocação de 1987. Estes recursos destinaram-se especialmente à formação do capital fixo, o que equivale, além da expansão do parque industrial do Estado, à sua modernização e avanço tecnológico. Tais recursos tiveram como origem repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — 56%; Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) — 25%; Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) — 3%; e Outros — 16%.

A ação de fomento do BRDE à indústria gaúcha foi muito mais evidenciada nos setores dinâmicos e de ponta, que absorveram a maior parte dos recursos contratados. A Agência de Porto Alegre contratou 700 operações financeiras em diversos segmentos da atividade econômica, onde se destacaram a indústria química (26%), a agricultura (25%), a indústria mecânica (11%) e a indústria metalúrgica (9%).

Confirmando-se as estimativas iniciais de contratações com o Setor Primário, o BRDE, fruto de significativos esforços no sentido de ampliar sua ação financiadora no segmento, contratou 3,6 milhões de OTNs, como colocado, o que representou expressivo crescimento real de 583% sobre o saldo de contratações do ano passado.

A destinação de recursos ao Setor Público respondeu a somente 3% do montante contratado pela Agência de Porto Alegre, contra 25% em 1987, em decorrência das exigências estabelecidas de limitação do endividamento por parte das empresas estatais. Ainda assim, contratou-se 0,6 milhão de OTNs destinados a financiamento às estatais de telefonia e geração de energia elétrica da Região Sul.

O patrimônio líquido da Agência de Porto Alegre, por sua vez, cresceu 1150%, evoluindo de Cz\$ 4,7 bilhões em 1987, para Cz\$ 57,5 bilhões em 1988.

2.15 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.15.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) tem por competência propor a política de energia elétrica do Estado, assegurando a sua execução, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica; promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao cooperativismo de eletrificação e telefonia rurais; promover a política de telecomunicações do Estado, assegurando a execução através da Companhia Riograndense de Telecomunicações; realizar pesquisas e promover a racional exploração do carvão mineral e de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Riograndense de Mineração; promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; promover o desenvolvimento da carboquímica; supervisionar e acompanhar a execução dos planos e programas das entidades que lhe são vinculadas, visando a assegurar às mesmas a máxima eficiência empresarial.

Uma análise das atividades desenvolvidas pela Pasta ao longo do ano de 1988 revela não só que tais responsabilidades foram cumpridas, como, em muitos casos, superadas as metas e os objetivos propostos. Persistem, contudo, desafios, que deverão de ser enfrentados e vencidos com a perseverança, o critério e o trabalho pertinaz que têm caracterizado a Secretaria, e suas vinculadas no presente quadriênio governamental.

Assim, a Companhia Estadual de Energia Elétrica é, hoje, uma empresa eficiente e que apresenta, em decorrência deste fato, uma das mais elevadas taxas de geração de recursos próprios do Setor Elétrico Nacional. Persiste, no entanto, a questão do elevado serviço da dívida da estatal, que absorve a maior parte dos recursos gerados. Em vista de tal circunstância, constituiu, em 1988, preocupação primordial da CEEE viabilizar um Plano Integrado de Reabilitação. Esse plano destinou-se a melhorar o perfil do débito a longo prazo — cerca de US\$ 700 milhões, vencíveis até o ano de 2007 — e reduzir substancialmente o de curto prazo, que pode passar dos atuais US\$ 1,1 bilhão para cerca de US\$ 400 milhões, reescaláveis em médio e longo prazo.

Por sua vez, a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) empreendeu esforços para o saneamento econômico-financeiro da Empresa, com resultados altamente compensatórios, que se refletem numa redução da dívida, que no início da atual gestão era de US\$ 308 milhões, devendo situar-se ao final do presente exercício em não mais de US\$ 147 milhões. Paralelamente, não descuro a CRT das atribuições que lhe são próprias, tendo acrescentado 11.965 terminais telefônicos à sua planta instalada, além de outras realizações de expressão.

No que concerne à Companhia Riograndense de Mineração, cabe ressaltar o Projeto de Ampliação da Mina de Candiota, em Bagé, tendo em vista aumentar a capacidade de produção de 800 mil/t ano de carvão para 2.800.000 t/ano, objetivando atender à demanda das fases A e B da Usina Presidente Médici e da indústria cimenteira. Realizaram-se, ademais, em 1988, os trabalhos de revisão do Projeto Básico da Mina do Leão II. Já

no projeto da Mina do Iruí, para ficar apenas nesses três empreendimentos de vulto, procede-se no momento à regeneração da área anteriormente minerada e à prospecção geológica para maior conhecimento da jazida.

O Conselho Estadual de Mineração e a Coordenadoria da Produção Mineral desenvolveram intensas atividades durante o exercício de 1988, destacando-se, dentre elas, as diversas etapas do 1.º Encontro Geológico-Mineiro, reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado, além da elaboração de documentos com vistas à defesa dos interesses do Rio Grande na área mineral, em especial no que tange ao carvão mineral, de que é exemplo o trabalho "Estudos para Estabelecimento de Política de Longo Prazo para Produção e Uso do Carvão Mineral Nacional".

Finalmente, a Comissão Estadual de Energia do Rio Grande do Sul desenvolveu atividades como as de Programa de Fontes Alternativas e Uso Racional da Energia, aí incluídos os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa, Energia Eólica e Energia Solar. Merecem realce igualmente os programas de Aproveitamento Energético do Gás Natural, de Racionalização do Uso de Energia e de Integração do Planejamento Energético.

2.15.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) é hoje uma empresa eficiente, apresentando cerca de um terço de sua receita como taxa de geração de recursos próprios, uma das mais elevadas do setor elétrico nacional. No entanto, o elevado serviço da dívida da Companhia absorve a maior parte dos recursos gerados. Por esta razão, a preocupação principal em 1988 foi viabilizar um Plano Integrado de Reabilitação, cuja versão preliminar encontra-se em exame no Grupo de Trabalho Interministerial constituído para este fim.

O Plano Integrado destina-se a melhorar o perfil da dívida de longo prazo da Companhia, que monta a cerca de US\$ 700 milhões vencíveis até o ano 2007, e reduzir significativamente a de curto prazo, podendo passar dos atuais US\$ 1,1 bilhão a cerca de US\$ 400 milhões, com o possível reescalonamento deste restante através de obrigações de médio e longo prazos. Este Plano baseia-se no aproveitamento de recursos da Conta de Resultados a Compensar (CRC) para a compensação de débitos, capitalização da dívida com energia comprada, aporte de recursos do Tesouro do Estado — conforme programa considerado viável pela Secretaria da Fazenda — bem como financiamento do Banco Mundial ao Estado, para capitalização da CEEE.

Parte das medidas do Plano Integrado de Reabilitação já estão em andamento e sua consolidação só não se verificou em 1988 face às indefinições existentes no Orçamento da União, e aos atrasos ocorridos nas discussões do Governo Brasileiro com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A CEEE gerou 3.600 GWh no período de janeiro a novembro de 1988, apresentando uma redução de 33,4% em relação a igual período do ano anterior. O nível de geração passou de 52% da disponibilidade bruta da Companhia, em 1987, para 34% no corrente ano, decorrência da baixa precipitação pluviométrica na Região Sul do País, aliada aos problemas da disponibilidade de geração na Usina Presidente Médici.

No período considerado, a disponibilidade de energia totalizou 10.857 GWh, sendo que 66% foram recebidos das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL).

No ano de 1988 a Companhia distribuiu 10.407 GWh, para um total de 2.089.000 consumidores.

O comportamento do mercado mostrou um crescimento de 4,5% em relação a 1987, bem mais baixo que o verificado anteriormente (8,8% em 1987 relativamente a 1986).

Foi na classe Rural onde houve a maior redução, passando de um crescimento de 18,8% em 1987/86, para 4,1% em 1988/87. A classe Residencial foi a que apresentou maior crescimento em 1988/87, com 7,4%, um pouco menos que os 10,2% de 1987/86. As outras classes apresentaram, em 1988/87, uma redução na taxa de crescimento da ordem de 50% relativamente a 1987/86, crescendo 4,3% a classe Comercial, 3,0% a classe Industrial, e 4,7% a classe Outros, entre 1987 e 1988.

Quanto à geração, a CEEE, em 1988, desenvolveu seu plano de implantação de usinas, dentro dos condicionantes econômico-financeiros que vigoram para todo o setor elétrico nacional, sendo a seguinte a situação atual:

- Usina Termoelétrica Presidente Médici — Fase B: a CEEE vem dando continuidade à obra, que foi prejudicada pelos problemas de fabricação das turbinas, sendo que a Empresa vem acompanhando os procedimentos adotados pelo fabricante visando a superar as falhas;
- Usina Termoelétrica Candiota 3: — durante o período, foram efetuadas obras de ter-
raplenagem, bem como foram mantidas tratativas com os fabricantes das turbinas es-
tocadas em portos franceses. Os resultados de tais tratativas estão condicionados aos
diagnósticos e soluções dos problemas apresentados pelas turbinas da fase B. Já está
concluído o relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA) desta unidade;
- Usina Termoelétrica Dona Francisca: a CEEE vem prosseguindo na recuperação do
canteiro de obras da Usina, tendo adquirido a área em que se situará a barragem da
represa;
- Obras de Melhoria e Manutenção: foram realizadas, em 1988, obras de melhoria e
manutenção nas Usinas Hidroelétricas de Canastra, Touros, Presidente Médici — Fa-
se A, NUTEPA, Passo do Inferno, Jacuí e Passo Real.

Em 1988 foi iniciado o Programa Pró-Hídros que consiste na identificação de poten-
ciais de aproveitamento hidroelétricos com capacidade acima de 1 MW, bem como foi
dado prosseguimento às tratativas do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha
para a construção de caldeiras de leito fluidizado.

O sistema de transmissão da CEEE apresenta diversos pontos de estrangulamento,
resultado de vários anos nos quais os investimentos realizados na sua expansão não
acompanharam as necessidades do mercado do Rio Grande do Sul. No período foram ab-
sorvidos mais 36 MVA de demanda reprimida, com investimentos da ordem de 6.153.000
OTN's, agregando ao sistema mais 534 MVA de unidades transformadoras, entre am-
pliações e novas subestações.

Na transmissão, a CEEE aplicou em 1988 recursos da ordem de 13 milhões de OTN's
em obras. O incremento dos Programas de Operação e Manutenção do sistema permitiu
que a CEEE alcançasse, até novembro de 1988, o significativo índice de 99,93% de dispo-
nibilidade operacional.

A CEEE, no ano de 1988, efetuou 85.328 novas ligações de consumidores e realizou 536 obras de melhoria do sistema de distribuição urbana, beneficiando em torno de 20 mil consumidores. Quanto à eletrificação rural, foram efetuadas 1.370 obras em 150 municípios, com extensão de 2.160 km de redes de distribuição e 14.650 KVA de potência instalada, destacando-se ainda os Programas SAS-SBS, com 4.800 novos consumidores ligados, além de 4.900 beneficiados.

A CEEE está implantando um Programa de Recuperação de Medição, que teve início em 1987 com horizonte previsto para até 1991, com a finalidade de eliminar as perdas significativas e os desperdícios de energia elétrica, base para ação em termo de conservação de energia. No ano de 1988, até outubro, a Companhia instalou 156.304 medidores monofásicos, 21.117 bifásicos e 13.216 polifásicos, aplicando mais de 2.940.000 OTN's em medição.

Em 1988, a Companhia desenvolveu ações visando à implantação do Projeto SIPRO, em especial as aprovações governamentais necessárias (Secretaria Especial de Informática (SEI), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e Banco Central do Brasil (BACEN), e de financiamento. O Projeto SIPRO faz parte do Projeto Nacional SINSC que permitirá, a nível nacional, o melhor controle do Sistema Elétrico Nacional, com conseqüente melhoria de confiabilidade e qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica.

Quanto ao projeto SID, a parte comercial, já implantada em várias agências do Rio Grande do Sul, permite um melhor atendimento à prestação, pela CEEE, de vários serviços ao consumidor, além de representar uma substancial redução no tempo de faturamento e maior confiabilidade desta, o que representa ganhos substanciais à Companhia.

Na parte técnica permite, além do mais, estabelecer as reais condições de operação do sistema de distribuição da CEEE, dando melhor qualidade e confiabilidade ao funcionamento, e contribuindo para a preservação e integridade dos equipamentos da Companhia.

Um dos problemas da Empresa continua a ser sua frota de veículos, com vida média de doze anos, num total de 1.234 veículos. Além de obsoleta, em precário estado, dado o uso intensivo, a mesma é insuficiente para atender, dentro de níveis mínimos, às necessidades da Companhia. Tal fato obriga a CEEE a recorrer, além dos níveis adequados, à locação de veículos visando a superar em parte tal problema. No decorrer do ano de 1988, a Companhia adquiriu 201 novos veículos diversos, após demonstrada a conveniência da operação.

2.15.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

No ano de 1988, a Companhia Riograndense de Telecomunicações expandiu sua planta instalada em 11.965 terminais telefônicos, o que representou um acréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior, sendo que a atual planta atingiu a um total de 471.697 terminais, com um grau de utilização de 95,2%, já que 449.072 encontram-se em serviço.

Quanto às chamadas IU (DDD + Manuais) verificou-se um total de 133,4 milhões de chamadas, representando um acréscimo de 4,6% em relação a 1987.

Os Serviços de Discagem Direta à Distância (DDD/DDI) foram expandidos, beneficiando a mais vinte e sete municípios em 1988, o que resulta atualmente na disponibilidade de DDD/DDI em 184 municípios.

No que se refere ao Programa relativo ao Sistema Básico Infra-Estadual, ocorreu, no decorrer de 1988, a implantação de trinta e quatro centrais automáticas, sendo que deste total, vinte e nove se verificaram em localidades que dispunham de serviços manuais. Foram ainda implantados 16.210 terminais, tendo sido ampliados 2.300, e substituídos 1.834.

No Sistema Rural, foram implantadas nove centrais manuais (totalizando 480 terminais) e ampliadas cinco centrais manuais (260 terminais), atendendo a quatorze localidades; foram ainda implantados 1.367 terminais relacionados com as Centrais Implantadas em Regime de Co-participação, além de terem sido ativados cinquenta e sete Postos de Serviço, trinta dos quais de Telefonia Rural Social.

No Sistema Interurbano foram ampliados cerca de 800 canais-ponte e 7.500 troncos interurbanos.

Para atendimento dos diversos programas de investimentos da CRT os recursos aplicados deverão atingir a cerca de Cz\$ 13 bilhões (a preços de dezembro/88).

Um dos aspectos mais significativos com relação à CRT reside, sem dúvida, nos esforços empreendidos no saneamento econômico-financeiro da Empresa, cujos resultados são altamente compensatórios, uma vez que redundaram em substancial redução da dívida a qual, de US\$ 308 milhões, em março, de 1987, deverá situar-se em US\$ 148 milhões, ao final de 1988.

Somente no ano de 1988 ocorreram vários fatos marcantes para o saneamento econômico-financeiro da CRT, onde pode-se destacar:

- Extinção da dívida do Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) no mês de agosto, reduzindo a dívida da CRT no montante de cerca de Cz\$ 18,1 bilhões (preços de agosto/88);
- Capitalização das Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRÁS), através de créditos que esta Empresa tinha na CRT, relativos a empréstimos, repasses de empréstimos e outros créditos;
- Renegociação de dívida com o Instituto de Assistência e Previdência Social (IAPAS) e Governo Federal (do Imposto sobre Serviços de Comunicações (ISC)).

Além disso, em 1988 ocorreu uma certa recuperação no valor das tarifas telefônicas, acontecendo, também, alterações no Sistema Tarifário, através de Portarias do Ministério de Comunicações, que permitiram a colocação de multimedição em quarenta e seis localidades, e diferenciações de valores em ligações interurbanas conforme horários, sendo que estas medidas propiciaram à CRT um real incremento de receita.

Por outro lado, a Companhia conseguiu reduzir de 57%, em 1987, para 42% (outubro/88) comprometimento da receita de exploração com as Despesas de Pessoal. Com relação às Despesas com Materiais e Serviços (Custeios), o comprometimento deverá diminuir de 16,5% em 1987, para 12%, em 1988.

A série de fatos e medidas acima explicitados trarão como consequência os seguintes resultados:

- Após três anos de crédito negativo, para o ano de 1988 a CRT deverá certamente apresentar lucro.

- Redução da dívida, que se situa atualmente em US\$ 147 milhões;
- Redução do grau de endividamento, que esteve em 115% no ano de 1987, devendo atingir, a final do ano, a cerca de 54%.

Com a melhoria substancial da situação econômico-financeira da CRT, para o futuro abrem-se excelentes perspectivas para o incremento dos investimentos, tanto em projetos já iniciados, como a iniciar, neste importante segmento para a economia estadual.

2.15.4 — CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM)

O Conselho Estadual de Mineração (CEM), foi criado pelo Decreto nº 32.198, de 20 de março de 1986, com a incumbência de “coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado do Rio Grande do Sul, a ser executado pela Coordenadoria da Produção Mineral (CPM)”, sendo presidido pelo Secretário de Energia, Minas e Comunicações e integrado por um representante dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), Secretaria da Fazenda (SF), Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Associação Gaúcha dos Engenheiros de Minas (AGEM), Associação Profissional Sul-Brasileira de Geólogos (APSG), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Sociedade Brasileira de Geologia (SBG/RS).

No ano de 1988 foram realizadas pelo Conselho Estadual de Mineração as ações mencionadas a seguir.

Foi criado um grupo de trabalho que elaborou o documento “Avaliação Crítica de Documento Propondo uma Política Nacional de Carvão Mineral”, determinado pelo Conselho ao tomar conhecimento do documento “Subsídios para uma Política Nacional do Carvão Mineral” de autoria da Assessoria do Ministério de Minas e Energia, por entender que o texto deste trabalho continha afirmativas e sugestões não adequadas à política de desenvolvimento da indústria carbonífera do Estado. Como consequência, o mesmo grupo de trabalho elaborou o documento “Estudos para Estabelecimento de Política de Longo Prazo para Produção e Uso do Carvão Mineral Nacional”, cumprindo a determinação do CEM. Este documento foi elaborado como proposta alternativa às proposições contidas no documento elaborado pelo Ministério, servindo, dentre outros, como referência para a elaboração, pela Assessoria técnica do Conselho Nacional de Energia (CNE), das diretrizes e recomendações à Política do Carvão Mineral, a serem apreciadas, proximamente, pela referida Comissão, presidida pelo Senhor Presidente da República e tendo como Secretário Executivo o Senhor Ministro das Minas e Energia.

Outros assuntos levados à pauta das reuniões do CEM, foram:

- Criação de um Grupo de Trabalho, integrado por representantes da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Secretaria da Fazenda, Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM), para estabelecer propostas adequadas de

tributação do Setor Mineral, à luz da nova sistemática fiscal criada pela Carta Magna do País, onde estão sendo delineadas diversas sugestões a serem canalizadas à Assembléia Constituinte Estadual;

- No que se refere ao Setor de Transporte ligado à mineração, destacou-se a importância da construção do Ramal Ferroviário em Candiota e de um Terminal Carvoeiro no Porto de Rio Grande. Foi elaborado um documento conjunto das empresas mineradoras de carvão no Estado que, aprovado pelo Conselho, foi enviado em nome do CEM, ao Ministério de Minas e Energia;
- Discussões e debates a respeito da utilização do gás natural a ser importado da Argentina e sobre a atual situação e perspectivas da mina do Leão II, a partir de explicações de técnico da CENERGS e da CRM, respectivamente.

No mesmo período, a CPM promoveu diversos "Encontros Geológicos Minerais" com o objetivo de estabelecer ampla discussão em torno de problemas regionais de natureza minero-geológico, envolvendo técnicos especialmente convidados e as comunidades diretamente interessadas, cumprindo as seguintes etapas: na cidade de Caçapava do Sul, sobre bens minerais da região, especialmente minérios metálicos e calcários; em Butiá, sobre diferentes aspectos ligados ao carvão mineral; na cidade de Soledade, sobre o ciclo das Gemas no Rio Grande do Sul; e em Capão da Canoa, sobre aspectos relacionados direta e indiretamente ao carvão metalúrgico existente na região.

2.15.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, executa a política mineral do Estado, através da pesquisa, extração, beneficiamento e comercialização de carvão, bem como de outras substâncias minerais. Nesse sentido, os Projetos de Ampliação da Mina de Candiota, de Implantação da Mina do Leão II e da Mina do Iruí desenvolvidos por esta Companhia, bem como suas atividades operacionais, fazem parte do Programa do Carvão Mineral em andamento, e apresentaram o seguinte desempenho no ano de 1988:

- Projeto de Ampliação da Mina de Candiota — Projeto desenvolvido no Município de Bagé, que visou à ampliação da capacidade de produção da mina a céu aberto, de 800 mil t/ano de carvão "Run on mine" (R.O.M.) para 2.800.000 t/ano, objetivando atender à demanda das fases A e B da Usina Termoeletrica Presidente Médici (UTPM) e da indústria cimenteira. Foram colocadas em operação, neste período, duas correias transportadoras (TC-1 e TC-2) de abastecimento da UTPM da CEEE, foram adquiridos diversos equipamentos auxiliares de lavra, e encontram-se em fase final de construção cinquenta casas na Vila Residencial, com as respectivas redes de água, esgoto e elétrica. A Mina de Candiota, apesar de estar com sua capacidade instalada para produzir as 2.800.000 t/ano, produziu apenas 791.655,9 toneladas no ano, devido a problemas na UTPM/CEEE;
- Projeto de Implantação da Mina do Leão II — Projeto desenvolvido no Município de Butiá, visando a produzir 2.900.000 t/ano de carvão R.O.M., cuja destinação prevista será à termoeletricidade, à indústria cimenteira, à gaseificação e à redução direta do minério de ferro. Neste período foram realizados os trabalhos de revisão do Projeto Básico, para o que a CRM contou com o assessoramento de consultores poloneses. Atualmente está sendo realizado o trabalho de revisão geológica da área a ser minerada e os resultados obtidos vêm confirmando o depósito carbonífero compatível com a produção projetada e o método de lavra escolhido para o provei-

tamento industrial da jazida. Estão previstos para o próximo ano, trabalhos de investigação geológica para mineração, elaboração do Projeto de Engenharia Final (detalhamento) e retomada da implantação do projeto, com execução de obras e instalações. O projeto encontra-se atualmente com 55% de sua parte física implantada, ressaltando-se a importância que esta mina terá, tanto no fornecimento de carvão para a Usina Termoelétrica Jacuí I (com entrada em operação prevista para 1991), bem como na produção de aço por redução direta, mediante o emprego de carvão com baixo teor de cinzas (16%);

- Projeto da Mina do Iruí — Tanto a implantação do projeto como as atividades de lavra continuam paralisadas por tempo indeterminado. Atualmente, faz-se, naquela unidade mineira, a regeneração da área anteriormente minerada e prospecção geológica para maior conhecimento da jazida, com vistas a uma futura retomada nas operações de lavra em condições economicamente viáveis.

No que se refere às pesquisas minerais foram previstos 6.150m de perfuração nas localidades de Butiá, Cachoeira do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Palmares do Sul, tendo sido executados, no período, 4.896m de perfuração. Esta diferença deve-se ao fato de que os trabalhos nos municípios de Bagé, Lavras do Sul e Palmares do Sul não foram realizados.

No que tange aos investimentos realizados no período, para dar andamento aos projetos referidos anteriormente, e outros investimentos relativos ao reaparelhamento das minas, a Companhia aplicou o montante de Cz\$ 1.194.718.442,00 (valor relativo a dezembro/88), dos quais US\$ 662,882.44 foram realizados com recursos externos.

Quanto ao desempenho operacional da Empresa no ano de 1988, verificou-se a produção total de 1.164.800 toneladas de carvão mineral R.O.M., volume este algo maior que o do ano anterior (1.106.800 toneladas em 1987). Considerando que a Mina do Iruí, está paralisada desde novembro de 1987, houve um significativo acréscimo na produção de carvão.

A produção de ouro foi de 9.645,540g. A lavra deste mineral na Mina João Ricardo de Souza encontra-se paralisada e a Mina passa, atualmente, por um processo de negociação com a Companhia de Mineração e Participações, no intuito desta empresa associar-se com a CRM em um empreendimento destinado à pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de bens minerais, especialmente cobre, ouro e prata. A referida Companhia e a CRM, dentro dos próximos meses, deverão firmar Termo de Compromisso de Associação de Interesses, aprovar estatuto social e acordo de acionistas — concretizando, assim, a constituição da nova empresa — Companhia Mineira Lavras do Sul (CMLS). Essa nova empresa terá como meta a produção de 600kg de ouro/ano contra 20kg/ano, média dos exercícios passados.

2.15.6 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A Comissão Estadual de Energia (CENERGS) foi criada através da Portaria de 28 de agosto de 1979, pelo Governo do Estado. É integrada pelo Secretário de Estado de Energia Minas e Comunicações e pelos Secretários de Estado da Fazenda, da Agricultura e Abastecimento, da Saúde e do Meio Ambiente, da Indústria e Comércio, dos Transportes, e de Coordenação e Planejamento, sob a presidência do primeiro, e com a participação — como membros convidados — de cinco representantes de organismos federais ligados à área de energia e pesquisa e, ainda, de sete representantes de Instituições ligadas ao campo dos recursos energéticos.

A CENERGS conta com uma Secretaria Executiva, um Comitê Técnico Setorial e Grupos de Trabalho, estando suas atividades principais voltadas para as fontes alternativas e uso racional de energia, de forma integrada ao Sistema Estadual de Energia.

Entre as ações desenvolvidas pela CENERGS em 1988, é de salientar a formação das Comissões Municipais de Energia e Proteção Ambiental, com a finalidade de envolver toda a comunidade com a problemática da energia, viabilizando a efetiva participação da mesma no fomento das fontes alternativas. Para tanto, foram realizados Seminários em Tramandaí, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Lajeado, Farroupilha, Veranópolis, Pelotas e Rio Grande. Durante o ano de 1987 foram instaladas Comissões Municipais em Cachoeira do Sul e São Sepé, e no corrente ano, nos municípios de Giruá, Candelária, Veranópolis, Farroupilha, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Rio Grande.

Merecem destaque, também, as ações vinculadas aos seguintes Programas: Programa de Fontes Alternativas e Uso Racional de Energia; Programa Estadual de Racionalização do Uso de Energia; Programa Estadual de Aproveitamento Energético do Gás Natural; e Programa Estadual de Integração do Planejamento Energético.

Com relação ao Programa de Fontes Alternativas e Uso Racional de Energia, elaborado no decorrer de 1988, são de destacar os seguintes projetos:

— Pequenas Centrais Hidroelétricas

Este projeto tem como finalidade a produção de energia elétrica através do aproveitamento de pequenas quedas d'água por autoprodutores nos diferentes municípios do Estado, complementando de preferência o sistema interligado especialmente à eletrificação rural.

No período, foi iniciado o levantamento dos rios e das quedas d'água existentes no Estado, objetivando conhecer a potencialidade energética das pequenas quedas, bem como a distância destas à rede da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul Ltda. (FECOERGS), ou de outras concessionárias, e a existência de antigos aproveitamentos, moinhos, número de residências dentro de um determinado raio, etc.

Até o presente momento, o levantamento relevou a existência de 1.600 rios com mais de 10 km de extensão e foram localizadas 250 quedas em setenta municípios, sendo envolvidas cinco cooperativas e dez empresas em projetos específicos de pequenas centrais hidroelétricas. Para o ano de 1989 está programada a complementação do levantamento, de forma a fornecer um mapa energético de pequenas quedas para todas as Prefeituras do Rio Grande do Sul.

— Biomassa

Este projeto está subdividido em três subprojetos: Reflorestamento e Uso Energético da Madeira; Uso Energético dos Resíduos Agrícolas; Alcool Hidratado Carburante.

O subprojeto de Reflorestamento e Uso Energético da Madeira é desenvolvido juntamente com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Coordenação e Planejamento, sendo a participação da CENERGS feita de forma subsidiária.

Com relação ao Uso Energético dos Resíduos Agrícolas, o principal resíduo agrícola estudado em 1988 foi a casca de arroz, que apresenta um excedente considerável para geração de energia elétrica. Para tanto, foi formada uma equipe multidisciplinar composta por técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e CENERGS, com vistas a identificar os locais mais apropriados para a geração de energia a partir desse resíduo agrícola.

No que respecta ao Alcool Hidratado Carburante foi feita, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a análise dos projetos de microdestilarias existentes no Estado, tornando-se evidente, a partir daí, que o problema da produção de álcool no Rio Grande do Sul tem ligação com a produção de cana-de-açúcar, dependendo da variedade produzida.

Existem duas instituições — a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — que possuem considerável "know how" sobre variedades de cana, período de maturação, etc., que servirão de base para um projeto amplo de viveiros dessa cultura em todas as regiões características do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, continuaram os testes e ajustes de um motor que funciona com álcool hidratado, com maior teor de água e, portanto, menor poder calorífico, possibilitando a utilização do álcool produzido em destilarias mais simples e de menor preço.

— Energia Eólica

Dentro do Rio Grande do Sul, a Zona Sul e a Fronteira Oeste são as regiões que apresentam potencial mais considerável para a geração de energia elétrica a partir da energia eólica. A maior dificuldade na elaboração do projeto para a produção desse tipo de energia para o Estado situa-se na ausência de dados sobre a velocidade média dos ventos.

Durante o ano de 1988 foi elaborado um protótipo de anemógrafo que permite avaliar a velocidade dos ventos de minuto em minuto. Numa segunda etapa, foram procuradas empresas interessadas em industrializar este equipamento, sendo que até o presente momento somente uma empresa demonstrou interesse pelo empreendimento.

Para o ano de 1989, a meta da CENERGS consiste em instalar cerca de trinta anemógrafos na região situada entre Cidreira e Santa Vitória do Palmar, principalmente no trecho entre a Subestação da CEEE, no Taim, e esta última cidade.

Com relação ao Programa Estadual de Racionalização do Uso de Energia, foram estabelecidas como metas as de: identificar e quantificar o potencial de economia de energia para os setores industriais; determinar a participação relativa dos equipamentos usuais em relação ao consumo total de energia nos setores residencial e comercial; divulgar a importância do uso racional da energia e procedimentos a serem adotados.

Em 1988 foram desenvolvidas atividades de divulgação e conscientização da importância do uso racional de energia, mediante palestras e vídeo, nos municípios de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul, Guaíba, Canoas e São Leopoldo.

O Programa Estadual de Aproveitamento Energético do Gás Natural consiste na adoção de um conjunto de ações e medidas técnica, econômica e socialmente adequadas, destinadas a viabilizar a utilização deste energético no Rio Grande do Sul. Foram traçadas como metas do Programa, as de estudar a institucionalização de uma entidade encarregada do abastecimento de gás natural no Estado, bem como acompanhar o projeto e a implantação do gasoduto de transporte de gás natural a ser realizado pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS).

Em 1988 foram realizadas as seguintes ações, relativamente a este Programa: elaboração de documentos sobre o aproveitamento do gás natural nos três Estados do Sul, em

conjunto com representantes do Paraná e Santa Catarina e apresentação desses documentos em reunião do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), realizada em Curitiba, no mês de maio; participação e assessoramento ao Secretário de Energia, Minas e Comunicações, no Seminário do Gasoduto Brasil-Argentina, realizado em setembro, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; elaboração de roteiro básico do Estudo de Viabilidade do Gasoduto Brasil-Argentina, por grupo técnico composto por representantes da Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e eventual participação da PETROBRÁS.

O Programa Estadual de Integração do Planejamento Energético consiste na adoção de um conjunto de ações e medidas técnica, econômica e socialmente adequadas, destinadas a informatizar o processo de integração dos planos elaborados pelos vários órgãos do Sistema Energético Estadual.

Foram estabelecidas como metas do Programa as seguintes: subsidiar a definição de uma Política Energética Estadual; elaborar o Balanço Energético Estadual; elaborar o Diagnóstico Energético Estadual; elaborar os cenários Energéticos Estaduais; elaborar a Matriz Energética Otimizada do Estado; compatibilizar os Planos de Expansão das Fontes Energéticas Centralizadas com os Planos de Expansão das Fontes Energéticas Descentralizadas; implantar Banco de Dados de Oferta e Demanda de Energéticos a nível de município, além das características técnicas e econômicas de seus equipamentos produtores e consumidores de energia; acompanhar e avaliar o andamento de projetos e atividades nas áreas de produção, distribuição e consumo de energéticos no Estado.

Foram desenvolvidas, em 1988, as seguintes ações: levantamento, junto à CEEE, da demanda reprimida no Litoral Sul e na Fronteira Sudoeste, bem como dos alimentadores primários do Litoral Sul e das linhas de transmissão acima de 69kV de todo o Estado para fins de estudos de centrais eletro-eólicas; levantamento dos grupos "gerador diesel-bomba hidráulica" instalados na Região Sudoeste e no Litoral Sul, para estudos de centrais eletro-eólicas; especificação de equipamento computacional para informatização do Programa; elaboração do Balanço Energético de 1985; obtenção, junto à direção da CEEE, da colaboração daquela estatal para a agilização da execução dos balanços energéticos de 1986 e 1987; início da elaboração do Diagnóstico Energético Estadual; início das tratativas para Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para estudos do Setor Energético Estadual.

2.16 — TRANSPORTES

2.16.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes, órgão que coordena a política dos Transportes no Estado, operacionaliza sua ação através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), responsáveis pelo Setor Rodoviário; Departamento Aeroviário do Estado (DAE) órgão específico do Setor Aeroviário do Estado; e o Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC) que atua no Setor Hidroportuário estadual.

Em 1988, a Secretaria dos Transportes consolidou a estratégia definida no início do Governo, qual seja, a participação efetiva na política de integração com os países do Cone Sul.

Neste particular cabe destacar:

- Representação nas reuniões do Protocolo nº 14 — Integração de Transportes Terrestres Brasil-Argentina;
- Formação de equipe técnica e viagem de estudos sobre a ligação do Porto de Rio Grande ao Porto de Antofogasta, no Chile;
- Organização da XV Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, em Canela-RS. Cabe destacar que, concomitante ao evento ocorreu a 1.ª Reunião de Governadores do Cone Sul, onde tratou-se das ligações internacionais em áreas de fronteira com a Região Sul do Brasil;
- Gestões no âmbito dos governos brasileiro-argentino para a construção da ponte rodoviária entre Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil).

Outra ação desenvolvida pela Secretaria dos Transportes, foi o envolvimento dos órgãos federais do setor Transportes, visando a atrair maiores investimentos federais ao Estado, além de evitar uma dispersão na aplicação de recursos públicos. Exemplos concretos deste procedimento foram os nove trechos de estradas asfaltadas com recursos federais (conveniadas com o DAER).

Cabe destacar o envolvimento direto da Secretaria dos Transportes nos convênios de dois importantes ramais ferroviários do Estado, Candiota e Cachoeira do Sul.

Manteve-se no ano de 1988 a ação desenvolvida pela Secretaria na participação e elaboração do Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes (PRODEST), onde atuaram, no decorrer do exercício, órgãos estaduais e os correspondentes federais como: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT).

A Secretaria dos Transportes, exitosa no ano anterior nos projetos de liberação de recursos para o Programa de Pavimentação de Estradas Vicinais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), habilitou-se no ano de 1988, a novo projeto e com proposta de financiamento de 2.875 km de estradas vicinais com pavimento de baixo custo.

Existe ainda, uma proposta de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, destinado a acessos pavimentados a novos municípios emancipados.

Finalmente, diante da necessidade do contínuo aperfeiçoamento dos sistemas modais que compõem a estrutura viária do Estado, a Secretaria dos Transportes organizou o "DEBATE ABERTO PARA UMA POLÍTICA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES", com a participação de seis comissões (rodoviária, ferroviária, hidroportuária, aeroviária, transporte coletivo e integração) onde recebeu a contribuição de usuários, operadores, entidades civis, pesquisadores e empresários.

2.16.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, criado pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937, e erigido em pessoa jurídica, com autonomia administrativa e financeira, sob a supervisão do Secretário dos Transportes pelo Decreto-Lei nº 1.371, de 11 de fevereiro de 1947, tem como principais atribuições: revisar periodicamente o Plano Geral Rodoviário do Estado, estudando a sistematização e o aproveitamento das estradas de rodagem municipais; prestar assistência técnica aos municípios, quando solicitado, no desenvolvimento de seus sistemas rodoviários; planejar e executar todos os serviços técnicos e administrativos indispensáveis e concernentes a especificações, estudos, projetos, orçamentos, construção, restauração, melhoramentos e conservação das rodovias estaduais, inclusive de pontes e obras complementares; manter atualizado o Mapa Rodoviário Estadual; coligir e coordenar dados informativos e estatísticos que permitam ao Governo Estadual uma permanente atualização sobre assuntos referentes às rodovias do Estado; exercer, através do Batalhão de Polícia Rodoviária, o policiamento do tráfego nas estradas de rodagem estaduais; regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo de passageiros e estações rodoviárias, de acordo com a legislação vigente; divulgar informações referentes à educação rodoviária, às estradas de rodagem e aos conhecimentos que conduzam ao barateamento do tráfego; manter um serviço permanente de informações sobre tudo o que se relacione com as estradas de rodagem e com o transporte rodoviário coletivo de passageiros e de mercadorias.

Com exceção da pavimentação e restauração de rodovias, normalmente realizadas através da iniciativa privada, sempre com a supervisão e fiscalização do DAER, todos os demais serviços sob a competência do Órgão são executados com recursos humanos e materiais do mesmo, o que representa uma imensa economia de recursos para o Estado.

No ano de 1988 o Departamento, através de suas dezessete Unidades de Conservação sediadas no Interior do Estado, conservou e melhorou cerca de 9.135 km, pertencentes à malha rodoviária estadual, dos quais 2.687 km pavimentados e 6.448 km com revestimento primário.

Entre os serviços básicos da área de conservação de rodovias, foram realizadas ainda as seguintes tarefas de rotina: 520.000.000 m² de patrolamento; 15.000.000 m² de roçadas manuais/mecânicas; 250.000 m² de revestimento primário; 340.000 m² de capa selante;

76 km de revestimento asfáltico (recapeamento); e 13.000 unidades de mudas de árvores plantadas.

Por administração direta foram executados, pelas Unidades de Conservação, cerca de 1.800.000 m³ de terraplenagem (corte/aterro) para a implantação de 48 km de estradas de rodagem, cabendo à Unidade de Construção e Reparação a construção de 296 metros lineares de pontes em concreto armado.

A Fábrica de Sinais (FASIN), responsável pela sinalização das rodovias estaduais, executou 759.000 m de sinalização horizontal (pintura de pista), e 1.174 m² de sinalização vertical (pintura de placas indicativas).

Através do setor de Estudos e Projetos, o DAER elaborou, com a colaboração de seu corpo técnico, além da atualização do Mapa Rodoviário do Estado (edição 1988), os serviços de projetos geotécnicos e geométricos de rodovias (num total de 459 km), projetos de intersecção e acessos (quarenta e três unidades), projetos de sinalização (230 km), projetos de obras de arte especiais — pontes e viadutos (404 m), levantamentos aerofotogramétricos (cinco unidades), levantamento cadastral de estradas estaduais (4.920 km), e levantamento cadastral de estradas municipais (6.945 km).

Através da iniciativa privada, sob regime de empreitada, e a coordenação e fiscalização por parte do DAER, realizaram-se serviços em 3.130.000 m³ de terraplenagem, 163 km de pavimentação asfáltica, 198 m de obras de arte especiais e dez unidades de intersecções e acessos.

Os recursos financeiros aplicados para a construção de Rodovias e Obras de Arte Especiais, por empreitada, no período compreendido de janeiro a dezembro do corrente exercício, incluindo o montante aplicado nas Estradas Vicinais — proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — e em Estradas Federais — oriundo de repasse de verbas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) — foi o equivalente a 6.954.475 OTN's, correspondendo (considerando a OTN fiscal de 27 de dezembro de 1988) a Cz\$ 40.696.500.000,00.

Presentemente, encontram-se em fase de execução setenta e oito trechos de terraplenagem e pavimentação, perfazendo uma extensão de 1.420,40 km, dos quais vinte e seis trechos (num total de 530,10 km) foram executados com recursos estaduais; quarenta e três trechos (590,50 km), com recursos do BNDES; e nove trechos (299,80 km), através de recursos federais.

2.16.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A CINTEA, empresa pública estadual, é o órgão responsável pela execução das obras referentes às estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, atua em conjunto com 238 municípios gaúchos que são seus acionistas.

Dentre os objetivos a serem atingidos pelo Órgão, citam-se: consolidação da malha vicinal do Estado, assegurando a trafegabilidade permanente de veículos; diminuição do custo do transporte e a integração da malha vicinal com a rede troncal, com os centros de armazenamento e comercialização.

Visando a atingir os objetivos propostos, a Companhia realiza seu trabalho através de cinco atividades básicas, a saber: construção e reconstrução de estradas vicinais, exe-

cução de aterros de acesso e terraplenagens, construção de obras de arte especiais e de pontes pré-moldadas.

Para o período de 1988/91 foram estabelecidas as metas de construção de 799 km de estradas e reconstrução de outros 7.460 km, execução de 2.605.000 m de aterros e terraplenagens diversas, construção de 6.965 m de obras de arte especiais e 1.736 m de pontes pré-moldadas.

No exercício de 1988, o Órgão construiu 159 km de estradas, realizou trabalhos de reconstrução de 1.447,9 km e atuou em aterros e terraplenagens diversos movimentando 435.700 m³ de terra. Com relação à construção de obras de arte especiais e pré-moldados foram realizadas sete obras, perfazendo um total de 285,5 m.

A maior dificuldade com que vem se defrontando a CINTEA reside no sucateamento de seu parque de máquinas, visto que a última aquisição de equipamentos ocorreu nos anos de 1982/83, o que vem refletir-se na produtividade e nos seus gastos de manutenção.

2.16.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

No sistema estadual de transportes os portos exercem papel de fundamental importância, pois constituem pontos de convergência e inter-relacionamento entre os transportes terrestres e a navegação, que depende das condições de acesso e das vias navegáveis, parte integrante do complexo hidroportuário.

Ao DEPRC, por concessão do Governo Federal, compete a coordenação, direção e planejamento das atividades relativas à exploração comercial e industrial dos portos organizados e os serviços de dragagem e balizamento dos canais de acesso, bacias portuárias e vias interiores.

Através de seus programas e respectivos objetivos, o DEPRC propõe-se a mobilizar os recursos disponíveis para atender às diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, a saber: consolidar a infra-estrutura relativa aos portos organizados e suas áreas de influência, abrangendo também as hidrovias do Interior do Estado; ampliar o processo de desenvolvimento dos portos por ele administrados, com ênfase especial ao porto de Rio Grande, que se constitui no principal escoadouro das safras agropastoris; aproveitar o potencial navegável, objetivando a elevação do rendimento econômico com a integração dos portos através da navegação interior; orientar as atividades de canalização e regularização, tendo em vista o uso múltiplo dos cursos d'água; remodelar os parques de dragagem; racionalizar as atividades do Departamento, visando ao aumento da taxa de produtividade.

Com relação ao desempenho do DEPRC durante o exercício de 1988, são de destacar as ações voltadas para as Administrações Portuárias (Porto de Porto Alegre, Porto de Pelotas e Porto de Rio Grande) e as ações voltadas para a Administração de Vias Navegáveis (Administração de Serviços Delegados e Administração de Vias Fluviais).

A Administração do Porto de Porto Alegre, em continuidade ao trabalho de melhoria operacional através da racionalização e fiscalização atuantes, obteve um melhor desempenho operacional nas atividades portuárias e, em consequência, maiores valores para a receita proveniente da prestação de serviços.

A movimentação de cargas do Porto, em relação ao mesmo período de 1987, registrou o acréscimo de 3% no total movimentado, representando, até o final do exercício, cerca de 10,3 milhões de toneladas.

Para a consecução dos objetivos propostos, a Administração dedicou particular atenção ao programa de recuperação dos equipamentos e instalações, proporcionando melhor atendimento ao usuário e manutenção do patrimônio da Autarquia.

Em termos de recuperação de equipamentos e instalações destacam-se: substituição de motores de empilhadeiras, de gasolina para diesel; instalação de garras hidráulicas em empilhadeiras; recuperação de estrutura metálica de cobertura localizada entre os armazéns A1 e A2; e substituição da cabine de comando e recuperação da casa de máquinas do guindaste de pórtico nº 11.

Para o período de 1989/91, a Administração programou as seguintes atividades: recuperação do elevador e proteção de fundações e estruturas do Entrepasto Frigorífico; obras de restauração dos boxes do Posto de Lavagem e Lubrificação de Veículos; serviços de recuperação e revisão dos guindaste de pórtico números 12 e 13; substituição de motores de empilhadeiras; recuperação de armazéns portuários; melhoria na pavimentação da faixa portuária; e obras de melhoramento das instalações do Serviço Médico e Social.

Considerando as limitações orçamentárias, a Administração do Porto de Porto Alegre promoverá gestões junto à Empresa de Portos do Brasil, S.A. (PORTOBRÁS), com vistas aos seguintes investimentos: aquisição de empilhadeiras de garfos frontais de 40t, guindaste de pórtico de 6t, e veículos utilitários e caminhões; pavimentação de diversos armazéns em concreto, da faixa Portuária no Cais Navegantes, e do pátio para contêineres, no antigo Terminal de Carvão; e a aquisição de carretas para o transporte de contêineres, tração por trator.

A Administração do Porto de Pelotas, em atendimento às necessidades dos usuários, promove a política de utilização plena das instalações portuárias pelos mesmos, procurando ampliar o contingente dos que se utilizam dos serviços e instalações do Porto.

Neste sentido, de buscar o aumento da movimentação de cargas e da receita operacional, foram realizados os seguintes serviços e obras: reforma da rede hidráulica de abastecimento; recuperação de diversos equipamentos operacionais; pintura geral de prédios, armazéns e equipamentos; e construção de estação rebaixadora de voltagem.

A movimentação de cargas, em relação ao ano de 1987, apresenta o decréscimo de 23% devido à queda da participação do carvão mineral, em decorrência da indefinição política do Governo Federal em relação ao setor, representando cerca de 460 mil t, contra aproximadamente 600 mil t movimentadas em 1987.

Para o triênio 1989/91 destacam-se os seguintes projetos: reforma e melhoria da rede elétrica; melhoria do sistema de iluminação do cais; aquisição de um autoguindaste; e a consecução de meta de movimentação de um milhão de toneladas.

A Administração do Porto de Rio Grande, em continuidade aos trabalhos de recuperação daquele complexo portuário objetivou proporcionar, dentro das limitações orçamentárias, as condições necessárias para o pleno desempenho das funções de principal escoa-douro das safras agropastoris do Estado.

Não obstante, a diminuição na movimentação de cargas de 8,5% em relação ao movimentado em 1987, motivado fundamentalmente pela frustração de safras, ainda assim

o Porto de Rio Grande apresentou excelente performance do ponto de vista econômico-financeiro, uma vez que através da política implantada pelo DEPRC de retomada do disciplinamento na movimentação de cargas nas áreas de administração e jurisdição dos portos, permitiu manter sua participação na movimentação dessas cargas em torno de 50%.

Esta considerável participação na movimentação de cargas deve-se, também, ao restabelecimento do funcionamento pleno do Terminal do Trigo e Soja, com a participação pela primeira vez do silo vertical na movimentação de grãos.

Por outro lado, a utilização em maior intensidade da informática no âmbito do faturamento dos serviços portuários ensejou a dinamização e racionalização do processo de cobrança. Além disso, encontra-se computadorizado o sistema de folhas de pagamento, e foram iniciados estudos visando a incluir no sistema os cadastros dos bens patrimoniais e dos diversos itens de peças e materiais movimentados pelo almoxarifado. Com isto, se busca a agilização e o aprimoramento da manutenção de estoques, potencializando os setores de oficinas e conservação na execução de suas funções.

Foram realizados também, diversos serviços de conservação, manutenção e recuperação nas instalações e equipamentos do porto, de que ressalvam-se os seguintes: recuperação dos guindastes de pórtico e empilhadeiras; diversos reparos em portas, telhados e condutores dos armazéns portuários; pavimentação e repavimentação de trechos rodoviários no interior do porto, melhorando as condições de tráfego; recuperação de duas câmaras frigoríficas.

Por fim, cabe realçar as dificuldades existentes em relação ao reaparelhamento portuário, cujos equipamentos encontram-se ultrapassados (vida útil), em decorrência do denominado "desmonte" orçamentário da União, embora alguns investimentos tenham sido executados, como é o caso da compra de ambulância e da aquisição de quatro empilhadeiras de 2,5 mil kg de capacidade, através de programas aprovados pela Inspeção Fiscal da PORTOBRÁS.

Com relação à Administração de Serviços Delegados, compete à mesma manter a navegabilidade dos canais situados no Rio Guaíba, Lagoa dos Patos e no Rio São Gonçalo, desde a Barra do Rio Grande até o Terminal Santa Clara (Pólo Petroquímico). Também tem o encargo da manutenção do sistema de sinalização náutica existente ao longo da hidrovia, e a manutenção dos molhes em Rio Grande.

A Diretoria de Rio Grande executou dragagem, ao longo do ano, no montante de 215 mil m³, distribuídos da seguinte forma: Bacia de Evolução do Porto Novo — 45,3 mil m³; Terminal de Eteno da Companhia Petroquímica do Sul (COPEL) — 112,7 mil m³; e Canal dos Pescadores — 57 mil m³.

No âmbito da Diretoria de Pelotas foram dragados 291 mil m³ assim distribuídos: canal da Barra do São Gonçalo — 77,7 mil m³; canal da Feitoria — 213,3 mil m³. A Diretoria de Porto Alegre executou 84,3 mil m³ de dragagem no canal de acesso à Riocell, totalizando, no conjunto das diretorias, o montante de 590,3 mil m³.

Foram também realizados diversos serviços referentes a reabastecimento, substituição, reposicionamento e substituição de amarras em bóias e sinais do balizamento náutico, em atendimento à necessidade de manter a segurança da navegação.

Nesse sentido, e também para garantir o livre acesso das embarcações aos portos organizados do Estado, foram efetuadas sondagens ao longo de 6,5 mil metros localizados no Terminal da COPEL e Canal da Feitoria, com o estabelecimento de perfis longitudinais (3,91 mil metros) e transversais (5,2 mil metros) relativos ao Canal da Feitoria, pela Diretoria de Pelotas. A Diretoria de Porto Alegre, no âmbito de sua área de atuação, realizou sondagens em nove mil metros nos canais de acesso à Riocell, Campista, Pedras Brancas, Furadinho e Navegantes (neste último, com o estabelecimento de mil metros de perfil longitudinal); ademais, efetuou a implantação de dez estações metálicas para a instalação de radioposicionadores.

Para assegurar a entrada segura das embarcações de longo curso e cabotagem, foram realizados diversos serviços de conservação e manutenção dos molhes de Rio Grande, com a colocação de 1,5 mil toneladas de blocos graníticos; preparação, arrumação e concretagem de 94 metros de plataforma; e recuperação de 177 metros de linhas férreas.

Por último, em termos de conservação e manutenção do patrimônio, foram executados, ao longo do exercício, obras e serviços de reparos e recuperação de instalações e equipamentos do parque de dragagem.

A Administração de Vias Flúvias tem a competência de estudar, planejar e promover o melhoramento das vias navegáveis, principalmente no âmbito dos rios Taquari e Jacuí, mantendo, para tal fim, os serviços do campo indispensáveis à consecução de tal objetivo.

No exercício de 1988 foram executadas dragagens no montante de 425,1 mil m³, conforme a seguir: Jacuí (271 mil m³), Sinos (3,1 mil m³), Caí (25 mil m³) e Guaíba (126 mil m³). Acresce a estes trabalhos de dragagem os levantamentos topo-hidrográficos efetuados, a abertura e manutenção de poligonais, colocação de bóias, além da implantação de placas sinalizadoras (leques) nas hidrovias do Jacuí, Taquari e Sinos.

Em relação aos serviços de levantamento topo-hidrográfico, foram executados 15,7 mil metros de picadas; 134,2 mil metros de levantamento angular e linear; 5,6 mil metros de nivelamento; 33,3 mil metros de demarcação; 233,4 mil metros de sondagem batimétrica, nos rios Jacuí, Guaíba, Caí e Gravataí. Foram também realizados serviços de instalação, revisão e substituição de pontos de sinalização náutica (bóias, arinques e placas).

No que diz respeito à integração com as demais esferas do Poder Público, destacam-se em nível municipal: dragagem de 10,9 mil m³ para a Riocell, em Guaíba; e serviços de dragagem junto ao Canal de adução de bombas da Usina Termoelétrica de Charqueadas, da Centrais do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL). No âmbito estadual, cabe registrar a dragagem de 125 mil m³ para o Departamento de Fiscalização do Trânsito de Mercadorias da Secretaria da Fazenda. A nível federal, diversos serviços foram realizados por contrato com a PORTOBRÁS — Administração da Hidrovia Lagoa dos Patos — Jacuí — Ibicuí (AHSUL) e o Departamento, a saber: serviços topo-hidrográficos nos rios Jacuí e Taquari; dragagens diversas e derrocamentos nos rios Jacuí e Taquari, e rios sob a jurisdição da PORTOBRÁS.

Por fim, foram realizadas as seguintes dragagens para terceiros: 200 m³ para a COENTER, Construções e Engenharia; 25 mil m³ para a CIMBAGÉ, na foz do rio Caí; e diversos serviços de dragagem para o Parque Náutico da Sociedade Navegantes — São João, na Ilha do Pavão.

2.16.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

O Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul tem como principais atribuições: estudar e organizar o Plano Aeroviário do Estado; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos no Rio Grande do Sul; executar a política aeroportuária e aeroviária do Estado; planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária do Estado; realizar a manutenção e executar as operações da frota aérea oficial.

O ano de 1988 foi um marco na história do Departamento Aeroviário pois o Governo Federal, através do Ministério da Aeronáutica, delegou ao DAE, por meio de concessão federal, a administração e exploração comercial de sete aeroportos do Rio Grande do Sul, operadores de linha aérea comercial. Tal concessão dá início a uma nova política, mais eficiente, da administração aeroportuária do País, transferindo aos Estados a autonomia necessária para definir as suas metas conforme seus próprios interesses e conveniências, e cria possibilidade ao DAE de arrecadar receitas através da cobrança de tarifas aeroportuárias nestes aeroportos. São eles: Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo, Ijuí, Cruz Alta, Santo Ângelo e Santa Rosa. Outros estão sendo estudados para integrar esse sistema regional de aeroportos, tais como São Borja, Santana do Livramento, os novos aeroportos de Vacaria, Alegrete e outros que vierem a convir ao Estado.

Em 1988 o DAE prosseguiu no desenvolvimento do programa de implantação da infra-estrutura aeroportuária para o uso de aviação agrícola, tendo como objetivos o controle de carga, descarga e limpeza das aeronaves aplicadoras de defensivos, com pátio de contaminação.

Está sendo, também, desenvolvida uma, nova tecnologia de tratamento dos efluentes contaminados, aperfeiçoando o sistema proposto pelo Ministério da Agricultura, desenvolvendo-se ainda conversações com as empresas operadoras de aviação agrícola para que participem deste projeto com recursos próprios, face às obrigações que possuem neste sentido.

Prosseguiu também o Programa de Helipontos no litoral gaúcho, complementado por helipontos em hospitais que prestam serviços de atendimento médico de urgência, para apoio das operações de salvamento e emergência que os helicópteros do DAE prestam em conjunto com a Brigada Militar.

Durante o ano de 1988, o DAE realizou várias obras e executou diversas atividades onde pode-se destacar: implantação de duas linhas aéreas diárias Caxias do Sul/Porto Alegre, uma postal e outra para passageiros; implantação de duas linhas aéreas entre Caxias do Sul e São Paulo; prosseguimento das negociações com uma empresa de aviação comercial, visando à implantação de linhas regulares entre os principais pólos econômicos do interior do Estado com o centro do País, especialmente entre as cidades de Rio Grande e São Paulo; implantação do Sistema de Telecomunicações Aeronáuticas, rádio farol não direcional — NDB, balizamento noturno, e estação meteorológica no Aeroporto Regional de Caxias do Sul; construção do Terminal de passageiros do Aeroporto Caxias do Sul (em obras); construção de novo pátio de hangaragem no Aeroporto Regional de Passo Fundo; início de construção do novo Aeródromo de Alegrete; sinalização diurna no Aeroporto Regional de Santo Ângelo; ampliação e reforma dos terminais de passageiros dos aeroportos Regionais de Passo Fundo e Santo Ângelo; reforma da instalação elétrica do Aeródromo de Erechim; obras de recuperação do Aeródromo de Santana do Livramento, interditado há vários anos, com o objetivo de reomologação; obras de con-

servação e manutenção, consistido de ceifamento nas laterais das pistas, limpeza dos sistemas de drenagem superficial, reparos no cercamento e sinalização nos aeródromos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Capão da Canoa, Carazinho, Getúlio Vargas e Alegrete e revisão e recuperação de algumas aeronaves.

No que tange aos estudos realizados pelo DAE no decorrer de 1988 cabe destacar: elaboração do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Regional de Caxias do Sul, com horizonte até o ano 2000 e com o objetivo de adequar o Aeroporto à utilização futura da aeronave Boeing 737, o crescimento de aviação comercial e o aparecimento do transporte aéreo de carga; elaboração de estudos para solucionar o problema de infra-estrutura aeroportuária da região de Ijuí — Cruz Alta e formação de Grupo de Trabalho para elaboração dos Planos Básicos de Zona de Proteção para os principais aeroportos e aeródromos do Estado.

Foi também realizada uma revisão total da estrutura organizacional do DAE, com elaboração do Quadro de Carreira, Plano de Cargos e Função e Regimento Interno. Além disso, foi implantada a informatização da Autarquia.

Quanto aos principais pontos de estrangulamento que prejudicaram a consecução na íntegra das metas previstas, pode-se destacar a carência de pessoal e equipamentos. Para a conservação dos sessenta e seis aeródromos sob os cuidados do DAE, haveria a necessidade de um reaparelhamento completo dos equipamentos de terraplenagem existentes, além de incrementos no quadro de pessoal para tornar possível a administração e exploração dos diversos aeroportos inclusive os integrantes de concessão federal.

2.17 — PLANEJAMENTO

2.17.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A Secretaria de Coordenação e Planejamento responde pela elaboração, coordenação, acompanhamento e controle do Programa de Governo. Realiza, também, estudos e pesquisas com vistas a subsidiar diretrizes sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado. Para tanto, sua atividade-fim está estruturada em cinco áreas: Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN); Assessoria Técnica; Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO); Departamento Central de Projetos; e Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser", na condição de órgão vinculado.

Caracteriza-se o ano de 1988 como o período que marca a efetiva retomada do processo de Programação do Setor Público, sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN). Este foi um fato extremamente importante já que adotar a programação como instrumento de gestão significa entender o Estado de uma forma diferente da que é expressa através dos orçamentos públicos convencionais. Estes vêem o Estado como um ente que gasta, o que se traduz em uma prática conservadora e equivocada, uma vez que o gasto, em si, não pode ser o objetivo de nenhuma atividade — gastar é sempre um meio.

A Programação e o Orçamento-Programa, quando efetivamente adotados, significam que os decisores deixam de ver o Estado como um ente que gasta, para vê-lo como um agente econômico que produz bens e serviços, perseguindo objetivos e metas, e que para a consecução destes, lança mão de uma constelação de fatores de produção — recursos humanos e capacidade instalada, que constituem o investimento passado — e de insumos. Neste sentido, já não se trata mais de gastos — na medida em que os gastos aparecem traduzidos em conteúdos objetivos — mas, sim, de desembolsos, ou do pagamento desses fatores de produção e insumos para atingir determinadas metas. Isto é em última análise a Programação, e somente no dia em que o Estado tiver aperfeiçoado o seu sistema, com a explicitação de seus programas e a sistematização de suas informações, é que se poderá analisar objetivamente a eficiência e a eficácia de sua ação.

Atualmente, ainda não se dispõe de informações suficientes para afirmar se a atual administração estadual é mais ou menos eficiente do que as que lhe antecederam, uma vez que gastar mais ou menos, simplesmente, não diz nada. O que realmente interessa é saber se produziu-se mais ou menos, e com que produtividade dos fatores envolvidos. Neste sentido, todo o empenho da SCP, através do DEPLAN, está concentrado em retomar o processo de planejamento do Estado, prática que busca, também, explicitar o uso e a alocação dos recursos públicos.

A adoção da Programação enquanto instrumento moderno de gestão é indispensável neste sentido, principalmente numa conjuntura de crise como a que se vive atualmente. É sabido de todos as dificuldades por que passa o Setor Público brasileiro, em geral, e o Setor Público rio-grandense, em particular. De todos é conhecida a deterioração do coefi-

ciente de poupança fiscal, e a necessidade inadiável de recompô-lo. A este respeito, quando se diz que o Estado perdeu coeficiente de poupança, isso não significa que no seu interior não existam recursos capazes de serem mobilizados na tarefa do desenvolvimento. Estes recursos existem e estão ocultos sob a forma da ociosidade, da baixa produtividade, da ineficiência — só que estas formas não são reveladas, disfarçando-se sob as mais diversas maneiras, e sobretudo, pela absoluta inexistência de indicadores que as identifiquem. Daí ser uma das funções mais importantes do planejamento, a de revelar as formas pelas quais os recursos se escondem, para um uso mais útil, mais eficiente do ponto de vista da coletividade.

O planejamento tem, assim, entre outras funções, a de alavancar os recursos, de explicitá-los, mostrando as possibilidades que se apresentam quando os mesmos são devidamente mobilizados.

Este trabalho está apenas no seu começo e, para que se logre avançar, rompendo-se a descontinuidade que caracteriza o processo de Programação do Setor Público Estadual, é necessário uma decidida e inequívoca vontade política de parte de todos os centros de decisão governamental.

Ao lado da Programação do Setor Público estadual, e no próprio movimento de execução deste trabalho, a Secretaria de Coordenação e Planejamento vem tentando articular o planejamento de longo prazo do Estado. Neste sentido, o DEPLAN abriu uma linha de estudos pioneiros que busca especular sobre a economia e a sociedade do futuro, através do método de "cenários". Um importante primeiro passo foi dado nesta direção, quando em 1988, técnicos do Departamento, com o auxílio — de consultores externos, produziram algumas notas de caráter metodológico sobre a referida técnica. Este trabalho despertou interesse da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), que se dispôs a financiar parte dos recursos necessários ao seu prosseguimento. Neste sentido, a SCP gestionou a celebração de um convênio entre os Governos do Estado e da União, para a realização do estudo. Parte-se, agora, para a fase de produção dos "cenários", que deverão balizar o planejamento estratégico a nível governamental.

Vinculado ainda às ações de planejamento e acompanhamento da Programação do Setor Público existe, junto ao DEPLAN, o Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI), o qual tem como objetivo geral agregar, em um único sistema, todos os projetos/subprojetos/projetos executivos do Setor Público do Estado, cuja realização esteja a cargo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações, tendo em vista a elaboração de análises e informações sobre o andamento dos programas setoriais.

O SAFFI serve de apoio eficiente à Programação do Setor Público, permitindo o acompanhamento das ações programadas e possibilitando ao Governo do Estado confrontar os gastos financeiros com as realizações físicas de cada período, de forma a dar uma visão realista da atuação governamental, detectando desvios entre o programado e executado, e oportunizando a correção de eventuais distorções.

No ano de 1988 foi iniciada, pelo SAFFI, a discussão sobre a inclusão no Sistema, ao lado dos Projetos, também das Atividades executadas pelos órgãos públicos, dando ao mesmo uma maior abrangência, e proporcionando melhores condições de avaliação dos gastos governamentais, em função de uma programação preestabelecida.

Além disso, destacam-se entre as ações desenvolvidas pelo SAFFI em 1988: o cadastramento de 2.422 projetos e acompanhamento mensal dos mesmos; a conferência dos

dados informados pelos diversos órgãos da Administração Pública Estadual; a atualização diária das informações; a emissão de relatórios, conforme a necessidade de utilização dos mesmos; a manutenção de contato permanente com as informantes do Sistema, para eventuais esclarecimentos quanto ao preenchimento dos formulários; a manutenção de contato permanente com os usuários do Sistema, com o objetivo de orientar sobre a forma mais adequada de utilização do mesmo.

São ainda de destacar no exercício, a conclusão da implantação da quarta versão do Sistema, em Goiânia (Goiás), a elaboração do Manual de Instruções do SAFFI 1988, e a realização, em Porto Alegre, do IV Encontro Nacional de Técnicos do SAFFI (de 23 a 25 de novembro de 1988).

Como parte das ações de planejamento desenvolvidas pela SCP atua, junto ao Gabinete do Secretário, a Coordenação de Programas Especiais, a qual direcionou suas realizações para o atendimento e efetivação do Programa de Cooperação Técnica entre a República Federal da Alemanha e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do PRORENDA.

Este Programa objetiva a viabilização de espaços econômicos para a população de baixa renda, para o que o Governo da República Federal da Alemanha se compromete a oferecer apoio técnico financeiro, através da vinda de técnicos alemães para assessoramento e treinamento de recursos humanos, equipamentos, e de contribuições financeiras. Através do PRORENDA, portanto, procura-se promover o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais e populações carentes das periferias urbanas, bem como a melhoria da qualidade ambiental, através de projetos em áreas-piloto do Estado.

Os primeiros projetos apresentados pelas missões bilaterais de avaliação já foram aprovados, bem como já foram executadas ações de treinamento e consultoria com recursos liberados pelo Ministério das Relações Exteriores. A execução dos projetos fica a cargo de vários órgãos estaduais, tais como a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.

Cabe mencionar dois outros programas coordenados através do Gabinete do Secretário. O primeiro — Programa Florestal (PROFLOR) teve sua coordenação assumida pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, neste exercício de 1988.

Com relação ao segundo — Programa de Drenagem Urbana, é de destacar a realização de contatos, reuniões e encontros com sessenta e três Prefeituras do Interior do Estado, do que resultou, inicialmente, a assinatura de contratos com vinte e quatro Prefeituras.

O grupo técnico estabelecido junto ao Gabinete do Secretário de Coordenação e Planejamento atuou em conjunto com os municípios, oferecendo o apoio à elaboração dos Projetos de Engenharia e à montagem de um documento único para obtenção, em bloco, dos recursos financeiros internacionais para execução das obras através das Prefeituras.

A parcela de recursos financeiros estaduais aportada ao Programa através do Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO) somou um montante de Cz\$ 178.760.000,00 a serem pagos em três parcelas.

Estão em fase de negociação os contratos com outras Prefeituras e a previsão é de que se efetivem as assinaturas de outros contratos no primeiro semestre de 1989, havendo recursos para tal na ordem de Cz\$ 1 bilhão, a preços de dezembro de 1988.

Outra atividade-fim de que se ocupa a Secretaria de Coordenação e Planejamento é a exercida pelo Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO). Este Fundo nasceu da necessidade de viabilizar a aplicação dos recursos gerados pelo Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos nos centros urbanos, sendo acrescidos ao mesmo os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Recursos Ordinários do Tesouro do Estado.

Dessa forma deu-se origem a um mecanismo ágil, capaz de transferir recursos aos municípios para melhoramento de sua infra-estrutura urbana, buscando resgatar a qualidade de vida da maioria da população e em breve espaço de tempo, realizar programas estaduais ao nível municipal, contando com o fundo rotativo de recursos do organismo.

O FUNDURBANO destina-se exclusivamente a dar suporte financeiro à elaboração de planos e projetos para obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social nos centros urbanos do Interior do Estado e Região Metropolitana de Porto Alegre, voltando-se dessa forma para o cumprimento de um importante objetivo da política estadual. Pela característica de fundo rotativo dos recursos de que dispõe, o retorno dos mesmos, ano a ano, pode propiciar o atendimento a todas as localidades do Estado. Existem, a nível estadual e federal, programas com os mesmos objetivos do FUNDURBANO, o que faz com que os recursos existentes funcionem como contrapartida um dos outros, sem superposição.

Até o ano de 1987 o FUNDURBANO resumia-se em financiador de recursos às Prefeituras Municipais para que estas realizassem, nos centros urbanos, melhorias de infra-estrutura básica. Desde sua criação até 1986, o valor repassado não sofria nenhuma correção, o que prejudicava a formação de um verdadeiro fundo rotativo.

A partir de 1987 passou-se a praticar correção monetária sobre os valores concedidos, na proporção de 50% da variação ocorrida entre a entrega do recurso e a data da devolução. Perdeu o Fundo, assim, metade de seu capital investido, traduzido em subsídio ao Setor Público municipal, permitindo com isso investimentos sociais. Ganhou, entretanto em relação ao comportamento anterior, posto que passou a formar o seu próprio capital acumulado no tempo, constituindo o seu fundo rotativo, associado aos recursos compulsórios a ele transferidos (Fundo de Participação do Estado-5%, e Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos, mais as transferências ordinárias do Tesouro), transformando-se em um montante respeitável.

Em 1988, além do Programa de Infra-estrutura Urbana que compreende obras e serviços de calçamento, iluminação, água, esgoto etc., o FUNDURBANO passou a contar com mais três, que são: Programa de Coordenação e Financiamento de Contrapartida para a Reciclagem e Aproveitamento Econômico do Lixo Urbano, Programa de Coordenação e Financiamento de Contrapartida para Planos de Drenagem e Saneamento Urbano, e o Programa de Construção de Centrais de Comercialização de Hortigranjeiros. Estes Programas dão nova dimensão ao Fundo, viabilizando a execução de programas de caráter estadual ao nível de municípios.

O Programa de Reciclagem e Aproveitamento Econômico do Lixo Urbano, através da construção de Usinas de Lixo, sofreu um certo estrangulamento com a decisão do Banco Central em congelar a capacidade de contratação de crédito por parte dos municípios. No exercício foram financiados apenas Cz\$ 110 milhões, atendendo à solicitação de três Prefeituras. Ocorre que o Programa criado no FUNDURBANO visava a complementar recursos financeiros a serem tomados pelos municípios junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em linha de crédito criada especialmente para o mesmo. Com a impossibilidade de contratação deste crédito, só foi

possível operar junto àqueles municípios que dispunham de recursos próprios para compor a contrapartida (cerca de 70% do investimento).

O Programa de Construção de Centrais de Comercialização de Hortigranjeiros busca promover a venda direta dos produtos hortigranjeiros por parte do próprio produtor. Para tanto o Fundo financia às Prefeituras os projetos de construção das Centrais de Comercialização, oferecendo ambientes adequados à comercialização dos produtos regionais e incentivando a substituição de hortigranjeiros importados. Neste exercício, o Governo Estadual atendeu à solicitação de financiamento de dez municípios, dos quais apenas sete se habilitaram, firmando contratos no valor total de Cz\$ 48,3 milhões.

Dos programas novos, o que recebeu a mais volumosa aplicação de recursos foi o de Drenagem e Saneamento Urbano, voltado para o financiamento de pré-investimentos e onde o FUNDURBANO financia parte dos recursos necessários à elaboração dos projetos, visando a permitir a continuidade de negociações com organismos creditícios internacionais. Este Programa atingiu vinte e quatro municípios, com financiamentos que somaram Cz\$ 178.760.000,00.

Não menos importante foi a manutenção dos financiamentos para obras tais como calçamento, embueiramento, ginásios de esporte, obras de arte e outros. Estes financiamentos atingiram o valor de Cz\$ 907.745.312,00 com a movimentação de 241 contratos. No exercício de 1988 foram realizados investimentos totais da ordem de Cz\$ 1.249.103.312,00. Para o período 1989/91 está prevista a ampliação do raio de ação do FUNDURBANO, capacitando-o a atender a um número crescente de municípios e dispor de um volume de recursos que permitam ampliar valorativamente este atendimento.

A elaboração, análise, financiamento e implementação de projetos estão adquirindo, através da Central de Projetos criada pelo atual Governo do Estado, a necessária agilidade que permitirá concretizar em obras e empreendimentos as necessidades mais incisivas.

A articulação entre os diversos órgãos, fundamental para que se concretizem alguns objetivos, continua com certos estrangulamentos mas, gradativamente, os entraves vão sendo eliminados e harmonizadas as formas de operacionalização.

Continua a merecer atenção especial a identificação de fontes e linhas de financiamento e a compatibilização da escassez de meios e multiplicidade de fins.

A atuação da Central de Projetos na assessoria às atividades industriais, agrícolas, de infra-estrutura e de atendimento aos organismos que se ocupam dos aspectos sociais induziram, no ano de 1988, à realização de uma série de trabalhos, entre os quais merecem destaque:

- Elaboração do Projeto de Informatização do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul, com a participação de técnicos da Secretaria de Coordenação e Planejamento — Central de Projetos; Secretaria da Justiça — Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); e Secretaria da Fazenda — Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS);
- Elaboração do Projeto Melhoria e Ampliação da Instituição de Atendimento de Idosos no Município de Nonoai;
- Assessoramento, para a elaboração e avaliação de projetos na área social, às instituições públicas e privadas como Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

(FEBEM) CAAL, Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), SUSEPE, Fundação Maurício Sirotski, Universidade de Caxias do Sul, através de assessoria direta às equipes técnicas, ou por intermédio de seminários ou encontros;

- Realização de estudos para uma Proposta de Ações Integradas nas Vilas da Grande Porto Alegre, com técnicos da Central de Projetos, Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), CAAL, Fundação Metropolitana de Planejamento, (METROPLAN), Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA);
- Realização de estudos para a elaboração de programas estaduais nas áreas de dependentes químicos, idosos, deficientes auditivos, crianças e adolescentes de rua;
- Participação em seminários e encontros realizados pela FEBEM, Conselho Estadual do Idoso, Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) e STASC;
- Participação na elaboração do estudo de viabilidade do Projeto de Construção de Sanitários em Escolas Municipais, juntamente com o Departamento de Apoio Escolar aos Municípios da Secretaria de Educação. Este Projeto prevê a construção de 2.680 sanitários duplos em escolas rurais, no período 1989/91, beneficiando 72.280 alunos;
- Participação na elaboração do Projeto de Recuperação, Ampliação e Aparelhamento de duas Escolas Técnicas do Estado, em conjunto com o Departamento de Ensino de 2º Grau da Secretaria da Educação;
- Colaboração na elaboração do Projeto de Recuperação, Ampliação e Aparelhamento de sete Escolas Técnicas do Rio Grande do Sul, junto ao Departamento de Ensino do 2º Grau da Secretaria da Educação;
- Participação no trabalho "Avaliação das Finanças Municipais" no período de 1981/86, para setenta e sete municípios do Estado, como parcela de participação da Central de Projetos no Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES) do Governo Estadual;
- Organização de plano de trabalho para elaboração do Programa de Conservação do Solo do Estado do Rio Grande do Sul;
- Elaboração do Projeto de ampliação e modernização do Viveiro do Horto Florestal do Município de Alegrete, visando a capacitá-lo para a produção de 1,2 milhão de mudas florestais/ano;
- Elaboração de projeto para recuperação de uma área (35 ha) em processo de desertificação no Município de Alegrete;
- Co-autoria do Manual de Sementes, Viveiros e Produção de Mudas (PROFLOR 4:3) editado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- Coordenação e fiscalização de obras de Engenharia Florestal constituída do plantio definitivo de cortinas vegetais, abrangendo 350 mil mudas específicas, visando à implantação do sistema de proteção vegetal na área do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul;
- Edital de qualificação para o Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica da implantação de uma fábrica de celulose de fibra-longa;

- **Análise dos relatórios relativos à elaboração de pré-projeto de uma fábrica de celulose de fibra longa não branqueada e "traftliner", com capacidade nominal de 750 ADMT/D, a ser implantada no Estado do Rio Grande do Sul;**
- **Estudos que visaram a instruir a elaboração do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), envolvendo: Estudo sobre as Finanças Municipais, objetivando análise da capacidade de endividamento dos municípios; Impacto da Reforma Tributária sobre Finanças Municipais; Estruturação dos Custos de Infra-estrutura;**
- **"Software" aplicativo para o Cálculo das Necessidades Habitacionais a nível de municípios do Rio Grande do Sul;**
- **Projeto "CHALET", concebido pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), como alternativa habitacional de baixo custo para população de baixa renda, a partir da construção de casas de madeira provenientes de reflorestamento, no caso "Pinus";**
- **Elaboração de Estudo de Viabilidade Econômica para Implantação de uma Unidade Produtora e Montadora de Casas de Madeira de "Pinus" — Projeto Chalet;**
- **Coordenação de um Grupo de Trabalho formado por técnicos da Companhia Petroquímica do Sul (COPE SUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), Secretaria da Indústria e Comércio — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIEN TEC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o objetivo de avaliar a situação da indústria química fina do Estado e de propor diretrizes para o desenvolvimento deste setor no Rio Grande do Sul;**
- **Contato com diversas empresas da indústria química do Estado, com o objetivo de avaliar a situação atual da química fina no Rio Grande do Sul e suas perspectivas futuras;**
- **Estudo das importações brasileiras de produtos da química fina, selecionando-se os produtos ou grupo de produtos com maiores possibilidades de serem produzidos no País;**
- **Avaliação Preliminar do Setor de Defensivos Agrícolas — um dos principais setores da química fina, estabelecendo-se as diretrizes para um estudo mais aprofundado sobre este ramo;**
- **Contatos com empresas de consultoria a respeito da possibilidade da realização de estudos sobre a situação atual do Mercado e da Tecnologia do Setor de Defensivos Agrícolas no Brasil e suas perspectivas futuras, com vistas a subsidiar decisões sobre possíveis investimentos no Estado neste setor;**
- **Elaboração de um Edital de Licitação para contratação de serviços de consultoria especializada para estudos sobre o Setor de Defensivos Agrícolas, com vistas a atender aos objetivos mencionados no item anterior;**
- **Participação nos trabalhos do Grupo de Química Fina da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) — Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS);**

- Contatos com a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (ABIFINA), com o intuito de promover seminários e encontros que possam subsidiar decisões e estimular investimentos no setor de química fina no Estado;
- Acompanhamento de projetos petroquímicos em fase de decisão e implantação, com o objetivo de recuperar e divulgar de forma ágil informações de interesse para a expansão do setor petroquímico do Estado;
- Identificação de tecnologias de ponta em indústrias de transformação petroquímica objetivando divulgar oportunidades de investimentos não conflitantes com o atual estágio do setor no Rio Grande do Sul;
- Acompanhamento de resultados das empresas em operação no Pólo Petroquímico (em termos de produção e mão-de-obra);
- Elaboração de análise setoriais com vistas a identificar campos de aplicação para produtos de origem petroquímica em substituição a componentes elaborados com produtos tradicionais;
- Contatos com instituições acadêmicas e órgãos de planificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em Moscou, sobre os seguintes temas: Técnicas e Política de Planejamento em Recursos Humanos; Possibilidades de convênios de cooperação técnica entre instituições soviéticas e sul-rio-grandenses;
- Participação no seminário organizado pelo Departamento da Central de Projetos;
- Participação, a convite do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e como representante da Secretaria, no 4.º Seminário Nacional de Avaliação das Contas Regionais realizado em Goiânia;
- Viagem de trabalho (com realização de palestra), realizada em Curitiba, a convite da Universidade Federal do Paraná, com apresentação do trabalho "Matrizes de Relações Interindustriais — RS";
- Acompanhamento de Projetos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Secretaria dos Transportes, especialmente no relativo ao Protocolo 14, que trata da implementação do comércio Brasil/Argentina;
- Estudo de viabilidade econômica para implantação de montadora de veículos de fibra de vidro — TAURA, Veículos e Motores Ltda.;
- Organização de resumo de projetos apresentados a diferentes missões do exterior que formalizaram contato com o Governo do Estado, com respeito a projetos de interesse mútuo;
- Organização do Cadastro de Projetos em desenvolvimento na Central de Projetos e outros Órgãos do Governo do Estado.

2.17.2 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER" (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE), como órgão vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, tem como objetivos principais: realizar estudos e pesquisas, visando a aprofundar o conhecimento conjuntural e estrutural da realidade sócio-econômica gaúcha; coletar, processar, classificar,

avaliar, tratar e divulgar dados estatísticos e informações sobre o Estado utilizando técnicas e metodologia disponíveis; e efetuar estudos e pesquisas sócio-econômicas com vistas à interpretação da economia rio-grandense e sua inserção no quadro nacional, objetivando a geração de subsídios quantitativos e analíticos para a determinação de programas e prioridades governamentais.

Desse modo, dentro da linha sistemática de atuação da Instituição, garantiu-se, em 1988, a continuidade dos levantamentos de dados estatísticos e a publicação de periódicos que objetivam informar a sociedade, tanto a nível municipal como estadual e nacional, sobre o comportamento das variáveis representativas nas áreas econômicas e social; realizaram-se estudos e pesquisas de caráter estrutural e conjuntural, preferencialmente sobre a economia gaúcha; e avançou-se na busca de elementos elucidativos e capazes de apontar rumos de ação. Paralelamente às atividades de técnicos da FEE em programas de rádio (setenta e quatro) e de televisão (vinte e sete), são de destacar os trabalhos de coleta e repasse de informações ao público e a participação em eventos científicos, a maior parte delas com apresentação de trabalhos elaborados pelos técnicos da Instituição.

O grande destaque de 1988, entretanto, foi a comemoração dos quinze anos de criação da FEE (Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973). Por ocasião do evento, foi inaugurado o "AUDITÓRIO PROF. NEY MARQUES" em homenagem póstuma ao ex-Presidente da FEE e ao profissional da área de economia que muito contribuiu para o desenvolvimento da análise econômica no Estado. Na oportunidade, também foi lançada a publicação "O Rio Grande do Sul e as Tendências da Distribuição Geográfica do Crescimento da Indústria Brasileira — 1940-1980", primeiro volume da série "15 ANOS FEE" composta de seis trabalhos de pesquisa. A apresentação e o debate do referido estudo no auditório então inaugurado assinalaram o encerramento das comemorações alusivas ao evento.

Outro acontecimento marcante ocorrido durante o ano de 1988 diz respeito à inauguração da LIVRARIA FEE que abriga a produção intelectual da Instituição, constituindo-se em um novo espaço para a comercialização de livros e revistas, periódicos e não-periódicos, abordando primordialmente a realidade sócio-econômica estadual.

Dentro do Programa de Planejamento Governamental, pelo qual a FEE é um dos órgãos responsáveis e cuja importância reside na necessidade da montagem de um sistema de planejamento estadual, em 1988 foram elaborados e editados vinte e oito estudos periódicos decorrentes de demanda interna, quatorze, oriundos de convênios ou contratos firmados com outros órgãos, além da reimpressão de algumas publicações já esgotadas. Também foram elaborados quarenta e oito relatórios mensais, contendo informações especificadas nos contratos celebrados com a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), e Sindicato Médico do Estado do Rio Grande do Sul (SIMERS). De um modo geral, tais resultados correspondem às metas fixadas para o ano na Programação 1988-1991, salientando-se que as publicações deverão estar concluídas até o final de dezembro.

Merecem destaque entre os periódicos que objetivam divulgar dados estatísticos: doze edições do "Mensário Estatístico Sul-Riograndense", abrangendo informações estatísticas do Estado; uma "Resenha Estatística do Rio Grande do Sul", que contém uma síntese anual das principais informações sobre o Estado relativas ao quinquênio 1983-87; um "Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul" que divulga informações estatísticas sobre a economia em geral e a nível de microrregiões homogêneas e municípios, com dados de 1987; e doze edições do "Termômetro de Vendas", decorrente de um contrato firma-

do entre o Clube dos Diretores Lojistas (CDL) e a FEE, fornecendo informações sobre o comportamento das vendas do comércio lojista de Porto Alegre.

A conjuntura econômica gaúcha é discutida através de uma linha específica de periódicos, incluindo os "Indicadores Econômicos RS", onde se analisa a evolução econômica recente, compreendendo dados globais como o relativo ao comportamento da renda. Em 1988, foram publicados a retrospectiva de 1987 e os volumes referentes aos três primeiros trimestres de 1988. Ainda dentro da linha de análises conjunturais, ressaltam os quatro fascículos da "Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul", publicação trimestral que acompanha sistematicamente a evolução conjuntural da indústria gaúcha, confrontando-a com a nacional, e o "Desempenho Recente da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul", fruto de contrato celebrado com a Secretaria da Indústria e Comércio/Conselho Estadual da Indústria de Construção (SIC/CEICO), analisando o desempenho da indústria da construção nos seus grandes segmentos: o habitacional e o de obras públicas. A publicação refere-se ao segundo semestre de 1987 e primeiro de 1988.

Visando a sistematizar e estimular o debate científico, também situado na linha de periódicos, é publicada semestralmente a revista "Ensaio FEE", contendo artigos sobre a área sócio-econômica, inclusive questões teóricas, escritos por técnicos da FEE (oito em 1988) e colaboradores independentes.

Inserido no ordenamento programático de atuação da Instituição, encontra-se o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Contabilidade Social. Trata-se de uma atividade de permanente atualização que objetiva estruturar os esquemas de mensuração da atividade econômica estadual. Além da realização das estimativas das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fator (PIBCf) para o ano de 1988, foram geradas cinquenta e duas memórias técnicas e/ou trabalhos referentes a aspectos metodológicos dos agregados econômicos no período.

Como estudos detalhados de problemas específicos, cuja relevância ou impacto injuziram à realização de trabalhos e pesquisas de maior profundidade e duração, foram publicados em 1988:

- "O Crescimento da Indústria do Rio Grande do Sul na Década de 70: um Estudo Comparativo" — estudo que estabelece comparações entre o crescimento das indústrias gaúchas, paulistas, mineiras e do Rio de Janeiro, entre 1970 e 1980, tanto em nível de gêneros como em termos agregados;
- "Distribuição Geográfica do Crescimento Industrial no Rio Grande do Sul durante a Década de 70" — análise das modificações ocorridas nos padrões de distribuição geográfica da indústria no Rio Grande do Sul, em nível de valor da produção global e por gêneros, com base no número de estabelecimentos;
- "Estudos sobre o Conceito de Região" — pesquisa que aponta categorias de análise para o estudo da região, especifica as suas articulações internas e relações como o todo e avalia as condições históricas de transformação de uma região;
- "O Rio Grande do Sul e as Tendências da Distribuição Geográfica do Crescimento da Economia Brasileira: 1940-1980" — identificação do papel desempenhado pela economia gaúcha frente às mudanças ocorridas no crescimento econômico brasileiro, no período 1940-1980, com ênfase na sua distribuição espacial;

- **“Região Metropolitana de Porto Alegre: informações e análise”** — divulgação estruturada e sistematizada de dados e informações que refletem as características espaciais, demográficas e sócio-econômicas dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, incluindo análise das informações apresentadas.

Vários outros estudos concluídos em 1988, encontram-se ainda em fase de editoração ou aguardando liberação. Pode-se salientar entre eles:

- **“Um Estudo sobre a Indústria Internacional de Componentes Digitais”** — montagem de um amplo panorama delineando os principais movimentos que marcaram, e que continuarão a fazê-lo em futuro próximo, a indústria de semicondutores digitais em nível internacional (Vol. 2 série 15 ANOS FEE);
- **“Sistema de Financiamento à Agricultura na França. O Crédito Cooperativo Francês: história do “crédit agricole, 1894-1984”** — reconstituição histórica deste sistema de financiamento francês à agricultura, mostrando sua evolução e mecanismos responsáveis pela sua transformação (Vol. 3 da série 15 ANOS FEE);
- **“Efeitos do Crédito Rural sobre a Economia Agrária do Rio Grande do Sul: 1965-80”** — análise das mudanças que a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ocasionou na execução e nos resultados da política agrícola, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do setor agropecuário do Rio Grande do Sul (Vol. 4 da série 15 ANOS FEE);
- **“Desvendando a Espuma; Reflexão sobre a Crise. Regulação e Capitalismo Brasileiro”** — sistematização de uma discussão teórica sobre as noções de crise e regulação das economias capitalistas, procurando abranger a evolução desses conceitos desde o surgimento da ciência econômica (Vol. 5 da série 15 ANOS FEE);
- **“Vazios Urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais”** — montagem de um painel onde os vazios urbanos foram apreendidos enquanto fenômeno constitutivo do processo de valorização do solo e onde são destacadas as implicações sociais decorrentes de sua existência (Vol. 6 da série 15 ANOS FEE);
- **“A Burguesia Industrial Gaúcha e a Política Salarial: 1964-80”** — pesquisa sobre o empresariado gaúcho frente a mudanças importantes na política salarial pós-64, buscando a compreensão das especificidades deste empresariado;
- **“A Indústria Informática nacional e a Reserva de Mercado”** — análise da evolução desta indústria no que se refere ao ramo de mini e microcomputadores e seus periféricos e avaliação do que tem representado para esse ramo industrial a política de reserva de mercado.

Entre os estudos que se encontram em andamento no final do ano de 1988, tendo seu término previsto em datas variadas — dependentes de sua complexidade e abrangência — pode-se destacar:

- os que estudam as relações do Estado com a Economia em geral ou um segmento econômico em particular: **“Estado e Política de Planejamento Estadual — A experiência do RS”** e **“O Setor Produtivo Estatal no Rio Grande do Sul”**;
- os que analisam a situação do emprego no Estado, as condições de trabalho e aspectos da política salarial: **“Força de Trabalho no RS: de 1964 aos Ajustes na Crise dos**

Anos 80”; “Negociações Sindicais na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1980/1987” e “Diferenciais de Salários entre o Setor Público e o Setor Privado da Economia Brasileira”;

- os que estudam a economia agrícola: “Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: os debates teóricos no período 1950-70” e “A Crise da Agropecuária Gaúcha: Mito ou Realidade?”;
- os que se preocupam com aspectos regionalizados: “Estudos sobre a Magnitude e a Natureza do Crescimento Sub-Regional do RS: 1939-80”.

No que concerne ao financiamento necessário para a realização das atividades e projetos acima arrolados, a FEE conta primordialmente com a transferência de recursos financeiros do Estado, pois as receitas próprias perfazem cerca de 15% do total necessário para o adequado cumprimento das finalidades precípua da Instituição.

2.18 – ADMINISTRAÇÃO

2.18.1 — SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SERHMA)

A Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA) tem como atribuições a elaboração da política de pessoal, da política dos transportes e dos serviços gerais estaduais, supervisão da previdência e assistência social ao servidor público, serviços gráficos e desenvolvimento de recursos humanos. A partir de março de 1987 passou também a seu cargo a organização administrativa da Administração Pública Estadual e do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS).

Em relação a estas últimas atribuições, foi criado o Sistema de Reforma e Modernização Administrativa (SERHMA), em 1987. Em 1988, foi elaborado o projeto de uma Central de Correspondência, ora em implantação no Centro Administrativo do Estado, e foi entregue ao Governo do Estado a Minuta de Decreto (Documento Básico) que dispõe sobre a nova Estrutura Organizacional do Poder Executivo, bem como um Anteprojeto de Lei dispendo sobre a Isonomia Salarial nos termos do artigo 39, parágrafo 1º da Constituição Federal.

Vale destacar ainda no exercício de 1988, as ações voltadas para o Treinamento e Aperfeiçoamento do Servidor Público, que têm por objetivo viabilizar a Reforma Administrativa implantada no atual Governo, e ainda não implementada na sua essência. Nesse sentido, foi criada uma dotação específica para a realização de 200 cursos, abrangendo 5 mil funcionários da Administração Direta.

Cabe enfatizar o pioneirismo do Rio Grande do Sul na elaboração de um "Manual de Normas de Perícia Médica", bem como o baixo índice de absenteísmo conseguido no Estado — 2,39 em 1987, e 2,42 em 1988 —, considerado o mais baixo no I Simpósio Nacional Estadual e Municipal de Perícias Médicas.

Com a preocupação de promover socialmente o servidor foram efetivadas ações para a instalação de uma creche no Centro Administrativo com 680,39m², destinada ao atendimento de crianças de zero a seis anos, filhos de servidores em exercício no Centro Administrativo, com capacidade de atendimento para cem crianças.

Quanto ao transporte oficial, as prioridades que nortearam a Superintendência de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul (SUTERGS), foram a de redução de custos, e aumento de produtividade, com uma economia de Cz\$ 14,56 milhões (preços de dezembro/88) nos combustíveis, obtida através da concessão de cotas de consumo mensal. Este fato torna-se mais visível, se considerarmos que a frota aumentou, passando de 5.614 veículos, em novembro de 1987 para 5.833, em novembro de 1988.

No exercício de 1988, a SERHMA ainda examinou, expediu e fez publicar 130.635 atos relativos à administração de pessoal, praticamente o dobro em relação ao exercício

anterior. Isso se deve ao fato de que foram tomadas medidas no sentido de modernizar o sistema de registro de informações, passando a utilizar-se basicamente o processo eletrônico de dados nos Sistemas de Pessoal, Transporte Oficial, e nas áreas de Protocolo e Recrutamento e Seleção.

Destacam-se a publicação de 4.330 aposentadorias, 8.703 atribuições de gratificação, 8.334 concessões de licença-prêmio e 21.081 promoções, sendo destas 19.140 do magistério e 22.893 triênios; e ainda a realização de 3 concursos públicos e 178 provas seletivas.

Em relação ao atendimento público, foram atendidas 23.292 pessoas no núcleo de Protocolo e Arquivo, e foram concedidas 47.226 audiências, consultas e informações ao público, através do Gabinete.

2.18.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), sociedade de economia mista estadual, criada através da Lei 6.573, de 5 de julho de 1973, tem como finalidade a de atender a uma política de descentralização administrativa, constituindo-se, com isso, no meio pelo qual o Governo do Estado busca suprir as suas necessidades no setor gráfico.

Em vista disso, cumpre à CORAG, como missão definida em seu Estatuto Social, “a execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe, em especial, a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário Oficial da Assembléia, do Diário da Justiça e do Diário da Indústria e Comércio”.

No desempenho destas atividades, a Empresa vem obtendo resultados amplamente satisfatórios, apesar das dificuldades conjunturais existentes, em vista da instabilidade do processo econômico nacional.

O Governo do Estado, através do Decreto nº 32.900, de 7 de julho de 1988, incumbiu exclusivamente à CORAG “a confecção de todo o material gráfico necessário às atividades dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, inclusive empresas subsidiárias, fundações e autarquias”.

Atenta a esta situação, a Empresa investiu no reaparelhamento de seu parque gráfico, com a aquisição de novas unidades produtivas, tais como: intercaladora de folhas, dobradeira, furadeira e, em especial, terminais de texto e transmissão à distância entre a CORAG e Assembléia Legislativa, Centro Administrativo do Estado, Palácio Piratini e Tribunal de Justiça. Como complemento a este novo Sistema, equipamento de fotocomposição, com serviço de pré-impressão e fotolitagem direta encontra-se em fase final de importação, com instalação prevista para o início de 1989.

Destaca-se em 1988, em sua produção diversificada, a impressão de 2,06 milhões de exemplares do Diário Oficial do Estado; 2,91 milhões de jornais particulares; 1,26 milhões de Separatas de deputados; 52,60 milhões de impressos em geral; e 4,83 milhões de centímetros publicados.

Para o triênio 1989/91, a Empresa traçou como meta prioritária, a implantação de sistema para impressão em formulários contínuos, com investimentos na ordem de aproximadamente Cz\$ 3 bilhões, já no primeiro exercício. Esse sistema proporcionará uma

nova linha de produção à Empresa, alargando o atendimento à Administração Pública Estadual. Ainda dentro deste exercício, haverá investimentos nas instalações, com a ampliação de 2.542m² de espaço físico e, em consequência, a possibilidade de climatização do parque gráfico, necessária para a conservação de equipamento com circuitos eletrônicos, proporcionando uma melhor qualidade em seus serviços de impressão.

2.18.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, instituída pela Lei n.º 6.464, de 15 de dezembro de 1972, é uma entidade de direito privado, vinculada à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

A estrutura básica da FDRH está apoiada em um Conselho de Planejamento e um Conselho Curador; uma Diretoria composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo; um Gabinete de Planejamento; duas Assessorias: de Comunicação Social e Jurídica; e em um Comitê de Coordenação.

As atividades-fim são desenvolvidas através da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS), do Centro de Desenvolvimento Institucional (CENDEI) e do Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação (CENPRHE) que atuam em quatro áreas básicas: Treinamento e Formação; Consultoria; Pesquisa; e Desenvolvimento de Produtos. Nestes órgãos atua um corpo técnico que se constitui de uma equipe multidisciplinar, em sua maioria técnicos de nível superior.

No exercício de 1988 procedeu-se à continuação do processo de reforma administrativa iniciado em 1987, quando foram extintos três Centros. Desenvolveu-se o plano de informatização, baseado no uso de microcomputadores, e implementou-se o Sistema de Planejamento e Avaliação de Desempenho (SPAD), como forma de administração flexível, por projetos.

Atualmente a FDRH apresenta um total de 142 servidores, tendo havido uma redução de 35% no seu Quadro de Pessoal em relação ao início da atual Administração.

Esta redução no Quadro de Pessoal não prejudicou o desempenho da FDRH, em virtude da modernização administrativa implantada e do uso intensivo de tecnologia de produção, bem como da concentração em atividades de treinamento intensivo.

No ano de 1988 foram treinadas 3.788 pessoas, realizadas 3.764 horas — consultoria, e 1.314 horas-pesquisa que, comparativamente ao ano anterior, demonstraram uma variação positiva de 83%, 52%, e negativa de 70%, respectivamente.

A atividade de pesquisa apresentou um menor número de horas diretas devido à concentração das ações em um número menor de projetos na busca de uma maior profundidade de enfoques em temas de interesse imediato do Setor Público.

O treinamento efetivado orientou-se para as áreas de Educação, (com 2.889 horas), Desenvolvimento Institucional (com 5.048 horas), e Gestão Pública (com 453 horas).

Cabe destacar a formação da primeira turma do Curso de Gestão Pública da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS), que

teve 236 inscritos e conta com vinte e nove participantes, os quais iniciarão os trabalhos de estágio em diversos órgãos do governo, e o XII Curso de Especialização em Recursos Humanos, já tradicional atividade da FDRH.

Além das atividades específicas de treinamento foram realizados os seguintes Seminários de importância: 1º Seminário de Estudos sobre Educação; 2º Encontro Nacional de Clubes de Ciências; IV Seminário Sulbrasileiro de Ensino de Ciências; Seminário "A Modernização do Estado do Rio Grande do Sul: uma Reflexão sobre o Papel da Administração Indireta", e o Seminário "Reforma Administrativa e Suas Implicações na Gestão Pública".

As atividades de consultoria prestadas pela FDRH junto a órgãos públicos estaduais totalizaram, em 1988, 3.764 horas, sendo atendidos: Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Instituto Riograndense do Arroz (IRGA); Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC); Departamento Aeroviário do Estado (DAE); Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS); Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC); Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS), e Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC). Estas atividades, basicamente, foram relativas a consultoria organizacional e reestruturação Administrativa.

Na área de publicações a FDRH editou, em 1988, dois Boletins Técnicos para professores de educação geral, com tiragem de 6 mil exemplares; uma Revista especializada para professores de Ciências e Matemática, com 5 mil exemplares; um livro de "Unidades Experimentais de Ciências, Vol. II" e um livro de "Biologia Experimental".

Ainda neste exercício desenvolveram-se duas importantes pesquisas: O "Estudo de políticas públicas" (a ser publicado em conjunto com a Fundação Centro de Formação do Serviço Público (FUNCEP)), que reúne depoimentos de personalidades destacadas na história da Administração Pública do Estado, constituindo-se em fonte de informação para estudos posteriores; e a "Avaliação da Situação das Administrações Municipais", pesquisa que apresenta subsídios iniciais à programação dos diversos projetos de desenvolvimento integrado consolidados no Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES). Em decorrência deste trabalho a FDRH está elaborando o Plano de Treinamento de técnicos municipais e estaduais (em torno de 16 mil horas) a ser desenvolvido nos próximos exercícios, como componente do PIMES.

Com relação ao seu desempenho econômico-financeiro, a busca da auto-sustentação econômica foi considerada pela FDRH como objetivo prioritário.

Esta decisão significou uma postura competitiva em busca da obtenção de ganhos de produtividade, atualização e recuperação de custos, de acordo com o mercado, e orientou a ação para os setores mais críticos. Isto diminuiu a participação financeira relativa do Tesouro do Estado e a natural passividade no processo de execução. Com a implantação do Sistema de Planejamento e Avaliação do Desempenho (SPAD), os técnicos, coordenadores e gerentes têm oportunidade de tomar conhecimento do impacto de cada projeto na formação dos resultados gerais da FDRH, pois permite o controle de todos os projetos em relação às metas previstas e realizadas, tanto no aspecto físico como no financeiro. Isso possibilitou uma maior mobilidade gerencial, e alguns resultados já foram alcançados, em 1988.

Na composição da receita da Fundação, o percentual de repasses do Tesouro do Estado, que correspondia a 73% da receita total, caiu para 60%, em 1988. Este desempenho foi acompanhado de investimentos nas instalações físicas, tendo sido completamente reformadas quatro salas de aula, recuperada a fachada dos prédios, bem como renovada e recuperada a maior parte do mobiliário e equipamentos.

**2.19 — PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
MÉDICO-HOSPITALAR**

2.19.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto n.º 4.842, de 08 de agosto de 1931, tem por objetivo primordial a realização das operações de previdência e assistência aos servidores do Estado e de suas Autarquias. Neste sentido o IPERGS no corrente exercício manteve sua diretriz básica voltada para o atendimento de seus mais de 700 mil beneficiários, em estreita sintonia com a política governamental estadual traçada, no tocante à assistência e previdência de seus servidores.

Na área de cadastramento de segurados cabe registrar o expressivo volume de suas atividades, representadas por inclusão de 25 mil beneficiários; emissão de 20 mil Declarações de Beneficiários; emissão de 45 mil Carteiras de Identidade Social; revalidação de 23 mil Carteiras de Identidade Social; fornecimento de 3 mil atestados de emergência.

Cabe registrar que, com a implantação do novo modelo do sistema de Beneficiários do IPERGS (SBI), a partir de março/88, foi dado início ao processo de descentralização do teleprocessamento de dados, com a implantação de terminais e impressoras em seis Delegacias Regionais, proporcionando aos segurados e dependentes maiores facilidades de atendimento, instantaneidade de informações, diminuição de deslocamentos, em suma, um atendimento mais qualificado.

Outro Sistema que veio proporcionar maior rapidez de informação e agilização, bem como tornar mais seguro o andamento de processos foi o Sistema de Protocolo Integrado (SPI), vinculado ao Serviço de Protocolo e Comunicações, tendo o mesmo no corrente exercício registrado a entrada de 33.900 processos, os quais podem ser acessados a qualquer momento nas diversas unidades do Instituto que já dispõem de terminais, bem como pelos demais órgãos do Estado que estejam vinculados ao SPI.

Procurou-se, na parte referente à documentação da Autarquia, uma otimização e racionalização de sua guarda e microfilmagem, representando uma redução na parte de Arquivo em torno de 60% da documentação existente, sendo no período microfilmados 2.640.000 documentos, correspondendo a 440 filmes microfilmados, bem como foram fornecidos 7 mil cópias micrográficas, e 8.200 processos foram informados.

Quanto aos bens patrimoniais do Instituto, merece registro a implantação do Sistema de Controle Patrimonial (SCP), visando ao controle físico-financeiro dos bens que integram o Patrimonial do IPERGS, o que possibilitará a identificação e o respectivo tombamento de todos os bens móveis os quais, efetivamente, careciam de um levantamento nos moldes do que se irá realizar. O cadastramento dos itens começará a ser feito a partir de janeiro de 1989.

No setor de obras de engenharia merecem destaque a reforma geral do Ed. Bento Gonçalves, situado nesta Capital na Av. Salgado Filho, sofrendo o mesmo uma modifi-

cação profunda, sendo suas dependências transformadas de locação residencial para comercial, o que irá proporcionar, na parte financeira, um incremento da arrecadação auferida com a locação das unidades ora modificadas.

No Edifício Sede do IPERGS foram executadas obras de cobertura do terraço do prédio, com o objetivo de solucionar os problemas ocasionados pelas infiltrações de água que freqüentemente ocorriam naquele local. Foram ainda executadas reformas gerais ou parciais nos prédios das agências do Instituto, nos municípios de Montenegro, Lajeado e Garibaldi.

No tocante aos bens imóveis, está sendo desenvolvido o Sistema de Imóveis de Propriedade do IPERGS (SIPI), objetivando o controle físico de todos os imóveis, facilitando sua administração, inclusive quanto aos locados, os quais passarão a ter o controle e emissão de recibo de cobrança de aluguéis por computador, e não manualmente como ocorre presentemente. Sua implantação está prevista para meados de março de 1989.

Com relação às ações desenvolvidas pela Diretoria de Assistência Médica, no decorrer do exercício de 1988 esta Diretoria consolidou suas atividades rotineiras, com vistas a propiciar assistência médica aos seus beneficiários, tanto na Capital quanto no Interior do Estado.

O ano foi particularmente difícil em função da quase generalizada prática de cobranças extras aos beneficiários de parte dos prestadores de serviços, sob os mais variados pretextos. Tramitou um número elevado de reclamações por parte dos segurados que sentiram-se prejudicados, levando a Administração da Casa a adotar medidas imediatas ante tal prática, inclusive adoção de medidas punitivas aos prestadores de serviços que se valiam deste expediente.

Houve interrupção da assistência médica em várias localidades, com suas seqüelas de toda ordem, causando permanentes conflitos entre o Instituto e seus segurados.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas a Direção da Autarquia procurou, através do diálogo com as áreas envolvidas, encontrar as melhores soluções, no menor tempo possível, sendo os resultados alcançados alentadores.

Paralelamente ao contexto acima, num esforço concretizado da Administração, ampliou-se o número de profissionais médicos credenciados em 480 novos profissionais, credenciou-se dois hospitais, elevou-se o número de serviços complementares em sessenta e quatro novos estabelecimentos e foram ainda credenciados cinco pronto-socorros para atendimentos de urgência.

No Interior do Estado foi procedido o recadastramento de todos os profissionais, atualizando seus dados cadastrais.

Foi plenamente consolidado neste período o atendimento farmacêutico, passando de serviços próprios (dezesseis unidades) que atendiam a poucas localidades, para serviços conveniados, mantendo as mesmas vantagens anteriormente proporcionadas aos seus beneficiários, ou seja, a aquisição de medicamentos a preços mais reduzidos do que os do comércio em geral. Hoje o Instituto possui 527 farmácias conveniadas, sendo 165 na Capital e 362 no Interior, atingindo praticamente a todo o Estado, estendendo dessa forma a assistência farmacêutica à totalidade de sua massa protegida.

No que se refere a atendimentos e serviços médicos, são de destacar, neste ano, 1.687.531 consultas médicas, 108.466 hospitalizações, 1.066.038 serviços complementares, e 153.079 emergências atendidas, no Estado.

Na área financeira, uma das maiores preocupações foi com a Carteira Habitacional do Instituto, que vinha apresentando uma série de problemas, desde a retomada de imóveis, inadimplência, passando pelos condomínios inacabados. Foi desenvolvido e implantado durante o exercício o Sistema Habitacional de Controle de Imóveis Retomados (SHCIR), tendo por objetivo o controle físico dos imóveis do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) retomados pelo Instituto, sistema este capaz de fornecer a qualquer momento a situação de um imóvel ou a posição do conjunto das unidades.

Em termos quantitativos a posição atual dos imóveis retomados é a que segue: 298 em cadastro, 55 recebidos em 1988, 49 licitados e 10 revendidos.

Quanto aos Condomínios inacabados cabe ressaltar a ênfase para a imediata regularização dessas situações, estando alguns em fase de solução final, sendo que outros serão objeto de re-estudo a partir de 1989.

No tocante à inadimplência, ocorreu uma diminuição sensível dos débitos em atraso para com o Instituto, fruto de uma política mais agressiva de cobrança e comunicação mais rápida entre o mutuário e a Autarquia. Hoje a situação demonstra que 38% dos mutuários estão com o pagamento em dia ou com menos de trinta dias de atraso, sendo que 47% dos mutuários estão com seus pagamentos com atraso superior a 120 dias.

Foram enviados à Procuradoria-Geral do Estado sessenta e três processos para execução, enquanto que para o início de 1989 outros setenta e quatro já estão prontos para remessa à PGE.

Merece referência o crescimento ocorrido na concessão de cartas de fianças em relação ao ano anterior. Em 1987 houve a implantação de 786 cartas de fianças para um valor afiançado de Cz\$ 3.067.761,20. Já no corrente exercício, o número de concessões foi de 1.068, para um valor afiançado de Cz\$ 17.473.745,54. O número de fianças pagas correspondeu a 329 casos, no valor de Cz\$ 30.184.572,60.

Pode-se dizer que no encerramento deste exercício deverá ocorrer um equilíbrio entre a receita e a despesa do setor de empréstimos e fianças.

Quanto à programação financeira, foram realizados diversos ajustes visando a uma maior rentabilidade, conforme política traçada pela Presidência, sendo que o Instituto retornou à prática de aplicar seus saldos bancários remanescentes no mercado financeiro com excelentes resultados, tendo sido obtido no período um rendimento superior a um bilhão de cruzados.

É de destacar o desempenho da Tesouraria do Instituto, a qual atendeu a 104.980 beneficiários, totalizando uma receita de Cz\$ 8.424.893.812,72, um dispêndio da ordem de Cz\$ 8.495.286.923,78, significando sobre o exercício anterior um aumento na receita de 867,47% sendo que a despesa registrou um aumento de 878,40%. Quanto ao número de beneficiários, o incremento foi de 43,65%.

Na área da Previdência, a preocupação tem sido a de melhorar o nível de atendimento, dada a importância cada vez maior deste setor no contexto social, e principalmente levando-se em conta o substancial contingente protegido, no Setor Público estadual.

Neste sentido uma importante medida adotada foi a designação do Grupo de trabalhos (Port. 1859/05.11.87), para planejar, organizar e executar o recadastramento dos pensionistas da Capital e Interior do Estado, trabalho este executado ao longo do ano. Na Capital foram recadastrados 14.699 pensionistas, havendo uma expectativa de que 12% das pensões estejam sendo pagas de forma irregular. Cada caso está sendo analisado cuidadosamente, para constatar a real situação de cada pensionista.

No Interior do Estado, após treinamento a todos os servidores e agentes de cada região, foi iniciado em outubro o recadastramento dos 26 mil pensionistas interioranos, o qual está em fase final de conclusão.

A par das dificuldades financeiras, observou-se rigorosamente o calendário de pagamento previamente estabelecido das pensões em manutenção. Foram pagos em média 35 mil contracheques ao mês, representando um desembolso mensal da ordem de Cz\$ 1.332.597.230,00, em valores atuais.

Merece destaque especial a política de reajuste adotada, em particular às pensões de menor valor, as quais sofreram um reajuste da ordem de 1.010,88%, bem superior à inflação do período, representando para o pensionista uma recuperação de seu poder aquisitivo.

Quanto aos demais planos na área previdenciária, são de destacar:

- o Plano de Assistência Complementar (PAC), que conta com 11.151 dependentes de segurados inscritos;
- o Pecúlio Facultativo, com 44.950 pecúlios em manutenção assim distribuídos: Plano A — 35.532 na Capital e 1850 no Interior; Plano B — 7.166 na Capital e 402 no Interior;
- Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), com 91.578 inscritos.

Ainda nesta área foram pagos 2.323 Pecúlios "Post Mortem", 6.194 auxílios-Natalidade e 27.206 pensões beneficiando 45.827 pensionistas.

Cabe ainda destacar as atividades desenvolvidas pela Assessoria Atuarial, que dedicou-se ao acompanhamento técnico das atividades do Instituto.

Com relação Assessoria de Informática, é de enfatizar a implantação do Sistema de transmissão de Dados por meio de fibra ótica entre a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e o IPERGS, sendo substituídas as linhas físicas de transmissão de dados Lps por fibras óticas, modificando a transmissão de remoto para local, representando para o Instituto sensíveis melhoras na qualidade de transmissão e na rapidez da informação. Como complementação a este Sistema, foi feita uma rede elétrica independente, para alimentar o Sistema de Multiplexadores Óticos e os terminais de vídeo e impressoras.

Devem ser também mencionadas as atividades da Assessoria de Planejamento, no assessoramento permanente à Administração Superior, em especial na elaboração de todos os atos administrativos envolvendo: o acompanhamento do Sistema de Protocolos Internos (SPI), da Divisão de Registros, Serviço de Protocolo e Comunicações, e Assessoria de Informática; o acompanhamento da implantação do Balcão de Atendimento ao Público (em fase de implantação); a continuação dos trabalhos para fins de implantação do uso de crachás; o acompanhamento do Projeto de Recursos Humanos do IPERGS

(RHI), módulos 1 e 2, em conjunto com a Divisão de Recursos Humanos, Assessoria de Informática e PROCERGS (em fase de andamento); o acompanhamento do Sistema do Censo de Pensionistas; o Auxílio — Transporte — projeto pendente de regulamentação estadual.

Foram desativados no período quarenta e nove formulários de diversas áreas, procurou-se racionalizar o maior número possível de formulários específicos e de uso comum, tendo sido confeccionado dezesseis novos impressos e desativados dez modelos.

A Assessoria de Comunicação Social encarregou-se da confecção de sete edições do Boletim Informativo do IPE — COMUNICAÇÃO, com listagem médica, hospitais, laboratórios e entidades conveniadas, tanto na Capital como no Interior do Estado, levando informações relevantes a todos os beneficiários do Instituto. Acresce às atividades da Comunicação Social a reedição do Manual do Segurado VOCÊ e o IPERGS, com a atualização de todos os benefícios e serviços prestados pela Autarquia, sendo documento indispensável para os segurados tomarem conhecimento pleno de seus direitos perante a Instituição.

Nas atividades da auditoria Interna além de suas atividades normais, destacam-se o assessoramento à Presidência nas matérias relacionadas com a Auditoria, bem como o assessoramento à Procuradoria Geral do Estado, em diversos processos trabalhistas movidos contra o IPERGS.

Quanto à Interiorização, que atendeu à significativa cifra de 355.825 beneficiários, vale mencionar a atenção que foi dada ao corpo funcional, com a realização de treinamentos regionais, capacitando-o a dispensar um bom atendimento à massa de segurados.

Foram inaugurados nove Postos de Serviço, com ampla repercussão nas comunidades beneficiadas.

Nesta linha de atuação voltada para o Interior do Estado, merecem registro as supervisões realizadas pela Inspetoria Geral em doze Agências Regionais localizadas nos municípios de Osório, Sapucaia do Sul, São Sebastião do Caí, Itaqui, Marau, Bento Gonçalves, Sobradinho, Passo Fundo, Carazinho, Pedro Osório, Alegrete e Jaguarão, e mais cinco Inspeções Especiais nas Agências Regionais de São Francisco de Assis, Gravataí, Viamão, Restinga Seca e São Leopoldo.

2.20 — PROCESSAMENTO DE DADOS

2.20.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

A PROCERGS em 1988 deu continuidade à proposta de trabalho iniciada em 1987, quando da posse da atual administração, qual seja de sedimentar valores tais como a participação dos funcionários, a transparência de ações e o fortalecimento da democracia, entre outras.

Nas áreas definidas como estratégicas pela PROCERGS continuaram os trabalhos para implantar/consolidar as seguintes diretrizes: — **DESENVOLVIMENTO/MERCADO**: adequação à política governamental; **TECNOLOGIA**: utilização da metodologia de Engenharia de Informações e processamento distribuído; **RECURSOS HUMANOS**: valorização do corpo funcional e desenvolvimento gerencial; **ADMINISTRATIVA/FINANÇEIRA**: modernização administrativa e auto-sustentação financeira.

Tendo como meta maior alcançar estas diretrizes, as principais ações executadas no período são descritas a seguir.

Na área de **DESENVOLVIMENTO/MERCADO** foram desenvolvidos e implantados vários projetos, como:

- **Processamento e Totalização das Eleições/88** em quatorze municípios do Estado, permitindo a agilização na proclamação dos resultados;
- **Implantação do módulo de faturamento do Sistema de Administração de Faturamento da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)**, propiciando maior controle sobre as receitas diretas e indiretas da Companhia;
- **Processamento de informações da declaração de rendimentos para fins de Imposto de Renda dos servidores, segurados e prestadores de serviços do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, visando a racionalizar a geração da Declaração de Rendimentos;
- **Controle do andamento de Obras da Secretaria de Educação (SEC)**, propiciando um acompanhamento das mesmas;
- **Controle de Cedidos da SEC**, permitindo um perfeito gerenciamento da movimentação dos servidores entre a Secretaria e outros órgãos do Estado;
- **Automação do Palácio Piratini** com a implantação de agenda, pré-agenda, cadastro de endereços (mundo oficial), processamento de texto e controle de correspondência, visando à organização e controle mais eficiente das atividades administrativas;

- **Processamento de Conta Remunerada para a Caixa Econômica Estadual (CEE), permitindo que a Caixa ofereça este benefício a seus correntistas;**
- **Processamento dos Empréstimos Habitacionais mantidos pela Companhia de Habitação do Estado (COHAB), racionalizando a emissão de carnês e controlando os pagamentos;**
- **Implantação dos módulos de Pré-ocorrências e Ocorrências do Sistema de Informações Policiais, propiciando uma agilização nas atividades policiais;**
- **Inclusão, no Sistema de Apuração dos Índices dos Municípios, dos procedimentos para o tratamento da Guia Anual de Microempresas, simplificando o preenchimento da guia pelo microempresário;**
- **Controle das transferências de crédito fiscal entre contribuintes do ICM, aumentando o controle sobre a arrecadação deste Imposto;**
- **Controle de pagamentos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);**
- **Execução dos procedimentos necessários à concessão da Anistia Fiscal conforme a Lei nº 8.694/88, propiciando a agilização da execução da anistia;**
- **Integração do Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda com o Sistema de Veículos da Polícia, agilizando os procedimentos de baixa de multas;**
- **Cadastro de Armas e Objetos sob a guarda do Tribunal de Justiça do Estado, aumentando controle sobre os mesmos;**
- **Controle do Patrimônio da Assembléia Legislativa, permitindo racionalizar e agilizar a obtenção de informações sobre os bens patrimoniais da Instituição;**
- **Processamento da Corrente do Amor para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) otimizando a emissão dos carnês.**

Nessa área, deve-se destacar o trabalho realizado juntamente com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, que resultou na absorção, pela PROCERGS, dos serviços de processamento de dados executados por essa Secretaria.

Em termos de **TECNOLOGIA** deve ser ressaltada a utilização da metodologia de Engenharia de Informações permitindo a obtenção, durante o período, de quatro Planos Diretores de Informática:

- **Tribunal de Contas (concluído);**
- **Superintendência dos Serviços Penitenciários (concluído);**
- **Assembléia Legislativa (em elaboração);**
- **Tribunal de Justiça (em elaboração);**

Outro projeto relevante foi a implantação de Fibra Ótica para a comunicação entre os terminais instalados no IPERGS e os computadores na PROCERGS, fato esse que,

certamente, representa um grande avanço em termos tecnológicos por tratar-se de um dos mais modernos meios de transmissão.

Visando a atender à diretriz de distribuição do processamento, foram adquiridos diversos equipamentos em 1988, dentre os quais ressaltam-se 131 microcomputadores, 282 impressoras remotas e 95 terminais de vídeo.

Na área de RECURSOS HUMANOS está em andamento a obtenção de um novo Plano de Cargos e Salários, cuja elaboração conta com a participação direta de todos os setores da Empresa.

Em 1988 o quadro de pessoal da PROCERGS situou-se em torno de 825 funcionários, apresentando uma redução de, aproximadamente, 7,3% em relação a 1987, tendo como consequência o não atendimento de todo o serviço planejado. Para recompor o quadro da Companhia foi aprovado pelo Governo do Estado, e está em andamento, um processo de contratação de pessoal, através de prova seletiva pública.

No ano, a PROCERGS, tendo como meta a qualificação do seu quadro funcional e dos seus usuários, realizou 5.362 horas de treinamento para 3.247 participantes, entre funcionários e clientes.

Na área ADMINISTRATIVA está em andamento o projeto que prevê a informatização das atividades do setor Administrativo/Financeiro, tendo sido implantados os procedimentos relativos à manutenção de tabelas de preços e controle de faturamento.

No aspecto organizacional houve a continuidade do processo de reestruturação, baseada na teoria cibernética, iniciada em 1987, tendo sido desenvolvida e implantada, no período de agosto a novembro de 1988, a reestruturação da área de Operações, concluindo as modificações nas áreas que atuam com a atividade-fim da Companhia.

Durante o exercício de 1988 a PROCERGS recuperou-se em termos financeiros, tendo apresentado um balanço positivo. Esta recuperação deve-se a dois fatores: solução da dívida existente junto a um fornecedor, através de aporte de capital, e renegociação dos contratos com os clientes, incluindo-se a trimestralidade para o reajuste de preços, além de um reajuste extraordinário visando a recuperar o equilíbrio financeiro de alguns contratos.

Finalmente, cumpre salientar que apesar dos problemas decorrentes da conjuntura econômica regional e nacional, foram realizados avanços significativos a ponto de manter a PROCERGS como a segunda empresa entre as similares no País, comprovando que a política adotada foi a mais adequada para o momento.

2.20.2 — COMISSÃO ESTADUAL DE INFORMÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL (CEIRGS)

A Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS), criada pelo Decreto n.º 32.776, de 17 de março de 1988, posteriormente alterado pelo Decreto n.º 32.934, de 12 de agosto de 1988, tem a atribuição de orientar, promover, coordenar, acompanhar e fiscalizar as atividades de Informática no âmbito da Administração Estadual, bem como definir as políticas e diretrizes para o setor.

As atividades de fiscalização da função Informática do setor público eram, até então, da competência do Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados

(SEPED), um organismo voltado para os grandes Centros de Processamento de Dados do Estado, que em outros tempos eram os detentores da função. Os projetos de expansão de capacidade do parque instalado eram submetidos à apreciação desse organismo, que mensalmente reunia seus conselheiros, a partir do que era emitido um parecer com a aprovação ou desaprovação do pleito. Em outras palavras, o SEPED exercia uma atividade exclusivamente cartorial, que com a expansão da função Informática, especialmente da microinformática, passou a ter um efeito restrito e, conseqüentemente, ineficiente.

Diante disso, e da necessidade da existência de um organismo voltado para o segmento em questão, com um conjunto mais abrangente de atribuições, de forma a assumir uma posição mais estratégica, foi criada a Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS). Constituída por um Plenário e Secretaria Executiva, também exerce atividades de ordem cartorial, sendo o seu objetivo maior o de disciplinar o processo de informatização pelo qual estão passando os diversos órgãos da Administração Estadual. Desde a sua entrada em funcionamento pleno já existe uma grande preocupação com o planejamento de recursos para a Informática Pública, seja de caráter instrumental ou orçamentário, bem como metodologias, filosofia de atuação e política de aquisições, ao que está sendo dada especial atenção. Ao mesmo tempo, diariamente são examinadas e despachadas consultas referentes à aquisição/contratação de recursos/serviços de informática, por parte dos órgãos da Administração Estadual.

A CEIRGS entrou em funcionamento pleno a partir da Reunião de Instauração do Plenário, realizada em 20 de outubro de 1988, quando foram decididos: a criação de um Sistema Provisório de Alçada, para deliberar sobre consultas à CEIRGS; a elaboração de uma proposta de Regimento Interno da Comissão; a divulgação das deliberações da Comissão, através do Boletim da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia.

O Sistema Provisório de Alçada delegou poderes à Presidência e Secretaria Executiva da CEIRGS para deliberar sobre consultas para aquisição ou contratação de recursos de Informática. Os processos passaram a ser examinados e despachados pela Presidência da Comissão (Presidente ou Vice-Presidente) em conjunto com a Secretaria Executiva. Foram realizadas reuniões com os órgãos requisitantes e despachados todos os processos pendentes, principalmente aqueles que diziam respeito ao SEPED.

A proposta do Regimento Interno da CEIRGS, foi elaborada pela Secretaria Executiva, com o auxílio da Presidência, e foi submetida à apreciação da Assessoria Jurídica do Gabinete do Secretário de Ciência e Tecnologia, com objetivos de orientação.

Quanto à divulgação das deliberações da CEIRGS, foi preparada matéria, pelo Vice-Presidente e Secretário Executivo, para publicação no Boletim de Ciência e Tecnologia, no mês de dezembro de 1988.

Em reunião plenária realizada no dia 11 de novembro de 1988, foram decididas: aprovação da Ata da Reunião de Instauração do Plenário da CEIRGS; aprovação do Regimento Interno da CEIRGS; formação da Comissão Delegada, conforme disposto no Sistema de Alçada do Regimento Interno, composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo; emissão de pareceres em nome da CEIRGS, assinados por, pelo menos, dois membros da Comissão Delegada.

A aprovação do regimento Interno da CEIRGS e a criação da Comissão Delegada, serão publicadas no Diário Oficial do Estado mediante as Resoluções nº 1 e nº 2 do Presidente.

Por outro lado, torna-se importante observar que com a oficialização da Comissão Delegada, todas as atividades de natureza não estratégica são executadas com agilidade máxima, uma vez que passaram a pertencer a um conjunto de tarefas rotineiras da CEIRGS.

Com relação ao Programa de Trabalho a ser desenvolvido, encontra-se em andamento a formação de grupos de trabalho para:

- Estudo de uma proposta contendo as políticas e diretrizes para a função Informática na Administração Estadual;
- Estudo de uma metodologia padronizada para desenvolvimento de aplicações e de um roteiro-padrão para elaboração de planos diretores, a serem adotados pelos órgãos da Administração Estadual;
- Estudo para elaboração de uma política de aquisição de recursos de microinformática.

Os grupos de trabalho serão formados por membros da CEIRGS, dos órgãos da Administração Estadual, da Comunidade Universitária, da Iniciativa Privada e da APPD, convocados de acordo com suas qualificações, e com os objetivos de cada grupo.

O resultado do trabalho de cada grupo será divulgado entre todos os órgãos do Serviço Público Estadual, aos quais será solicitado o encaminhamento dos planos diretores juntamente com a relação de recursos ("hardware", "software", humanos) que possuem e a adquirir, para formação do Cadastro Informática de Administração Estadual e apreciação para emissão de parecer por parte da CEIRGS.

2.21 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL
URBANO E OBRAS PÚBLICAS

2.21.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS (SIDRUOP)

Entre as principais atribuições da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, destacam-se as seguintes:

- Composição das diretrizes da política de regionalização e descentralização administrativa e coordenação da formulação e execução dos respectivos Programas;
- Formulação da política de recursos hídricos tendo em vista compatibilizar as possibilidades de aproveitamento múltiplo com a necessidade de sua preservação, elaboração, coordenação, acompanhamento e execução dos respectivos Programas;
- Formulação e implementação de diretrizes e normas visando ao controle da exploração e uso das águas subterrâneas;
- Elaboração dos estudos necessários ao estabelecimento de aglomerações urbanas, microrregiões e regiões metropolitanas, visando à integração espacial e setorial das funções públicas de interesse microrregional e metropolitano;
- Formulação, coordenação, execução e acompanhamento dos Programas de Saneamento Básico do Estado;
- Assistência técnico-administrativa aos municípios e relacionamento com os Poderes Municipais;
- Relacionamento do Estado com os órgãos federais voltados ao desenvolvimento regional, metropolitano, municipal e urbano;
- Projeto, construção, conservação e recuperação de prédios públicos;
- Fiscalização das obras a que se refere a Lei n.º 2.434, de 23 de setembro de 1954.

A diversidade de atribuições da SIDRUOP impôs como condição para sua eficácia o estabelecimento de uma política de atuação com vistas à melhor utilização dos recursos disponíveis. Foram estabelecidas, então, prioridades de atuação dentre os programas e projetos de maior repercussão positiva na comunidade rio-grandense, salientando-se nos mesmos as ações mencionadas a seguir, relativas ao ano de 1988.

— Programa de Açudes e Poços

Este Programa, coordenado pela SIDRUOP e executado pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) envolveu a perfuração de 123 poços tubulares, perfa-

zendo um total de 11.746,40 metros, beneficiando a uma população estimada de 18.500 habitantes e atendendo a sessenta e três municípios. Compreendeu também a execução de noventa e um testes de vazão de poços profundos, com cálculos hidrológicos, projetos de utilização e respectivas análises físico-químicas, totalizando 870,96 m³/h de água.

— Programa Saneamento Rural

O Programa Saneamento Rural visa a dotar as pequenas localidades do Interior do Estado de sistemas de abastecimento de água, sendo repassado auxílio financeiro à Prefeitura Municipal para a compra de material e execução das obras, com a participação das comunidades.

A execução do Programa está sob a responsabilidade da Assessoria de Gabinete da SIDRUOP, tendo sido beneficiadas pelo mesmo vinte e duas localidades, nos municípios de São Marcos, Guaíba, São Sebastião do Cai, Tenente Portela, Cachoeira do Sul, Fontoura Xavier, São Borja, Barão do Cotegipe, Guaporé, Paim Filho, Palmares do Sul, Roca Sales, Rondinha, São José do Ouro, Tucunduva, Júlio de Castilhos, Salvador do Sul, Tapejara, Redentora, Alpestre, Aratiba e Planalto. Das localidades atendidas, oito tornaram-se municípios em 1988, a saber: São José do Hortênsio, Cerro Branco, São José do Herval, Itacurubé, Dois Lajeados, São José da Urtiga, Ivorá e Barão.

— Apoio ao Desenvolvimento Municipal através de Convênios

Sob a responsabilidade da Assessoria de Gabinete da SIDRUOP foram firmados convênios com o Ministério do Desenvolvimento Urbano para a construção e melhoramento de moradias, e para saneamento urbano.

Através de convênios com a Secretaria de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Urbano (SEHAB), foram construídos ou melhoradas 1.898 unidades habitacionais nos municípios de Arroio do Meio, Barão do Cotegipe, Bom Retiro do Sul, Braga, Cacique Doble, Caibaté, Caxias do Sul, Chapada, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erval Grande, Farroupilha, Giruá, Guarani das Missões, Itatiba do Sul, Nonoai, Porto Xavier, Roca Sales, Rodeio Bonito, Salvador do Sul, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Gabriel, São Marcos, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Sepé, Seberi, Sobradinho, Tapejara, Taquari, Triunfo, Uruguaiana, Venâncio Aires, Viadutos, Encantado e Nova Prata.

Por meio de convênio com o Projeto Mutirão da Moradia foram construídas 400 unidades habitacionais nos municípios de Antônio Prado, Encantado, Charqueadas, Salvador do Sul, Capão da Canoa, Capão do Leão, São Sebastião do Cai e Cacequi.

Através de convênios com a Secretaria de Saneamento do Ministério de Desenvolvimento Urbano (SESAN) foram realizadas obras de saneamento urbano, beneficiando os municípios de Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alvorada, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Bento Gonçalves, Cacequi, Cachoeirinha, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Canela, Charqueadas, Colorado, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Estância Velha, Fortaleza dos Valos, Feliz, Frederico Westphalen, Garibaldi, General Câmara, Gravataí, Guaíba, Humaitá, Ibiraiaras, Ibirubá, Jaguarí, Marau, Mariano Moro, Nova Araçá, Paraí, Planalto, Porto Alegre, Porto Lucena, Putinga, Redentora, Rondinha, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Santana do Livramento, Serafina Corrêa, Severiano de Almeida, Tapejara, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva e Veranópolis.

— Programa Estadual de Descentralização Regional

Durante o ano de 1988 o Programa Estadual de Descentralização Regional — instituído pelo Decreto nº 32.567, de 02.06.87, e pelo qual é responsável a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU) — promoveu a realização de um trabalho de elaboração de conteúdos, mapas, áudio-visual, decretos, ordens de serviço e um intenso processo de debate e divulgação da Divisão Regional e da estrutura organizacional do Programa com diversos agentes envolvidos no mesmo, a saber: Comissão Coordenadora, todos os Secretários de Estado, técnicos de todas as Secretarias e seus órgãos vinculados, Prefeitos e Presidentes de Associações de Municípios, Deputados e Vereadores.

As etapas do trabalho envolveram: a elaboração da Proposta Final da Divisão Regional; a elaboração da primeira proposta concreta de Estrutura Organizacional do Programa em Porto Alegre e nas Regiões; a elaboração do documento “Relatório do Programa Estadual de Descentralização Regional”; a elaboração de material de divulgação do Programa; a elaboração dos Instrumentos Jurídicos.

— Apoio às Pequenas Comunidades Urbano-Rurais Assistidas pelo FUNDEC

O Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC) é um Programa do Banco do Brasil que tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações das pequenas comunidades urbano-rurais, sendo papel da SIDRUOP, nesse sentido, como representante do Estado, o de organizar e integrar as demais secretarias e órgãos vinculados, a fim de que as ações assumam uma maior e mais eficiente operacionalização.

Está encarregada da execução dessas funções a Secretaria Executiva do CEDU, sendo a seguinte a posição do Fundo no Estado: cinquenta comunidades estão implantando os projetos, em número de 259, os quais integram o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI); cinquenta e nove comunidades estão elaborando o PDCI; cinquenta comunidades estão realizando o diagnóstico, e mais 300 estão cadastradas para futura seleção e atendimento.

— Programa Estadual de Irrigação

Parcialmente financiado através de convênios com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), o Programa Estadual de Irrigação está a cargo da Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS).

Dentro desse Programa foram executados em 1988 — através de contratos firmados com empresas de consultoria — vinte e dois inventários hidrológicos abrangendo uma área aproximada de 13 milhões de hectares, onde são levantadas as características físicas e avaliadas as potencialidades de usos múltiplos dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Ijuí, Vacacaí, Pardo/Pardinho, Maquiné/Três Forquilhas, Taquari/Antas, Cai/Sinos, Santa Rosa, Comandaí, Piratinim, Capané, Tainhas, Rolante, Camaquã, Sutil, Velhaco, Botucaraí, Guaporé, Amandaú/Santo Cristo, Icamã, Botuí, Ibirapuitã e Toropi/Jaguari/Ibicui-Mirim.

Estão em fase de elaboração 103 projetos básicos de engenharia, beneficiando aproximadamente 250 mil hectares de área irrigada para culturas diversas como milho, arroz, feijão, soja, hortigranjeiros e outros.

— Projeto Lagoa dos Patos

Este Projeto também está a cargo da Secretaria Executiva do CONRHIRGS, tendo como objetivo estudar a estrutura e a dinâmica do Sistema Lagoa dos Patos mediante o levantamento, interpretação e integração dos parâmetros geológicos, físico-químicos, biológicos e de aspectos sócio-econômicos ligados a esse sistema, visando à formulação de propostas para sua utilização racional.

As instituições participantes do Projeto são a Fundação Universidade de Rio Grande, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento) e o Departamento do Meio Ambiente, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.

Os recursos necessários ao custeio das pesquisas são repassados pela Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), através de convênio, num montante que corresponde a 25% do total de recursos destinados à pesquisa em ambientes lacustres e marinhos, no Brasil.

— Projeto Molhes da Barra do Rio Tramandai

Através da Secretaria Executiva do CONRHIRGS, responsável pelo Projeto, foi contratada a Fundação Universidade — Empresa de Ciências e Tecnologia (FUNDA-TEC) para executar teste, em modelo reduzido, de novo traçado dos molhes do Rio Tramandai, sendo prevista a entrega do Relatório Final para o fim do exercício de 1988.

— Projeto Renovação da Rede Escolar

Com a implantação de um sistema de computação que permitirá o cadastramento de todos os prédios públicos do Estado e o conhecimento das condições desses prédios, tornou-se possível mudar o enfoque de Manutenção Corretiva, para o de Manutenção Preventiva de Prédios Escolares.

Nesse sentido, está sendo criado, em cada Residência de Obras da SIDRUOP, um setor (SAPE) dedicado exclusivamente ao atendimento da rede escolar, o que permitirá maior rapidez e intensificação dos trabalhos. A eficiência do método foi demonstrada pelo SAPE da 1.ª Residência de Obras, criado em 1988, e que realizou 403 atendimentos a escolas do Estado, na Capital.

No exercício de 1988 foram realizados, ao todo, 1.006 obras em escolas no Estado, 530 das quais localizadas em Porto Alegre.

— Projeto Nova Escola

No esforço de recuperação da rede escolar estadual, foram realizadas 274 obras, abrangendo 957 salas de aula, num total de 104.057 m², beneficiando 95.500 alunos de 1.º Grau.

A concepção do Projeto apóia-se na utilização de um projeto modular, que permite o seu dimensionamento conforme as necessidades da localidade, bem como o emprego de materiais facilmente encontráveis na região.

— Programa de Apoio à Instalação de Novos Municípios

Com o objetivo de apoiar a instalação dos novos municípios criados no Estado, foram promovidos pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) os Encontros Regionais, que contaram com a participação da Procuradoria-Geral do Estado, Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes e Membros das Comissões de Emancipação, Prefeitos de Municípios — mãe, e servidores municipais, nas seguintes cidades-pólo: Estrela, Santo Ângelo, Canela, Veranópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim e Frederico Westphalen.

Foram ainda realizados, em Porto Alegre, o Encontro para Prefeitos (05 e 06 de dezembro) e o Encontro de Vereadores (21 e 22 de dezembro).

— Programação do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal

Relativamente a essa Programação, foram desenvolvidas, pela SURBAM, as seguintes ações: prestação de assessoria a dez municípios na elaboração de Planos Diretores; prestação de assessoria a dez municípios na elaboração de projetos paisagísticos; prestação de assessoria a três municípios na elaboração de projetos de preservação; realização de sete levantamentos topográficos; expedição de quinze alvarás para barragens; prestação de assistência técnica a dois municípios em questões ambientais; prestação de assistência técnica a seis municípios em legislação urbana.

Além dos Programas e Projetos descritos anteriormente, a SIDRUOP ainda desenvolveu ações voltadas para a manutenção, recuperação e conservação da rede de Prédios Públicos.

2.21.2 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

No decorrer do ano de 1988 a estratégia de atuação da METROPLAN considerou como premissas básicas as condições problemáticas nos diferentes setores da realidade metropolitana e as diretrizes governamentais propostas pela Administração Estadual, que valorizaram as ações de maior impacto social. Quanto ao sistema de administração metropolitana, busca-se maior integração e participação dos municípios e da coletividade em geral nos processos de gestão da Região. A partir da reformulação da METROPLAN, foram incorporadas novas atribuições, principalmente na área da implementação de programas e projetos e aprovação e fiscalização de serviços considerados estratégicos para as diretrizes governamentais.

Como decorrência, foram selecionados alguns programas e projetos para o desenvolvimento metropolitano, que assumiram caráter prioritário para o encaminhamento de ações. Os mesmos foram agrupados nas áreas de apoio comunitário, habitação, uso do solo, transporte, meio ambiente, sistema de informações e programa EBTU IV, em acordo com a estrutura organizacional interna, que determina a existência de diversas gerências.

Entre as ações desenvolvidas pela Gerência de Habitação e Saneamento, são de destacar as seguintes:

— Programa Mutirões Habitacionais

O Programa Mutirões Habitacionais constitui-se na resposta mais ágil ao problema das invasões de imóveis na Região Metropolitana. Atende, também, à política habitacional da METROPLAN, que busca proporcionar condições de acesso à moradia com condições de infra-estrutura urbana. É o único programa existente que atende a famílias com renda de até dois salários mínimos, e não vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. O Programa integra a comunidade (que participa da construção via mutirão), as Prefeituras Municipais (através da doação de terrenos), o Governo do Estado (Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Departamento do Meio Ambiente (DMA), com a infra-estrutura de água, luz, esgoto), e o Governo Federal (Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), com os embriões habitacionais).

Estão sendo construídas 821 unidades habitacionais em Alvorada, 150 em Cachoeirinha, 108 em Campo Bom, 270 em Estância Velha, 418 em Gravataí, 810 em Guaíba, 131 em Novo Hamburgo, 2.330 em Porto Alegre, 690 em São Leopoldo, 750 em Sapiranga e 300 em Sapucaia do Sul totalizando, até o momento, 6.778 unidades habitacionais e um investimento global de 1.198.739 OTNs. Até o final do ano serão iniciadas outras, atingindo a meta de 8 mil moradias. Para o ano de 1989 a meta é de 20 mil unidades habitacionais.

— Execução de Empreendimentos PROHAP

Este Programa, instituído pela Caixa Econômica Federal, permite a construção de habitações populares através da iniciativa privada, cabendo à METROPLAN a função de planejamento, fiscalização e comercialização.

No decorrer do ano de 1988 foi realizado o estudo dos anteprojetos de um empreendimento em Novo Hamburgo e análise de viabilidade de áreas em Esteio, Gravataí e Viamão. O ano de 1989 está destinado a incentivar e estender o Programa a todos os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

— Proposta de Política Financeira para Comercialização dos Imóveis Ocupados em Conjuntos Habitacionais

A partir de condições especiais de juros e prazos é proposta uma alternativa política de decisão governamental para evitar o problema social de despejo de aproximadamente 12 mil famílias que ocuparam imóveis vazios em Conjuntos Habitacionais localizados nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, atendendo a determinação da Comissão Estadual criada em agosto de 1987. No decorrer do ano de 1988 houve o encaminhamento da proposta ao Ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, através dos Secretários do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, e do Trabalho e Ação Social e Comunitária.

— Programa de Pesquisa Sobre Parcelamentos Irregulares e Clandestinos da Região Metropolitana de Porto Alegre

Foi elaborada a listagem e mapeamento de cerca de 60% dos parcelamentos (loteamentos e desmembramentos) existentes nos quatorze municípios da RMPA com indicação da situação de regularidade: aprovação nas Prefeituras, registro nos Cartórios e implantação de infra-estrutura. Busca-se complementar o conhecimento da realidade habitacional da RMPA, embasando estudo de medidas de ação jurídica, administrativa e de

investimentos capazes de melhorar as condições de vida das famílias, especialmente as de baixa renda, envolvidas nos parcelamentos ilegais e/ou deficitários.

Para o ano de 1989, faz-se necessária uma integração com as Prefeituras, Cartórios e Corregedoria a fim de viabilizar um procedimento para regularizar os Parcelamentos Ilegais da RMPA e estabelecer uma forma de sistematizar as informações sobre os parcelamentos.

— Projeto João de Barro

O Projeto busca constituir-se numa alternativa de política habitacional, proporcionando habitação às populações de baixa renda e promovendo, através de um processo educativo, o desenvolvimento destas comunidades.

No ano de 1988 foi concluído o Projeto da Vila Caxambu, em Alvorada, com 220 unidades habitacionais. O Projeto foi aprovado na Caixa Econômica Federal e aguarda a liberação de recursos. No Município de Sapucaia do Sul — Vila Nova Esperança, as obras tiveram continuidade e iniciou-se o processo de comercialização das 347 unidades habitacionais.

O Programa Nacional de Autoconstrução Projeto João de Barro possui como característica a ação e a participação, no decorrer de todo o processo, dos órgãos: Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), como agente financeiro para a habitação; Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), agente financeiro para infra-estrutura; METROPLAN, agente promotor; e as Prefeituras e a comunidade como agentes executores. A Caixa Econômica Federal atua como órgão financiador.

Para o ano de 1989 está prevista a conclusão do Projeto João de Barro no Município de Sapucaia do Sul e a construção de três mil unidades habitacionais na Região Metropolitana.

No ano de 1988 a Gerência de Transportes Metropolitanos teve como meta prioritária o desenvolvimento de ações visando à melhoria das condições do transporte coletivo de passageiros para a comunidade da RMPA. Para tanto, foram desencadeados os seguintes projetos:

— Projeto Institucional

Busca-se dotar a METROPLAN, através da Gerência de Transportes, das competências legais para promover o efetivo gerenciamento do transporte coletivo de passageiros na RMPA. Para tanto, foi elaborado anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo para aprovação. Este Projeto passou por amplo debate, tendo culminado em um seminário realizado em setembro/88, com a participação dos setores envolvidos — comunidade, poder público e empresários.

— Projeto Usuário

Tem por objetivo aproximar o órgão de gerência da comunidade usuária, através de canais formais. Neste sentido criou-se o Terminal de Informações ao Usuário, localizado na Praça Rui Barbosa, que proporciona ao mesmo a obtenção das informações sobre horários e linhas de ônibus, bem como recebendo suas justas reclamações com relação ao uso e operação do sistema.

— Controle Operacional

Visa à redução dos dispêndios com transportes para a comunidade usuária. O Projeto objetiva o real controle sobre todos os elementos do sistema de transportes, especialmente aqueles que compõem a planilha do cálculo tarifário, e que oferece a confiabilidade do emprego de dados para a busca da tarifa otimizada e reduzida, bem como permite racionalizar a oferta de transportes em relação à demanda. Com a implantação deste projeto será beneficiada uma população de 11 milhões de passageiros/mês.

A plena e efetiva implantação do plano de ação da Gerência de Transportes está baseada também no desenvolvimento de estudos, programas e projetos, propostos e descritos a seguir:

- Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de Sistemas Alternativos de Transportes de Massa, para as quatro principais radiais metropolitanas nos corredores norte, nordeste, leste e sudeste da RMPA;
- Termo de Referência e o Estudo da Política Tarifária, para a RMPA, tendo como objetivo promover uma política de transportes adequada, buscando redução dos dispêndios com transportes, para a comunidade usuária;
- Estudo de consolidação das informações básicas e diretrizes de desenvolvimento regional, contidas em estudos e projetos elaborados pela METROPLAN, ordenando-os com vistas à demanda dos projetos e programas de transportes da RMPA;
- Pesquisas para implantação de ciclovias em áreas pré-determinadas da RMPA, com o objetivo de implantação e melhoramento de vias cicláveis, visando tanto ao aspecto de melhoria e segurança, bem como às condições de pavimentação das vias para o uso desta modalidade;
- Pesquisas do Projeto de Racionalização Operacional, que busca efetivar a otimização do sistema através do levantamento das características operacionais tais como o tempo de viagem, frota efetiva, o cumprimento da tabela horária, a demanda de passageiros/dia, bem como a origem e destino dos usuários deste sistema. Para a obtenção dos referidos dados em novembro do corrente ano foram realizadas pesquisas de catraca, origem e destino em todas as linhas de ônibus tipo comum no Município de Alvorada;
- Levantamento das paradas de ônibus, visando a aumentar a segurança e conforto do usuário na espera, embarque e desembarque, especialmente nos bairros e periferia urbana das cidades da RMPA;
- Serviço Seletivo, que consiste em atender a uma parcela de usuários que possuem renda mais elevada. O Projeto busca oferecer a este usuário uma opção de transportes com características especiais, com veículos confortáveis e que possam atrair outros usuários, os cativos dos automóveis. Também realizaram-se pesquisas de catraca, embarque e desembarque, e de opinião, no sistema de ônibus executivos, direto e seletivos da RMPA nos meses de outubro, novembro e dezembro;
- O Grupo de Operações desenvolveu atividades de Fiscalização e Planejamento Operacional visando a satisfazer os interesses dos usuários do Transporte Coletivo da RMPA;
- O Grupo de Apoio Técnico realizou estudos do cálculo tarifário e atividades de vistoria mecânica na frota dos ônibus da integração ônibus/trem.

A Gerência de Informações Metropolitanas desenvolveu, no decorrer do ano de 1988, os seguintes programas e projetos:

- Estimativas de população emprego e matrículas escolares na RMPA — revisão das estimativas existentes, elaboração de novas e organização e sistematização de subsídios para programas setoriais de médio e longo prazos;

- Informações e análise dos municípios da RMPA — divulgação e análise, de forma estruturada e sistematizada, de dados e informações que reflitam as características espaciais, demográficas, sócio-econômicas e financeiras dos municípios da RMPA;
- Atualização cartográfica da RMPA — atualização, em escala 1:10.000 dos limites municipais, da denominação de logradouros públicos e dos eixos das linhas de transmissão de alta tensão e do perímetro das subestações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE);
- Diagnóstico e avaliação da localização dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na RMPA — elaboração de mapas, em escala 1:25.000, contendo localização de indústrias por tipo de atividade e tamanho, renda média familiar e densidades urbanas, por unidade censitária e localização das escolas e cursos do SENAI, além da publicação de relatórios, contendo lista de critérios;
- Análise conjuntural de produtos hortigranjeiros comercializados nas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S. A. (CEASA/RS), no período 1981/86 — elaboração de tabelas e gráficos específicos por produtos comercializados e origem determinada, tendo em vista determinar as anormalidades de oferta segundo sua origem e a evolução real dos preços praticados.

Os programas e projetos acima descritos abrangeram, em sua totalidade, todos os municípios da RMPA. Para o ano de 1989 projeta-se executar, dentre outras atividades, a atualização da cartografia, através de imagens de satélite, o cadastro de endereços, por face de quadra, a avaliação da atividade do comércio, a operacionalização dos módulos de produção agrícola e a implantação do sistema metropolitano de informações.

A Gerência de Uso do Solo e Meio Ambiente desenvolveu, em 1988, três projetos orientados ao controle mais efetivo do processo de urbanização e a reversão da deterioração do meio ambiente. Também foram desenvolvidos dois programas, vinculados à preservação dos recursos hídricos.

— Diretrizes Ambientais para a RMPA

Foram propostas ações preventivas visando à preservação do meio ambiente, especialmente na área de manejo dos recursos hídricos e ordenamento do uso e ocupação do solo, além de identificações das áreas de preservação permanente, não passíveis de ocupação urbana. Estão participando do Projeto: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Departamento do Meio Ambiente (DMA), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e Prefeitura de Sapiranga. O Projeto será concluído em 1989 com o estabelecimento de suas diretrizes e o envolvimento dos órgãos acima citados.

— Expansão Urbana na RMPA

Busca-se formular diretrizes que indiquem as áreas que poderão ser ocupadas, e as com impedimento de ocupação, bem como os instrumentos necessários para implantação dessas diretrizes. Em 1988 levantou-se a área ocupada de Estância Velha, Sapiranga, Campo Bom e parte de Novo Hamburgo. No ano de 1989 o Projeto terá continuidade com a formulação de diretrizes.

— Normas de Parcelamento do Solo

Tem-se o objetivo de definir um conjunto de diretrizes, critérios e normas para os empreendimentos da iniciativa pública e privada, assegurando a adequada inserção destes na malha urbana. Para fins operacionais, estas normas dividem-se em ambientais, urbanísticas, de engenharia, e de procedimentos. Definido, em 1988, o conjunto preliminar de normas, objetiva-se a sua aplicação e aperfeiçoamento em 1989, com a efetiva participação das Prefeituras. No ano de 1988 foram analisados projetos referentes a sessenta e seis áreas, totalizando 11 mil lotes, o que corresponde a uma população de aproximadamente 50 mil pessoas.

— Programa de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas

Objetivando maximizar a proteção dos recursos hídricos e a melhoria de qualidade de vida da população a METROPLAN, juntamente com outros órgãos públicos e a sociedade civil, vem desenvolvendo ações através do Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos (COMITESINOS), e do recém-criado Comitê de Gerenciamento da Bacia do Gravataí.

O COMITESINOS estabeleceu um conjunto de ações prioritárias, a saber: reavaliação da rede de monitoramento do Rio dos Sinos; levantamento dos trabalhos realizados e criação de um Banco de Dados; levantamento e estudo dos aspectos jurídico-legais das questões ambientais; elaboração de um projeto de medidas imediatas para a recuperação de trechos críticos do Rio do Sinos; medidas imediatas para disposição e tratamento de resíduos sólidos; levantamento e avaliação das condições ambientais críticas a nível municipal; identificação de ações imediatas; levantamento e cadastramento de fontes de efluentes líquidos e industriais; levantamento dos recursos florísticos e faunísticos da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos; presença fiscalizadora permanente no Rio dos Sinos; educação e conscientização ambiental.

Durante 1988 salientou-se o trabalho relacionado à correção da poluição no trecho de captação de água para os municípios de Esteio, Sapucaia do Sul e Canoas. Os trabalhos terão continuidade em 1989.

Com relação à bacia hidrográfica do Rio Gravataí, foram diagnosticados os principais problemas e sugeridas soluções alternativas, abrangendo, dentre outros, a poluição por efluentes e resíduos sólidos, o impacto da mineração do carvão, a preservação e conservação do Banhado Grande e a possibilidade de intervenção no regime hidrológico. Realizou-se seminário para discussão dos conteúdos. Em 1989 pretende-se a institucionalização do Comitê e o desencadeamento de ações para proteção e recuperação da bacia.

Participaram dos Programas de Gerenciamento as Prefeituras, Câmaras Municipais, CORSAN, DMA, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Procuradoria-Geral da Justiça do Estado, Conselho de Recursos Hídricos do Estado (CONRHIRGS), ABES, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE), representações do comércio e indústria e entidades ecologistas.

— Programa de Macrodrenagem

A existência de um plano diretor de macrodrenagem torna-se necessária para estabelecer uma política de ocupação racional de preservação e controle dos recursos hídricos, levando-se em conta a evolução e transformações ocorridas. Os principais produtos já obtidos são: caracterização das principais sub-bacias dos rios Gravataí, Sinos, Jacuí, Cai

e Guaíba sobre os aspectos de vegetação, área ocupada e áreas inundáveis; atualização das obras de contenção contra cheias efetuadas pelos DNOS e demarcação das áreas inundáveis e linhas de cheias máximas; inventário dos loteamentos que têm cursos d'água em seu interior e caracterização dos aspectos hidrológicos das bacias escolhidas.

Os órgãos envolvidos no Programa são: DNOS, DMA, DNAEE, Prefeituras, COR-SAN, DMAE, SEMAE, Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Em 1989 deverão ser desenvolvidas a complementação da coleta de dados, identificação e estudo das áreas-problema, análise dos estudos e planos existentes, diagnóstico sócio-ambiental das bacias, com programação das obras necessárias e elaboração do plano diretor de macrodrenagem e disciplinamento e uso do solo urbano com recursos hídricos.

O Programa EBTU IV contempla todas as regiões metropolitanas do país. O enfoque deste é mais no sentido de atendimento de transporte público visando aos aspectos operacionais, institucionais e dando ênfase à manutenção do sistema viário principal.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, as intervenções que são a nível de Capital têm uma contrapartida da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, enquanto que para os demais municípios a contrapartida é responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. A coordenação geral do Programa EBTU IV é, por solicitação da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU), executada pela METROPLAN.

No estágio atual do Programa a RMPA tem um elenco de projetos já avaliados economicamente e, portanto, aprovados junto à EBTU em valores bem maiores que os recursos previstos até 1989. Atualmente o Programa atua em três escalas: obras viárias em andamento e sua fiscalização; projetos de engenharia final de vias e serviços de engenharia de tráfego; e projetos de operação do sistema de transporte público.

Na Área Institucional são partes integrantes a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. (TRENSURB), representando a Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) a nível federal, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e METROPLAN, representando o Governo do Estado, e a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT) representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e as Prefeituras Municipais dos demais municípios da RMPA.

Os municípios contemplados por obras dentro do Programa EBTU IV são os seguintes: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão, além de Porto Alegre, que possui seu próprio Gerenciamento de Obras — previsto até 1989.

A Região Metropolitana, em bloco, será contemplada com ações nas áreas Institucional e de Manutenção.

Com referência às obras do Programa, com recursos da EBTU, em 1988 concluiu-se a pavimentação da Rua São Sepé, 0,5km em Canoas.

Estão sendo contratadas as obras da Av. Farroupilha, 0,7km e Av. Rio Grande do Sul, 1,5km no Município de Canoas; Av. Presidente Vargas, 2,1km em Estância Velha; Av. Gen. Flores da Cunha, 3,0km em Cachoeirinha e Gravataí; Av. Brasil, 0,5km, em Campo Bom, Av. Presidente Kennedy, 0,7km em Sapiranga.

Com referência à Componente Institucional do Programa representado por recursos da contrapartida do Estado, foram desenvolvidos os Programas de Capacitação de Pessoal, através, da participação em cursos e seminários, e de capacitação legal do Órgão, e os projetos de Engenharia Final de vias — Av. Flores da Cunha, 4,0km em Cachoeirinha; Av. Dorival Cândido Luiz de Oliveira, 6,2km em Estância Velha, além da pesquisa “screen line” e da pesquisa de opinião de usuários.

As obras previstas para o período de 1988/91 abrangem os municípios de Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Estância Velha, Sapiranga, Campo Bom, Alvorada e São Leopoldo, num total de 22.100 metros pavimentados.

Os recursos financeiros aplicados ao longo do ano tiveram origem na EBTU, com Cz\$ 52.120.500,00 e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com Cz\$ 17.110.000,00 totalizando Cz\$ 69.230.500,00.

O Programa de Ação nas Vilas tem por proposta proporcionar à comunidade a construção de equipamentos comunitários e de infra-estrutura. Pelo Programa, a comunidade elege a prioridade a ser atendida e participa de sua implantação, cabendo à METROPLAN as tarefas de assessoramento técnico, elaboração de termos de referência, acompanhamento e vistoria das obras. No ano de 1988 as principais ações abrangeram o saneamento básico, regularização e pavimentações de vias, obras de eletrificação, além da construção de centros comunitários, creches, postos de saúde, áreas de lazer e outras, totalizando mais de cem intervenções ao longo do ano. Os recursos financeiros aplicados e os municípios beneficiados foram: Alvorada — Cz\$ 16.065.755,00; Cachoeirinha — Cz\$ 117.498.996,00; Campo Bom — Cz\$ 18.852.054,50; Canoas — Cz\$ 81.538.469,00; Estância Velha — Cz\$ 61.634.003,23; Eldorado do Sul — Cz\$ 10.002.720,00; Gravataí — Cz\$ 91.750.561,70; Guaíba — Cz\$ 4.094.000,00; Novo Hamburgo — Cz\$ 102.559.162,17; Nova Hartz — Cz\$ 22.799.986,00; São Leopoldo — Cz\$ 147.037.049,99; Sapiranga — Cz\$ 49.571.100,00; Sapucaia do Sul — Cz\$ 16.354.592,00; Viamão — Cz\$ 55.153.844,00; Porto Alegre — Cz\$ 276.915.862,48, num total de Cz\$ 1.071.828.156,07, em termos de acordos assinados.

2.22 — GABINETE DO GOVERNADOR

2.22.1 — CASA CIVIL

Órgão integrante do Gabinete do Governador, a Casa Civil tem como atribuições precípua as de prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil, bem como coordenar e promover a divulgação de atos e atividades governamentais.

No que concerne à representação civil do Governador do Estado, foram programadas e realizadas pela Casa Civil, em 1988, audiências regulares, concedidas a autoridades administrativas, lideranças comunitárias e público em geral — rotina de trabalho que possibilitou o contato direto do povo com o Governo, proporcionando o atendimento a 11 mil pessoas da Capital. Foram ainda redigidas dezesseis atas de transmissão e reassunção do cargo de Governador do Estado.

A pessoas do Interior do Estado foram concedidas, no Palácio Piratini, 279 audiências com o Governador.

Nas viagens realizadas ao Interior do Estado foram visitados quarenta e três municípios.

Com referência ao assessoramento jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 404 Projetos de Lei e sessenta e um vetos; redigidos 134 projetos de decretos e editadas vinte e sete ordens de serviço; examinadas promoções em 4.376 processos administrativos, elaborados 595 ofícios e uma emenda constitucional, e atendidos noventa e um pedidos de informações solicitados pela Assembléia Legislativa do Estado (item XV, do art. 66, da Constituição do Estado).

No que respeita ao assessoramento administrativo, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos de natureza administrativa, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual, dos quais 3.092 foram submetidos à consideração do Governador, e 4.682, à do Chefe da Casa Civil. Foram também elaborados 2.260 ofícios.

Na execução do Plano de Subvenções e Auxílios foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista, a municípios e, ainda, a estudantes e outras pessoas carentes, num total de Cz\$ 10.312.378,00.

Quanto à Representação do Estado em Brasília, continua em andamento o trabalho iniciado, objetivando dar maior abrangência à sua atuação, procurando, assim prestar à Administração Estadual um assessoramento mais objetivo na solução de questões que envolvem não somente os negócios públicos, como também os interesses da atividade privada, junto à Administração Federal.

O Cerimonial não restringiu suas atividades ao Palácio Piratini. Participou das solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais, e marcou sua presença em 677 eventos.

2.22.2 — CASA MILITAR

As tarefas da Casa Militar estão previstas nos Decretos nºs 31.139 (abril/83) e 32.498 (fevereiro/87) englobando, principalmente, atividades de segurança, comunicações, transporte, cerimonial militar e coordenação de ações de Defesa Civil.

Assim, fazem parte das ações usualmente realizadas pela Casa Militar as de: assessoramento e acompanhamento do Governador do Estado nas atividades de ordem pessoal e funcional; segurança do Governador e de seus familiares; segurança de autoridades visitantes; segurança das instalações e dependências do Palácio Piratini; inspeções e levantamentos de locais atingidos e calamitosos; ações de dinamização operacional e sedimentação da estrutura da Defesa Civil; participação em seminários, simpósios, encontros e reuniões.

No ano de 1988 a Casa Militar, dentro de suas funções, executou as seguintes atividades:

- **Acordos e Convênios:** foi feito repasse de recursos provenientes do Ministério do Interior, no valor de Cz\$ 78,7 milhões, a sessenta e seis municípios do Estado atingidos por eventos climáticos adversos;
- **Estudos e Levantamentos:** realizaram-se no exercício várias visitas e inspeções a locais atingidos por eventos calamitosos (estiagens, vendavais, inundações, enchentes, incêndios em plantações), por componentes da Defesa Civil, envolvendo:
 - viagens para analisar a extensão da estiagem em alguns municípios da zona sul do Estado (11 de abril), na região norte do Estado (14 de abril), e nas localidades de Horizontina, Três de Maio, Caibatê, Giruá e Campinas das Missões (20 de abril);
 - viagens às localidades de Salvador do Sul, Sananduva e municípios vizinhos, para verificar a decretação de situação de calamidade pública nas mesmas (27 de abril);
- **Participação de componentes da Defesa Civil em seminários, simpósios, encontros e reuniões, envolvendo:** simpósio no Município de Gramado, sobre Defesa Civil (de 02 a 07 de maio); exposição sobre Sistema Informatizado da Casa Militar (SICAM), com integrantes da Casa Militar (07 de junho); exposição sobre Defesa Civil no Município de Santo Ângelo, para autoridades locais (de 07 a 10 de junho); exposição sobre Defesa Civil nos municípios de Santana do Livramento (20 de junho) e Rio Grande (na Câmara de Vereadores, em 24 de junho); Encontro Nacional sobre Enchentes, Inundações e Escorregamentos de Encostas, em São Paulo (de 16 a 19 de agosto); Seminário de Defesa Civil no Rio de Janeiro (de 05 a 09 de setembro);
- **Remessa de donativos:** foram enviados donativos ao Rio de Janeiro (num total de 20 toneladas, a 08 de março, como resultado da Campanha SOS/Rio-Acre), a Lageado e Estrela (14 de setembro e, posteriormente, 16 de setembro), a Lageado e São Sebastião do Cai (em 27 de setembro, destinando-se às vítimas das enchentes), e a Torres (13 de outubro);

- Atendimento de ocorrências no Estado, envolvendo: efeitos de temporal nas localidades de Taquari e Encantado, com diversos danos a prédios, estradas e lavouras (14 de março); atendimento a situações de emergência em sete municípios, bem como a situações de racionamento de água devido à longa estiagem, em dezessete municípios (25 de março); efeitos das fortes chuvas em São Gabriel, Encruzilhada do Sul e Capital do Estado, e do granizo em Santa Maria e Encantado (02 de outubro); queda da marquise das Lojas Arapuã, na Rua Dr. Flores, em Porto Alegre (06 de outubro); efeitos da chuva de granizo em Encantado, Palmeira das Missões e Vicente Dutra (18 de outubro), em São José do Ouro (22 de outubro), e em Planalto, Uruguaiana e Santa Rosa (25 de outubro); efeitos de temporal em Santa Rosa e São Gabriel (31 de outubro);
- Projetos: foi desenvolvido no exercício o Projeto de Implantação do Sistema Informatizado da Casa Militar (SICAM), estando em fase de desenvolvimento os estudos para a implantação de um Plano de Comunicação em situação de emergência no Estado, com possibilidade de expansão nacional e interligação internacional.

Para a realização de suas atividades, a Casa Militar conta, atualmente, com 137 funcionários.

2.22.3 — CONSELHO DE APOIO A AÇÕES COMUNITÁRIAS (CAAC)

O Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC) foi criado pelo Decreto nº 32.540, de 7 de abril de 1987 e alterado pelo Decreto nº 32.619, de 16 de setembro de 1987, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, com o objetivo de complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Poder Público, com vistas à obtenção do harmônico desenvolvimento dessa área, através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos de caráter público e/ou privado voltados para o menor, o idoso, e a comunidade carente, tendo em vista, também, os interesses maiores do Rio Grande do Sul.

O CAAC instituiu, para execução dessas atividades na Secretaria Executiva, uma nova estrutura administrativo-operacional, assentada em Coordenadorias — Técnica, Administrativa e de Comunicação Social. O seu desempenho, pela flexibilidade da estrutura, permitiu desenvolver as suas tarefas de rotina, bem como os programas, projetos e eventos especiais de interesse social e da comunidade, com dinamismo e prontidão.

O Conselho conta ainda com o apoio do Núcleo de Voluntárias, que desenvolve atividades sociais e de benemerência. As "Voluntárias" realizaram, entre outros eventos, um jantar benemerente na Sociedade Leopoldina Juvenil, em prol de obras do ANO ESTADUAL DO ADOLESCENTE (AEA/88); ARCA/88; Almoço "Only For Women"; Programa Semana da Criança/88; Estréia da Peça "O Amante de Madame Vidal", no Teatro São Pedro; e Natal das Nações, cuja renda proporcionou o Natal do AEA/88, voltado para os internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

O CAAC participou, ainda, como atividade de voluntariado a nível nacional, através do Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV), dos seguintes eventos: Feira do Candango, Feira dos Estados e Feira das Nações.

As atividades-fim do CAAC são desenvolvidas pela Coordenadoria Técnica, onde estão inseridos os Núcleos de Assistência Social e Eventos, e que visa, de acordo com a

política do Governo, a aparelhar a comunidade na busca de melhores condições para que a própria sociedade, devidamente organizada, gere seus próprios recursos, propiciando desta forma, mudança da realidade social.

A Coordenadoria Técnica, respaldada no apoio das Coordenadorias Administrativa e de Comunicação Social, cumpriu suas atividades de apoio técnico-assistencial e financeiro através do atendimento às solicitações das Prefeituras Municipais, Creches, Asilos, Associações Comunitárias, Clubes de Mães, Entidades Religiosas, e outras, bem como a pessoas carentes.

Através do Núcleo de Assistência Social foram beneficiadas, durante o ano de 1988, em torno de 600 entidades, da Capital e do Interior, com gêneros alimentícios, agasalhos, medicamentos, aparelhos corretivos e cadeiras de rodas, além de ser feito o encaminhamento e orientação individual a carentes. Foram, também, beneficiadas cerca de 155 entidades assistenciais com equipamentos permanentes tais como: máquinas de lavar e secar, "freezer", geladeiras, fogões, enceradeiras, ventiladores, liquidificadores, centrífugas, colchões, travesseiros, máquinas de escrever e calcular, e gravadores.

Os principais eventos realizados através do Núcleo de Eventos, em 1988, foram os seguintes: Campanha do Agasalho, cuja arrecadação girou em torno de 12 mil quilos entre agasalhos e calçados, além de cobertores; Semana da Criança, que distribuiu a quinze entidades alimentos, brinquedos, jogos infantis e material escolar; Semana do Idoso, que além de apoio a eventos específicos efetuou a distribuição de leite em pó; Natal da Criança/88 que distribuiu agasalhos, alimentos e brinquedos a cem entidades.

A Coordenadoria Técnica desenvolveu, também, além de suas atividades de rotina, os Eventos Especiais a seguir relatados:

- Programa de Suplementação Alimentar (PROGASA) — O PROGASA, pelo trabalho desenvolvido pela CAAC junto à sociedade rio-grandense, cadastrou como doadores de alimentos um considerável número de empresas, possibilitando a criação de um Centro de Distribuição de Alimentos permanente, permitindo uma ação assistencial contínua junto à comunidade carente. São doadores do PROGASA entre outras as seguintes empresas: COROA S/A — Indústrias Alimentares; MOINHOS GUARANY S.A.; S.A. MOINHOS SANTISTA; Sociedade Anônima Moinhos Rio-grandense (SAMRIG); OLVEBRA INDUSTRIAL S/A; Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); PRATIKA — Indústria de Produtos Alimentícios Instantâneos Ltda.; e ASCAR. Participaram eventualmente do PROGASA o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); Receita Federal; Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM); Fundação Lar Esperança, e outros;
- Programa de Alimentação (PROA) — O PROA foi criado através do Protocolo de Intenções firmado entre o CAAC e a Secretaria da Educação — enquanto representante no Estado da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o propósito de repassar a entidades assistenciais, em todo o Rio Grande do Sul, que atendam a crianças carentes na faixa etária de zero a quatorze anos, gêneros alimentícios provenientes da FAE. O PROA em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre é gerenciado pelo CAAC, tendo distribuído, no exercício de 1988, a 107 entidades assistenciais, 170 mil quilos de alimentos, beneficiando uma população em torno de 12 mil pessoas;
- Programa Ano Estadual do Adolescente — (AEA/88) — O Ano de 1988 foi instituído pelo Governo do Estado, através do Decreto nº 32.745, de 14 de janeiro de

1988, como o Ano Estadual do Adolescente, com o objetivo de proporcionar ao adolescente rio-grandense meios para identificar-se com os interesses fundamentais da sociedade, dimensionando a sua importância no contexto social e procurando alternativas para sua valorização e minimização de seus problemas. A operacionalização do programa AEA/88 constou de eventos, projetos e ações contínuas implantadas e/ou ativadas, a seguir nominados, todos coordenados pelo CAAC:

- Atendimento integral à saúde do adolescente — Unidade Sanitária São José do Murialdo, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), em Porto Alegre;
- Atendimento e orientação às doenças sexualmente transmissíveis — Ambulatório de Dermatologia, DST/SSMA (Porto Alegre);
- Cursos de iniciação profissional e encaminhamento de carteiras de trabalho — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), em Porto Alegre;
- Implantação de grupos de apoio ao adolescente em escolas estaduais de Porto Alegre — Grupo de Pesquisa sobre Adolescente (GPA)/Secretaria da Educação (Porto Alegre);
- Reativação do trabalho de apoio ao adolescente nas Delegacias de Educação do Estado — DAE — UPO — Secretaria da Educação (Rio Grande do Sul);
- Pesquisa sobre expectativa cultural do jovem gaúcho — Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC)/Secretaria da Educação/RS;
- Festival de Bonecos no Parque da Redenção — CODEC/Secretaria da Educação (Porto Alegre);
- Atendimento dos dependentes químicos de drogas — CRUZ VERMELHA (Rio Grande do Sul);
- Cursos e palestras sobre prevenção ao uso de drogas — Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN)/Secretaria da Justiça e Cruz Vermelha (Rio Grande do Sul);
- Jogos da Juventude Escolar Gaúcha/88 — AEA/88/SUDESP/Secretaria da Educação (Rio Grande do Sul);
- Projeto Recriação — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária/Prefeituras Municipais (Rio Grande do Sul);
- Escolinha de Futebol, Parque de Recreação do Trabalhador, São Leopoldo — Fundação Sul-Riograndense de Assistência “Senador Tarso Dutra”/Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC);
- Convênio Legião Brasileira de Assistência/União Metropolitana dos Estudantes de 1º e 2º Graus de Porto Alegre (LBA/UMESPA), visando à promoção do jovem estudante e ao fortalecimento dos grêmios estudantis em Porto Alegre;
- Programa de Assistência Integral a Gestante Adolescente (PAIGA) — Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, Porto Alegre;

- Implantação de oficinas de teatro — psicoterapia para adolescente, projetos experimentais implantados nas escolas Emilio Massot e São José do Murialdo — CODEC/Secretaria da Educação — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), em Porto Alegre;
- Sensibilização dos profissionais da saúde e capacitação de recursos humanos da Rede Estadual de Saúde, para implantação do atendimento direto ao adolescente nos Postos de Saúde da SSMA — Rio Grande do Sul;

Para operacionalizar seus objetivos, o CAAC mantém Convênios com a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) e com a Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), além de contar com recursos próprios oriundos do Governo, e estar integrado ao Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV).

Com a FLBA, foram assinados dois convênios, com recursos no valor de Cz\$ 58 milhões, para atender a sessenta entidades, e encaminhados seis projetos, já devidamente aprovados, que aguardam liberação de verbas para 1989. Com a SEAC, foram assinados convênios com recursos no valor de Cz\$ 14 milhões, destinados à compra de cobertores e, ainda, encaminhados e aprovados dezenove projetos cujos recursos serão liberados em 1989.

Foram encaminhados à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC) onze processos de solicitação para a aquisição de equipamentos e manutenção de creches, ainda em tramitação, e encaminhados à Brasil, Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. (IBM) doze processos de solicitação de recursos financeiros.

A dotação orçamentária do CAAC, no exercício de 1988, foi de Cz\$ 20 milhões. Na rubrica 3259 — “Outras Transferências a Pessoas” — Subvenções Sociais —, foram destinados Cz\$ 200 mil e, na rubrica 4323 — “Transferências a Municípios”, Cz\$ 19,8 milhões. A aplicação desses recursos foi feita de acordo com critérios de distribuição estabelecidos pela política do Governo do Estado para o setor social, e de conformidade com a legislação vigente.

O CAAC contou ainda com receitas provenientes de doações e eventos sociais, que beneficiaram entidades e pessoas físicas no valor de Cz\$ 10,7 milhões.

2.22.4 — CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA SOCIAL

No âmbito das ações desenvolvidas pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Política Social referentes ao ano de 1988 foram realizadas as atividades e estudos a seguir discriminados, relativamente à implementação do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

Com relação ao andamento das negociações com o Banco Mundial, são de destacar, no exercício, as seguintes atividades:

- Visita de Missão Técnica do Banco Mundial, para acompanhamento do Projeto PIMES, entre os dias 17 e 19 de março;
- Acompanhamento, em Brasília, da tramitação dos estudos sobre o PIMES, com vistas à emissão do Aviso Preliminar de Prioridade ao Banco Mundial, pelo Ministério da Fazenda (maio/88);

- Visita de consultores do Banco Mundial, de 20 a 24 de junho, para discussão da concepção básica do PIMES, e preparação do projeto BRIEF;
- Acompanhamento, em Brasília, da emissão do Aviso Preliminar de Prioridade da SAIN ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sobre o Projeto PIMES (junho/88 e julho/88);
- Visita de Missão de Pré-Avaliação do Banco Mundial, entre os dias 20 e 28 de outubro e 03 e 04 de novembro, período durante o qual foi supervisionado e avaliado o Projeto PIMES, tendo havido audiências com o Governador do Estado, Secretário da Fazenda, Secretário Substituto de Coordenação e Planejamento, bem como reuniões de trabalho com técnicos estaduais e municipais.

No que se refere a Estudos, Pesquisas e Relatórios que foram elaborados no período, com vistas à implementação do PIMES, destacam-se:

- Estudos sobre Finanças Municipais nos últimos cinco anos através da Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- Relatório sobre Finanças Públicas Municipais, com ênfase na avaliação de sua política de gastos na área social, através da Secretaria da Fazenda;
- Estudo sobre a situação de Administrações Municipais (Alvorada, Camaquã, Campo Bom, Caxias do Sul, Gravataí, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Santana do Livramento), através da fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH);
- Preparação do Programa de Desenvolvimento Institucional de Municípios, através da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) — da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas —, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Secretaria da Fazenda;
- Pesquisa de campo em áreas de sub-habitação em municípios previamente escolhidos, para avaliar a capacidade de retorno da população de baixa renda com relação a investimentos de que venha a ser beneficiária, através do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Rio Grande do Sul (CEAG/RS-IDERGS);
- Estudos e Pesquisas realizadas através de consultores, envolvendo: pesquisa sobre Aspectos Gerenciais do Sistema de Transportes Públicos, a Política de Transporte e as Empresas de Transporte em dez municípios do Estado do Rio Grande do Sul; Aspectos Jurídicos e Institucionais da Propriedade do Solo em Áreas Faveladas; Catálogo de Alternativas Jurídicas para Regularização Fundiária; elaboração de instrumentos jurídicos e financeiros necessários à operacionalização do PIMES; análise econômica e financeira do Projeto PIMES; elaboração de texto interpretativo dos dispositivos constitucionais sobre a questão urbana.

Entre as ações realizadas no âmbito da implementação do PIMES, merecem destaque as seguintes:

- Contrato entre o Governo do Estado e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para repasse de 120 mil OTNs para obras de eletrificação no âmbito do Pro-

grama Integrado de Melhoria Social, das quais 70 mil OTNs correspondem a 1988, e 50 mil, a 1989;

- Contrato entre o Governo do Estado e a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), para repasse de 43.471 OTNs, com vistas à reurbanização da Vila Floresta, no Município de Sapucaia do Sul;
- Contrato entre o Governo do Estado (PIMES) e a COHAB, para reurbanização da Vila Santo Afonso, no Município de Novo Hamburgo, para repasse de 107.898 OTNs, sendo este valor repassado entre novembro de 1988 e outubro de 1989, de acordo com o cronograma estabelecido no respectivo Contrato firmado;
- Convênios entre o Governo do Estado e Prefeituras Municipais, a saber: Prefeitura Municipal de Pelotas, visando a implementar política habitacional integrada, para construção de um Banco de Material, com um valor repassado de 2.940,51 OTNs; Prefeitura Municipal de Restinga Seca, visando a implementar política habitacional e urbana integrada, para eletrificação em São Miguel do Centro com repasse no valor de Cz\$ 7.595.323,00; Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, para construção de 260 unidades habitacionais localizadas em vilas do referido município, no valor de Cz\$ 26 milhões; Prefeitura Municipal de Tapes, para implantação de infra-estrutura urbana em loteamento na Estrada Municipal "TSPS 125", onde residem famílias de baixa renda, no valor de Cz\$ 15.425.506,00;
- Convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Município de Veranópolis, de acordo com os objetivos do PIMES, utilizando a tecnologia de construção modular desenvolvida pelo Laboratório de Habitação da UNICAMP, para execução de projeto-piloto e construção de quarenta casas, no total de Cz\$ 5.422.716,00.

Foi ainda promovido, em 1988, o Seminário "A Favela — Ação do Estado: Aspectos Jurídicos, Técnicos e Institucionais", com a participação da SURBAM, COHAB, CEEE, Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Política Social.

Foram elaborados, no exercício, o Manual de Operações do PIMES (através de um Consultor), e o Guia de Projetos/Guia de Operações do PIMES, pela equipe técnica da Secretaria Executiva.

Vale mencionar ainda, o Projeto-Piloto Habitação, em negociação com o Banco Mundial, envolvendo a contextualização geral do Rio Grande do Sul, cidades e áreas selecionadas, bem como a identificação de linhas de intervenção, custos, condições gerais de aplicação e retorno dos recursos financeiros, proponentes elegíveis, agentes intervenientes, diretrizes operacionais, instrumentos de monitoramento do projeto, impacto econômico, social e ambiental do projeto e riscos, elaborado por Consultor e equipe técnica do PIMES.

2.22.5 — SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

A Secretaria Especial para Assuntos Internacionais foi criada pelo atual Governo, em 15 de março de 1987, como órgão de assessoramento ao Governador do Estado no tratamento das questões internacionais. Assim sendo, a SEAI tem como objetivo funda-

mental a elaboração e implementação da política de relacionamento internacional do Estado do Rio Grande do Sul, tendo pautado suas ações, durante o ano de 1988, na abrangência das seguintes áreas:

- Inserção do Rio Grande do Sul na política de integração dos países da Bacia do Prata;
- Cooperação financeira, comercial e tecnológica com países industrializados para sustentação dos projetos de desenvolvimento do Estado;
- Cooperação na área cultural, visando à reconstituição do mosaico cultural gaúcho e incentivo às manifestações culturais e artísticas regionais;
- Cooperação nas áreas de ensino superior e de pesquisa, para intercâmbio técnico e de pessoal, bem como para a criação de entidades internacionais.

Sendo basicamente um organismo de concepção e coordenação, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais mantém constante entrosamento com as demais secretarias estaduais, para a execução dos projetos relacionados com o setor externo. Também atua conjuntamente com organismos federais, regionais, municipais, entidades de classe e entidades culturais, para estudos técnicos, levantamentos de informações e elaboração de projetos. A SEAI mantém um vínculo permanente com o Itamaraty, e junto a ele procura agilizar ações federais de interesse do Estado. Também desenvolve diretamente negociações internacionais, no que se refere à captação de recursos para o Estado e ao incremento de cooperação comercial, tecnológica e cultural.

Neste sentido, considerando suas áreas de atuação, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais promoveu, em 1988, as seguintes atividades:

- Realização do seminário sobre a evolução econômica da Região Nordeste Argentina (CRECE NEA) e Sul do Brasil;
- Criação do Fórum-Sul, buscando uma atuação coordenada dos estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) nas suas relações com Argentina e Uruguai;
- Realização da primeira Reunião Inter-Regional entre o CRECE NEA LITORAL e o FÓRUM SUL para finalização do Protocolo Regional Fronteiriço;
- Firma do Protocolo Regional Fronteiriço;
- Elaboração do projeto para criação dos Comitês de Fronteira;
- Participação na Primeira Jornada de Integração Microrregional Argentina-Brasil;
- Reativação e reestruturação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF), em caráter permanente;
- Realização de estudos para instalação de um Distrito Industrial Internacional Brasil-Argentina-Uruguai;
- Elaboração de projeto para o diagnóstico da economia da Região (CRECE NEA LITORAL e SUL DO BRASIL, incluindo a fronteira com o Uruguai), a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Realização de seminários sobre o papel das instituições acadêmicas no processo de integração fronteiriça;
- Assinatura de protocolos de intenções com a FIDENE/UNIJUÍ para o levantamento dos perfis sócio-econômicos das regiões dos municípios da Grande Santa Rosa e da Região Celeiro, e ainda para o estabelecimento de ações conjuntas de cunho técnico, científico, educacional e cultural, voltadas para as relações internacionais;
- Realização de pesquisa de campo envolvendo municípios fronteiriços ao Uruguai e Argentina;
- Realização de trabalhos técnicos abordando diversos aspectos vinculados à realidade de fronteira;

- Realização de reuniões de trabalho com especialistas e técnicos do IDES (Uruguai), INTAL (Argentina), representantes do Governo Uruguaio e das comunidades dos municípios de fronteira;
- Realização de estudos para proporcionar a instalação do Gasoduto Brasil-Argentina;
- Realização de estudos com vistas à ligação Atlântico-Pacífico, através da construção da ponte São Borja-Santo Tomé;
- Criação da Comissão de Dinamização da Fronteira, no primeiro Simpósio de Integração Econômica;
- Realização da XV Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul;
- Acompanhamento e assessoramento de delegações compostas de representantes oficiais e privados das Províncias do Nordeste Argentino, com vistas a empreendimentos comerciais, de integração e cooperação econômica entre as duas economias;
- Participação na coordenação de projeto para o estabelecimento do pluralismo do ensino de idiomas nas escolas públicas estaduais;
- Participação na coordenação de projeto de criação do Instituto Binacional de Ensino, em Sant'Ana do Livramento;
- Preparação e acompanhamento de visitas de missões estrangeiras ao Estado;
- Efetivação de contatos com o exterior em busca de cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento de projetos no Rio Grande do Sul, em especial com o Japão e a Alemanha;
- Realização do Seminário "O Rio Grande do Sul e os países da OCDE".

3 — TABELAS

- Tabela 1** — Secretaria da Educação — Matrícula Inicial de Educação Pré-Escolar e de Ensino de 1.º e 2.º Graus, segundo a dependência Administrativa, no Rio Grande do Sul — 1978/87.
- Tabela 2** — Secretaria da Educação — Número de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de Ensino de 1.º e 2.º Graus, segundo a dependência Administrativa, no Rio Grande do Sul — 1978/87.
- Tabela 3** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Atividades executadas pelo Programa de Saneamento Comunitário — PROSAN, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 4** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Produção e Aprovação da Vacina contra Raiva — Uso Humano, produzida no IPB, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 5** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Cobertura Vacinal de crianças com menos de um ano de idade, vacinadas com três doses de vacina antipólio, três doses de vacina tríplice (DPT) e uma dose de vacina anti-sarampo, por ano, no Rio Grande do Sul — 1973/88.
- Tabela 6** — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Ação de Controle da poliomielite no Rio Grande do Sul — 1980/88.
- Tabela 7** — Companhia Riograndense de Saneamento — Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 8** — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária — Auxílios concedidos a entidades para ações de atendimento às comunidades, no Rio Grande do Sul — 1988.
- Tabela 9** — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária — Auxílios concedidos a entidades para ações de apoio ao trabalhador, no Rio Grande do Sul — 1988.
- Tabela 10** — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 11** — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 12** — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Administrativa no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 13** — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Judiciária realizadas no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 14** — Secretaria da Justiça — Atividades desenvolvidas pela Junta Comercial no Rio Grande do Sul, no Estado — 1979/88.
- Tabela 15** — Secretaria da Justiça — Atividades desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 16** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Prestação de Serviços de infraestrutura, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 17** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 18** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de fomento para o desenvolvimento animal, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 19** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de legalização de terras públicas, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 20** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de inspeção, defesa e fiscalização da produção vegetal, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 21** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de preservação, controle, conservação e fomento à produção de recursos naturais renováveis no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 22** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de desenvolvimento e prestação de serviços de pesquisa, no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 23** — Secretaria da Agricultura e Abastecimento — Atividades de desenvolvimento da pesca, no Rio Grande do Sul — 1983/88.

- Tabela 24 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Comparativo entre produtividade dos produtores assistidos pela EMATER/RS e Total do Estado, no Rio Grande do Sul — 1980/88.
- Tabela 25 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de Trabalho, público beneficiário e indicadores de custo/benefício da assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 26 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Evolução do trabalho realizado junto às famílias do meio rural, na área de bem-estar social, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 27 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Movimentação Física, por serviço, nas unidades da CESA, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 28 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Ingresso na rede de armazenagem da CESA, segundo as principais espécies de produtos, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 29 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Evolução dos ingressos na rede de armazenagem da CESA em relação à sua capacidade instalada e índice de rotação, no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 30 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais atividades desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico, no Rio Grande do Sul — 1984/88.
- Tabela 31 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Produção de leite e derivados da CORLAC, no Rio Grande do Sul — 1987/88.
- Tabela 32 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Resumo comparativo do resultado, no Rio Grande do Sul — 1987/88.
- Tabela 33 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Operações contratadas segundo os subsetores da economia — 1978/88.
- Tabela 34 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Operações contratadas segundo programação do Setor Público, no Rio Grande do Sul — 1987/88.
- Tabela 35 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981/88.
- Tabela 36 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Consumo de energia do mercado próprio, por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981/88.
- Tabela 37 — Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores Físicos da CRT no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 38 — Companhia Riograndense de Mineração — Produção de carvão mineral e valor comercializado pela CRM no Rio Grande do Sul — 1978/88.
- Tabela 39 — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Principais serviços executados no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 40 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Número e extensão total de obras de arte especiais realizadas no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 41 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — construção e reconstrução de estradas vicinais, aterros e terraplanagens realizadas pela CINTEA no Rio Grande do Sul — 1979/88.
- Tabela 42 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento de Mercadorias nos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas — 1979/88.
- Tabela 43 — Departamento Aeroviário do Estado — Atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul — 1983/88.
- Tabela 44 — Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa — Recrutamento e Seleção de Pessoal da Administração Direta e Indireta do Rio Grande do Sul — 1984/88.
- Tabela 45 — Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa — Publicação de Atos Institucionais — 1983/88.
- Tabela 46 — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Produção da CORAG, no Rio Grande do Sul — 1980/88.
- Tabela 47 — Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos — Desempenho da FDRH, no Rio Grande do Sul — 1979/88.

Tabela 1

Secretaria da Educação
Matrícula Inicial de Educação Pré-Escolar e de Ensino de 1º e 2º Graus,
segundo a dependência Administrativa, no
Rio Grande do Sul — 1978/87

ANOS	Total Geral	Pré-escolar					1º grau					2º grau				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1978	1682436	51944	54	20298	8294	23298	1402390	848	726812	468001	206729	228102	6137	125623	3627	92715
1979	1667315	51887	55	19291	8567	23984	1386092	374	725487	457601	202630	229336	6346	131755	3635	87600
1980	1660249	57028	104	21564	9594	25866	1384168	960	719812	453326	200080	229053	7349	134284	3682	83748
1981	1647836	63135	95	23889	12147	28014	1357823	953	715122	446200	195450	226986	7667	136937	3397	78895
1982	1647458	69984	85	26281	13589	30039	1353558	1153	712963	449053	190389	223926	7319	137982	3415	75220
1983	1668035	84222	100	28235	14343	31544	1380895	1246	721597	450774	197178	223018	7184	138189	3905	73850
1984	1678045	80057	62	30982	15542	33481	1382263	1219	740159	443120	197765	215725	6827	137235	3239	68424
1985	1691976	88183	111	33534	18163	37385	1391925	1206	740968	443912	205839	211868	7054	133374	3350	67890
1986	1729666	104310	97	38018	24444	41751	1414984	1081	740828	454399	218686	210372	7244	132542	3244	67342
1987	1743355	114542	106	39563	29136	45737	1425001	990	732531	462522	228958	203312	7452	125781	3277	67302

FONTE: INF e O&M/SAE — SE

Tabela 2

Secretaria da Educação
Número de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de Ensino de
1º e 2º Graus, segundo a dependência Administrativa
no Rio Grande do Sul — 1978-87

ANOS	Pré-escolar					1º grau					2º grau				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1978	1149	1	531	265	352	15011	10	3071	11237	693	544	12	232	7	293
1979	1137	1	522	280	344	14542	8	3043	11113	689	558	10	245	7	296
1980	1206	2	546	302	356	14630	9	2933	11018	680	570	12	261	7	290
1981	1327	2	603	357	365	14479	8	2944	10873	654	580	12	280	5	283
1982	1432	2	649	408	373	14436	10	2897	10894	635	592	12	298	5	277
1983	1442	3	672	392	375	14465	10	2972	10845	638	601	12	310	7	282
1984	1568	2	828	442	396	14400	10	3026	10738	626	620	12	327	6	275
1985	1714	3	815	479	418	14375	10	3040	10699	626	640	12	343	7	278
1986	2190	3	967	774	446	14431	10	3036	10758	627	659	12	361	8	279
1987	2481	3	1020	923	475	14401	10	3037	10734	620	664	12	366	8	278

FONTE: INF e O&M/SAE — SE

Tabela 3

Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente
Atividades executadas pelo Programa de Saneamento Comunitário —
PROSAN, no Rio Grande do Sul — 1979-88

ATIVIDADES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO:										
Melhorias em Abastecimento de água	185	59	23	04	11	53	102	121	94	146
Melhorias em destino dos dejetos	28	03	08	02	00	151 ⁽¹⁾	1159 ⁽¹⁾	240 ⁽¹⁾	109 ⁽¹⁾	19
Melhorias em destino do lixo	79	29	43	15	28	17	—	—	—	—
EQUIPAMENTOS DE USO DOMICILIAR:										
Melhorias em Abastecimento de água	2627	924	611	538	723	3582	12695	4032	3427	4235
Melhorias em destino dos dejetos	2879	1371	2112	3016	4750	6587	19058	5982	4651	2649
Melhorias em destino do lixo	1841	684	243	71	256	167	553	225	118	20
BENEFICIADOS:										
Domicílios beneficiados	4821	1992	2495	3000	5966	7639	17138	6153	3525	7504
Pessoas beneficiadas	25134	9836	12011	14852	29476	24125	79143	30064	16298	34590
Escolas beneficiadas	170	118	71	21	65	137	464	162	119	111
Alunos beneficiados	8652	3729	2549	478	2711	4674	17305	5431	4079	5019

FONTE: PROSAN — SSMA/RS

(1) Estão incluídos equipamentos implantados em escolas rurais (sanitários coletivos).

Tabela 4

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente Produção e aprovação da
Vacina contra Raiva-Uso Humano, produzida, no IPB, no Rio Grande do Sul — 1983-88

ANO	DOSES PRODUZIDAS	DOSES APROVADAS
1983	961.688	778.436
1984	829.907	180.115
1985	479.072	259.479
1986	645.520	472.432
1987 ⁽¹⁾	398.942	337.674
1988 ⁽²⁾	813.633	735.873

FONTE: SSMA/RS

(1) Início da produção anual em setembro.

(2) Total da produção do ano foi de 1.234.350 doses, faltando envasar 32 lotes, e com 4 lotes aguardando resultado do INCQS/FLOCRUZ

Tabela 5

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
 Cobertura vacinal de crianças com menos de um ano de idade,
 vacinadas com três doses de vacina antipólio, três doses de vacina tríplice (DPT)
 e uma dose de vacina anti-sarampo, por ano, no Rio Grande do Sul — 1973-88

ANO	POPULAÇÃO ALVO MENORES UM ANO(1)	3 ^{as} DOSES ANTIPÓLIO		3 ^{as} DOSES DPT		DOSE ÚNICA A-SARAMPO	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1973	171 994	50 077	29,1	50 523	29,4	38 864	22,6
1974	173 984	92 211	53,0	81 200	46,7	77 209	44,4
1975	175 969	105 121	59,7	85 225	48,4	57 703	32,8
1976	177 960	111 301	62,5	107 549	60,4	108 515	61,0
1977	179 942	117 516	65,3	115 630	64,3	122 961	68,3
1978	181 933	123 551	67,9	122 471	67,3	128 776	70,8
1979	183 923	132 528	72,1	131 884	71,7	139 882	76,1
1980	186 113	177 000	95,1	148 466	79,8	157 141	84,4
1981	188 175	139 312	74,0	150 746	80,1	164 195	87,3
1982	190 225	168 616	88,6	171 639	90,2	186 108	97,8
1983	192 283	170 217	88,5	170 456	88,6	136 283	70,9
1984	194 345	160 292	82,5	161 609	83,2	166 291	85,6
1985	196 407	161 814	82,4	162 162	82,6	160 843	81,9
1986	198 465	160 860	81,1	169 938	85,6	169 776	85,5
1987	200 519	159 098	79,3	159 091	79,3	155 395	77,5
1988(2)	202 593	124 324	61,4	122 910	60,7	120 429	59,4

FONTE: Serviço de Doenças Transmissíveis Agudas/Divisão de Controle Epidemiológico/SSMA/RS.

(1) Estimativa populacional fornecida pela Equipe de Informática.

(2) até setembro/88.

Tabela 6

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
 Ação de Controle da poliomielite
 no Rio Grande do Sul — 1980-88

ANO	YACINADOS 0 — 4 ANOS				FORA DA FAIXA ETÁRIA		TOTAL DE DOSES	
	1º Dia		2º Dia		1º Dia	2º Dia	1º Dia	2º Dia
	Número	%	Número	%				
1980	871 895	81,6	939 177	87,9	64 520	79 163	936 415	1 018 340
1981	947 980	95,1	935 767	93,8	84 026	70 337	1 032 006	1 006 104
1982	920 549	90,1	955 190	93,5	51 845	49 422	972 394	1 004 612
1983	959 671	99,4	975 394	100,0	51 662	48 457	1 011 333	1 023 851
1984	929 456	94,9	926 334	94,5	40 389	43 628	969 845	969 962
1985	937 782	95,7	936 081	95,5	36 682	34 320	974 464	970 401
1986	961 322	98,1	947 281	96,6	116 781	121 122	1 078 103	1 068 403
1987	982 856	97,5	937 547	93,0	154 325	139 485	1 137 181	1 077 032
1988	975 178	98,9	980 650	99,5	155 073	162 365	1 130 251	1 143 015

FONTE: Serviço de Doenças Transmissíveis Agudas/Divisão de Controle Epidemiológico/SSMA/RS

Tabela 7

Companhia Riograndense de Saneamento
Abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos
no Rio Grande do Sul — 1979-88

VARIÁVEIS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
População Atendida — ÁGUA (hab)	2 513 661	2 984 372	3 165 741	3 236 638	3 461 104	3 565 668	3 729 214	3 876 068	4 024 526	4 183 000
População Atendida — ESGOTO (hab)	213 013	220 982	253 750	255 355	272 827	278 761	283 489	314 950	388 085	411 000
Localidades Atendidas — ÁGUA (unid)	233	236	240	241	252	253	261	267	271	272
Localidades Atendidas — ESGOTO (unid)	18	18	18	18	18	18	18	19	20	20
Economias Atendidas — ÁGUA (unid)	679 368	751 785	821 751	899 066	969 497	1 007 251	1 062 454	1 120 829	1 176 762	1 226 762
Economias Atendidas — ESGOTO (unid)	55 328	57 398	65 909	70 932	76 422	78 746	80 766	91 026	113 475	120 476
Rede Cadastrada — ÁGUA (km)	8 330	9 123	10 421	11 028	11 627	12 098	12 429	13 347	13 851	14 271
Rede Cadastrada — ESGOTO (km)	373	377	413	432	455	516	566	600	839	889
Capacidade de reservação (m ³)	232 796	239 046	251 726	266 376	276 156	281 976	284 646	285 455	288 955	290 955
Produção de ÁGUA (1000 m ³)	179 174	198 766	213 108	226 881	245 399	267 539	284 358	284 588	309 300	300 000
Hidrômetros instalados (unid)	384 673	478 169	574 449	597 118	631 906	624 955	665 990	657 601	658 622	660 000

FONTE: CORSAN

NOTA: A partir de 1982 foi corrigida a população atendida, em função de nova relação hab/econ definida pelo Censo 80.

Os valores relativos a 1988 são reais até outubro e estimados para novembro e dezembro.

Tabela 8

Secretaria do Trabalho e Ação Social e Comunitária
Auxílios concedidos a entidades para ações de apoio ao trabalhador,
no Rio Grande do Sul — 1988

Valor em Cz\$ 1 000,00

Entidades	Geração de Emprego e renda		PRODAMI		Contribuição a Sindicatos		Capacidade Profissional		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Prefeituras Municipais	5	6 380	23	4 950	—	—	3	800	31	12 130
Sindicatos	—	—	40	20 855	6	1 980	6	3 100	52	25 935
Entidades Educacionais	—	—	—	—	—	—	2	600	2	600
Assistência Comunitária	1	250	5	2 622	—	—	—	—	6	2 872
Sociedades Beneficentes	1	500	2	1 752	—	—	3	1 000	6	3 252
Outras Entidades	—	—	1	100	—	—	—	—	1	100
Total	7	7 130	71	30 279	6	1 980	14	5 500	98	44 889

FONTE: STASC

Tabela 9

Secretaria do Trabalho e Ação Social e Comunitária
Auxílios concedidos a entidades para ações de atendimento
às comunidades, no Rio Grande do Sul — 1988

Valor em Cz\$ 1 000,00

Entidades	Auxílios Assistenciais		Implantação Equipamentos Sociais		Atendimento ao Idoso		Suplementação Alimentar		Educação Popular		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Prefeituras Municipais	15	4 803	18	25 100	01	600	—	—	—	—	34	30 503
Sindicatos	18	6 420	02	1 850	—	—	04	920	01	250	25	9 440
Entidades Educacionais	24	4 631	01	1 500	—	—	—	—	02	1 150	27	7 281
Assistência Comunitária	69	16 660	03	3 000	—	—	01	200	—	—	73	19 860
Sociedades Beneficentes	101	24 408	10	16 000	09	1 407	02	300	—	—	122	42 115
Clubes de Mães	35	3 780	01	1 500	—	—	—	—	—	—	36	5 280
Outras Entidades	10	3 585	—	—	—	—	—	—	—	—	10	3 585
Total	272	64 287	35	48 950	10	2 007	07	1 420	03	1 400	327	118 064

FONTE: STASC

Tabela 10

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1979 - 88

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Polícia Militar										
Eventos críticos										
No trânsito	98 212	82 900	71 282	210 479	351 806	356 806	467 836	470 163	260 654	366 516
Contra os costumes	67 300	81 239	85 173	52 897	78 135	87 367	93 756	105 339	70 079	52 913
Contra o patrimônio	14 509	10 993	13 636	14 850	18 627	22 780	29 020	31 152	27 372	21 718
Contra a pessoa	28 920	35 432	33 347	23 745	39 607	43 036	47 481	50 421	40 129	34 402
Serviços prestados	207 847	179 778	182 931	275 111	498 980	552 241	532 324	480 156	348 964	272 666
Providências	455 146	452 922	335 401	503 174	835 239	858 701	928 593	934 968	569 838	615 788
Bombeiros Militares										
Infrações	4 076	5 943	5 176	5 738	5 277	6 995	9 761	8 116	6 819	7 661
Serviços prestados	4 408	4 238	4 861	5 127	11 321	16 925	25 610	17 329	17 197	6 765
Providências	108	105	150	194	179	170	100	20	36	00

FONTE: 3ª Seção (PM-3) do Estado-Maior da Brigada Militar/SSP

(1) Em 1988, com dados estimados para out., nov. e dez.

Tabela 11

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1979 - 88

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Homicídios	847	876	1 025	1 053	1 044	1 051	1 132	1 325	1 657	1 770
Lesões corporais	12 344	14 472	15 156	15 227	16 719	19 599	42 066	47 874	48 841	45 583
Furtos e roubos	12 785	11 919	14 374	13 935	17 051	14 703	160 284	141 688	152 986	159 773
Acidentes de trânsito com										
morte	1 140	1 242	1 235	1 213	1 234	1 456	1 495	1 669	1 686	1 658
Acidentes de trânsito com										
lesões corporais	9 923	9 699	10 232	11 932	12 264	18 920	22 712	25 586	22 623	19 992
Acidentes de trânsito com										
danos materiais	52 408	36 575	39 242	43 296	41 486	47 496	52 379	59 786	55 335	51 223
Furto de veículos	6 234	6 927	7 082	7 483	9 364	7 085	7 286	8 118	10 465	9 642
Uso de tóxicos	684	606	409	814	1 312	1 732	1 592	2 075	1 579	2 053
Outras ocorrências	242 039	268 481	284 664	281 133	305 277	361 880	171 337	245 356	195 877	184 494

FONTE: Serviço de Estatística/DINP/PC

(1) Em 1988, com dados estimados para nov. e dez.

Tabela 12

Secretaria da Segurança Pública
Atividades da Polícia Administrativa no Rio Grande do Sul — 1979 - 88

ESPECIFICAÇÕES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Registro de veículos	217 002	247 341	257 546	303 546	467 593	448 909	402 284	373 449	317 668	288 019
Carteira nacional de habilitação — 1ª, 2ª via e revalidação	270 851	309 691	304 452	345 573	356 571	403 050	345 570	168 479	171 993	207 697
Armas registradas	7 197	8 645	7 877	8 851	30 903	31 401	34 651	39 928	29 965	24 843
Portes de armas	13 435	18 229	19 976	23 049	21 684	21 532	23 828	21 990	20 983	20 530
Atestados	823 724	481 777	353 886	452 149	213 735	107 128	183 324	128 417	93 891	90 714
Cédulas de identidade	370 356	700 002	797 916	833 294	419 676	431 809	456 682	581 834	275 114	527 285

FONTE: Serviço de Estatística/DINP/PC

(1) Em 1988, com dados estimados para nov. e dez.

Tabela 13

Secretaria da Segurança Pública
Atividades da Polícia Judiciária realizadas no Rio Grande do Sul — 1979 - 88

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Inquéritos e processos instaurados	46 119	50 869	54 135	55 741	49 384	68 582	71 863	71 213	64 706	67 849
Inquéritos e processos remetidos à juízo	41 122	48 543	48 050	47 496	50 204	70 083	72 791	67 050	59 951	61 006
Inquéritos e processos em andamento	39 752	42 372	45 495	47 392	45 132	37 845	32 516	29 090	30 111	42 671
Flagrantes elaborados	1 632	2 363	3 294	2 997	3 523	4 071	4 482	5 332	4 543	4 746
Veículos recuperados	5 884	6 206	5 824	6 129	6 919	5 063	4 882	5 113	6 780	6 522
Prisões preventivas solicitadas	1 480	1 146	1 476	1 359	1 564	1 927	3 036	1 330	1 429	1 504
Prisões preventivas decretadas	876	853	997	1 019	1 329	1 831	1 033	844	927	979
Cartas precatórias recebidas	—	—	—	—	—	—	4 639	4 788	4 195	4 127
Cartas precatórias atendidas	—	—	—	—	—	—	4 507	4 322	3 999	4 032
Cartas precatórias em andamento	—	—	—	—	—	—	724	825	1 894	1 204
Armas apreendidas	15 307	16 560	15 145	12 891	12 815	11 430	10 210	12 152	9 972	9 767

FONTE: Serviço de Estatística/DENP/PC

(1) Em 1988, com dados estimados para nov. e dez.

Tabela 14

Secretaria da Justiça
Atividades desenvolvidas pela Junta Comercial do
Rio Grande do Sul, no Estado — 1979 - 88

ATIVIDADES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988(1)
Constituições										
Firma individual	14 217	13 593	13 925	13 441	15 347	14 184	19 176	29 858	24 954	22 482
Sociedade Ltda	8 499	9 412	9 191	10 609	12 365	12 134	14 224	22 962	20 751	17 093
Sociedade anônima	49	51	37	34	37	61	34	49	44	44
Cooperativas	19	24	39	19	14	11	15	16	12	13
Outras sociedades	38	21	13	08	22	07	07	—	01	—
Total	22 822	23 101	23 205	24 111	27 785	26 397	33 456	52 885	45 762	39 632
Relativos	100	101	102	106	122	116	147	232	201	174
Extinções										
Firma individual	2 640	2 729	2 652	4 887	4 898	4 942	4 439	5 052	5 230	5 665
Sociedade Ltda	1 192	1 355	1 118	2 120	2 127	2 321	2 404	2 569	2 915	3 418
Sociedade anônima	21	06	01	22	17	10	09	—	—	—
Cooperativas	02	03	27	28	07	01	—	—	—	—
Outras sociedades	61	24	35	69	12	02	—	—	—	—
Total	3 916	4 117	3 833	7 126	7 061	7 276	6 852	7 621	8 145	9 083
Relativos	100	105	098	182	180	186	175	195	208	232
Falências	206	179	237	220	314	302	225	125	151	157
Concordatas	14	14	16	13	23	24	22	05	85	32

FONTE: Unidade de Estatística — JUNTA COMERCIAL/RS

(1) Os dados de 1988 estão computados até 23 de novembro

Tabela 15

Secretaria da Justiça
Atividades desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado,
no Rio Grande do Sul — 1979-88

ANOS	PESSOAS ATENDIDAS	FOTOCOPIAS FORNECIDAS	PROCESSOS REQUISITADOS PELA JUSTIÇA	PROCESSOS RECEBIDOS
1979	6.249	22.169	274	1.767
1980	8.098	18.067	319	—
1981	3.928	9.367	102	2.885
1982	10.716	19.138	218	—
1983	12.565	20.354	305	3.098
1984	12.776	15.262	191	—
1985	10.571	17.095	185	—
1986	13.958	14.757	189	—
1987	13.953	15.588	349	5.189
1988	16.293	28.846	125	20.420
TOTAL	109.287	180.643	2.257	33.359

FONTE: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 16

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Prestação de serviços de infra-estrutura, no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Barragens (obras)	22	22	09	12	04	04
Açudes e Bebedouros (obras)	891	1.755	1.395	1.314	724	934
Canais para drenagem e irrigação (m ³)	223.750	80.554	118.920	62.160	55.020	6.840
Perfuração de poços (obras)	233	256	224	224	161	143
Sistematização de lavouras (horas) ...	78	150	144	615	696	162
Subsolagem de lavouras (horas)	1.518	2.286	3.457	1.748	1.208	839
Vias de acesso (horas)	905	255	455	613	138	415
Terraplenagem (horas)	2.985	3.007	4.427	4.471	2.430	1.143
Terraceamento em Microbacias Hidrográficas (horas)	—	—	—	—	—	840

FONTE: SAA

Tabela 17

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias,
no Rio Grande do Sul - - 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Aplicação e Fiscalização de Vacinas						
— Programa de combate a Febre Afrosa (bovinos)						
• Vacina oleosa (dose)	720.707	2.702.184	7.506.734	8.482.138	8.898.565	10.555.363
• Vacina Hidróxido Saponificada (dose)	35.709.426	27.370.237	30.414.375	9.979.869	4.631.148	2.200.000
Vacina contra a brucelose bovina (dose)	679.052	625.421	674.266	606.175	409.805	529.710
-- Vacinação contra a peste suína (dose)	1.823.318	1.478.978	1.173.380	583.119	392.104	247.511
-- Vacinação contra a raiva canina (dose)	129.265	530.754	425.318	485.703	189.741	156.726
Testes de Brucelose e Tuberculose realizados (n ^o)	114.438	144.347	105.247	134.239	132.913	84.451
Murcegos capturados e tratados (n ^o)	2.489	3.704	2.427	2.798	2.603	2.009

FONTE: SAA

Tabela 18

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de fomento para o desenvolvimento animal,
no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
PRODUÇÃO ANIMAL						
— Seleção zootécnica (cab)	67.008	65.429	71.010	72.200	83.111	123.444
— Inspeção zootécnica (cab)	29.716	29.809	29.807	32.020	32.431	59.387
— Orientação técnica (n.º)	4.240	4.733	5.201	5.392	5.479	10.327
— Inseminação artificial (cab)	27.994	28.130	28.099	30.401	30.689	31.192
— Compra de reprodutores/orientação (cab)	3.241	3.416	3.604	3.899	3.766	4.957
— Orientação sobre forrageiras (ha)	61.020	61.328	78.003	80.693	77.668	150.321
— Orientação sobre mineralização animal (n.º)	213	244	290	300	370	1.110
— Orientação sobre alimentação (n.º)	1.010	1.020	1.099	1.104	1.380	2.332
— Distribuição de sementes e mudas (forrageiras) (kg)	2.833	2.924	3.197	3.403	3.784	4.551
— Cursos ministrados (n.º)	07	16	13	15	18	32
— Palestras proferidas em reuniões (n.º)	924	907	1.302	1.240	1.089	2.017
EXPOSIÇÕES E FEIRAS						
— Exposições Agropecuárias (n.º)	125	117	152	165	183	193
— Julgamento de admissão e classificação (cab)	33.936	35.712	37.831	39.204	41.846	43.926
— Feiras de Terceiros(as) e Vaquilonas (n.º)	29	25	26	26	39	140
• animais comparecidos (n.º)	19.076	11.665	10.078	13.132	18.394	25.408
• animais comercializados (n.º)	18.160	11.665	9.876	12.987	13.500	20.318
PARQUE DE EXPOSIÇÕES ESTADUAL ASSIS BRASIL						
— Expointer (Exposição Internacional de Estêcio) (n.º)	01	01	01	01	01	01
• animais comparecidos (n.º)	3.390	3.326	4.330	4.489	4.850	4.872
• animais comercializados (n.º)	887	1.200	1.508	1.959	1.358	966
— Outros eventos (n.º)	29	33	12	20	24	8
CENTRAL RIOGRANDENSE DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL						
— Municípios atendidos (n.º)	146	169	174	179	179	210
— Circuitos (n.º)	73	36	80	65	162	55
— Postos de Inseminação Artificial (n.º)	104	109	128	136	164	30
— Cursos para Inseminadores (n.º)	24	26	22	26	26	29
— Inseminadores treinados (n.º)	325	320	301	350	420	465
CITEs — clubes existentes (n.º)	50	64	72	80	100	100

FONTE: SAA

Tabela 19

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de legalização de terras públicas,
no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Concessões Diferenciadas						
Lotes	1.842	208	566	66	01	108
Hectares	10.020	1.104	1.548	568	14	1.091
Escrituras						
Lotes	23	04	01	05	—	01
Hectares	363	64	70	42	—	6
Concessões Anuladas						
Lotes	43	64	10	01	01	12
Hectares	292	500	163	4	14	36
Expedições de Títulos						
Lotes	580	2.877	395	112	11	106
Hectares	5.453	14.913	2.361	1.019	159	1.100
Subdivisões						
Lotes	204	05	148	—	05	—
Hectares	275.641	88	125.000	—	29.943	—

FONTE: SAA

Tabela 20

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de inspeção, defesa e fiscalização da produção vegetal,
no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Sementes e Mudas						
Certificação de sementes (t).....	9.211	7.040	7.081	7.557	7.434	6.566
Inspeção sementes fiscalizadas Olerícolas (ha).....	470	500	580	650	741	396
Inspeção de mudas frutíferas e matrizes (planta).....	—	—	—	3.980	7.790	19.940
Defesa Fitossanitária						
Inspeção cancro citrico (planta).....	80.000	315.004	1.469.378	92.109	—	—
Cadastramento pés de acácia-negra (planta).....	17.829.150	7.532	7.112.590	3.903.500	3.448.500	4.573.000(1)
Inspeção de matas de acácia (lote).....	1.299	2.396	657	550	967	923(1)
Enologia						
Inspeção de municípios produtores (n.º).....	163	163	163	163	163	163(1)
Liberação de guias de trânsito (n.º).....	96.016	95.388	100.129	81.021	79.830	74.083(1)
Análises quantitativas (n.º).....	14.951	12.904	20.251	14.680	12.348	14.196(1)
Produção liberada (litro).....	208.289.792	294.121.606	304.822.642	292.024.464	247.115.427	223.992.452(1)
Fomento à produção vegetal e bioenergia						
Treinhamento produtores e operários rurais (n.º).....	26	26	29	06	12	206
Produção de calcário (t).....	6.277	6.277	3.477	1.555	2.410	2.232

FONTE: SAA

(1) Dados até outubro/88

Tabela 21

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de preservação, controle, conservação e fomento
à produção de recursos naturais renováveis
no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Preservação e Controle						
Preservação de Parques e Reservas (ha).....	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662	37.662
Conservação de estradas e tropeiros (km).....	80	100	100	120	120	142
Patrulhas de vigilância (n.º).....	250	250	280	280	260	321
Produção de mudas (mudas).....	500.000	648.821	308.419	114.920	193.000	250.000
Coleta de sementes (kg).....	600	6.144	4.072	876	115	3.605
Conservação do Solo e Água						
Recuperação de áreas desérticas (ha).....	50	50	50	50	50	—
Locação de terraços (km).....	7.552	7.922	9.675	1.856	1.901	2.403
Controle de vaporocas (n.º).....	390	738	273	101	134	249
Locação de canais escadouros (n.º).....	2.341	1.851	2.586	414	603	391
Melhoramento de pastagens (ha).....	29.052	16.896	9.724	7.777	5.391	6.833
Visitação técnica a agricultores (n.º).....	5.075	3.768	3.177	1.930	1.966	2.289
Palestras proferidas (n.º).....	463	420	348	154	238	275
Fomento à Produção Florestal						
Produção de mudas (mudas).....	640.000	2.199.546	1.032.859	744.531	215.270	300.000
Implantação de viveiros municipais (n.º).....	4	38	10	2	—	—
Bolsa de Sementes (kg).....	200	4.880	6.221	900	1.175	364
Fixação de dunas (m ²).....	7.500	20.500	56.250	142.446	61.000	—
Arborização de estradas (mudas).....	50.000	30.000	26.020	24.405	20.100	—
Arborização do litoral (mudas).....	—	54.306	223.452	66.726	27.750	—
Coleta de sementes (kg).....	350	2.726	1.249	475	11.475	612
Reflorestamento de pequenos e médios imóveis rurais (ha).....	486	200	294	175	—	98

FONTE: SAA

Tabela 22

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de desenvolvimento e prestação de serviços de
pesquisa, no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Pesquisas Agronômicas						
Projetos em andamento (n.º)	147	174	194	193	226	234
Experimentos (n.º)	588	712	776	773	1.010	385
Publicações editadas (n.º)	4	3	3	2	3	4
Trabalhos publicados (n.º)	170	102	181	90	170	44
Pesquisas Zootécnicas						
Projetos em andamento (n.º)	35	38	49	48	47	53
Experimentos (n.º)	70	58	65	64	63	50
Pesquisas em Recursos Naturais Renováveis						
Projetos em andamento (n.º)	22	19	17	23	21	30 ⁽¹⁾
Produção de mudas (mudas)	938.846	884.367	860.323	621.000	2.300.000	940.052 ⁽¹⁾
Produção de sementes (kg)	379	726	527	567	709	22.208 ⁽¹⁾
Material botânico (excelsat) (n.º)	2.124	2.413	3.676	4.200	2.300	1.481 ⁽¹⁾
Trabalhos publicados (n.º)	13	14	13	10	15	23 ⁽¹⁾
Produção de vacinas e antígenos						
Vacina contra brucelose (doses)	874.130	870.568	849.774	806.902	478.454	531.062
Antígeno de Huddleson (doses)	25.800	31.500	34.160	29.100	38.750	25.000
Antígeno Acidificado Tamponado (doses)	133.300	130.000	140.600	430.000	113.000	137.333
Vacina Anti-Aftosa Oleosa (doses)	70.000	1.631.420	2.506.785	2.271.500	2.677.040	1.398.490
Diagnóstico de enfermidade (unidade)	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	60.000
Prestação de Serviços						
Amostras de solo (amostra)	3.612	5.226	4.976	5.614	2.820	3.290 ⁽¹⁾
Determinações químicas de solos (n.º)	42.938	33.356	33.356	35.635	17.651	21.049 ⁽¹⁾
Amostras de adubos e calcário (amostra)	1.094	1.036	1.412	1.063	491	569 ⁽¹⁾
Amostras de sementes (n.º)	4.880	5.967	5.386	3.841	4.131	4.202 ⁽¹⁾
Análises de sementes (n.º)	16.104	19.247	17.064	12.675	12.774	13.605 ⁽¹⁾
Determinações químicas de adubos e calcário (n.º)	2.950	1.468	1.702	1.587	1.817	1.782 ⁽¹⁾
Análises de inoculantes (n.º)	16	12	14	15	18	18 ⁽¹⁾
Análises de amostras de sementes (recursos naturais) (n.º)	531	842	713	1.024	1.233	617 ⁽¹⁾

FONTE: SAA

(1) Dados até novembro/88.

Tabela 23

Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Atividades de desenvolvimento da pesca
no Rio Grande do Sul — 1983-88

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Produção de alevinos (n.º)	285.000	400.000	413.035	466.492	128.492	49.632
Produção de larvas de peixe (n.º)	—	—	1.031.000	—	—	—
Produção de girinos de rã-louro (n.º)	—	50.000	90.500	125.000	77.500	—
Projetos de Pesquisa (n.º)	02	02	04	07	—	05
Orientação Técnica						
(atendimento a produtores) (n.º)	680	1.347	1.904	1.836	839	610
Cursos, Simpósios, Palestras (n.º)	12	19	26	15	05	05

FONTE: SAA

Tabela 24

**Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Comparativo entre produtividade dos produtores assistidos pela EMATER/RS
e TOTAL DO ESTADO, no Rio Grande do Sul — 1980 - 88**

PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO															
		80/81		81/82		82/83		83/84		84/85		85/86		86/87		87/88	
		Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)	Estado (1)	Assis- tido (2)
Aroz Irrigado.....	kg/ha	4.190	4.320	4.364	4.857	3.617	4.504	4.440	4.808	4.597	4.801	4.247	4.163	4.564	4.656	4.935	5.236
Feijão.....	kg/ha	600	867	688	887	493	508	677	721	676	816	269	309	500	503	714	839
Mandioca.....	kg/ha	11.173	21.581	12.338	20.668	12.207	20.551	12.207	17.848	11.879	17.190	12.000	15.168	12.786	16.131	12.860	17.095
Milho.....	kg/ha	2.094	3.219	1.700	2.589	1.785	2.830	1.894	2.870	1.894	2.871	1.270	2.008	1.981	2.751	1.567	2.316
Soja.....	kg/ha	1.595	1.763	1.192	1.354	1.548	1.774	1.487	1.734	1.570	1.854	1.008	1.274	1.582	1.798	1.057	1.258
Sorgo Granífero.....	kg/ha	—	—	2.095	2.530	2.047	2.655	2.072	3.000	1.891	2.520	1.692	1.800	1.988	2.700	1.596	2.900
Trigo.....	kg/ha	748	910	1.187	1.249	195	491	1.155	1.270	949	1.042	1.032	1.434	1.660	1.728	1.660	1.876
Banana.....	kg/ha	10.432	11.488	8.217	10.663	8.849	9.039	8.849	9.318	9.831	9.936	9.867	11.113	10.458	10.780	10.518	10.799
Citros.....	kg/ha	17.491	21.455	16.511	21.995	17.288	31.083	17.288	27.591	17.195	17.837	15.019	16.303	17.878	21.477	14.958	17.836
Maçã.....	kg/ha	5.539	7.770	5.439	7.968	4.821	7.794	5.031	7.744	8.333	10.234	11.000	15.578	10.396	13.357	16.272	16.770
Morango.....	kg/ha	—	—	3.250	14.585	3.622	16.438	5.077	22.435	6.032	19.159	3.220	24.833	4.130	32.833	4.287	26.382
Pêssego.....	kg/ha	3.504	7.467	5.500	7.208	3.393	5.889	3.239	6.521	3.400	4.473	3.476	4.582	3.744	5.783	3.138	7.688
Uva.....	kg/ha	10.800	14.846	11.116	15.965	8.765	10.215	10.102	13.622	12.812	20.919	9.863	12.501	8.817	11.981	13.599	18.891
Alho.....	kg/ha	2.913	3.214	2.683	3.598	2.767	2.859	2.778	3.090	2.805	3.433	2.901	2.986	3.106	3.611	3.113	3.946
Batata-Inglesa.....	kg/ha	6.038	8.513	5.376	8.468	5.664	8.433	6.636	9.953	6.359	10.739	4.497	8.149	6.963	10.395	7.443	10.820
Cebola.....	kg/ha	—	—	8.555	12.128	8.434	12.013	6.746	9.181	9.512	12.975	6.250	9.054	8.534	11.536	7.745	14.372
Tomate.....	kg/ha	12.095	42.428	13.259	29.971	13.069	40.261	13.069	41.623	18.317	44.450	17.383	31.804	23.248	48.304	21.476	44.496
Bovinos de Corte (3).....	kg/cabeça/ano	43,0	66,0	40,0	57,0	39,5	59,0	39,6	61,0	42,6	60,0	45,3	62,4	46,2	63,4	44,0	62,2
Bovinos de Leite.....	l/vaca/ano	1.018	1.811	1.034	1.734	1.018	1.788	970	1.838	891	1.793	891	1.839	1.073	1.904	1.074	1.892
Ovinos (4).....	g/lã/cabeça/ano	2.590	2.919	2.687	3.181	2.618	3.165	2.785	3.121	2.923	3.169	2.922	3.134	2.972	3.232	2.892	3.302
Suínos (5).....	leitões/porca/ano	8,8	12,1	9,0	13,0	9,0	13,0	9,0	13,4	9,0	14,0	9,0	14,4	9,0	14,8	9,0	14,9

FONTE: (1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

(2) Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/RS

(3) Delegacia Federal de Agricultura/Serviço de Produção Animal-RS — dados referentes ao Estado

(4) Federação das Cooperativas de Lã-FECOLÁ (Lã cooperativada) e Assistente Técnico Estadual Adair Coimbra Filho — Estimativa de Produção Estadual

(5) Departamento de Planejamento Agrícola — DEPA-RS e Assistente Técnico Estadual da EMATER/RS — Estimativa leitões/porca no Estado.

Tabela 25

**Associação Riograndense de Empreendimentos
de Assistência Técnica e Extensão Rural**
Força de trabalho, público beneficiário e indicadores e
custo/benefício da assistência técnica e extensão
rural no Rio Grande do Sul — 1979-88

ESPECIFICAÇÕES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Nº de Escritórios Municipais	156	157	177	177	177	177	188	188	191	204
Total de Técnicos de campo	695	680	1.113	1.065	1.017	930	929	909	854	826
Nível superior	314	294	357	370	343	314	315	304	280	275
Nível Médio	381	386	756	695	674	616	614	605	574	551
Total de produtores beneficiários	92.279	109.288	120.497	188.928	192.532	188.335	164.681	148.949	139.868	126.062
Produtores assistidos	33.939	43.715	47.701	82.490	91.181	85.518	74.777	67.623	63.500	56.324
Produtores orientados	58.340	65.573	72.796	106.438	101.351	102.817	89.904	81.326	76.368	69.738
Pequenos	77.514	91.802	101.217	158.700	161.727	163.851	143.272	129.735	121.964	109.674
Médios	12.919	15.300	16.870	26.450	26.954	19.587	17.127	15.565	14.826	13.363
Grandes	1.846	2.186	2.410	3.778	3.851	4.897	4.282	3.649	3.078	3.025
Total de donas-de-casa beneficiárias	39.573	44.360	48.785	81.407	104.633	108.322	106.493	107.248	109.152	112.701
Donas-de-casa assistidas	24.140	27.422	22.785	36.939	47.633	49.557	48.720	49.066	49.992	51.617
Donas-de-casa orientadas	15.433	16.938	26.000	44.468	57.000	58.765	57.773	58.182	59.160	61.084
Total de jovens assistidos	9.469	17.453	18.374	25.920	36.567	39.240	37.494	36.326	36.349	33.938
Total de agentes colaboradores	—	—	200	8.760	10.654	11.013	10.240	9.667	8.650	7.484
Líderes	—	—	—	8.360	8.938	9.207	8.374	7.841	7.182	6.856
Multiplicadores	—	—	200	400	1.716	1.806	1.866	1.826	1.468	628
Total de grupos e clubes assistidos										
Número	1.758	2.181	2.770	6.072	7.397	7.397	6.878	6.397	5.939	5.532
Participantes	39.484	54.972	60.025	116.596	137.558	132.684	124.019	115.296	111.616	105.634
Grupos de produtores										
Número	502	628	825	3.600	3.991	3.906	3.619	3.172	2.744	2.517
Participantes	9.043	11.304	13.832	57.411	63.549	60.394	55.683	47.290	42.070	38.580
Grupos e clubes de donas-de-casa										
Número	836	1.046	1.256	1.621	2.293	2.391	2.280	2.343	2.358	2.292
Participantes	20.972	26.215	27.819	36.411	46.705	42.042	45.309	47.496	49.251	49.605
Grupos e Clubes de Jovens Rurais										
Número	420	507	689	851	1.113	1.110	979	882	837	723
Participantes	9.469	17.453	18.374	22.774	27.304	26.248	23.027	20.510	20.295	17.449
Integração com instituições de ensino										
Professores	1.960	3.593	3.311	4.889	7.512	7.779	8.911	8.927	8.722	8.840
Escolas	1.111	2.132	1.977	2.629	3.868	3.947	4.574	4.653	5.404	5.216
Alunos	11.879	31.077	29.655	56.984	105.243	116.017	134.047	139.753	175.462	170.023
Valor da produção/Custos de ATER(1) — Cz\$	—	—	6,41	7,32	10,77	21,09	14,98	10,16	11,29	11,10
Valor da produção/Recursos Estaduais (1) Cz\$	—	—	19,88	16,86	20,41	52,61	35,80	31,71	25,08	36,41
ICM/Recursos Estaduais (1) — Cz\$	—	—	1,38	1,07	1,28	3,27	2,35	2,15	1,83	2,26

FONTE: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS

(1) Cz\$ adicionais para cada Cz\$ aplicado considerando a produtividade dos produtores assistidos e não assistidos.

Tabela 26

**Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência
Técnica e Extensão Rural**
Evolução do trabalho realizado junto às famílias do meio
rural, na área de bem-estar social, no Rio Grande do Sul — 1979-88

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODOS								
		1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Organização de horta doméstica	família	4.553	7.013	15.696	24.485	27.316	20.771	18.477	18.917	17.592
Organização de horta escolar	escola	1.051	1.205	1.316	1.413	1.654	3.541	3.223	3.029	2.847
Organização de pomar doméstico	família	—	—	9.043	14.618	19.490	14.684	13.493	15.205	14.870
Preparo correto de alimentos	família	10.362	13.751	16.897	26.540	16.600	20.283	20.354	22.375	21.480
Indústria caseira de alimentos	família	—	2.649	3.252	14.340	21.381	21.157	20.864	21.966	20.648
Armazenamento correto de alimentos	família	—	—	6.514	9.574	16.224	17.851	17.075	17.866	17.687
Melhoria da merenda escolar	aluno	28.252	23.206	21.659	52.223	42.506	62.695	57.688	64.783	59.603
Abastecimento de água	família	2.335	3.036	10.665	11.289	15.801	13.185	13.485	22.833	21.463
Saneamento Ambiental	família	4.585	3.695	6.971	10.772	11.465	14.415	13.047	15.436	14.509

FONTE: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/RS.

Tabela 27

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Movimentação física, por serviço, nas unidades da CESA,
no Rio Grande do Sul — 1979-88

SERVIÇOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
RECEBIMENTO	1.487.300	1.876.364	1.763.045	1.423.053	1.348.383	1.308.432	1.530.504	1.588.317	1.672.572	1.158.926
ESTOCAGEM	7.412.505	7.954.011	9.111.505	8.794.677	6.499.654	7.163.158	10.179.643	10.191.034	11.530.233	10.580.249
EXPEDIÇÃO	1.684.301	1.980.733	1.859.204	1.433.064	1.411.242	1.205.227	1.368.168	1.493.888	1.584.207	1.543.228
LIMPEZA	395.840	536.457	636.592	472.790	570.514	567.097	724.854	653.825	619.923	482.675
SECAGEM	291.765	346.459	419.836	295.741	501.052	455.395	595.218	583.458	525.782	381.226
EXPURGO	1.209.776	759.988	1.068.382	1.214.328	678.436	516.969	737.159	929.966	1.427.165	1.015.993
TRANSBORDO	624.472	722.294	617.150	677.259	473.008	497.410	313.574	757.385	341.516	119.862

FONTE: CESA

(1) Até Novembro

Tabela 28

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Ingressos na rede de armazenagem da CESA, segundo as principais
espécies de produtos, no
Rio Grande do Sul — 1979-88

ANOS	TRIGO	MILHO	SOJA GRÃO	SOJA FARELO	ARROZ	CÉVADA	SORGO	MOURISCO	AVEIA	OUTROS PRODUTOS	TOTAL
1979	528.991	766.550	223.731	404.363	10.696	61.104	5.782	9.312	8.341	92.902	2.111.772
1980	911.682	595.015	469.506	442.135	23.833	109.679	13.743	8.651	6.714	17.700	2.598.658
1981	578.273	407.891	679.194	445.646	35.749	170.684	31.068	9.053	8.628	14.009	2.380.195
1982	624.133	400.134	644.608	258.391	38.097	85.663	25.126	9.056	5.129	9.975	2.100.312
1983	686.932	230.466	417.073	279.066	33.956	137.735	11.460	4.483	11.100	9.119	1.821.391
1984	809.422	120.112	507.918	218.471	35.894	70.918	28.146	1.713	5.234	8.014	1.805.842
1985	788.657	255.497	584.277	44.309	39.887	115.423	10.554	810	3.109	1.555	1.844.078
1986	471.532	1.279.420	264.613	38.332	71.982	193.362	16.410	485	2.148	7.418	2.345.702
1987	877.345	477.489	349.051	8.487	57.870	160.770	32.558	103	3.114	47.301	2.014.088
1988 (1)	541.371	129.187	216.461	21.965	49.622	159.731	10.959	6	1.018	9.570	1.139.890

FONTE: CESA

(1) Até outubro

Tabela 29

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Evolução dos ingressos na rede de armazenagem
do CESA em relação a sua capacidade instalada
e índice de rotação, no Rio Grande do Sul — 1979-88

ANOS	INGRESSOS	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)	ÍNDICE DE ROTAÇÃO
1979	2.111.772	630.000	3,35
1980	2.598.658	632.100	4,11
1981	2.380.195	642.500	3,70
1982	2.100.312	646.900	3,25
1983	1.821.391	646.900	2,82
1984	1.805.842	646.900	2,79
1985	1.844.078	646.900	2,85
1986	2.345.702	664.300	3,53
1987	2.014.088	664.300	3,03
1988(1)	1.278.788	664.300	2,10

FONTE: CESA

(1) Até novembro

Tabela 30

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Principais atividades desenvolvidas pelo Museu
de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque
Zoológico, no Rio Grande do Sul — 1984-88

ATIVIDADES	PERÍODO				
	1984	1985	1986	1987	1988
Museu de Ciências Naturais					
Projetos de Pesquisa em andamento.....	37	39	42	88	108
Trabalho de Pesquisa Científica (Concluídos).....	19	05	05	38	105
Acervo de Coleções Científicas (n.º de lotes).....	116.768	128.469	139.771	142.563	150.532
Dias de Trabalho/Campo (Com ou sem equipamento).....	266	593	214	455	305
Bolsas e Auxílios de Pesquisa (CNPq, FAPERGS, FINEP, outros).....	50	27	72	91	76
Visitação de público em geral.....	—	—	—	2.348	21.818
Edição do Periódico Científico Iheringia.....	02	02	03	01	05
Treinamento de Acadêmicos — Iniciação Científica.....	14	26	44	51	24
Jardim Botânico					
Visitação de público em geral.....	114.153	85.666	105.046	81.059	79.032
Produção de mudas.....	70.062	62.958	57.675	54.622	39.324
Comercialização de mudas.....	5.673	8.160	8.118	10.070	21.469
Plantio de mudas de espécies anuais e perenes.....	21.336	19.589	12.824	31.053	23.982
Ampliação do acervo.....	112	290	101	76	172
Remessa de amostras científicas.....	—	23	404	309	575
Atendimento à consultas técnico- científicas.....	721	907	867	1.070	1.898
Index Seminum (espécies catalogadas).....	555	218	218	293	313
Publicações e apresentações de trabalhos técnico-científicos.....	07	—	05	02	05
Participação em Congresso, Seminários, Reuniões, etc.....	14	19	36	39	37
Parque Zoológico					
Visitação Pública — Pedestres.....	483.278	495.427	621.524	706.465	565.360
Visitação Pública — Veículos.....	53.255	64.161	80.773	64.681	64.215

FONTE: FZB

Tabela 31

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
Produção de leite e derivados da CORLAC, no Rio Grande do Sul — 1987-88

PRODUTOS	1987	1988(1)
Leite "in natura" (l).....	102.769.198	104.313.284
Leite pasteurizado (l).....	69.414.420	71.643.960
Leite em pó (kg).....	7.786.630	6.510.497
Manteiga (kg).....	955.887	789.217
Creme de Leite (kg).....	272.145	675.847
Íogurtes (l).....	688.300	837.800
Queijos (kg).....	23.688	443.616
Doce de Leite (kg).....	96.744	131.428
Requeijão (kg).....	91.589	93.728
Leite em pó — compra (kg).....	41.000	199.992

FONTE: Setor de Custos da CORLAC

(1) Computados valores de janeiro a novembro.

Tabela 32

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
Resumo comparativo do resultado, no Rio Grande do Sul — 1987-88

Discriminação	Cz\$ 1.000,00			
	Exercício 1987		Exercício 1988(1)	
	Valores	%	Flash	%
Faturamento Líquido	1.227.677,0	100,00	13.203.571,0	100,00
Margem Bruta	278.649,8	22,70	3.278.558,7	24,83
Despesas de Distribuição	120.336,7	9,80	963.225,3	7,29
Despesas Administrativas	64.811,8	5,27	766.637,2	5,70
Despesas Financeiras Menos Receitas Financeiras (-)	(11.059,8)	(0,90)	(54.369,5)	(0,41)
Despesas de Fomento	19.106,4	1,55	139.095,2	1,05
Despesas de Marketing	—	—	59.771,3	0,45
Resultado Operacional	85.454,6	6,96	1.404.199,7	10,63

FONTE: CORLAC.

(1) Posição até 31/12/88 (Resultado extracontábil).

Tabela 33

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Operações contratadas segundo os subsectores da Economia — 1978-88

Subsectores	Em 1.000 OTNs																							
	1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988			
	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor	n.º	Valor		
Sector Primário	122	825	65	549	51	513	52	266	16	359	241	1.875	37	259	17	247	12	168	1.091	774	1.605	921		
Sector Secundário	376	1.647	520	2.766	342	3.951	522	6.778	480	4.529	483	3.820	570	5.089	380	5.459	678	7.789	860	5.143	314	4.288		
Sector Terciário	283	686	328	1.706	165	5.890	225	6.375	358	7.868	457	7.771	353	11.933	353	5.074	268	7.875	249	1.043	85	1.945		
TOTAL	781	3.158	913	5.023	558	10.354	799	13.419	854	12.816	1.381	13.476	960	17.281	750	10.780	958	15.832	2.200	6.960	2.004	7.154		

FONTE: BADESUL.

Departamento de Planejamento

Tabela 34

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Operações contratadas segundo programação do
Sector Público, no Rio Grande do Sul — 1987-88

Programa	1987			1988		
	n.º	OTN	%	n.º	OTN	%
Indústria	860	5.143.000	73,90	314	4.288.000	59,93
Comércio	151	529.000	7,60	35	134.000	1,87
Turismo	04	41.000	0,58	21	1.137.000	15,90
Ciência e Tecnologia	21	274.530	3,94	09	151.000	2,11
Agricultura	1.091	774.000	11,13	1.605	921.000	12,87
Outros	73	198.470	2,85	20	523.000	7,32
TOTAL	2.200	6.960.000	100,00	2.004	7.154.000	100,00

FONTE: BADESUL

Departamento de Planejamento

Tabela 35

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Número de consumidores de energia elétrica
por classes de consumo, no Rio Grande do Sul --- 1981-88

CLASSES	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
Residencial	1.167.379	1.256.421	1.333.506	1.404.275	1.468.046	1.548.981	1.614.276	1.689.140
Comercial	128.746	135.568	140.648	145.111	150.219	159.659	163.861	166.398
Industrial	21.727	23.150	23.575	24.031	24.955	28.939	30.643	31.247
Rural	101.004	114.459	127.298	140.769	155.142	167.409	177.326	184.930
Outros(2)	13.271	13.923	14.447	14.930	15.567	16.592	17.876	18.267
TOTAL	1.432.127	1.543.521	1.639.474	1.729.106	1.813.929	1.921.580	2.039.982	2.089.982

FONTE: CEEE

(1) Dados estimados para dezembro de 1988.

(2) Outros inclui iluminação pública, poderes públicos, serviços públicos e próprio.

Tabela 36

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Consumo de energia do mercado próprio
por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981-88

Classes	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (1)
Residencial	1.501.892	1.673.162	1.857.650	2.036.196	2.190.560	2.259.177	2.490.398	2.675.335
Comercial	936.287	1.013.145	1.074.596	1.157.950	1.219.202	1.182.604	1.293.925	1.349.174
Industrial	2.622.209	2.835.420	3.129.658	3.567.757	3.885.568	3.986.687	4.211.152	4.337.773
Rural	424.589	479.838	629.065	737.449	895.632	873.969	1.038.374	1.080.686
Outros(2)	621.234	669.161	719.059	766.489	834.619	847.768	921.233	964.657
TOTAL	6.106.211	6.670.726	7.410.028	8.265.841	9.026.672	9.150.009	9.955.082	10.407.625

FONTE: CEEE

(1) Dados estimados para dezembro de 1988.

(2) Outros inclui iluminação pública, poderes públicos, serviços públicos e próprio.

Tabela 37

Companhia Riograndense de Telecomunicações
Indicadores Físicos da CRT no Rio Grande do Sul — 1979-88

Especificações	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Terminais Instalados	205.798	227.156	278.505	365.236	384.356	393.830	402.874	447.260	459.732	471.697
Terminais em Serviço	182.625	201.721	235.227	286.558	335.034	361.681	377.543	414.898	436.130	449.078
Telefones Instalados	314.126	365.499	408.685	496.528	585.664	635.980	661.485	701.775	712.054	716.990
Chamadas IU(DDD + MAN) 10 ³	36.304	45.165	50.876	60.575	72.193	82.207	96.260	117.308	127.527	133.438
Municípios c/DDD/DDI	62	67	77	114	122	130	142	151	157	184
Empregados	6.949	7.435	7.346	7.491	7.203	7.077	7.042	6.911	6.653	6.389
Postos de Telef. Rural Social	—	—	—	—	—	13	155	338	427	460
Telefones Públicos	2.014	2.605	3.305	4.098	4.781	5.036	5.542	6.237	6.451	6.473
Terminais de Videotextos	—	—	—	—	—	—	56	162	207	184
Ramais CTC Instalados	—	—	—	—	—	—	—	1.277	1.386	2.439

FONTE: CRT

NOTAS: (1) O número de terminais corresponde à planta instalada automática e manual.

(2) Os dados relativos a 1988 contém projeções para o mês de dezembro.

Tabela 38

Companhia Riograndense de Mineração
Produção de carvão mineral e valor comercializado
pela CRM no Rio Grande do Sul — 1978-88

ANOS	Produção de Carvão	Receita Operacional ⁽¹⁾	
	(1.000 t ROM)	Cz\$ 1.000	1.000 OTNs
1978	854,0	157,7	495,2
1979	1.030,0	305,2	651,1
1980	1.084,5	662,7	937,7
1981	1.264,2	1.559,2	1.128,2
1982	1.291,2	2.549,0	932,6
1983	1.274,6	7.587,8	1.082,0
1984	1.468,6	25.809,6	1.167,3
1985	1.167,1	64.110,6	1.400,9
1986	1.197,3	145.355,3	1.410,8
1987	1.106,8	464.700,7	1.367,8
1988 ⁽²⁾	1.164,8	3.936.544,7	1.939,7

FONTE: CRM

(1) A partir de 1982, a receita operacional não inclui o IUM.

(2) Dados estimados.

Tabela 39

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Principais serviços executados no Estado do Rio Grande do Sul
1979 — 88

Serviços	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Conservação de rodovias/ extensão da rede (km)	10 471	10 642	10 642	10 540	10 524	10 260	11 075	9 116 ⁽¹⁾	9 116 ⁽¹⁾	9 116 ⁽¹⁾
Patrolagem (m ²) (x 10 ³)	1 086 120	1 060 043	1 060 043	978 356	904 555	1 024 226	922 474	853 620	768 310	517 871
Rocagem manual e mecânica (m ²) (x 10 ³)	27 984	35 000	40 560	36 382	35 577	3 055	34 433	30 882	25 380	15 030
Revestimento primário (m ³)	825 000	1 036 000	1 147 391	1 308 008	1 344 530	1 260 748	1 422 753	1 042 000	1 022 000	249 486
Capa selante (m ²)	1 214 000	1 300 000	1 287 222	990 724	466 745	625 622	577 320	538 000	172 418	243 315
Implantação de rodovias (km)	79	197	364	315	284	395	508	322	50	146
Voluma de terraplenagem por empreitada (m ³)	2 903 992	2 776 000	5 748 000	5 067 072	6 621 562	7 802 276	37 178 928	5 027 055	780 598	3 128 807
Voluma de terraplenagem por administração direta (m ³)	970 000	1 883 000	2 044 234	3 497 936	2 807 200	3 814 518	3 084 274	1 471 200	1 072 000	1 796 397
Construção de obras de arte especiais (m)	1 110	950	545	417	669	1 077	610	619	166	296
Arborização de rodovias (un.)	111 895	88 218	90 000	173 779	84 400	39 193	77 014	35 155	7 738	13 246
Pavimentação de rodovias (km)	51	104	208	250	88	254	259	269	43	232
Projetos de obras de arte especiais (m)	14	396	540	906	1 004	1 326	1 998	774	817	404
Projetos de acessos e trevos (un.)	17	26	24	22	47	44	24	14	18	43
Levantamento cadastral (km)	—	—	—	—	—	9 957	4 904	3 603	350	3 920
Projetos de sinalização (km)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	230
Levantamentos aerofotogramétricos (un.)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	05
Mapas rodoviários municipais (un.)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
Levantamentos rodoviários municipais (km)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6 945
Projetos geométricos de rodovias (km)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	459

FONTE: DAER

(1) Na rede conservada não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada.

Tabela 40

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Número e extensão total de obras de arte especiais
realizadas no Rio Grande do Sul — 1979-88

ANOS	NÚMERO DE OBRAS	EXTENSÃO (m)
1979	14	632,5
1980	6	360,7
1981	47	2 034,2
1982	61	2 232,0
1983	54	2 297,8
1984	76	2 426,00
1985	100	3 433,0
1986	49	2 410,0
1987	5	376,0
1988	4	265,0

FONTE: CINTEA/Relatórios da Administração

Tabela 41

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Construção e reconstrução de estradas vicinais,
aterros e terraplenagens realizadas pela CINTEA,
no Rio Grande do Sul — 1979-88

Anos	Estradas Vicinais (km)			Aterros (m ³)	Terraplenagem (m ³)	Número de Estradas	Municípios Atendidos
	Construção A	Reconstrução B	A + B				
1979	595,8	1 065,8	1 661,6	215 909	168 520	258	114
1980	606,8	2 007,6	2 614,4	164 102	419 782	301	127
1981	463,0	1 703,0	2 166,0	85 000	734 000	302	135
1982	533,0	1 332,0	1 865,0	223 730	505 302	331	129
1983	429,1	1 474,3	1 903,4	425 660	496 498	326	154
1984	392,0	1 561,0	1 953,0	433 920	127 135	378	161
1985	376,6	1 566,1	1 942,7	718 485	111 410	318	149
1986	302,2	1 325,6	1 627,8	678 620	161 900	316	132
1987	181,1	1 424,9	1 606,0	284 027	141 505	267	139
1988	159,0	1 447,9	1 606,9	435 700	73 750	262	121

FONTE: CINTEA/Diretoria de Operações.

Tabela 42

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
Movimento de mercadorias nos portos de Rio Grande, Porto Alegre
e Pelotas — 1979-88

Ano	Rio Grande	Porto Alegre ⁽²⁾	Pelotas	Total
1979	9.078,6	7.865,0	343,8	17.287,4
1980	11.291,2	8.547,1	307,5	20.145,8
1981	10.861,4	7.299,6	286,3	18.447,3
1982	10.834,7	7.578,1	386,3	18.799,1
1983	10.682,1	8.616,2	303,2	19.601,5
1984	11.015,4	8.987,6	389,3	20.392,3
1985	11.225,4	9.103,4	426,0	20.754,8
1986	10.563,7	9.266,8	298,2	20.128,7
1987	11.951,4	9.982,5	602,8	22.536,7
1988 ⁽¹⁾	10.965,9	10.300,0	460,0	21.725,9

FONTE: DEPRC

(1) Dados estimados

(2) Inclui TÊDUT, em Tramandai

Tabela 43

Departamento Aeroviário do Estado
Atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul
1983-88

ATIVIDADES	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Terraplenagem (m ³)	56 000	164 508	346 607	127 259	28 859	19 490
Conservação de Aeródromos (m ²) (abrangendo cercamento, ceifamento e outras melhorias)	224 000	403 000	540 000	380 000	206 000	903 000
Drenagem (m)	3 200	8 854	10 095	16 638	900	2 400
Sinalização Diurna (m ²)	861	3 148	3 350	2 270	140 000	700
Balizamento Noturno (m)	—	—	—	—	—	2 900
Pavimentação asfáltica (m ²)	48 460	116 560	106 276	75 000	—	—
Terminal de Passageiros (m ²)	—	—	65	105	50	550
Edificação para apoio a proteção ao voo (m ²)	—	—	—	—	—	200
Instalação de Rádio Farol	—	—	—	—	—	01
Estação de Telecomunicações (unid.)	—	—	—	—	—	01
Estação Meteorológica (unid.)	—	—	—	—	—	01
Enleivamento (m ²)	100 000	295 000	265 000	139 328	—	—

FONTE: Unidade de Engenharia do Departamento Aeroviário do Estado.

Tabela 44

**Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa
Recrutamento e Seleção de Pessoal da Administração Direta e Indireta
Rio Grande do Sul — 1984-88**

Especificação	1984	1985	1986	1987	1988
Concurso Público	2	2	238	—	3
Prova Habilitação	—	—	54	159	23
Provas Seletivas	58	125	159	11	171
Provas Seletivas Internas ..	—	—	23	—	07

FONTE: SERHMA/Unidade de Recrutamento e Seleção de Pessoal

Tabela 45

**Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa
Publicação de Atos Institucionais — 1983-88**

Especificações	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Admissão	9	202	43	41	01	01
Aposentadoria	3 782	4 346	3 373	4 186	2 897	4 330
Avanços e triênios	21 398	48 324	30 787	48 447	30 256	31 596
Concessão de Licença-prêmio .	8 174	9 440	9 841	16 667	4 480	8 334
Adicional de Insalubridade ...	1 449	764	1 054	386	209	1 342
Demissão e Exoneração	922	531	261	329	297	1 027
Gratificação de 15% e 25% ...	1 950	3 580	2 888	4 883	2 210	7 027
Nomeação	32 613	4 003	444	21 549	167	2 402
Promoções	17 618	1 447	5 325	13 657	27	20 344
Sub total	87 915	72 636	54 016	110 145	40 544	76 403
Outros	---	---	78 765	76 483	24 140	54 232
Total	---	---	132 781	186 628	64 684	130 635

FONTE: SERHMA

NOTA: Nos anos de 1983 e 1984 não foi possível saber o total geral.

Tabela 46

**Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
Produção da CORAG, no Rio Grande do Sul
1980-88**

Especificações	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988 ⁽¹⁾
Diário Oficial do Estado	1 908 500	2 119 530	2 203 342	2 168 000	2 204 630	2 352 020	2 307 515	2 152 455	2 060 295
Diário da Assembleia Legislativa	670 000	545 000	245 449	277 500	255 950	166 500	126 050	57 750	56 000
Jornais particulares	3 483 000	2 018 870	1 486 591	1 536 000	3 904 440	7 275 878	1 216 798	393 690	2 914 623
Separatas/Deputados	325 000	309 523	476 579	331 000	418 705	659 286	680 886	163 599	1 261 054
Revistas	277 000	358 500	400 886	342 000	208 800	149 796	181 658	159 850	94 200
Livros	70 000	27 600	122 737	200 500	148 924	262 835	191 361	715 565	66 545
Cadernos escolares	—	—	—	—	100 000	801 658	500 000	—	—
Impressos em geral	13 170 000	20 484 630	55 841 252	41 974 000	56 812 403	96 354 611	44 611 869	32 319 978	52 606 789
Centímetros publicados	3 558 384	3 561 840	3 458 456	4 010 904	3 439 428	3 748 882	4 292 318	3 901 395	4 839 417

FONTE: CORAG

(1) Dados referentes a dezembro/88 projetados

Tabela 47

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
Desempenho da FDRH, no Rio Grande do Sul
1979-88

ANO	TREINANDOS				HORAS/AULA				Horas/ Consultoria	Pesquisa e De- senvolvimento de Produtos
	Setor Público	Sistema de Ensino	Setor Privado	Total	Setor Público	Sistema de Ensino	Setor Privado	Total	Total	Total
1979	876	497	1.772	3.145	2.302	3.884	7.317	13.503	6.104	18.640
1980	927	1.621	1.511	4.059	3.743	2.468	7.508	13.710	15.778	4.958
1981	1.395	1.718	3.159	6.272	4.137	2.385	8.757	15.279	9.984	3.554
1982	1.560	2.471	1.874	5.905	4.152	2.642	4.713	11.507	7.730	8.630
1983	2.125	4.694	595	7.414	3.906	2.050	2.240	8.196	11.449	3.654
1984	3.581	8.409	947	12.937	5.906	4.358	5.961	16.225	16.685	5.379
1985	2.094	14.811	2.138	19.043	6.332	10.932	5.585	22.849	23.075	13.249
1986	1.475	11.913	2.168	15.550	3.134	3.841	5.192	12.167	13.629	1.111
1987	2.432	5.159	139	2.074	4.144	2.169	966	7.249	2.478	4.365
1988	2.046	1.733	9	3.788	5.481	2.889	20	8.390	3.674	1.314

FONTES: Relatórios Anuais da FDRH
Relatórios Cumulativos da FDRH